PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

FAMETRO
CENTRO UNIVERSITÁRIO

Wellington Lins de Albuquerque

Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

Wellington Lins de Albuquerque Júnior

Leandro Seffair Lins de Albuquerque

PRESIDENTE
Wellington Lins de Albuquerque

REITORA
Dra. Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

PRÓ-REITORA ACADÊMICA
Dra. Cinara da Silva Cardoso

DIRETOR ADMINISTRATIVO
Me. Wellington Lins de Albuquerque Junior

DIRETOR FINANCEIRO
Me. Leandro Seffair Lins de Albuquerque

PROCURADORA INSTITUCIONAL
Dra. Alexandra Priscilla Tregue Costa
COORDENAÇÃO DE ENSINO
Dra. Kelen Priscila Oliveira Buraslan Marcião
Esp. Diego Rafael Cunha Cavalcante
COORDENADORA DE PESQUISA E EXTENSÃO
Me. Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo
COORDENADORA DE PÓS-GRADUAÇÃO
Esp. Sistina Souto
COORDENADORA DO CURSO DE ENFERMAGEM
Karine Garcez Mc Comb

COMISSÃO PRÓRIA DE AVALIAÇÃO 2023

Me. Luciano de Pinho Martins - Presidente

Me. Valdir Pavanelo Junior - Representante Docente

Meyer Alberto Abecassis Neto - Representante Técnico Administrativo

Barbara S. de Castro de Abreu - Representante Discente

Sebastião Robson da Silva - Representante da Sociedade Civil Organizada

SUMÁRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES....7
1.1 Nome e Base Legal da Mantenedora:....7
1.2 Nome e Base Legal da Mantida:....7
1.3 Perfil e Missão da Mantida:....8
1.4 Dados Socioeconômico e Socioambientais da Região:....8
2. SÍNTESE DA IES:....10
2.1 Breve Histórico da Mantenedora....10
2.2. Breve Histórico da Mantida....21
2.3 Organograma....23
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO....23
3.1 Nome e atos legais do curso:....23
3.2 Relato do Processo de Construção/Implantação/Consolidação do PPC:....23
3.3 Endereço de Funcionamento do Curso....24
Endereço: Constantino Nery, 1.937- Bairro Chapada, município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001 e Unidade de produção do material didático do EAD: Avenida Constantino Nery, 3.204 – Bairro Chapada, município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001....24
3.4 Atos Legais do Curso e Data da Publicação (Autorização/Reconhecimento/Renovação)....24
3.5 Conceitos do curso (CC, CPC, ENADE)....24
3.6 Número de Vagas do Curso e Turnos de Funcionamentos:....24
3.7 Carga Horaria Total do Curso e Tempo Mínimo e Máximo de Integralização:....24
3.8 Protocolo de Compromisso ou Termo de Saneamento de Deficiência, medidas Cautelares, Termos de Supervisão....24
3.9 Perfil do coordenador:....24
3.9.1 Nome, formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério:....24
3.10 Disciplina em Língua Estrangeira:....24
3.11 Convênio....24
3.12 Quantitativo anual do corpo discente, desde o último ato autorizativo (ingressantes matriculados em TCC, participantes de projetos de pesquisa por ano, participantes em projetos de extensão por ano, participantes de financiamento por ano....25
3.13 Justificativa para a criação do curso e número de IES que ofertam o curso no Município:....25
3.14 Demandas de Natureza Econômica....25
3.15 Demandas de Natureza Social....26
3.16 Demandas Culturais....30
3.17 Demandas de Natureza Ambiental....31
3. 18 Número de IES que ofertam o curso no Município....32
4 DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA....32
4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO....32
4.1.1 Política de Ensino....32
4.1.2 Núcleos de apoio ao ensino....33
4.1.3 Programas de Ensino....34
4.1.4 Ações de Ensino....35
4.1.5 Objetivo Geral....36
4.1.6 Objetivos Específicos....36
4.2 Ações Acadêmicas Administrativas....36
4.2.1 Em relação à estrutura de um material didático indicamos que deve conter:....40
4.2.2 Programa de Monitoria....41
4.2.3 Política de Pesquisa....42
4.2.4 Programas da pesquisa....42
4.2.5 Política de Extensão e Responsabilidade Social....44
4.2.6 Programas de Extensão....45
4.2.7 Projetos de Extensão....45
Extensão do curso....46
4.2.8 Política Ambiental....47
4.2.9 Política de Direitos Humanos....48
4.2.10 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica....49
4.2.11 Programa....49

4.2.12 Políticas Institucionais e Ações de Estímulo Relacionadas à Difusão das Produções Acadêmicas: Científica, Didático-Pedagógico, Tecnológica, Artística e Cultural....50
4.2.13 Políticas de Estímulo à Participação em Eventos....51
4.2.14 Política de Acompanhamento de Egressos....51
4.2.15 PAPEERI – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social....52
4.2.16 Projeto do PAPEERI do curso de Enfermagem....54
4.2.17 Projetos Interdisciplinar/Extensão do Curso Previstos para os Primeiros Anos do Curs....55
4.2.18 Projetos Transversais Previstos para os Primeiros Anos do Curso....56
4.2.19 Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica previstos para os primeiros anos do curso....57
4.2.20 Projeto de Inovação Pedagógica do Curso....57
4.2.21 Projetos de Extensão previstos para os primeiros anos do curso....58
4.2.22 Projetos de Atividades Complementares Previstos para os Primeiros Anos do Curso....59
4.2.23 Projetos de Atividades Extracurriculares Previstos para os Primeiros Anos do Curso....60
4.2.24 Projeto de Atividades Artísticas Culturais do Curso....61
4.2.25 Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso....62
4.3 OBJETIVOS DO CURSO....62
4.3.1 Objetivo Geral....62
4.3.2 Objetivos Específicos....63
4.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO....63
4.4.1 Perfil do egresso em consonância com as DCNs....63
4.4.2 Competências e Habilidades Gerais....63
4.4.3 Competências e Habilidades Específicas....64
4.4.4 Planejamento para Ampliação do Perfil do Egresso para o Mundo do Trabalho....65
4.4.5 Estrutura Curricular (LIBRAS- obrigatória para licenciaturas e Fonoaudiologia)....66
4.4.6 Elementos Inovadores da Estrutura Curricular....66
4.4.7 Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso....69
4.4.8 Ementários e Bibliografias das Disciplinas Obrigatórias e Optativas....73
4.5 CONTEÚDOS CURRICULARES....101
4.5.1 Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares Exigidos nas DCNs....101
4.6 METODOLOGIA....105
4.6.1 Metodologia de Ensino da Educação a Distância e sua Acessibilidade....105
4.6.3 Metodologia das Atividades Interdisciplinares....111
4.6.4 Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial112
4.6.5 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos....112
4.6.6 Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão....114
4.6.7 Metodologia de Avaliação do ensino Aprendizagem....116
4.7 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO....118
4.7.1 Determinação das DCNS para o estágio supervisionado....118
4.7.5 Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado....120
4.7.6 Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado....120
4.7.7 Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho....121
4.7.8 Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio....125
4.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA....130
4.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA....130
4.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES....130
4.10.1 Carga Horária das Atividades Complementares do Curso....130
4.10.2 Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares....130
4.10.3 Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica do Discente....132
4.10.5 Regulamento das Atividades Complementares....133
4.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO....137
4.11.1 Determinação das DCNS para o Trabalho de Conclusão do Curso - TCC....137
4.11.2 Áreas, período, carga horária e produto do TCC....138
4.11.3 Forma de Apresentação do TCC....138
4.11.4 Forma de Orientação do TCC....140
4.11.5 Forma de Coordenação do TCC....140
4.11.6 Forma de Divulgação de Manuais Atualizados de Apoio à Produção dos Trabalhos....141
4.11.7 Forma de Disponibilização dos TCC's em Repositórios Institucionais....141
4.11.8 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso....141
5. POLÍTICA:....154

5.1 Acolhimento ao Ingressante....154
5.2 Controle de Evasão....154
5.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental....155
5.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório....156
5.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA....156
5.6 Nivelamento....156
5.7 Representatividade Discente e Diretório Acadêmico....156
5. 8 Internacionalização e Mobilidade Acadêmica....157
5.9 Ações Inovadoras....157
5.9.1 Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores....157
5.9.2 Workshop de Empregabilidade....157
5.9.3 Monitoria....157
5.10 Gestão do curso e as ações decorrentes dos processos de avaliação interna e externa do curso158
5.10.3 Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso....161
5.10.4 Plano de Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso....161
5.10.5 Plano de Ação de Melhoria de Gestão Institucional....163
5.10.6 Divulgação dos Resultados para a Comunidade a Acadêmica....163
5.11 Atividades de tutoria....163
5.11.1 Mediação Pedagógica junto aos Discentes em Momentos Online....164
5.11.2 Mediação Pedagógica em Momento Presencial....165
5.11.3 Domínio de Conteúdo, de Recursos e dos Materiais Didáticos....165
5.11.4 Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo....167
5.11.5 Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades....167
5.12 Conhecimentos, habilidades e atitudes dos tutores....168
5.13 Tecnologias de informação e comunicação (tic) no processo ensino aprendizagem....170
5.14 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA....171
5.15 Material didático institucional....172
5.16 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem....173
5.17 Número de vagas e formas de acesso ao curso....178
5.19 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde – SUS....182
5.20 Atividades práticas de ensino para áreas de saúde....184
5.20 Atividades práticas de ensino para licenciaturas....186
5.21 Núcleo Docente Estruturante – NDE....186
5.21 Equipe multidisciplinar....187
5.22 Regime de trabalho do coordenador do curso....189
5.23 Corpo docente....193
5.24 Regime de trabalho do corpo docente....194
5.25 Experiência profissional do docente....195
5.26 Experiência no exercício da docência na educação básica....195
5.27 Experiência profissional do docente na docência superior....195
5.28 Experiência no exercício da docência na educação a distância....195
5.29 Experiência no exercício da tutoria na educação a distância....197
5.30 Atuação do colegiado de curso....198
5.31 Titulação e formação do corpo de tutores presenciais e tutores a distância....199
5.32 Experiência do corpo de tutores....199
5.33 Interação entre tutores, docentes e coordenador de curso....199
5.34 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica....201
5.35 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral....201
5.36 Espaço de trabalho para o coordenador....201
5.37 Sala coletiva de professores....201
5.38 Salas de aula....201
5.39 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática....201
5.40 Bibliografia básica por unidade curricular....202
5.41 Laboratórios didáticos de formação básica....203
5.42 Laboratórios didáticos de formação específica....207
5.43 Laboratórios de ensino para a área de saúde....210
5.44 Laboratórios de habilidades....210
5.45 Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados....211
5.46 Biotérios....212
5.47 Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático....213

5.48 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: ATIVIDADES BÁSICAS E ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS 214
5.48.1 REGULAMENTO DO NPJ DESTINADO À REALIZAÇÃO DE PRÁTICAS JURÍDICAS SIMULADAS E DE ARBITRAGEM, NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO, ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS E OFERTA DE VISITAS ORIENTADAS BUSCANDO INTERDISCIPLINARIDADE DAS MATÉRIAS LEGAIS 214
5.48.2 PROCESSO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA QUANTO AO ATENDIMENTO DA DEMANDA DO CURSO PELO NPJ EM SUAS ATIVIDADES BÁSICAS 214
5.48.3 ATIVIDADES JURÍDICAS REAIS 214
5.48.4 VISITA ORIENTADAS 215
5.48.5 INTERDISCIPLINARIDADE DAS MATÉRIAS LEGAIS 215
5.48.6 AVALIAÇÃO PERIÓDICA DO ATENDIMENTO DA DEMANDA 215
5.49 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO 215
5.49.1 AMBIENTES PROFISSIONAIS VINCULADOS AO CURSO 215
5.49.2 ATENDIMENTOS AOS OBJETIVOS DO PPC PARA COMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS LABORATORIAIS E/OU PROFISSIONAIS 216
5.49.3 EXPERIÊNCIAS DIFERENCIADAS DE APRENDIZAGEM 216
5.49.4 AVALIAÇÃO PERIÓDICA DOCUMENTADA E AÇÕES DE MELHORIA 216
APÊNDICE I – INFRAESTRUTURA 216
5.1 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS 216
5.2 SALAS DE AULA 216
5.3 AUDITÓRIO 217
5.4 SALA DE PROFESSORES 217
5.5 ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS 217
5.6 ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO 217
5.7 LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS 217
5.8 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA 217
5.9 BIBLIOTECA 217
5.10 BIBLIOTECA: PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO 218
5.11 SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE 218
5.12 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS 218
5.14 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA 218
5.15. INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE 219
5.16. PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS 219
5.17 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO 219
5.18 AMBIENTE VIRTUAL DA APRENDIZAGEM AVA 219
APÊNDICE II – PLANILHA DE DOCENTES DO CURSO DE ENFERMAGEM 220
APÊNDICE III – PERFIL DO(A) COORDENADOR (A) 221
APÊNDICE IV – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) 221
APÊNDICE V – EQUIPE MULTIDISCIPLINAR 1

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

1.1 Nome e Base Legal da Mantenedora:

a) Nome da Mantenedora:

IME - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda.

Código da Mantenedora: 1416

b) Base Legal da Mantenedora:

Endereço sede: Avenida Constantino Nery, 3000- Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-000.

Razão Social: Instituto Metropolitano de Ensino LTDA.

CNPJ: 03.817.341/0001-42

Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, 14/11/2000 sob o NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5 (Por ser empresa limitada não possui registro em cartório, somente na JUCEA)

Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado- com fins lucrativos-sociedade civil

Representante Legal: Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

1.2 Nome e Base Legal da Mantida:

a) Nome da Mantida:

Centro Universitário CEUNI-FAMETRO

Código da Mantida: 2147

b) Base legal da IES:

Atos legais:

Portaria de Credenciamento como Faculdade: nº 1337 de 02/05/2002, Publicação no D.O.U.nº 84, seção 1, 03/05/2002

Portaria de Recredenciamento: nº 1416 de 09/11/2017, Publicação no D.O.U. 10/11/2017

Portaria de Credenciamento como Centro Universitário: nº 1610 de 28/12/2017. Publicação no D.O.U. 29/12/2017

Representante legal: Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque

Endereço Unidade 1/2: Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.

Anexo 3: Avenida Constantino Nery, 1937- Chapada, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001

Anexo 4:Endereço Rua 2 n.100, Conjunto Bervelly Hills, Bairro Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP 69050001

Endereço da Unidade Zona Sul: Rua Professor Ernani Simão, n.1160, Bairro Cachoeirinha. Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP 69065-060

Endereço da Unidade Zona Leste: Av. Autaz Mirim, 8565, Bairro Novo Aleixo. Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP 69099-045

Endereço da Unidade Zona Norte: Av. Margarita, nº5, Conjunto Nova Cidade, Bairro Cidade Nova, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP 69097-207

E suas mantidas nos seguintes endereços: Rua Monsenhor Joaquim Pereira, n.84, Centro, Itacoatiara/AM, CEP: 69100-042, Rua Gonçalves Ledo, n.345, Bairro Centro, Coari/AM, CEP 69460-000, Travessa Monteiro Lobato, n.67, Bairro Centro, Tefé/AM, CEP 69550-085, Rua Paraíba, n.3468, Bairro Itauna I, Parintins/AM, CEP 69152-010.

1.3 Perfil e Missão da Mantida:

Missão da IES: Formar profissionais no Ensino Superior com valores éticos, humanísticos e ambientais, capazes de contribuir para o desenvolvimento regional e social.

Valores: Qualidade no ensino; Ética; Humanização; Profissionalismo.

Perfil: IES tem um perfil que busca a excelência no ensino superior, e com uma política de inclusão socioeducacional.

A Instituição tem como propósito promover ensino, focado na aprendizagem, que permita o desenvolvimento do indivíduo de modo integral, visando à autorrealização e à formação de profissionais com visão tanto generalista quanto multidisciplinar, conscientes do seu papel social de envolvimento com as mudanças.

1.4 Dados Socioeconômico e Socioambientais da Região:

A FAMETRO está situado em plena Amazônia brasileira, a maior e mais biodiversa floresta tropical do mundo, que enfrenta uma série de ameaças. Dentre elas, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade de maneira direta, sobretudo para formação de pastagens e, em alguns locais, para implantação da cultura da soja (FEARNSIDE, 2010). Essas ameaças somam-se às ameaças comuns e primárias como a especulação imobiliária, estabelecimento da posse da terra e abertura de estradas. Elas poderão dizimar rapidamente a Amazônia, a exemplo da Mata Atlântica, caso medidas efetivas não forem adotadas de maneira emergencial. Atualmente se concentra no “arco de desmatamento” ao longo das bordas sul e leste da floresta, mas estradas planejadas abririam áreas novas e extensas na Amazônia Central (FEARNSIDE, 2010) (Figura 2):

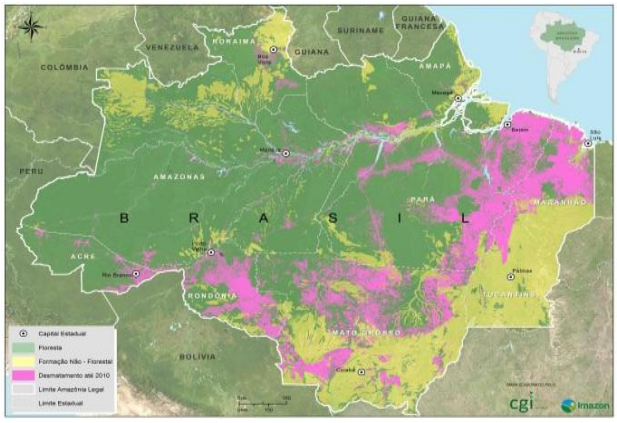


Figura 2. Desmatamento na Amazônia PRODES até 2010.(Fonte:<http://www.imazongeo.org.br/doc/galeriaMapas.php#>. Acesso: 10 out. 2014).

Diante desse cenário, a questão ambiental tem crescido nas últimas décadas e ganhado novas dimensões, inclusive em âmbito mundial. Uma determinada indústria cultural, que enxerga com clareza a inserção dessas questões nos diversos segmentos da sociedade, tem transformado as questões ambientais em mercadoria (GUERRA, 2008; LADVOCAT, 2009). Mudanças climáticas, aquecimento global e extinção de espécies, por exemplo, são temas bastantes presentes em nosso cotidiano, veiculados por diferentes mídias em propagandas de diversos produtos que consumimos no dia a dia (PEREIRA et al., 2013).

Em função dessa questão, a sociedade reconhece e preocupa-se com uma crise relacionada à degradação dos ambientes naturais. Entretanto, a questão não é puramente ecológica e não se relaciona exclusivamente aos impactos antrópicos causados aos ecossistemas naturais (PEREIRA et al., 2013). Juntamente

com outros temas como poluição, miséria e fome, os problemas que denominamos ambientais resultam da maneira como nos relacionamos com os demais elementos da natureza nas últimas décadas e, em especial, nos dias atuais (PEREIRA et al., 2013). Dar conta da complexidade relacional dessas questões impõe-se como um dos grandes desafios da sociedade.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos. Nesse contexto, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são centrais e devem ser debatidas pelas Instituições de Educação. É nesse contexto que se insere a política ambiental da FAMETRO.

Ademais, segundo o último censo do IBGE (2010), o Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.480.937 habitantes. Sua capital, Manaus, concentra em torno de 60% dessa população o que representa um total de 1.802.525 habitantes, distribuídos em uma área de 11.458 km².

Planos de ação da IES

Vale destacar os **Planos de Valorização Profissional abordando Condições de Trabalho pretendidos pela IES:** a política de recursos humanos da IES prevê como descrita no PDI, no Item Plano de Cargos e Capacitação de Docentes, processos de ascensão profissional, considerando, produção acadêmica, titulação, publicação científica e inovação pedagógica. As condições de trabalho estão previstas em termos de acessibilidade, recursos técnicos, apoio ao desenvolvimento do trabalho pedagógico e todos os demais serviços, projetos e programas previstos no plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Destaca-se que a instituição terá como princípio a valorização do quadro interno para cargos de confiança, possibilitando a ascensão, haja vista que seus valores de comprometimento, como também terá a política de reintegrar seus egressos seja no quadro administrativo ou docentes, já que visa a excelência no ensino superior. Tem previsto a formação continuada e o apoio a formação contínua.

Quanto aos Processos de Gestão que possam identificar sobre a trajetória de melhorias ou não das instituições: não se aplica em atos de credenciamento em trâmite. Mas com a implantação da CPA, que irá realizar as avaliações internas, e cruzar com as avaliações externas será possível por meio de seus planos administrativo de curso e plano de gestão previstos realizar melhorias no processo.

Em relação a Política de Atendimento a Alunos Estrangeiros: A IES respeitando o princípio da diversidade, da inclusão social e da cooperação acadêmica e científica, terá uma política de acolhimento de alunos estrangeiros, devidamente regulamentada em documento próprio anexo a este.

Disciplinas ofertadas em Língua Estrangeira: A IES ofertará a todos os seus alunos em todas as suas matrizes como componente curricular em língua estrangeira a disciplina de Inglês e de Direitos Humanos.

Existência de Programas de Bolsas e Financiamento Estudantil e Número de Beneficiados: Não se aplica em aos atos de credenciamento em trâmite. Em processo de autorização em trâmite.

Existência de Projetos e Ações Para a Promoção da Sustentabilidade Socioambiental na Gestão da IES e nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão: a IES possui um Plano de Gestão de Logística Sustentável e uma Política de Educação Ambiental.

AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL QUE DEVERÃO SER REALIZADAS:

- Implantar a Política de Educação Ambiental envolvendo todos os segmentos institucionais (docentes; discentes e técnicos administrativos) tendo em vista a racionalização dos recursos para a promoção de uma gestão sustentável;
- Realizar ações comunitárias de Educação Ambiental a partir das atividades extensionistas;
- Incluir e Fortalecer os Conteúdos de Educação Ambiental numa abordagem continua e permanente a partir de um enfoque transversal;
- Promover ações de formação docente tendo em vista capacitar os professores para que os mesmos possam realizar ações pedagógicas relevantes em sala de aula.

AÇÕES DE INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E DE VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL PARA A ACESSIBILIDADE DEVERÃO SER REALIZADAS:

- A manutenção da adequação da rede física sem barreiras arquitetônicas, do mobiliário e dos equipamentos para atender a nova proposta; A promoção de estudos que visem sistematização e a adequação dos currículos para atender aos diferentes níveis de ensino, modalidades de atendimento e necessidades educativas dos novos alunos. Criação de um núcleo de apoio com sede na Instituição;
- Adequação dos procedimentos metodológicos e avaliativos em função de atender as necessidades educativas do aluno;
- Capacitação permanente para professores e técnicos administrativos para a acessibilidade atitudinal. Sensibilização da comunidade interna acerca dos direitos e deveres das pessoas com necessidades educacionais especiais;
- Garantia da permanência do aluno com necessidades educacionais especiais nas salas regulares de ensino, com atendimento das necessidades especificas nas salas de apoio e as devidas adaptações curriculares;
- Ofertar serviço de Saúde, de Psicologia, de Psicopedagogia quando necessário, atendimento individualizado;
- Realização de um trabalho conjunto com os professores para encaminhar o educando ao mundo do trabalho através do banco de dados mantido no núcleo;
- Oferta de formação inicial e continuada, visando à inserção dessas pessoas na sociedade e no mundo do trabalho. Acesso a níveis elevados de ensino e pesquisa e atividades artísticas de acordo com a capacidade de cada um.
- Flexibilidade, isto é, a não obrigatoriedade de que todos os alunos atinjam o mesmo grau de abstração ou conhecimento, num tempo determinado;
- Acomodação, ou seja, considerar que o planejamento de atividades para uma turma deve levar em conta a presença de alunos com necessidades especiais e, portanto, contemplá-los na programação;
- Trabalho simultâneo, cooperativo e participativo, entendido como a participação dos alunos com necessidades especiais nas atividades desenvolvidas pelos demais colegas, embora não o façam com a mesma intensidade, nem necessariamente com a mesma ação ou grau de abstração.

Para o desenvolvimento de ações no campo da diversidade cultural, pretende:

- Desenvolver um programa de Inclusão e Apoio a Diversidade por meio do planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão desses grupos; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros;
- Democratizar o acesso ao ensino superior por meio da ampliação de vagas para alunos em condição de vulnerabilidade social e econômica e membros de grupos minoritários, a partir da concessão de bolsas de estudo parciais e ou integral.

A implantação de uma IES privada contribuirá via formação de recursos humanos, levando-se em consideração, a expressão regional e o desenvolvimento de todo o Estado. Busca-se atender à demanda pela formação específica, contribuindo para a capacitação de profissionais, aptos a ocupar os postos de trabalho, decorrentes do reflexo da configuração socioeconômica e socioambiental da região, oferecendo respostas mais ágeis e eficazes às necessidades específicas do setor produtivo e da sociedade.

Portanto, a presente proposta de implantação de uma nova IES se justifica não apenas pela necessidade social, que se apresenta nos dados estatísticos do Município, mas também pela importância social que a formação em nível superior tem para toda uma Região.

2. SÍNTESE DA IES:

2.1 Breve Histórico da Mantenedora

A mantenedora é o INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO - IME, com código e-MEC 1416, cadastrada no CNPJ sob n. 03.817.341/0001-42, sede no Endereço: Av. Constantino Nery, 3000, Município de

Manaus Estado do Amazonas. CEP 69050-000, de Natureza Jurídica: Sociedade Empresa Limitada, com Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos – sociedade civil, Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas: 14/11/2000 sob o NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5 (por ser empresa limitada não possui registro em cartório, somente na JUCEA). Atividade econômica principal: Educação Superior – graduação e pós-graduação, representada legalmente por Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque.

E a sua primeira mantida foi o Centro Universitário CEUNI FAMETRO, com código e-MEC 2147, com sede no Endereço da Av. Constantino Nery, 3.000, bairro Chapada, no município de Manaus, no Estado do Amazonas, CEP: 69.050-000, instituição ensino superior privada amazonense de gestão familiar, atuando há 18 anos no segmento educacional e que iniciou sua atividade credenciada como faculdade em 03/05/2002, conforme Portaria MEC nº 1337 publicada no D.O.U. em 03/05/2002, recredenciada pela Portaria nº 712 de 08/08/2013, publicada no D.O.U. em 08/08/2013 e com transformação organizacional pela Portaria de Credenciamento como Centro Universitário: nº 1610 de 28/12/2017, Publicada no D.O.U. em 29/12/2017, válida por 4 anos. E demais endereços:

Unidade 1/2: Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.

Anexo 3: Avenida Constantino Nery, 1937- Chapada, Município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001

Anexo 4: Endereço Rua 2 n.100, Conjunto Beverlly Hills, Bairro Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP 69050001

Endereço da Unidade Zona Sul: Rua Professor Ernani Simão, n.1160, Bairro Cachoeirinha. Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP 69065-060

Endereço da Unidade Zona Leste: Av. Autaz Mirim, 8565, Bairro Novo Aleixo. Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP 69099-045

E suas mantidas nos seguintes endereços: Rua Monsenhor Joaquim Pereira, n.84, Centro, Itacoatiara/AM, CEP: 69100-042, Rua Gonçalves Ledo, n.345, Bairro Centro, Coari/AM, CEP 69460-000, Travessa Monteiro Lobato, n.67, Bairro Centro, Tefé/AM, CEP 69550-085, Rua Paraíba, n.3468, Bairro Itauna I, Parintins/AM, CEP 69152-010.

No ato do credenciamento da primeira mantida foram autorizados 2 cursos: Administração com habilitação em Gestão de Negócios e Administração com habilitação em Gestão de Cidades (Portaria nº 1.338, de 02/05/2002) e Turismo (Portaria nº. 1.339, de 02/05/2002). Em outubro daquele mesmo ano, foi autorizado o curso Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil (Portaria nº. 3.003, de 24/10/2002). Em março de 2005, foram autorizadas as habilitações para o curso de Administração (Portaria nº. 724, de 03/03/2005), Gestão Imobiliária, Gestão Hospitalar e Gestão de Marketing.

Em março de 2005, foram autorizados os cursos de Ciências Contábeis (Portaria nº 648, de 01/03/2005) e Serviço Social (Portaria nº 647, de 01/03/2005). Em julho de 2006, foram reconhecidos os cursos de Normal Superior habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Magistério da Educação Infantil e Turismo (Portaria nº 405, de 25/07/2006) e Administração, habilitações em Administração de Cidades, Administração Hospitalar, Marketing, Gestão de Negócios e em Gestão Imobiliária (Portaria nº 233, de 07/06/2006).

Entre 2006 e 2014, o portfólio de cursos saltou dos quatro cursos iniciais para um total de 34 cursos de graduação, aumentando significativamente a área de atuação da IES. Há de se destacar a entrada da IES, no âmbito da formação tecnológica com 13 Cursos de Graduação Tecnológica e a adesão ao PRONATEC no ano de 2013.

Em 2015 a IES solicitou o credenciamento para o ensino a distância. E em 2017 a IES foi credenciada como Centro Universitário conforme Portaria MEC nº 1.610, de 28/12/2017, e inclusive, teve o curso de Medicina aprovado com a nota máxima do MEC, conforme Portaria MEC nº1.228 de 28

Em 2018 o CEUNI FAMETRO possuía 65 cursos, sendo 62 em funcionamento e um corpo de 319 professores (horistas, parciais e integrais) todos pós-graduados, e 238 técnicos administrativos com formação que vai desde o ensino médio ao doutorado.

Tabela 1 - Evolução do IGC Contínuo da IES:

2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2021	
IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA	IGC CONT.	IGC FAIXA
2,36	3,00	2,35	3,00	2,37	3,00	2,72	3,00	2,84	3,00	2,88	3,00	2,98	4,00	2,99	4,00	2,93	3,00	3,02	4,00	3,07	4,00	3,12	4,00

Fonte: MEC (2009-2021)

Atualmente oferta 72 cursos de graduação, nas modalidades licenciatura, bacharelado e graduação tecnológica, nas áreas de exatas, agrárias, sociais e humanas e da saúde, 87 cursos de pós-graduação lato sensu distribuídos nas respectivas áreas com pesquisa, extensão e responsabilidade social envolvendo todas as áreas.

O Centro Universitário CEUNI FAMETRO possui CI 4, CI EAD 5 e IGC 4, atualmente é maior IGC do Estado do Amazonas e entre 2014 e 2021, obteve CC final 4 e 5, nas avaliações in loco dos cursos de graduação.

Esta qualidade é mantida na evolução do CI e do IGC contínuo, consolidando a IES como instituição de reconhecida qualidade no Estado, conforme observa-se na tabela 1.

O CEUNI-FAMETRO em 2015 foi 1ª no ranking do IGC, em 2016 foi a única instituição IGC 4 no Estado do Amazonas dentre as públicas e privadas. E em 2017 com IGC 3 o CEUNI FAMETRO continuou sendo a IES primeiro colocada no ranking do IGC das IES do Estado, em 2018 e 2019 novamente 1ª do ranking com o IGC 4, e em 2023 pela 6ª vez consecutiva a 1ª do ranking com IGC 4 conforme se observa na tabela a seguir:

Tabela 2- Ranking do IGC 2021:

N.	Instituição (IES)	IGC 2021	IGC Contínuo
	CENTRO UNIVERSITÁRIO CEUNI - FAMETRO	4	3,121
2	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS- UFAM	4	3,111
3	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS-IFAM	4	2,977
4	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS-UEA	3	2,869
5	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR MATERDEI	3	2,816
6	FACULDADE MARTHA FALCÃO WYDEN	3	2,775
7	FACULDADE BOAS NOVAS	3	2,767
8	CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE MANAUS-ULBRA	3	2,661
9	FACULDADE LA SALLE	3	2,607
10	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	3	2,587
11	FACULDADE ESTÁCIO DO AMAZONAS	3	2,483
12	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FUCAPI	3	2,429
13	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ENSINO SUPERIOR DO AMAZONAS-CIESA	3	2,405
14	FACULDADE UNINORTE	3	2,384
15	ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS-ESBAM	3	2,355
16	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC AMAZONAS	3	2,346
17	UNIVERSIDADE NILTON LINS	3	2,204
18	FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO	3	2,190
19	FACULDADE DO AMAZONAS	3	2,156
20	FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE MANAUS	1	0,935

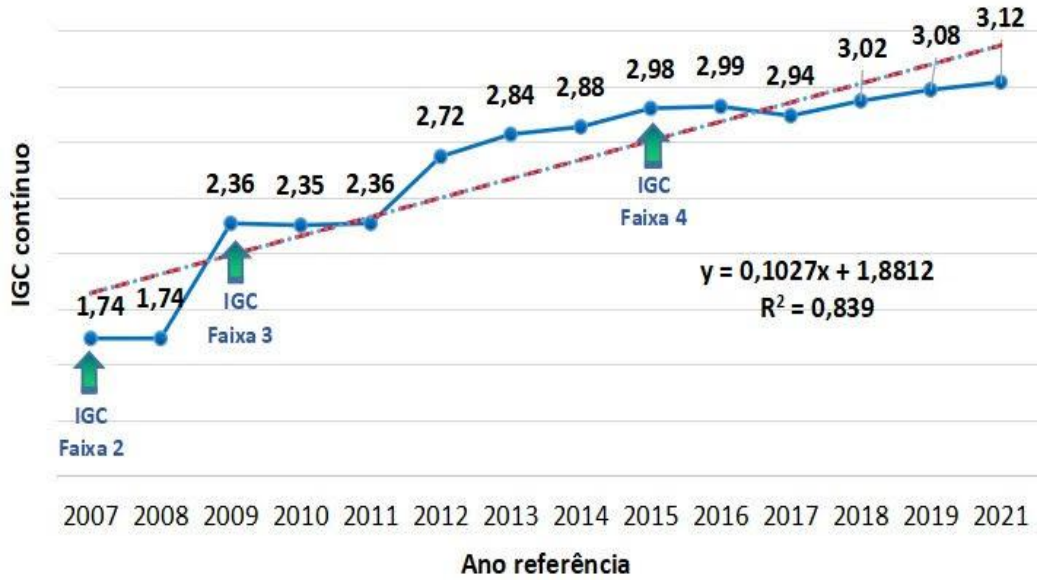
FONTE: EMEC.MEC.GOV.BR

FAMETRO

A figura abaixo, representa a evolução do IGC ao longo 14 anos, esta evolução reforça nossa convicção de que estamos caminhando de maneira contínua na direção do ensino de excelência. No gráfico abaixo, a reta

linear ascendente representa a tendência de aumento linear do IGC ao longo do tempo. O coeficiente de determinação da regressão é classificado como forte e positivo.

Figura 1 – Evolução do IGC contínuo do CEUNI - FAMETRO de 2007 a 2021



O fato do CEUNI FAMETRO ofertar cursos por meio de Bolsas e outras formas de financiamento estudantil, corroborando com sua política de inclusão sócio educacional e sua colocação em 1º lugar na preferência dos candidatos ao programa de bolsas da Prefeitura, reforça a credibilidade da IES perante a sociedade amazonense conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 3- Programas de bolsas e financiamento estudantil /anual:

Programas	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Bolsa Universidade	714	1.599	1.496	896	307	96	96	825	549	1.416
PROUNI (parciais e integrais)	836	1.970	2.584	2.264	2.255	1.372	1.372	2.679	-	1.738
FIES	370	2.094	3.712	3.855	3.424	3.243	3.243	2.896	2.383	2.153
Quero Bolsa	-	-	436	1.102	1.577	-	-	-	-	
Educações	-	-	256	351	370	-	-	-	-	
Bolsa Legal	-	-	-	-	1.706	-	-	-	-	

Fonte: Censo (2013-2022)

No que compete à avaliação in loco, a IES também vem demonstrando evolução de seus indicadores de qualidade de ensino nos últimos 10 anos, vide a tabela a seguir de Conceito de Cursos (CC):

Tabela 4- Conceito das avaliações in loco nos últimos 10 anos:

CÓDIGO DO CURSO	NOME DO CURSO	GRAU	VALOR CC	ANO CC

1259764	Medicina Veterinária	Bacharelado	5	2023
1453389	Sistemas de Informação ZL	Bacharelado	5	2023
1458139	Engenharia da Computação	Bacharelado	5	2023
1453384	Ciências Contábeis ZL	Bacharelado	5	2022
1458189	Gestão Comercial	Tecnológico	4	2022
1453385	Estética e Cosmética ZL	Tecnológico	4	2022
1366242	Educação Física	Licenciatura	4	2022
1458190	Gestão Financeira	Tecnológico	5	2022
1453388	Pedagogia ZL	Licenciatura	5	2022
1453382	Administração ZL	Bacharelado	4	2022
1158378	Odontologia	Bacharelado	5	2022
1458188	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnológico	5	2022
1453386	Gestão de Recursos Humanos ZL	Tecnológico	5	2022
1453387	Logística ZL	Tecnológico	5	2022
1351279	Gestão de Recursos Humanos EAD	Tecnológico	5	2022
1351278	Logística EAD	Tecnológico	5	2022
1454539	Direito ZS	Bacharelado	5	2021
1454238	Direito ZL	Bacharelado	5	2021
1497902	Direito EAD	Bacharelado	4	2021
1454540	Enfermagem ZS	Bacharelado	4	2021
1454365	Enfermagem ZL	Bacharelado	5	2021
1497904	Enfermagem EAD	Bacharelado	5	2021
1454541	Psicologia ZS	Bacharelado	5	2021
1454367	Psicologia ZL	Bacharelado	5	2021
1497905	Psicologia EAD	Bacharelado	5	2021
202013628	Credenciamento Campus Tabatinga		5	2021
1532887	Direito Campus Tabatinga	Bacharelado	4	2021
1532888	Enfermagem Campus Tabatinga	Bacharelado	5	2021
1532889	Psicologia Campus Tabatinga	Bacharelado	5	2021
1304677	Farmácia	Bacharelado	4	2019
1285113	Radiologia	Tecnológico	4	2019
1162836	Engenharia de Produção	Bacharelado	4	2019
201601189	Credenciamento EAD		5	2018
1148864	Engenharia Ambiental e Energias Renováveis	Bacharelado	4	2018
1385538	Medicina	Bacharelado	5	2017
1366242	Educação Física	Bacharelado	4	2017
1153405	Fonoaudiologia	Bacharelado	4	2017
1259759	Estética e Cosmética	Tecnológico	4	2017
1156978	Engenharia Elétrica	Bacharelado	4	2017
1259775	Educação Física	Licenciatura	4	2017
1204411	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	4	2016
1206130	Marketing	Tecnológico	4	2016
102056	Direito	Bacharelado	4	2015

1150707	Gestão da Qualidade	Tecnológico	4	2015
1149905	Logística	Tecnológico	5	2015
1151561	Design Gráfico	Tecnológico	5	2015
54605	Turismo	Bacharelado	5	2014
1151741	Gastronomia	Tecnológico	4	2014
1152558	Gestão de Produção Industrial	Tecnológico	4	2014
1204410	Construção de Edifícios	Tecnológico	4	2014
82666	Ciências Contábeis	Bacharelado	4	2014
1155584	Segurança no Trabalho	Tecnológico	4	2014
1158558	Petróleo e Gás	Tecnológico	4	2014
1259764	Medicina Veterinária	Bacharelado	3	2014
1043904	Química	Licenciatura	4	2013

Fonte: MEC (2013-2023)

A IES por meio do reconhecimento da sociedade amazonense e investindo cada vez mais na educação superior, e segue ofertando em 2023, um total de 72 cursos de graduação nas diversas áreas e modalidade conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 5: Cursos de graduação presenciais

Nº	UNIDADE	CÓDIGO EMEC	CURSO	MODALIDADE	PORTARIA MEC ATUAL	RESOLUÇÃO IES (AUTONOMIA) ATUAL	ATO 2023/1
1	SEDE	54602	Administração	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
2	ZL	1453382	Administração	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
3	ZS	1484201	Administração	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
4	SEDE	1458188	Análise e Des. de Sistemas	Tecnológico		Nº 5 de26/10/2018	Autorização
5	SEDE	99519	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	PORTARIA Nº 109, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
6	SEDE	1043865	Biomedicina	Bacharelado	PORTARIA Nº 109, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
7	ZL	1453383	Biomedicina	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
8	ZS	1484215	Biomedicina	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
9	SEDE	82666	Ciências Contábeis	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
10	ZL	1453384	Ciências Contábeis	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
11	ZS	1484217	Ciências Contábeis	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
12	SEDE	1151561	Design Gráfico	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
13	SEDE	102056	Direito	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
14	ZS	1454539	Direito	Bacharelado	PORTARIA Nº 1233, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021 DOU 01/12/2021		Autorização
15	ZL	1454238	Direito	Bacharelado	PORTARIA Nº 1164, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 DOU 22/10/2021		Autorização
16	SEDE	1259775	Educação Física	Licenciatura	PORTARIA Nº 914 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
17	SEDE	1366242	Educação Física	Bacharelado	PORTARIA Nº 1021 DE 27 DE SETEMBRO		Autorização

					DE 2017 DOU 28/09/2017		
18	SEDE	104478	Enfermagem	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
19	ZS	1454540	Enfermagem	Bacharelado	PORTARIA Nº 1164 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021 DOU 22/10/2021		Autorização
20	ZL	1454365	Enfermagem	Bacharelado	PORTARIA Nº 1081 DE 24 DE SETEMBRO DE 2021 DOU 18/10/2021		Autorização
21	SEDE	1156975	Engenharia Ambiental e Recursos Renováveis	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
22	SEDE	1148864	Engenharia Civil	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
23	ZS	1484220	Engenharia Civil	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
24	SEDE	1458139	Engenharia de Computação	Bacharelado		Nº 3 de 26/10/2018	Autorização
25	SEDE	1458137	Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado		Nº 3 de 26/10/2018	Autorização
26	SEDE	1162836	Engenharia de Produção	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
27	ZS	1484204	Engenharia de Produção	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
28	SEDE	1156978	Engenharia Elétrica	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
29	SEDE	1458138	Engenharia Mecânica	Bacharelado		Nº 3 de 26/10/2018	Autorização
30	ZS	1458193	Engenharia Mecânica	Bacharelado		Nº 6 de 29/10/2018	Autorização
31	SEDE	1259759	Estética e Cosmética	Tecnológico	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
32	ZL	1453385	Estética e Cosmética	Tecnológico		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
33	ZS	1484221	Estética e Cosmética	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
34	SEDE	1304677	Farmácia	Bacharelado	PORTARIA Nº 554 DE 08 DE JUNHO DE 2021 DOU 11/06/2021		Autorização
35	ZL	1458195	Farmácia	Bacharelado		Nº 6 de 29/10/2018	Autorização
36	SEDE	98746	Fisioterapia	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
37	ZS	1484206	Fisioterapia	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
38	SEDE	1153405	Fonoaudiologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 109 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
39	SEDE	1151741	Gastronomia	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
40	SEDE	1458189	Gestão Comercial	Tecnológico		Nº 5 de 26/10/2018	Autorização
41	SEDE	1150707	Gestão da Qualidade	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
42	SEDE	1152558	Gestão da Produção Industrial	Tecnológico	PORTARIA Nº 914 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
43	SEDE	1204411	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
44	ZL	1453386	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
45	ZS	1484234	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
46	SEDE	1458190	Gestão Financeira	Tecnológico		Nº 5 de 26/10/2018	Autorização
47	SEDE	1304682	Jornalismo	Bacharelado	PORTARIA Nº 217 de 13 DE MAIO DE 2019 DOU 14/05/19		Reconhecimento
48	SEDE	1149905	Logística	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
49	ZL	1453387	Logística	Tecnológico		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
50	ZS	1484231	Logística	Tecnológico		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
51	SEDE	1206130	Marketing	Tecnológico	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento

52	SEDE	1385538	Medicina	Bacharelado	PORTARIA Nº1228 de 28 DE NOVEMBRO DE 2017 DOU 29/11/2017		Autorização
53	SEDE	1259764	Medicina Veterinária	Bacharelado	PORTARIA Nº 1041 de 23 DE DEZEMBRO DE 2015 DOU 23/12/2015		Autorização
54	ZS	1484207	Medicina Veterinária	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
55	SEDE	104480	Nutrição	Bacharelado	PORTARIA Nº 949 de 30 DE AGOSTO DE 2021 DOU 31/08/2021		Renovação de Reconhecimento
56	SEDE	1158378	Odontologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 806 de 16 DE DEZEMBRO DE 2016 DOU 19/12/16		Autorização
57	SEDE	99818	Pedagogia	Licenciatura	PORTARIA Nº 914 de 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
58	ZL	1453388	Pedagogia	Licenciatura		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
59	ZS	1484233	Pedagogia	Licenciatura		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
60	ZN	1486415	Pedagogia	Licenciatura		Nº 4 de 10/06/2019	Autorização
61	SEDE	1158558	Petróleo e Gás	Tecnológico	PORTARIA Nº 65 de 28 DE JANEIRO DE 2015 DOU 30/01/15		Reconhecimento
62	SEDE	99652	Psicologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 948 de 30 DE AGOSTO DE 2021 DOU 31/08/2021		Renovação de Reconhecimento
63	ZS	1454541	Psicologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 566 de 31 DE MARÇO DE 2022 DOU 01/04/2022		Autorização
64	ZL	1454367	Psicologia	Bacharelado	PORTARIA Nº 520 de 14 DE MARÇO DE 2022 DOU 15/03/2022		Autorização
65	SEDE	1043904	Química	Licenciatura	PORTARIA Nº 914 de 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
66	SEDE	1285113	Radiologia	Tecnológico	PORTARIA Nº 497 de 24 DE NOVEMBRO DE 2020 DOU 27/11/2020		Autorização
67	SEDE	1155584	Segurança no Trabalho	Tecnológico	PORTARIA Nº 109 de 04 DE FEVEREIRO DE 2021 DOU 05/02/2021		Renovação de Reconhecimento
68	SEDE	82664	Serviço Social	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento
69	SEDE	98595	Sistemas de Informação	Bacharelado	PORTARIA Nº 914 de 27 DE DEZEMBRO DE 2018 DOU 28/12/18		Renovação de Reconhecimento
70	ZL	1453389	Sistemas de Informação	Bacharelado		Nº 4 de 27/07/2018	Autorização
71	ZS	1484236	Sistemas de Informação	Bacharelado		Nº 10 de 15/04/2019	Autorização
72	SEDE	54605	Turismo	Bacharelado	PORTARIA Nº 203, DE 25 DE JUNHO DE 2020 DOU 07/07/2020		Renovação de Reconhecimento

Fonte: MEC (2023)

E o Ceuni Fametro oferta 29 cursos de graduação EAD.

Tabela 6: Cursos de graduação EAD

Nº	CÓDIGO EMEC	CURSO DE GRADUAÇÃO	MODALIDADE	PORTARIA MEC	RESOLUÇÃO IES (AUTONOMIA)	ATO
1	1478302	Administração	Bacharelado		Res.nº 01 de 12/02/2019	Autorização
2	1597235	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
3	1517445	Arquitetura	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
4	1487769	Ciências Contábeis	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
5	1597255	Educação Física	Licenciatura		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
6	1497904	Enfermagem	Bacharelado	Portaria n° 1290 de 25/11/2021		

				DOU 26/11/2021		
7	1487772	Engenharia Civil	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
8	1487771	Eng. Elétrica	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
9	1487776	Estética e Cosmética	Tecnológico		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
10	1600333	Farmácia	Bacharelado		Res.nº 02 de 14/02/2022	Autorização
11	1597236	Gestão Ambiental	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
12	1597235	Gestão Comercial	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
13	1597237	Gestão da Qualidade	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
14	1351279	Gestão de Recursos Humanos	Tecnológico	Portaria provisória Nº 370 de 20.04.2018 Portaria definitiva Nº 137 de 21.03.19 D.O.U. 22/03/19		Autorização
15	1597240	Gestão da Tecnologia da Informação	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
16	1597238	Gestão do Agronegócio	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
17	1597251	Gestão de Segurança Privada	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
18	1597243	Gestão de Turismo	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
19	1597247	Gestão Financeira	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
20	1597248	Gestão Hospitalar	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
21	1597249	Gestão Portuária	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
22	1597250	Gestão Pública	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
23	1351278	Logística	Tecnológico	Portaria provisória Nº 370 de 20.04.2018 Portaria definitiva Nº 137 de 21/03/19 D.O.U. 22/03/19		Autorização
24	1597246	Marketing	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
25	1487777	Nutrição	Bacharelado		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
26	1487790	Pedagogia	Licenciatura		Res.nº 15 de 20/08/2019	Autorização
27	1597253	Processos Gerenciais	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização
28	1487785	Serviço Social	Bacharelado		Res.nº 01 de 12/02/2019	Autorização
29	1597252	Segurança Pública	Tecnológico		Res. n° 13 de 01/12/2021	Autorização

Fonte: MEC (2023)

Ainda para a Modalidade de Ensino à Distância o Centro Universitário conta com um parque tecnológico próprio composto por estúdios, equipe gestora, equipe pedagógica, de suporte em tecnologia da informação e tecnologias educacionais, redatores, revisores e designers que contribuem para a oferta de serviços educacionais

de graduação; pós-graduação e cursos livres à distância para 6 polos próprios no interior do Estado do Amazonas e 3 polos na capital (Manaus), em seu plano de expansão conta hoje com 7 polos ativos no interior do Amazonas e mais dois polos em cidades fora do Estado (Boa Vista e Santarém), além de mais 8 polos em fase de implantação. Atualmente o Núcleo de Educação à Distância oferta 29 cursos de graduação em EAD.

Ressaltamos que a IES também atua no segmento da pós-graduação lato sensu e em 2023 com 87 cursos ofertados nas mais diversas áreas do conhecimento:

Tabela 6- Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

	CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E NEGÓCIOS
1	Administração Pública e Processo Legislativo
2	Administração Pública
3	Auditoria e Perícia contábil
4	Assistência Social e Família
5	Contabilidade, Auditoria e Controladoria
6	Gestão de Negócios com Ênfase em Gerenciamento de Projetos
7	Gestão Financeira de Negócios e Análise de Risco
8	Gestão Comercial e Marketing de Negócios
9	Gestão Organizacional e Recursos Humanos
10	Gestão de Projetos e Planejamento de Equipes
11	Gestão de Compras e Suprimentos
12	Gerontologia e Família
13	Gestão em Políticas Públicas
14	Gestão Estratégica de Serviços e Clientes
15	Gestão de Eventos, Serviços Hoteleiros e Negócios de Turismo
16	Logística empresarial
17	Logística Estratégica e Sistemas de Transporte
18	Logística e Cadeia de Suprimentos
19	Patrimônio Cultural em Centros Urbanos
20	Recursos Humanos: Rotinas e Cálculos Trabalhistas
	DIREITO
21	Ciências Criminais
22	Direito Tributário
23	Direito Processual Civil
24	Direito Educacional
25	Segurança Pública e Direitos Humanos
26	Psicologia Jurídica
	SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL
27	Audiologia Clínica e Ocupacional
28	Análises Clínicas
29	Obesidade e Emagrecimento
30	Bioquímica
31	Doenças Tropicais e Infecciosas
32	Enfermagem do Trabalho
33	Enfermagem em Cardiologia e Hemodinâmica
34	Enfermagem em Urgência e Emergência
35	Enfermagem em Urologia

36	Enfermagem em UTI
37	Enfermagem Geriátrica-Gerontologia
38	Enfermagem Obstétrica
39	Gastronomia Funcional
40	Gestão em Políticas Públicas de Saúde
41	Microbiologia e Imunologia
42	Neuropsicologia
43	Nutrição Clínica
44	Parasitologia e Uriálise
45	Psicologia Hospitalar
46	Reabilitação Musculoesquelética e Desportiva
47	Saúde Coletiva
	ARQUITETURA, ENGENHARIA, PRODUÇÃO E CONTRUÇÃO
48	Arquitetura e Design de Interiores
49	Engenharia de Petróleo e Gás Natural
50	Engenharia de Segurança do Trabalho
51	Engenharia de Produção e Qualidade nos Processos
52	Gestão da Construção Civil
53	Gerenciamento de Obras e Empreendimentos na Construção Civil
54	Gestão Industrial e Processos Produtivos
55	Gestão da Produção e Qualidade
56	Gestão de Projetos em Engenharia e Arquitetura
57	Gestão em Refino de Petróleo, Petroquímica e Biocombustíveis
58	Perícia, Auditoria e Gestão ambiental
59	Planejamento e Orçamento de Obras e Serviços de Engenharia
	EDUCAÇÃO
60	Docência Universitária
61	Docência da Educação Básica
62	Gestão de Ensino a Distância (EAD)
63	Gestão, Supervisão Escolar e Orientação Educacional
64	Metodologia do Ensino à Docência Superior
65	Psicopedagogia e Educação inclusiva
66	Psicopedagogia Clínica e Institucional
	CIÊNCIAS, MATEMÁTICA E COMPUTAÇÃO
67	Banco de Dados
68	Desenvolvimento de Sistemas para Ambiente WEB
69	Redes de Computadores
70	Segurança e Auditoria em Informática
	MBA
71	MBA em Direito Empresarial
72	MBA em Engenharia da Produção e Serviços e Gestão da Qualidade
73	MBA em Gestão de Pessoas e Coaching
74	MBA em Estratégia do Negócio e Competitividade de Mercado
75	MBA em Gerenciamento de Projetos e Resultados
76	MBA em Gestão de Restaurantes e Negócios Alimentícios
77	MBA em Gestão do Varejo e Inteligência Competitiva

78	MBA em Estratégica de Finanças, Auditoria e Controladoria
79	MBA em Gestão Estratégica de Metas e Planejamento Organizacional
80	MBA em Gestão Hospitalar
81	MBA em Gestão de Finanças e Tributos da Zona Franca de Manaus
82	MBA em Licitações e Contratos Administrativos
83	MBA em Recursos Humanos, Gestão de Equipes, Liderança e Resultados
84	MBA em Supply Chain e Management
85	MBA em Gestão de Redes Sociais e Marketing Digital
86	MBA em Lean Manufacturing e Logística
87	MBA em Gestão De Comercio Exterior e Negócios Internacionais

Fonte: MEC (2023)

É importante ressaltar que, como estímulo à busca de conhecimento e crescimento pessoal e profissional, a FAMETRO oferece aos funcionários, alunos e egressos, descontos especiais em todos os cursos de Graduação e Pós-Graduação.

Além da sede e unidades na Cidade de Manaus, o CEUNI FAMETRO está em processo de credenciamento do campus fora de sede na cidade de Tabatinga, com processos de autorização vinculados ao credenciamento dos cursos de Direito, Enfermagem e Psicologia.

2.2. Breve Histórico da Mantida

O Centro Universitário CEUNI FAMETRO tem como mantenedora o INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO - IME, com código e-MEC 1416, cadastrada sob CNPJ 03.817.341/0001-42, sede no Endereço: AV CONSTANTINO NERY, 3204, CHAPADA, CEP: 69050-000, MANAUS/AM (SEDE ADMINISTRATIVA DA IES E POLO EAD) Município de Manaus Estado do Amazonas. CEP 69050-000, de Natureza Jurídica: Sociedade Empresa Limitada, com Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos – sociedade civil, Registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas: 14/11/2000 sob o NIRE: 132003884-53 e protocolo: 00/021448-5 (por ser empresa limitada não possui registro em cartório, somente na JUCEA). Atividade econômica principal: Educação Superior – graduação e pós-graduação, representada legalmente por Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque.

O CEUNI FAMETRO iniciou sua atividade credenciada como faculdade em 03/05/2002, conforme Portaria MEC nº 1337 publicada no D.O.U. em 03/05/2002, recredenciada pela Portaria nº 712 de 08/08/2013, publicada no D.O.U. em 08/08/2013 e com transformação organizacional pela Portaria de Credenciamento como Centro Universitário: nº 1610 de 28/12/2017, publicada no D.O.U. em 29/12/2017, válida por 4 anos, com Endereço na Unidade 1/2: Avenida Constantino Nery, 3000 - Chapada, Município de Manaus. Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001. E atualmente está presente nas principais zonas da cidade e nos interiores.

A primeira mantida foi o Centro Universitário CEUNI FAMETRO, com código e-MEC 2147, com sede no Endereço da Unidade I e II, Av. Constantino Nery, 3.000, bairro Chapada, no município de Manaus, no Estado do Amazonas, CEP: 69.050-000 trata-se de uma instituição de ensino superior privada amazonense de gestão familiar, atuando a 18 anos no segmento educacional.

No ato do credenciamento da IES, dois cursos foram autorizados: Administração com habilitação em Gestão de Negócios e Administração com habilitação em Gestão de Cidades (Portaria nº 1.338, de 02/05/2002) e Turismo (Portaria nº. 1.339, de 02/05/2002). Em outubro daquele mesmo ano, foi autorizado o curso Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil (Portaria nº. 3.003, de 24/10/2002). Em março de 2005, foram autorizadas as habilitações para o curso de Administração (Portaria nº. 724, de 03/03/2005), Gestão Imobiliária, Gestão Hospitalar e Gestão de Marketing.

Em março de 2005, foram autorizados os cursos de Ciências Contábeis (Portaria nº 648, de 01/03/2005) e Serviço Social (Portaria nº 647, de 01/03/2005). Em julho de 2006, foram reconhecidos os cursos de Normal Superior habilitação em Magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Magistério da Educação Infantil e Turismo (Portaria nº 405, de 25/07/2006) e Administração, habilitações em Administração de Cidades, Administração Hospitalar, Marketing, Gestão de Negócios e em Gestão Imobiliária (Portaria nº 233, de 07/06/2006).

Entre 2006 e 2014, o portfólio de cursos saltou dos quatro cursos iniciais para um total de 34 cursos de graduação, aumentando significativamente a área de atuação da IES. Há de se destacar a entrada da IES, no âmbito da formação tecnológica com 13 Cursos de Graduação Tecnológica e a adesão ao PRONATEC no ano de 2013.

Em 2015 a IES solicitou o credenciamento para o ensino a distância, obtendo nota 5. Mais tarde em 2017 a IES foi credenciada como Centro Universitário conforme Portaria MEC nº 1.610, de 28/12/2017, e na sequência, teve o curso de Medicina aprovado com a nota máxima do MEC, conforme Portaria MEC nº 1.228 de 28 de novembro de 2017, publicada no D.O.U. em 29/11/2017.

Em 2018 o CEUNI FAMETRO possuía 65 cursos, sendo 62 em funcionamento, nas modalidades licenciatura, bacharelado e graduação tecnológica, nas áreas de exatas, agrárias, sociais e humanas e da saúde, com um corpo de 319 professores (horistas, parciais e integrais) todos pós-graduados, e 238 técnicos administrativos com formação que vai desde o ensino médio ao doutorado (CENSO, 2019).

Em 2020 oferta 77 cursos de graduação presenciais, 21 cursos de graduação EAD, e 87 cursos de pós-graduação lato sensu distribuídos nas respectivas áreas com pesquisa, extensão e responsabilidade social envolvendo todas as áreas, 382 docentes e 286 técnicos administrativos (CENSO 2020).

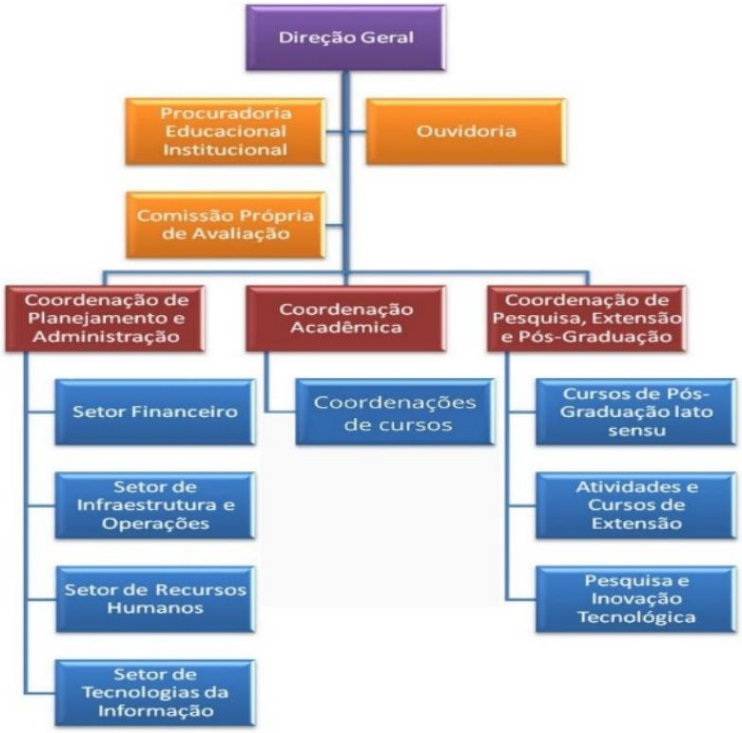
O Centro Universitário CeUni FAMETRO, tem 18 anos de existência, com um portfólio completo nas três áreas de conhecimento: humanas, exatas, biológicas – incluindo a oferta do Curso de Medicina. Atua nos níveis de graduação (licenciatura; bacharelado e graduação tecnológica). Seu corpo docente é formado por mais de 400 professores (horistas, parciais e integrais) todos pós-graduados nos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Conta com corpo técnico administrativo das mais diversas áreas e com formação desde o ensino médio até o doutorado. Todo esse capital humano tem contribuído para que o Centro Universitário possa atuar nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, nas diversas áreas do conhecimento, apresentando CI 4, CI EAD 5, IGC 4, figurando como 1ª do ranking das IES públicas e privadas no Estado.

A missão institucional tem permitido a democratização do acesso ao Ensino Superior, tem contribuído para a empregabilidade na cidade de Manaus, e influenciado positivamente os índices de desenvolvimento econômico e humano da cidade de Manaus. Portanto, o Centro Universitário oferece o menor preço entre os cursos de graduação presenciais ofertados, haja vista a política de inclusão socioeducacional, como forma de o aluno ter condições de realizar um curso superior, uma vez que uma parcela significativa da população local é excluída do acesso a este nível de ensino.

A Instituição por meio do seu Plano Anual de Gestão vem progressivamente alcançando melhores resultados no campo acadêmicos e administrativo, os quais podem ser observados por intermédio dos índices oficiais da IES, por meio do crescimento na oferta de número e de vagas em seus cursos, pelo incremento do seu portfólio de cursos de graduação a partir de novas autorizações e por fim no aumento gradual e constante no número de matrículas na IES.

O fato de a IES ofertar cursos por meio de Bolsas e outras formas de financiamento estudantil, corroborando com sua política de inclusão socioeducacional e sua colocação em 1º lugar na preferência dos candidatos ao programa de bolsas da Prefeitura, reforça a nossa credibilidade perante a sociedade amazonense, conforme demonstra a tabela a seguir:

2.3 Organograma



3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

3.1 Nome e atos legais do curso:

Curso Superior de Graduação em Enfermagem

Cadastrado no e-MEC em: 2011

Curso em Processo de Ato Regulatório: EM PROCESSO DE RECREDENCIAMENTO DA IES

3.2 Relato do Processo de Construção/Implantação/Consolidação do PPC:

O PPC foi construído pelo NDE do curso observando-se as diretrizes curriculares nacionais do curso de Graduação em Enfermagem, a RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 3, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001, as demais diretrizes pertinentes ao ensino superior, o PDI da IES bem como as necessidades locais e regionais para formação do Enfermeiro.

A implantação ocorre a partir da primeira turma do curso com o acompanhamento do NDE e do colegiado e a consolidação ocorre na medida em que se buscam melhorias para o curso com base na análise das avaliações internas e externas, e reuniões periódicas do NDE e colegiado, bem como, por meio da elaboração conjunta do Plano acadêmico-administrativo do curso nas Semanas Pedagógicas.

3.3 Endereço de Funcionamento do Curso

Endereço: Constantino Nery, 1.937- Bairro Chapada, município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001 e Unidade de produção do material didático do EAD: Avenida Constantino Nery, 3.204 – Bairro Chapada, município de Manaus, Estado do Amazonas. CEP: 69.050-001.

3.4 Atos Legais do Curso e Data da Publicação (Autorização/Reconhecimento/Renovação)

Em Processo de Recredenciamento da IES.

3.5 Conceitos do curso (CC, CPC, ENADE)

CC 3, CPC 4, ENADE 2.

3.6 Número de Vagas do Curso e Turnos de Funcionamentos:

400 vagas anuais - Sendo: matutinos, vespertino e noturno

3.7 Carga Horaria Total do Curso e Tempo Mínimo e Máximo de Integralização:

a) Carga Horária Total do Curso: 4058h
b) Tempo Mínimo para integralização = 10 semestres
Tempo Máximo = 20 semestres.

3.8 Protocolo de Compromisso ou Termo de Saneamento de Deficiência, medidas Cautelares, Termos de Supervisão

Não se aplica

3.9 Perfil do coordenador:

3.9.1 Nome, formação, titulação, tempo de experiência dentro e fora do magistério:

a) Nome: Karine Garcez Mc Comb
b) Formação: Bacharelado em Enfermagem
c) Titulação: Especialista
d) Experiência dentro do magistério superior: 7 anos e 5 meses
e) Experiência fora do magistério superior: 4 anos e 6 meses
f) Tempo de gestão de curso de graduação: 5 anos

3.10 Disciplina em Língua Estrangeira:

A matriz do curso possui a disciplina Inglês e Direitos Humanos e a IES, mantêm convênio com Centro de idiomas para descontos aos nossos alunos de todos os cursos de graduação e pós-graduação.

3.11 Convênio

Além dos convênios com as secretarias para Estágios Supervisionados a Instituição possui também convênios para intercâmbio e mobilidade acadêmica com as universidades de: Évora em Portugal, Bologna na Itália, Nihon Gakko no Paraguai, com o Santander Universidades que mantém convênio com 85 países e com a PUC/Minas para o DINTER em Direito.

3.12 Quantitativo anual do corpo discente, desde o último ato autorizativo (ingressantes matriculados em TCC, participantes de projetos de pesquisa por ano, participantes em projetos de extensão por ano, participantes de financiamento por ano

Não se aplica

3.13 Justificativa para a criação do curso e número de IES que ofertam o curso no Município:

As mudanças operadas na política de saúde do país em atenção ao perfil epidemiológico e as diretrizes do SUS têm levado a criação de novos atores e ampliação de papéis dos profissionais que já estão na área. A compreensão da situação de saúde do povo brasileiro e a localização desses problemas têm conduzido o setor saúde a estabelecer novas prioridades.

Nesta perspectiva, a formação em Enfermagem deve estar pautada em uma prática social que se qualifica como concreta possibilidade de cooperação no processo de mudança e transformação da sociedade, com iniciativas pontuais e continuadas, nas diversas etapas da formação discente, buscando discutir a biodiversidade na Amazônia no campo da educação, saúde, ambiente e tecnologia.

A concepção da saúde como um direito universal, igualitário e equânime, o reconhecimento da participação da população como uma forma de controle social exige novas posturas dos profissionais e novos reordenamentos na operacionalização das políticas de saúde. Neste processo, o enfermeiro tem sido identificado como um profissional capaz de contribuir para a efetivação desta política.

Neste contexto, a garantia da integralidade da assistência, o avanço tecnológico que garante novas descobertas e gera novos procedimentos tem exigido da academia um investimento maior no processo de formação, com vistas a preparar o futuro profissional para a assistência nos diversos níveis de complexidade.

Assim, a demanda da sociedade e mercado de trabalho, as condições geográficas e as necessidades técnicas do desenvolvimento respondem, afirmativamente, à necessidade social de Curso de Enfermagem no Estado, em especifico no Interior, como instrumento de democratização do acesso à educação superior pela sociedade.

Desta forma, o curso de Bacharelado em Enfermagem da FAMETRO está imbuído no compromisso de formar profissionais enfermeiros, generalista, com sólida formação geral, humanística, crítica, reflexiva e ética, com a capacidade e competência para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo, com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana, da saúde integral do ser humano e tendo como transversalidade em sua prática, sempre, a determinação social do processo de saúde e doença. Aptos a intervir na realidade do Brasil e, principalmente, na Região Amazônica, tendo em vista o reconhecimento das dificuldades e potencialidades, em especial da cidade, e que possam contribuir no processo de mudanças e melhoria da qualidade de vida da sociedade.

3.14 Demandas de Natureza Econômica

O Amazonas, maior extensão territorial do Brasil, possui o maior PIB da região norte e nordeste, atingindo cerca de R$ 98,754 bilhões em 2019. De acordo com os estudos da SEDECTI - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, o setor da Indústria totalizou um montante de R$ 29 bilhões, o Setor de Serviços totalizou um valor de R$ 48 bilhões, e o setor agropecuário contribuiu com R$ 6,5 bilhões no quarto trimestre de 2019.

A capital do Estado é a cidade de Manaus, que tem uma contribuição expressiva na região com um PIB de R$ 73 bilhões de reais, com participação de 78,54% do PIB do estado em 2019. O município de Manaus corresponde a 94,54% da Indústria do Estado.

O polo agropecuário abriga projetos relacionados à produção de alimentos, piscicultura, beneficiamento, dentre outros.

O setor terciário, conhecido por abranger as atividades de comércio de bens e prestação de serviços, demonstra expressiva relevância na economia brasileira é não é diferente em Manaus, onde o setor é composto de: Comércio e serviços de manutenção e reparação; Transportes e armazenagem e correio; Serviços de alojamento e alimentação; Atividades imobiliárias e aluguel; Serviços prestados às empresas; Serviços prestados

às famílias e associativos; Serviços de informação; Intermediação financeira, seguros e previdência complementar; Administração, saúde e educação públicas; Saúde e educação mercantis; Serviços domésticos.

O segmento de comércio teve seu grande destaque na década de 80 com o modelo de economia fechada. Atualmente o setor de comércio e serviços possui grande relevância, pois representa 51,92% da participação do PIB da região. E a Câmara dos Dirigentes Lojistas do Amazonas - CDL regulamenta a atividade mercantil realizada pela cidade através da prestação de serviços e comércio. O apoio aos profissionais ativistas no comércio local oportuniza soluções e suporte ao desenvolvimento das atividades comerciais, orientando e defendendo os interesses dos comerciantes e prestadores de serviços.

A Junta Comercial do Estado do Amazonas- JUCEA registrou, no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2019, 1.310 novas empresas no Amazonas, um crescimento de 5,3% em comparação a mesma data em 2018. O balanço, ainda, aponta que a maioria das novas constituições, mais precisamente 668 registros, são do tipo Empresa Individual (EI), empreendedor que atua como o único titular de seu negócio, sendo este uma pessoa física e sem a presença de outros sócios, não se enquadrando como Microempreendedor individual (MEI).

Outro dado interessante é que no segundo semestre de 2019, cerca de 90 lojas de diversos segmentos foram inauguradas em todo o Estado. E comparando o resultado estimado para 2019 de alguns segmentos do varejo com o apurado em 2018, os setores de bens duráveis são os que mais se destacaram, com crescimento de 8%; os semi e não duráveis cresceram em um patamar de 5%, em média. As lojas de móveis e decoração, de materiais de construção, de autopeças e acessórios e as farmácias e perfumarias registraram dois dígitos de aumento nas vendas em comparação a 2018.

A indústria é a base da sustentação da Zona Franca de Manaus, modelo de incentivos fiscais que protege a floresta e impede o desmatamento da região, instalada em 1967 e aprovada até 2.073, a ZFM gera 770 mil empregos diretos e indiretos. Dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) atestam que em 2019, só o Polo Industrial de Manaus contava com um Setor Industrial consolidado e tecnologicamente avançado, formado por cerca de 450 empresas com projetos incentivados pelos órgãos de desenvolvimento do Estado do Amazonas e do Governo Federal, gerando mais de 92 mil postos de trabalho, sendo que 03 subsetores empregam juntos 60% do total de funcionários do PIM, a área de eletroeletrônicos, duas rodas e de termoplásticos. Esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicam em novas e volumosas demandas por serviços educacionais.

Nesta região encontra-se o maior hospital estadual, O Pronto Socorro João Lúcio Machado, que atende as principais urgências do Amazonas. Assim como também o Pronto Socorro Platão Araújo, Fundação de Medicina Tropical Drº Heitor Vieira Dourado (FMT-HVD), Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas, além da maior maternidade da Região Norte do Brasil, a Maternidade Ana Braga e Redes Privadas.

3.15 Demandas de Natureza Social

O Amazonas tem uma área de 1.559.161.814 km² com população de 3.480.937 habitantes, população estimada de 4.144.597 pessoas em 2019 e a projeção de 4.477.266 para 2020 (IBGE).

A capital Manaus concentra em torno de 60% da população do Estado, um total de 2.182.763 habitantes (estimado de 2019), distribuídos em uma área de 11.458 km². A taxa da população ocupada é de 23,7%, o salário médio dos trabalhadores formais é de 3,05 salários mínimos e 37,9% da população possui renda per capita de ½ salário mínimo (2017).

Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 7ª cidade no ranking das cidades mais populosas do país e a 7ª mais rica do país no ranking do PIB das cidades do país.

O IDH de Manaus é considerado alto de 0,737, entretanto, o mesmo não ocorre na Região Metropolitana de Manaus, também conhecida como Grande Manaus, criada pela Lei Complementar Estadual n.52 de 30 de maio de 2007, que é formada por 13 municípios, em sua maioria, com um IDH abaixo da média nacional, conforme se observa na tabela do IBGE.

Município	Legislação[60]	Área territorial (km²)[61]	População (2019)[62]	PIB (2016)[13]	IDH-M (2010)[63]
Autazes	30.04.2009 (LC N.64)	7.652,851	39.565	R$ 287,7 milhões	0,577 baixo
Careiro	30.04.2009 (LC N.64)	6.096,210	37.869	R$ 241,6 milhões	0,557 baixo
Careiro da Várzea	30.05.2007 (LC N.52)	2.627,474	30.225	R$ 295,1 milhões	0,568 baixo
Iranduba	30.05.2007 (LC N.52)	2.216,817	48.296	R$ 636 milhões	0,613 médio
Itacoatiara	30.05.2007 (LC N.52)	8.891,906	101.337	R$ 2 bilhões	0,644 médio
Itapiranga	30.04.2009 (LC N.64)	4.335,075	9.148	R$ 100,5 milhões	0,654 médio
Manacapuru	27.12.2007 (LC N.59)	7.336,579	97.377	R$ 1,2 bilhão	0,614 médio
Manaquiri	30.04.2009 (LC N.64)	3.973,259	32.105	R$ 249,8 milhões	0,596 baixo
Manaus	30.05.2007 (LC N.52)	11.401,092	2.182.763	R$ 70,2 bilhões	0,737 alto
Novo Airão	30.05.2007 (LC N.52)	37.805,257	19.454	R$ 120,5 milhões	0,570 baixo
Presidente Figueiredo	30.05.2007 (LC N.52)	25.412,265	36.279	R$ 546,2 milhões	0,647 médio
Rio Preto da Eva	30.05.2007 (LC N.52)	5.815,622	33.347	R$ 445,1 milhões	0,611 médio
Silves	30.04.2009 (LC N.64)	3.723,382	9.171	R$ 97,9 milhões	0,632 médio
Total		127.287,789	2.676.936	R$ 76,6 bilhões	0,720 alto

Fonte: IBGE

De acordo como Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, no campo da saúde, a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no Estado é de 17,2 óbitos por mil nascidos vivos, em 2018, e 14, 52 em Manaus, sendo que uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas é que a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil e a expectativa de vida aumentou de 76 para 76,3 anos de idade.

Apesar da diminuição da mortalidade infantil e do aumento da expectativa de vida ao nascer no estado, a projeção 2018 revela que o Amazonas ocupa a 6ª posição entre as unidades da Federação com maior número de mortalidade infantil. Também possui a 6ª pior expectativa de vida ao nascer dentre as unidades da Federação.

De acordo com pesquisa realizada por Barbosa (2004), as cinco principais causas de mortalidade geral mantiveram-se relativamente estáveis nos últimos seis anos na capital Manaus e descreve que o primeiro lugar corresponde a sinais e sintomas anormais com 18,98 %, o que mostra a deficiente qualidade do registro e a sub-notificação de óbitos. Concorre para essa situação a inexistência do Serviço Municipal de Verificação de Óbito, especificamente de óbitos domiciliares, exigido por lei municipal desde julho de 1994 mas nunca implantado.

Em segundo lugar figuram as doenças do aparelho circulatório com 15,17%. Neste grupo, a principal causa deve-se às doenças do aparelho circulatório propriamente dito, seguido das doenças cérebro vasculares e outras. A mudança no modo de vida e trabalho da população manauense, oriunda em sua grande maioria da zona rural amazônica e inserida num ritmo de vida característico de um grande centro municipal, contribuiu com a ascensão dessa causa.

Em terceiro lugar, aparecem as neoplasias com 13,94% confirmando a necessidade de extensão de cuidados pelo sistema aos doentes com afecções crônico-degenerativas, demanda esperada com base no aumento da população idosa evidenciada pelo indicador demográfico (incremento de 40% na década 1991 – 2000).

No quarto lugar em 2000, figuram os óbitos por causas externas, com 13,8%, principalmente por homicídios. Estes respondem por 32,44%, das mortes, superior aos 19,66% apresentados pelo Amazonas no mesmo ano. Os óbitos por homicídios estão estreitamente vinculados às situações de desigualdade sociais já assinaladas. Os agravos e mortes causados pela violência e acidentes, revelam a necessidade de contar com serviços de urgência e emergência bem estruturados, além da assistência hospitalar com suporte adequado de leitos para retaguarda, que deverão ser complementados com projetos sociais que objetivem diminuir as tensões geradoras da violência urbana entre os jovens e prevenir os atropelamentos entre os idosos, pois a vulnerabilidade deste grupo tende a aumentar com o crescimento da longevidade.

Em quinto lugar, encontram-se as afecções no período perinatal com 13,12%, sendo os transtornos respiratórios e cardiovasculares os mais frequentes. Essas causas estão relacionadas à precariedade do acompanhamento perinatal e da atenção ao parto, ainda que em Manaus a cobertura de consultas de pré-natal (acima de 4 consultas por gestante) na atenção básica, tenha sido de 85% em 2003. No entanto quando se considera a consulta de puerpério totalizando mais de 6 consultas por gestantes, esse percentual reduz para 30% no mesmo ano (SMS, 2004).

Vale destacar a situação especial da gravidez na adolescência que tem despertado o interesse e a preocupação de pesquisadores e profissionais de saúde como um fator determinante para baixo peso ao nascer e prematuridade, além de estarem frequentemente associadas à baixa escolaridade, pobreza e mortalidade infantil, o que indica a necessidade de se viabilizar políticas adequadas de atendimento a essas mulheres que estão engravidando em condições de vida desfavorável.

Quanto às morbidades predominantes no município de Manaus em 2003, do ponto de vista epidemiológico, dentre as doenças e agravos notificados pelo Sistema de Informação de Notificação de Agravos e Morbidade (SINAM), sobressaem: Malária, Dengue, Hanseníase, Tuberculose, Hepatite Viral e AIDS (SMS, 2003).

O quadro da saúde no Estado do Amazonas é agravado pela falta de médicos. quadro de desigualdade na distribuição geográfica medido também entre os estados, as capitais e os municípios do interior. O Sudeste é a região com maior densidade médica por habitante (razão de 2,81) contra 1,16, no Norte.

O Amazonas possui, atualmente, 4.844 médicos, o que representa 1,2 profissional para cada mil habitantes, número abaixo da média brasileira, hoje em 2 médicos para cada mil residentes no País e abaixo do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2,5 médicos para cada mil habitantes, dados do estudo Demografia Médica no Brasil elaborado pelos Conselhos Federal de Medicina (CFM) e Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp).

Do total de 4.844 médicos do Amazonas, 4.508 estão na capital e 336 (6,9%) atendem em 62 municípios, espalhados por uma área de 1,57 milhão de km2. Tal contexto demonstra necessidades a serem atendidas na área da saúde.

Na área educacional apesar dos números promissores, ainda há muito que ser feito pela educação superior brasileira e principalmente no Amazonas.

Relatório publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o *"Education at a Glance"* avaliou as 45 nações membros ou parceiras da organização. Segundo o estudo, apenas 21% dos brasileiros de 25 a 34 anos têm ensino superior completo. Enquanto, a média dos países que fazem parte da OCDE é em torno de 44%.

Para melhorar este cenário, é preciso fortalecer as instituições de ensino superior no Brasil. Ou seja, é necessário investir maciçamente nos professores, na melhoria da qualidade do ensino, no desenvolvimento de pesquisas e em tecnologia.

Com 41,9% da população brasileira, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a região Sudeste domina o ranking. No total, 04 estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) possuem 1.157 instituições de ensino superior no Brasil, segundo indicadores do Inep.

Na segunda colocação está a região Nordeste, com 432. Em seguida, vem o Sul do país que soma 389 instituições de ensino superior no Brasil. O Centro-Oeste com 235 e por último, o Norte com apenas 152 instituições.

Dados do Mapa do Ensino Superior (2019) dão conta que o estado do Amazonas possui taxa de escolarização líquida de 15,0%, que estima o percentual de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação ao total da população nessa mesma faixa etária.

A primeira consideração a se fazer diz respeito à história tardia do ensino superior privado no Estado do Amazonas tendo iniciado pelos idos da década de 1990, portanto existe uma demanda latente pelo acesso ao ensino superior.

O estado é formado por quatro mesorregiões (totalizando 62 municípios) e concentra, em suas 21 instituições de ensino superior, 2,1% das matrículas em cursos presenciais do país, ou seja, 140,1 mil estudantes.

A mesorregião do Centro Amazonense detém 94,6% dessas matrículas. Em 2017, na rede privada houve um pequeno aumento nas matrículas, que passaram de 89,6 mil para 90,1 mil. Na rede pública, o decréscimo foi de 2,6%, totalizando 50,0 mil contra 51,3 mil de 2016.

Com 26 IES que oferecem ensino a distância, o estado do Amazonas registrou 26,1 mil matrículas em 2017. Na rede privada, entre 2016 e 2017, ocorreu um acréscimo de 28,7%, chegando a 24,4 mil matrículas. Na rede pública, o crescimento no mesmo período foi ainda mais expressivo, computando 1,7 mil matrículas (contra 765 de 2016). Das quatro mesorregiões do estado, a Centro Amazonense registrou 94,1% do total de matrículas EAD (24,5 mil matrículas).

O número de ingressantes (que iniciam o 1º ano) em cursos presenciais no estado do Amazonas apresentou queda de 5,6%, no período de 2016 a 2017 (44,0 mil para 41,5 mil). Os cursos à distância, no entanto, registraram crescimento de 44,5% no número de ingressantes no mesmo período (de 11,8 mil para 17,0 mil).

O número de concluintes (que finalizam o último ano de um curso), em 2017, ultrapassou 20,0 mil, sendo 17,5 mil em cursos presenciais e 2,5 mil em cursos EAD.

As matrículas nas IES privadas em cursos presenciais tiveram um pequeno crescimento de 0,5% (de 89,6 em 2016 para 90,1 mil em 2017). As IES públicas, também computaram queda de 2,6% nas matrículas (51,3 mil em 2016 para 49,9 mil em 2017).

O curso presencial mais procurado no estado do Amazonas foi Direito, com 10,5 mil matrículas. O curso de Pedagogia teve a maior procura em EAD, registrando mais de 4,7 mil alunos matriculados. Direito foi o curso mais pesquisado na internet, de acordo com dados do mês de janeiro de 2019.

Os 10 cursos presenciais mais procurados pelos estudantes no estado do Amazonas em 2017, na rede privada, foram Direito (10,5 mil matrículas), Enfermagem (7,7 mil), Administração (7,1 mil), Engenharia Civil (5mil), Ciências Contábeis (4mil), Pedagogia (3,8 mi), Psicologia (3,6 mil), Licenciatura em Educação Física (3 mil), Odontologia (2,8 mil), Farmácia (2,5 mil). E os 05 cursos a distância mais procurados foram Pedagogia (4,7 mil), Administração (4,1 mil), Gestão Logística (2,4 mil), Ciências Contábeis (2,2 mil), Gestão de Recursos Humanos (1,8 mil).

A porcentagem de migração entre os cursos presenciais no estado, em 2017, chegou a 19,7%. No mesmo período, o percentual de migração dos cursos a distância chegou a 37,1%.

A procedência de alunos matriculados no ensino superior privado continua predominantemente de alunos do ensino médio público. De acordo com a Secretaria Estadual de Educação A Rede Estadual de Ensino responde por 93,2% da matrícula do Ensino Médio, são 163.682 alunos, sendo 103.777 na capital e 59.905 no interior do Estado. Na modalidade de Educação de Jovens e Adultos encontram-se matriculados 120.171 alunos, sendo 59.935 na esfera municipal, 59.795 estadual e 441 particular.

Porém, os dados críticos são os 23,2% de alunos que interromperam seus estudos na capital, e 20,1% abandonaram os estudos no interior, conforme dados de 2006. A educação brasileira e, em especial a do Amazonas, indica uma questão paradigmática que implica em mudanças e inserções de medidas corretivas ao fluxo escolar se reflete em todas as unidades federadas, qual seja, toda criança e todo jovem aprendendo, e o abandono escolar, que reflete pressões sociais que fazem com que crianças e jovens interrompam seus estudos.

A Educação Profissional representa 11.533 matrículas, sendo 7.282 na capital e 4.251 no interior, dessas 2.064 são na dependência administrativa federal, 5.813 estadual e 3.656 particular. Constata-se um crescente aumento da oferta de profissionalização aos jovens do interior, considerando o aumento da oferta, porém é necessária que esta profissionalização esteja voltada para a especificidade do desenvolvimento sustentável dos municípios do interior.

A educação no Município de Manaus possui uma taxa de analfabetismo de 2,1%, menor que o nível nacional (6,8%). A taxa de analfabetismo no Amazonas foi a 8ª menor dentre as capitais. A maior foi em Rio

Branco (7,5%) e a menor foi em Porto Alegre (1,2%), de acordo com os dados do IBGE em 2018. Sua taxa de escolarização de ensino médio de toda a sua população é de 52,7% e de ensino superior é de 14,8%, sendo a média brasileira de 16,5%.

O Amazonas foi a 26ª rede estadual no crescimento da nota da Prova Brasil de Língua Portuguesa e 23ª posição entre as redes estaduais no ranking da Prova Brasil de Matemática em 2017.

Os dados educacionais apresentados demonstram a relevância dos investimentos em educação.

O Índice de Desenvolvimento Humano- IDH mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Nesse sentido, observa-se diante de todos os dados apresentados que apesar de Manaus apresentar um IDH considerado alto, a maioria dos municípios da Região Metropolitana ainda carece de investimentos em educação, saúde e economia para que desenvolvam uma menor dependência da capital e melhoria da qualidade de vida para seus habitantes.

Ademais, o Amazonas terá de qualificar 142 mil trabalhadores em ocupações industriais nos níveis superior, técnico, qualificação e aperfeiçoamento entre 2019 e 2023 de acordo com dados do Mapa do Trabalho Industrial.

Em Manaus, apesar de a cidade possuir o maior crescimento populacional brasileiro, ainda enfrenta de forma mais severa o problema da escassez de profissionais, o Estado do Amazonas tem investido em média 25% de sua arrecadação, cumprindo sua obrigação como manda a Constituição, mas no ranking do investimento em educação ocupa as últimas posições quando se observa que estados como o Amapá, Mato Grosso do Sul, Paraná, Espírito Santo, São Paulo, Ceará e Sergipe investem em média 30% de sua arrecadação.

A capital Manaus foi preparada econômica e estruturalmente por meio de incentivos fiscais para receber empresas multinacionais, agora cabe a ela o constrangimento do não oferecimento de mão de obra especializada, variável importante na decisão baseada nos custos e benefícios dos investimentos iniciais no Brasil.

Segundo informações do COFEN, 2018, referente ao primeiro trimestre de 2018, existem atualmente no Brasil 517.320 enfermeiros, sendo 17.961 na região Norte. Ainda assim, o quantitativo destes profissionais é insuficiente para atender à demanda da região. Dados de 2019 do Conselho Regional de Enfermagem (COREN) no município de Manaus existem 32.353 técnicos de enfermagem e apenas 10.830 enfermeiros. Ainda assim, o quantitativo destes profissionais é insuficiente para atender à demanda da região.

A necessidade em formar maior contingente de futuros profissionais de enfermagem para a região Norte se dá pela vulnerabilidade da população ribeirinha e indígena, pois a região do Amazonas é prevalente em doenças tropicais, a exemplo destas a malária que é endêmica na região.

Outro fator relevante são os indicadores de saneamento básico. Na capital amazonense, somente 10,18% do esgoto é coletado e apenas 23,80% é tratado. A maior parte do volume de esgoto é despejada diretamente nos igarapés, lagos e no Rio Negro. Questões sanitárias representam grande impacto sobre a saúde da população, pois atuam como veículos para agentes patogênicos.

3.16 Demandas Culturais

Em referência aos aspectos culturais da cidade de Manaus temos uma grande contribuição de nossa população através da miscigenação dos índios com os nordestinos que migraram para o Amazonas durante o período do Ciclo da Borracha. Além desta herança, o período de extração da Borracha deixou ícones da nossa cultura que são conhecidos mundialmente e que geram um comércio expressivo de suvenires, lembranças e objetos locais que fazem referências aos principais atrativos turísticos como o Teatro Amazonas, Palácio da Justiça, Alfândega, dentre outros.

Observa-se também, outros pontos turísticos que ressaltam a riqueza os nossos rios como Encontro das Águas e o Parque Nacional de Anavilhanas e a Floresta Amazônica, considerada o pulmão do mundo e Patrimônio da Humanidade. Outros patrimônios sócios culturais do estado do Amazonas também merecem destaque são o Festival de Parintins, mundialmente conhecidos pela rivalidade de dois bois bumbas no município de Parintins, Festival da Canção de Itacoatiara, Festa do Cupuaçu, entre outros.

O Estado conta com as seguintes diretorias ligadas a Secretaria de Cultura: Administrativa e Financeira; Eventos; Teatro Amazonas; Museus; Centros Culturais; Corpos Artísticos; Parques e Praças Culturais; Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro de Manaus; Liceu de Artes e Ofícios Claudio Santoro/Unidade Parintins; Patrimônio Histórico; Galeria do Largo; Departamento de Literatura; Bibliotecas.

E o resumo dos projetos/programas/serviços da SEC são: Programas: Liceu Manaus e Parintins - ações artísticas e culturais no ensino das artes: cursos regulares e livres nos segmentos da música popular e erudita, dança, teatro, artes plásticas, artes visuais, audiovisuais, cursos especiais e de aplicação pedagógica (orquestra e corais), Gestão de Educação a Distância: Plataforma Virtual de Arte e Cultura Amazônica, quanto a gestão administrativa, recursos humanos, financeiros, infraestrutura e logística das ações artístico-culturais, da Secretaria de Estado de Cultura.

Espaços públicos e Centros Culturais: Povos da Amazônia, Largo de São Sebastião, Palácio da Justiça, Palácio Rio Negro, Professor Gilberto Mestrinho/Sambódromo, Amazonino Mendes (Parintins), Usina Chaminé, Indígena Ajuricaba, Popular Galeria do Largo de São Sebastião Museus: Seringal Vila Paraíso e Casa Eduardo Ribeiro Palacete Provincial. Parques: Senador Jefferson Peres e Rio Negro. Praças: Antônio Bittencourt, Heliodoro Balbi. Teatros: Amazonas, Instalação. Biblioteca Pública

Corpos Artísticos: Bale Experimental do Corpo de Dança do Amazonas; Balé Folclórico do Amazonas; Coral do Amazonas; Corpo de Dança do Amazonas; Grupo Vocal dos Corpos Artísticos; Madrigal da Casa de Música Ivete Ibiapina; Orquestra Amazonas Band; Orquestra Amazonas Filarmônica; Orquestra de Câmara do Amazonas; Orquestra de Violões do Amazonas; Orquestra Experimental Amazonas Filarmônica.

Eventos: Carnaval e Carnaboi, Festival de Ópera, Festivais Folclóricos, Multieventos, Ações de Arte e Cultura, Atividades de Cultura Popular.

Quanto às tendências para acultura do Estado, uma visão sistêmica da cultura é necessária, buscando o diálogo e as parcerias entre as mais diversas secretarias de governo, como SEDUC, SEAS, SEJUSC, SEJEL, etc, com visão intersetorial das ações e desenvolvendo projetos em conjunto. Outro grande desafio de uma nova gestão cultural para o Estado, gira em torno da popularização e interiorização da cultura de uma forma geral.

A necessidade de ampliar os equipamentos e a utilização dos aparelhos culturais nos bairros de Manaus e nos municípios mais distantes da capital, valorizando e incentivando a produção e a divulgação da cultura popular, indígena e afro amazônica. Além de apoio e incentivo para organização de grupos de cultura popular nos bairros e municípios, e respeito ao protagonismo dos grupos e organizações já existentes nessas localidades.

A população amazonense tem uma cultura vasta e rica, uma das festas principais do Estado é a do boi-bumbá, onde até o carnaval se mistura. No entanto, durante os períodos festivos faltam prevenções sexuais, a população ainda é resistente ao uso de preservativos, e hoje o Estado está em terceiro lugar na incidência de HIV/AIDS, além do aumento nos casos de sífilis.

3.17 Demandas de Natureza Ambiental

A Amazônia é considerada Patrimônio da Humanidade e abriga 50% da biodiversidade de nosso planeta. Na bacia amazônica já foram descritas pela ciência pelo menos 2.000 espécies de peixes, 300 espécies de répteis, 2.600 espécies de aves, e responde por um terço dos recursos hídricos do planeta.

Historicamente, a perda da cobertura vegetal na Amazônia está diretamente ligada a práticas criminosas de exploração de terras. É a chamada expansão da fronteira agrícola. Nesse caso, obtida às custas do desmatamento desenfreado.

A queimada é a prática mais comum utilizada com o objetivo de liberação de uma fração de território para a atividade agropecuária, de fundamental importância para o PIB do Brasil. Com ela, no entanto, uma série de impactos ambientais são imediatamente percebidos, alguns com desdobramentos incalculáveis.

Grande parte dos gases do efeito estufa são emitidos pela queima de combustíveis fósseis e de carvão vegetal, entre outras fontes. E quando imensas áreas florestais são queimadas, a emissão de gases aumenta consideravelmente e também prejudica as pessoas que vivem da floresta. É o caso dos povos indígenas que sobrevivem graças ao uso sustentável que fazem dos recursos da natureza.

Há de se considerar também que a ação dos madeireiros interessados nas queimadas é, em muitos dos casos, acompanhada de violência.

Somadas à ameaça quem vem da própria natureza, temos as doenças provocadas pela poluição. Problemas respiratórios, parasitas ingeridos por consumo de água contaminada e nascimento de crianças prematuras com males congênitos são algumas delas.

Amazônia tem mais de 2,5 mil garimpos ilegais e contaminação por mercúrio vira regra. Outro problema é a poluição com mercúrio, usado por garimpeiros para facilitar a aglutinação de grãos de ouro.

Quando despejado nos rios, o mercúrio contamina peixes e quem se alimenta deles, alojando-se em toda a cadeia alimentar. A intoxicação pela substância pode provocar danos neurológicos e malformação em bebês e essa situação gera um grande debate sobre legalização e destinação de áreas como essa para cooperativas de garimpeiros. Mas as relevantes questões ambientais que envolvem a mineração na Amazônia são o primeiro dos obstáculos. Recuperar o ambiente degradado por anos de exploração custaria milhões e nenhum dos antigos exploradores se importou com isso.

Além da derrubada de árvores, a atividade provoca assoreamento de rios, desvia cursos fluviais e cria lagos artificiais que servem como criatórios de mosquitos. Não por acaso, a malária é comum em zonas de garimpo na Amazônia.

Ainda hoje, a Manaus moderna sofre com o surgimento de invasões, e, apesar do desenvolvimento da capital, os interiores do Estado sofrem com as limitações geográficas o que torna o acesso difícil, ocasionando extremo atraso e pobreza.

Nesse cenário, o Enfermeiro formado pela FAMETRO é preparado para lhe dar com o processo de saúde e doença embasado no conhecimento do desenvolvimento social e ambiental e é capaz de realizar o processo de territorialização focando na população alvo, reconhecendo as necessidades individuais e coletivas, e promovendo através da educação em saúde a prevenção as doenças ocasionadas pelo ambiente.

3. 18 Número de IES que ofertam o curso no Município

Atualmente, no Município temos 16 Instituições de Nível Superior entre faculdades, Universidades e Centro Universitário, ofertam o Curso de Enfermagem. Dessas 13 na modalidade presencial e 03 a distância, sendo 2 públicas e 14 privadas.(fonte: https://emec.mec.gov.br/).

4 DIMENSÃO 1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 Políticas institucionais no âmbito do curso

4.1.1 Política de Ensino

A Política de ensino da IES está fundamentada na construção de relações de ensino/aprendizagem com vistas aos melhores indicadores de qualidade da educação superior, no desenvolvimento de competências do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação e no Catalogo Nacional de Cursos Tecnológicos, bem como em uma formação ética e humanística prezando pela indissociabilidade entre *ensino, pesquisa e extensão* realizada por meio dos programas na graduação e na pós-graduação.

A Política de Ensino da IES considera as diretrizes abaixo:

Atender aos requisitos legais educacionais e as orientações das diretrizes curriculares nacionais para a formação do perfil do egresso, considerando, as demandas da região norte, a missão e visão da IES;

promover a articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do Programa de Articulação Pesquisa, Ensino e Extensão - PAPEERI;

desenvolver o Ensino para a formação de competências e habilidades prevista na DCN, considerando os aspectos de atualização curricular; utilização e desenvolvimento de material didático; oferta de componentes curriculares semipresenciais e promovendo a formação de profissionais capazes de atender as demandas econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais da região;

Promover a disseminação de valores éticos, humanísticos, ambientais e socialmente responsáveis, por intermédio do Programa de Educação Ambiental e o Programa de Educação para os Direitos Humanos obedecendo ao que determina a legislação pertinente;

Promover a qualidade do ensino e a inovação pedagógica estabelecidos no Programa de Qualidade de Ensino e no Programa de Inovação Pedagógica utilizando-se de metodologias ativas por meio da interação teórico prática, da pedagogia de projetos e acessibilidade pedagógica e atitudinal, ensino interdisciplinar, transversal e flexível com processos de avaliação que tenham como foco a aprendizagem e que se dão de maneira somativa - com base na teoria de resposta ao item e, formativa - visando o desenvolvimento de competências;

Atender os estudantes, ofertando apoio acadêmico, pedagógico e psicopedagógico necessários ao suporte de sua vida acadêmica e estudantil, tendo como meta o acolhimento ao ingressante, o nivelamento, a monitoria, atividades extracurriculares, a acessibilidade e a permanência do mesmo em condições excelentes de aprendizagem, bem como o acompanhamento de egresso, por meio do Programa de Apoio ao Discente; Programa de Acessibilidade e Programa de Acompanhamento do Egresso;

Promover a gestão participativa por meio dos NDE's e colegiados docentes e discentes, garantindo inclusive a representatividade discente em órgãos colegiados;

Desenvolver o Programa de Monitoria, como estímulo a formação de novos quadros docentes.

Focada nessas diretrizes norteadoras, a IES define os seguintes princípios que servirão como base de sua política de ensino:

Princípio da proximidade: recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido;

Princípio da direção: recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a sequência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas;

Princípio da adequação: recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem;

Princípio da participação: recomenda que se observem, nos alunos em formação, em todas as áreas, a atividade, o envolvimento, o estudo, a atenção, o trabalho com o conhecimento, a organização, a disposição, a conscientização do valor do estudo, da aprendizagem e seus métodos;

Princípio da diversidade: recomenda preservar, em qualquer método de ensino-aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de ideias, a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e criação, o respeito às diferenças e à pluralidade;

Princípio da vivência: aplica-se à consideração ao conhecimento formado no cotidiano e nas práticas anteriores dos alunos, assim como suas experiências atuais, associando-os aos significados do conhecimento teórico e suas relações com fatos da realidade, da vida;

Princípio da descoberta: aplica-se ao conhecimento tanto ao teórico e suas fontes, como ao conhecimento pessoal, de si e do outro, incluindo ainda o conhecimento dos fatos da realidade e a vivência do prazer de aprender;

Princípio da construção do conhecimento: refere-se à sua integração, articulação, irradiação à vida, ao cotidiano, onde se encontram os seus significados concretos;

Princípio da reflexão: recomenda incorporar aos métodos de ensino-aprendizagem os processos de análise, conclusões e avaliação do conhecimento;

Princípio da Interdisciplinaridade e da Transversalidade: pretende-se abordar os conteúdos da formação de maneira a garantir o trânsito interdisciplinar e transversal, ou seja, os conteúdos devem ser abordados de maneira a evidenciar as relações interdisciplinares e transversais do conhecimento, superando a abordagem fragmentada e isolada o saber.

Uma política se constitui como um conjunto de princípios e diretrizes norteadoras que garantem a direção de programas, projetos e ações que tem como finalidade executar e garantir o alcance dos objetivos institucionais, neste sentido, uma política deve ser sempre pensada em termos sistêmicos e em articulação com a Missão e os Valores, atribuídos.

4.1.2 Núcleos de apoio ao ensino

NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica- responsável por assessorar os projetos de inovação tecnológica dos cursos de graduação, com atribuições de:

analisar e emitir parecer sobre a viabilidade técnica e econômica do licenciamento e da transferência de produtos, processos e serviços oriundos da propriedade intelectual;

deliberar sobre propostas e indicações, representações ou consultas de interesse da Faculdade em matéria de inovação tecnológica e proteção da propriedade intelectual;

estabelecer regras e procedimentos para avaliação e classificação de resultados decorrentes de atividades e projetos acadêmicos da IES em atendimento às disposições da Lei nº 10.973/2004, da Lei nº 13.243/2016 e do Decreto nº 9.283/2018;

estabelecer regras e procedimentos para avaliação de solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma dos artigos 22 e 22-A da Lei nº 10.973/2004;

estabelecer regras e procedimentos para a execução, acompanhamento de pedidos de proteção e manutenção dos títulos de propriedade intelectual da IES;

estabelecer regras e procedimentos para a transferência, licenciamento e comercialização de tecnologias da IES.

NAPA - Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade: O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógica/administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente. O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

NADI- Núcleo de Apoio ao Discente: O apoio ao discente do NADI responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra anexo a este.

4.1.3 Programas de Ensino

Esta Política de Ensino se realiza por intermédio dos seguintes programas institucionais, em anexos:

PAPEERI – Programa de Articulação de Pesquisa, Ensino e Extensão e Responsabilidade Social Institucional;

PEA – Programa de Educação Ambiental;

PEDH – Programa de Educação para os Direitos Humanos;

PQE- Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica;

PAD – Programa de Apoio ao Discente.

Os referidos programas estão disponíveis nos apêndices do PCC.

Estes Programas Institucionais por sua vez se desdobram no âmbito dos cursos de graduação nos seguintes Projetos institucionais:

Projeto de Recepção de Calouros;

Projeto de Nivelamento;

Projeto de Monitoria;

Projeto de Atividades Complementares;

Projeto de Atividades Extracurriculares (Natal solidário; Workshop de Empregabilidade; Escola de Líderes; Escola de Empreendedores)

Projeto de Acompanhamento do Desempenho Acadêmico;

Projeto de Monitoramento da Evasão;

Projeto de Atividade Interdisciplinar;

Projeto de Atividade Transversal;

Projeto Artístico Cultural;

Projetos de Articulação de Ensino, Pesquisa e Extensão

Projeto de Responsabilidade Social;

Projeto de Acompanhamento de Egressos.

Os referidos projetos estão disponíveis nos apêndices do PCC.

4.1.4 Ações de Ensino

Desta maneira, a Política de Ensino da IES deve promover ações acadêmico-administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares.

Nesta perspectiva se faz necessário relacionar um dos princípios que regem esta instituição, compreendendo estes como fundamentos das nossas ações de ensino, pesquisa e extensão tendo no horizonte a nossa missão que é formar profissionais para o mercado de trabalho, com princípios humanísticos e éticos. A IES estimula a permanência de seus discentes, mantendo vínculos institucionais, mediante a formação continuada, visando à sua atualização e desenvolvimento científico e profissional, e viabilizando a sua participação em diversas atividades acadêmicas, como:

Ensino -O Ensino na IES é desenvolvido por meio de atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares, que constituem a base da produção de novos conhecimentos a partir de saberes já produzidos mediante conhecimento científicos elaborados pelos docentes da instituição, como com a participação de discentes dos períodos mais avançados do curso, especificamente por meio de produção de artigos e participação em programas de iniciação científicas.

Privilegia-se também outros instrumentos tais como participação em eventos, congressos, seminários específicos de cada curso, culminando em produções acadêmicas. Nesta perspectiva, a política de ensino da IES, propõe que o ensino deve pautar-se nos princípios de: Flexibilização de métodos e concepções pedagógicas; Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; Respeito à diversidade étnica ideológica, cultural; e Valorização dos profissionais envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem. Nossa política de ensino e graduação pensa que os currículos oferecidos devem ainda demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização curricular dos cursos de graduação, a saber:

Flexibilização - sistema integrado e flexível, articulado ao ensino, pesquisa, e ainda possibilidade de o aluno traçar um perfil formativo personalizado podendo cursar disciplinas em outros cursos e aproveitar as mesmas como disciplinas optativas ou atividades complementares. A flexibilidade também é um princípio a ser adotado pela IES, no que diz respeito a acessibilidade pedagógico para os alunos portadores de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, neste sentido são adotados critérios mais flexíveis de tempo para realização de atividades, progressão curricular para que o aluno possa ter seu tempo de aprendizagem considerado no seu percurso formativo.

Extensão - a extensão possibilita ao acadêmico a imersão e de problematização da realidade social devendo este processo ser integrado sempre que possível com a pesquisa e com o próprio ensino.

Problematização - processo pedagógico desenvolvido por meio de situações problemas, com vistas à elaboração de conhecimentos complexos.

Contextualização - processo de articulação, diálogo e reflexão entre teoria e prática, incluindo a valorização do conhecimento extra escolar do aluno (práticas sociais e mundo do trabalho).

Competência- capacidade do docente e do discente de acionar recursos cognitivos, visando resolver situações complexas.

Interdisciplinaridade e Transversalidade- processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou objeto de estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade. Esta se desenvolve a partir de atividades e/ou aulas com conteúdo afins de diferentes disciplinas que se entrecruzam pelo viés da interdisciplinaridade, desta maneira estas ações se constituem com este enfoque. E na transversalidade pela discussão de temas de Educação Ambiental e Educação Étnica Racial por meio da Pedagogia de Projetos.

Educação para os Direitos Humanos- com objetivo central na formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural. Baseada nos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das

diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa.

Por fim, a Política de Ensino do IES pretende realizar os seguintes objetivos:

4.1.5 Objetivo Geral

Promover a construção de relações de ensino/aprendizagem em sala de aula e demais espaços educativos com qualidade socialmente referenciada em índices de avaliações externas e internas, focadas no desenvolvimento de competências expressas no perfil do egresso estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial e a distância, a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

4.1.6 Objetivos Específicos

Elaborar e desenvolver Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, consonantes com as necessidades formativas e do mundo do trabalho para o alcance dos objetivos e da missão institucional, articulados com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

Melhorar continuamente os resultados institucionais;

Ampliar a oferta nos cursos da IES, democratizando o acesso ao ensino superior, por meio da ampliação de vagas e oferta de cursos nos bairros da região;

4.2 Ações Acadêmicas Administrativas

Desta maneira, a Política de Ensino da IES deve promover ações acadêmico-administrativas no âmbito do ensino que incentivem a produção do conhecimento com qualidade relacionada com o seu contexto regional e sem perder de vista a formação humana, ética e tecnológica integrada a partir das inovações metodológicas, tecnológicas da avaliação continuada, das relações teoria-prática e ensino-serviço, da interdisciplinaridade, transversalidade, da educação para os direitos humanos e do incentivo aos percursos curriculares mais abertos, contemplando as atividades complementares. Dentre as ações:

Sistemática de Atualização Curricular- A IES mantém como um dos elementos essenciais de sua política de ensino a elaboração, implantação e desenvolvimento de Projetos Pedagógicos de Curso pautados nos critérios e padrões de qualidade, nas diretrizes curriculares nacionais e demais documentos legais pertinentes, tais como Diretrizes Curriculares Nacionais, Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, normativas dos Conselhos e Entidades de Classe. Também busca o direcionamento de sua política institucional para o ensino e nas aspirações, convicções e necessidades da comunidade interna e externa.

A IES mantém como princípio que os projetos pedagógicos facilitam os processos de articulação e orientação para as ações institucionais; possibilitam definições, quanto às prioridades para a gestão acadêmica; e contribuem para o alcance de maior nível de coesão interinstitucional. Na construção dos projetos pedagógicos adota-se uma concepção que prioriza não só os conteúdos universais, mas também o desenvolvimento de competências e habilidades, na busca do aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do alunado. Os projetos pedagógicos dos cursos estão sintonizados com os novos paradigmas da educação e da sociedade, com isso garante-se uma formação global e crítica aos envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, bem como para se tornarem sujeitos de transformação da realidade, apresentando respostas aos grandes problemas da atualidade. Os Currículos serão ajustados trienalmente considerando o resultado da avaliação interna e externa dos cursos, o resultado do ciclo avaliativo ENADE ou sempre que a legislação concernente tiver alteração.

As ações acadêmicas administrativas propostas para a sistemática de atualização curricular são:

Manter em pleno funcionamento com reuniões periódicas os Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos para acompanhamento e avaliação contínua dos projetos pedagógicos dos cursos, assumindo lugar de protagonista nesse processo conforme determina a Resolução CONAES Nº 01, de 17 de junho de 2010, onde:

Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação são as suas principais funções.

Participação dos Colegiados na aprovação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que são por excelência o espaço de discussão próprio das questões pedagógicas e acadêmicas afetas aos currículos. Os Currículos serão atualizados em periodicidade trienal, ou quando, alguma alteração de fundo e relevante se fizer necessária, advinda de uma determinação legal, normativa ou ainda por algum novo conteúdo surgido. Estas discussões, orientações e deliberações serão registradas em atas de reunião as quais servirão de documento e registro das alterações pretendidas, estas, por sua vez, doravante propostas pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos, e aprovadas em colegiado de curso devem primar por assegurar a qualidade dos currículos e consequentemente do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, as seguintes atividades são desenvolvidas, serão ações prioritárias dos NDE´s e Colegiados:

A revisão contínua dos currículos;

A atualização de programas ementas, bibliografias e planos de ensino, trienalmente;

A criação de novos cursos;

A revisão dos projetos pedagógicos dos cursos trienalmente;

A auto avaliação visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

c) Promover a participação dos docentes na elaboração dos projetos pedagógicos é condição primordial para a IES, uma vez que estará proporcionando a integração das equipes; efetivando a responsabilidade e o envolvimento de todos na consecução dos objetivos propostos; e caracterizando tanto o próprio projeto como as ações e metas neles contidas como parâmetro para o direcionamento de todas as atividades, como também para as necessárias avaliações dos respectivos cursos.

d) Elaborar os projetos pedagógicos dos cursos prevendo a articulação das atividades acadêmicas da Instituição, direcionando objetivos e metas destinadas a promover o desenvolvimento integral do aluno, de maneira a conter núcleos interdisciplinares e transdisciplinares e de Educação para os Direitos Humanos predispostos à flexibilização e integração, tendo o Núcleo Docente Estruturante, um papel fundamental nesse processo.

e) Projetar ações de ensino e extensão em estreita correlação com o ensino, para fortalecimento dos currículos de graduação, articulando programas, integrando professores e alunos e proporcionando dessa forma, o ambiente condutor e desafiador para o desenvolvimento dos conhecimentos e das habilidades, direcionando a qualidade das formações.

f) Realizar de ações de formação para melhoria dos processos pedagógicos, por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente.

g) Currículo voltado para o desenvolvimento de competências no sentido da orientação do ensino para a formação de competências cabe destacar que os conteúdos são considerados em seu aspecto tridimensional, ou seja, na sua face conceitual, atitudinal e procedimental. É claro que nos passa despercebido que tal divisão só é possível do ponto de vista didático, mas nos cabe ressaltar que compreendemos que ao tempo que um conteúdo é um todo unificado, a complexidade atribuída aos mesmos faz crê que devemos observar em que momento uma dimensão de um conteúdo ressalta e exige do professor uma abordagem metodológica distinta.

Assim um conteúdo de natureza procedimental, que enseja um saber fazer, deve conter uma articulação entre uma atitude e um conceito, sem o que, um procedimento adquire uma faceta mecânica de simples reprodução do que já é feito, retirando assim a possibilidade de invenção ou de reinvenção de um saber fazer. Do mesmo modo um conceito sem um contexto que permita ao aluno localizar a aplicação do mesmo, torna-se um conteúdo desprovido de sentido e de significado. E por fim, a aprendizagem de um conceito e suas possíveis aplicações, a realização de uma prática, sua reelaboração e reinvenção deve pressupor que o aluno adquira um conjunto de atitudes compatíveis com a sua inserção social, compromisso cidadão, aliado ao desenvolvimento pessoal e profissional.

Além do princípio da competência, conforme apontam as diretrizes curriculares nacionais, entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas. O estudante deve ser avaliado quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daqueles conteúdos. Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização etc. Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais. Toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os docentes irão:

Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdo, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;

Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdo, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;

Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação;

Interligar a formação baseada em competências com os princípios do ensino da IES e as necessidades do mercado.

No que compete os parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração de currículos nos Projetos Pedagógicos de Curso, a IES, considera que:

A seleção de conteúdo é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade. Os Conteúdos são ainda considerados em seus aspectos cognitivos e técnicos, considerando a sua característica conceitual, procedimental, e atitudinal, estabelecidas nas diretrizes curriculares pertinentes.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos, deve ter em perspectiva:

I. A análise da realidade e o foco nos aspectos da inserção regional da Instituição;

II. As dimensões:

Sócio antropológica, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, consequentemente, a democracia plena;

Psicológica, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;

Epistemológica, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;

Orientada para o desenvolvimento de competências, os conteúdos a ser ensinados devem estar orientados para a construção das competências e habilidades que estruturam o perfil do egresso de cada curso.

A Política de Atualização Curricular da IES, prediz que os currículos se orientem por intermédio das seguintes premissas:

Coerência do currículo com os objetivos do curso;

Coerência do currículo com o perfil do egresso;

Coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia;

Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico-metodológica do curso;

Inter-relação e integração entre as disciplinas;

Dimensionamento correta e de acordo com a natureza dos conteúdos da carga horária teórico-prático dos componentes curriculares;

Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;

Adequação, atualização e relevância da bibliografia;

Currículos baseado na prática interdisciplinar e transversal;

As necessidades do mundo do trabalho e as emergências do mercado de trabalho;

A realidade local/nacional e global.

Desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, onde material didático pode ser definido como instrumento e produto pedagógico utilizado em sala de aula, especificamente como material instrucional que se elabora com finalidade didática. Ou seja, o material didático tem a estrita finalidade de ensinar, fortalecendo o ensino. De natureza diversa, os materiais didáticos podem ser físicos ou virtuais e, podem se constituir em um número significativo de tipos e modelos. Considerando a complexidade e amplitude deste conceito, serão considerados materiais didáticos na IES, em forma impressa e virtual em processo de elaboração:

Cadernos de Textos

Cadernos de Exercícios

Blogs e sites interativos

Livros

Manuais

Revistas Científicas

O desenvolvimento de material didático-pedagógico é muito importante para a análise e seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos dentro dos componentes curriculares, e essa é uma atividade que envolve dedicação do corpo docente e da equipe de apoio técnico da Instituição.

A IES, compreende que o desenvolvimento do material didático deve ter critérios estruturados para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Catálogo Nacional de Cursos Tecnológicos, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

A elaboração de materiais didático-pedagógicos exige uma concepção interdisciplinar, capaz de garantir ao mesmo tempo abrangência, atualização e fundamentação, reunindo conhecimento científico (clássico e contemporâneo) e também valorizar a experiência docente (magistério e profissional).

Como perspectiva de atendimento à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento de materiais didáticos tem o foco na interdisciplinaridade, na aquisição de competências, habilidades e atitudes profissionais condizentes com as expectativas da sociedade e do mercado de trabalho, balizadas pela proposta curricular do curso.

São diretrizes para o desenvolvimento de material didático-pedagógico da IES:

Elaboração de referenciais de conhecimentos fundamentais para a compreensão crítica dos problemas e para a intervenção no contexto social, político e cultural a que se referem;

Desenvolvimento de materiais didáticos pelos autores, a interdisciplinaridade que deve ser alcançada na apresentação de problemas reais enfrentados pelos alunos em seu cotidiano e no desenvolvimento do seu processo de trabalho;

Fornecer conteúdos mínimos que possibilite a organização do conhecimento prévio trazido pelo aluno, indicar referências e, principalmente, estimular o próprio aluno a buscar novos conteúdos;

Fornecer ferramentas e informações necessárias à pesquisa qualificada de novos conteúdos, a partir das necessidades reais do aluno;

Facilitar a aquisição das competências técnicas específicas, como, também, estimular o desenvolvimento de competências necessárias ao trabalho em equipe, à atitude de liderança e à ética profissional;

Construir um material que amplie a visão do aluno, que permita o aprofundamento dos assuntos principais, fornecendo sempre uma vasta bibliografia de apoio, sugestões de sites para navegação, textos para complementação dos assuntos abordados etc.;

Estruturar o material de forma clara, que propicie fácil manuseio e identificação de cada uma de suas partes/elementos;

Prever a inclusão, no material didático, de seções especiais, como, por exemplo, de questões para reflexão, de dicas, de glossário etc., que se constituem recursos para maior interação do aluno com o material; para dialogar com o texto; e, ainda, para facilitar a navegação (em caso de material virtual) e articulação dos

conteúdos. Estas seções, definidas principalmente em função dos objetivos e conteúdos do curso e do público a que ele se destina, devem ser apresentadas de modo a serem claramente identificadas/percebidas pelo aluno quanto ao que elas propõem, devendo estar em perfeita harmonia com o conteúdo e a estrutura do material;

Observação quanto à linguagem utilizada, privilegiando sempre a linguagem clara, objetiva e coloquial, adequada às características dos alunos, principalmente quanto a sua escolaridade, idade e interesses.

4.2.1 Em relação à estrutura de um material didático indicamos que deve conter:

Sumário: o geral, abrangendo os grandes itens contemplados no material;

Apresentação e/ou Introdução: traz considerações gerais dos autores; objetivos do material/curso, importância dos temas tratados, contexto em que a publicação se situa; agradecimentos (se for o caso);

Unidades de Aprendizagem: cada unidade pode ter uma página especial de abertura (opcional), que traria, no mínimo, os seguintes elementos: título da unidade, seu respectivo número e os títulos dos subitens que ela compreende;

Mapa Referencial da Unidade – vem logo após a página de abertura da unidade (caso exista), trazendo informações sobre os grandes blocos temáticos da unidade e os principais assuntos tratados em cada um deles. O desenvolvimento da Unidade propriamente dito, com as atividades ao longo e outras ao final, que necessariamente serão enviadas ao tutor para correção e aferição de nota/conceito.

Referências bibliográficas: podem ser apresentadas para o material como um todo e, nesse caso, devem vir ao final de todos os textos e antes dos anexos; também podem ser específicas para cada Unidade de Aprendizagem do curso, sendo apresentadas ao final delas.

Anexos: ainda em relação à estrutura do material didático, é necessário lembrar que existem critérios editoriais pré-definidos para os elementos que deverão compor as capas e as páginas iniciais do material, que antecedem o sumário.

Em relação ao formato, indicamos que em se tratando de um material didático impresso, o seu formato está diretamente relacionado ao seu feitio, às suas dimensões (largura e altura) expressas em centímetros. O formato é geralmente definido pelos autores em conjunto com o designer, não só em função da estética, mas, principalmente, do objetivo do material, do conteúdo que será veiculado, do público-alvo do curso e da economia de papel, tendo em vista o tipo de corte que será efetuado. São exemplos de formato de material didático impresso:

Formato A4 – bastante usual, com dimensões de 21 x 29,7cm;

Formato oblongo – aquele em que a largura da página é maior que a altura;

Formato almaço – com dimensões de 33 x 44cm, peculiar ao papel almaço, e que, dobrado ao meio, produz o formato ofício;

Formato tablóide – correspondente à metade do formato corrente de um jornal.

Em relação as fontes, parágrafo e entrelinhas: embora o projeto gráfico de um material didático impresso defina a fonte, o parágrafo e o entrelinhamento que serão adotados nos textos, nos títulos, nas legendas das figuras, nas notas de rodapé etc., é recomendável que o original entregue à empresa encarregada da produção gráfica seja digitalizado segundo alguns critérios, visando normalizar e, assim, facilitar a transposição do texto para o programa de edição apropriado. Dentre os critérios para a digitalização dos originais do material didático, em sua forma final, ressaltamos alguns mais relevantes:

Editor de texto – Word

Fonte – Times New Roman,corpo 11

Parágrafo – justificado

Entrelinhas – 1,5

Caixa alta e baixa (Cab) – usar em todo o material, ou seja, nos textos, títulos,

Legendas de figuras etc.

Com o objetivo de estimular os autores a fazerem uma autoavaliação do material didático produzido, nas suas diferentes etapas de elaboração, sugerimos algumas questões para problematização.

Os conteúdos estão dando suporte ao desenvolvimento das competências identificadas;

A linguagem está clara, compreensível, propiciando entendimentos e reflexões;

As estratégias pedagógicas propostas (atividades, questões para reflexão, uso de imagens, casos etc.) possibilitam que o aluno realize uma atividade consciente, reflexiva e crítica;

O material permite partir do contexto do aluno, de suas experiências e vivências para que, a partir delas, ele possa construir o seu próprio conhecimento;

As atividades de avaliação estão contemplando todo o percurso do processo educativo.

4.2.2 Programa de Monitoria

Na IES, o Programa de Monitoria visa favorecer a participação dos alunos na execução de projetos de ensino e na vida acadêmica universitária, além de incentivar a melhoria no processo de ensino e aprendizagem tanto do aluno monitor quanto dos alunos da disciplina. Vários são os compromissos de um Programa de Monitoria Acadêmica, dentre eles o desenvolvimento de autonomia do aluno monitor, o aumento do senso de responsabilidade e a ampliação do vínculo do professor, monitor, alunado.

Como parte da política de Ensino, o Programa de Monitoria na IES, tem os seguintes objetivos:

Fomentar no aluno o interesse pela carreira docente e pelas rotinas do trabalho de pesquisa.

Intensificar a cooperação do corpo discente e a interação entre estudantes de diferentes períodos letivos.

Aprofundar conhecimentos teóricos e práticos dentro da disciplina a que estiver ligado o Monitor(a), por meio do treinamento para transmissão do conhecimento acumulado.

Servir de campo de estágio, apenas aos alunos que estiverem sobre a tutela dos professores da sua área de ensino, tendo acompanhamento dos supervisores de estágio.

São competências atribuídas aos docentes participantes do Programa de Monitoria:

Dar oportunidade ao aluno para que ele acompanhe as atividades didático-científicas da disciplina e/ou grupo de disciplinas, inclusive a preparação e seleção de material para aulas teórico-práticas e trabalhos escolares;

Propiciar ao aluno oportunidade de auxiliar no preparo de trabalhos práticos e experimentais, compatíveis com seu nível de conhecimento e experiência na disciplina e/ou grupo de disciplinas;

Planejar estratégias juntamente com o aluno-monitor para que o mesmo faça um efetivo acompanhamento das turmas;

Elaborar juntamente com o aluno-monitor, o plano de trabalho. Neste plano deve-se pensar em todas as atividades a serem realizadas pelo aluno-monitor e a carga horária a ser dispensada para cada uma delas;

Supervisionar as atividades realizadas pelo aluno-monitor;

Fazer o acompanhamento efetivo do aluno-monitor e auxiliá-lo sempre que lhe for solicitado; reunir-se minimamente uma hora por semana com o monitor para planejar e avaliar os atendimentos aos discentes;

Apresentar à Coordenação de Curso, ao final do semestre letivo, relatório das atividades exercidas, e assinar o formulário de acompanhamento referente às atividades em cada mês do aluno-monitor (ver modelo nos anexos).

São atribuições do aluno monitor:

Interagir com professores e alunos visando um melhor desempenho da aprendizagem, e um bom relacionamento entre docentes e discentes;

Participar de atividades que propiciem o aprofundamento de seus conhecimentos na disciplina objeto da monitoria, através de pesquisas, seminários, monografias, revisão de textos e resenhas bibliográficas;

Exercer suas atividades em consonância com o plano de trabalho elaborado em conjunto com o professor orientador;

Regularmente ou quando for solicitado, apresentar ao professor orientador relatório de suas atividades, envolvendo avaliação do seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que se desenvolveram suas ações;

Entregar mensalmente frequência e relatório assinada pelo professor-orientador à coordenação responsável pela monitoria;

Preencher o cadastro e assinar termo de compromisso por 06 (seis) meses, podendo ser renovado por mais 06 (seis) meses.

Para a seleção de monitores é lançado, na periodicidade semestral, o Edital de Monitoria, dispondo das regras e critérios para seleção de pretensos monitores. No edital constam também as disciplinas disponíveis e ou as atividades educativas e projetos especiais que necessitam de monitores. Ao ser selecionado o monitor estará submetido às normas e protocolos dispostos no Manual de Monitoria que se encontra em anexo a este documento.

4.2.3 Política de Pesquisa

A Política de pesquisa da IES visa o processo de formação científica, tecnológica, artística e cultural na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas e projetos baseada nas DIRETRIZES.

A Política de Pesquisa e Iniciação Científica da IES, no nível da graduação e da pós-graduação, com vistas à inovação tecnológica, científica, artístico e cultural, se baseiam nas seguintes diretrizes:

Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão - visando a responsabilidade social;

Interação dialógica - por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e

Setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;

Transformação social - estando voltada aos interesses e necessidades das comunidades e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;

Pesquisa como processo educativo - na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional.

ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS DA SAÚDE

Grupo de Pesquisa 1: Saúde e Qualidade de Vida

Linhas de Pesquisa:

– Saúde, Prevenção, Qualidade de Vida e Abordagem Multidisciplinar

4.2.4 Programas da pesquisa

PAPREV

É um programa que visa estimular a produção acadêmica e divulgação de resultados das pesquisas dos projetos de iniciação cientifica de docentes e discentes da IES.

Os docentes que forem participar de apresentação de eventos dessa natureza, receberão uma ajuda de custo por titulação Especialista R$ 500,00 (quinhentos reais) Mestre R$ 800,00 (oitocentos reais). Doutor R$ 1.000,00 (mil reais) mediante o atendimento dos seguintes critérios:

Submissão e aprovação do projeto de pesquisa ou de inscrição em evento científico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa da IES ou eventos relacionados as áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;

Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo;

Deferimento da direção em Comunicação Interna C.I da Coordenação de Pesquisa de solicitando a inclusão da ajuda de custo no contracheque do docente;

Parecer analisado pelo setor jurídico para aprovação e em seguida encaminhado para o setor de Recursos Humanos da IES.

O incentivo às publicações cientificas, tecnológicas, artístico e culturais serão estimuladas da seguinte forma aos discentes:

O discente receberá uma ajuda de custo de R$ 500,00 (quinhentos reais) que sairá da arrecadação do CONCIFA- Congresso de Iniciação Científica, mediante os seguintes critérios:

Submissão e aprovação da publicação ou de inscrição em evento cientifico, tecnológico, artístico ou cultural contemplando as linhas de pesquisa ou eventos relacionados às áreas de formação do PAPEERI conforme edital da coordenação de pesquisa;

Entrega de relatório com comprovação de participação em anexo.

PAPEERI

É um programa cujo objetivo é promover a articulação entre o Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Institucional, para a promoção de práticas de ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social na perspectiva da transversalidade Trata-se de um projeto em que existe a inter-relação entre ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social de será realizado por docentes com titulação de mestres e doutores.

PROMICT

Este programa institucional de Iniciação Científica e Tecnológica visa a promoção da indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior. Para o PROMICT, a IES publica edital semestralmente para projetos de IC e de IT, com recursos próprios originados do setor de Extensão - cursos livres da Extensão, para bolsa para os discentes, e forma de desconto no valor de 15% da mensalidade de seu curso. Os projetos terão duração de 01 ano, podendo ser estendido por mais 01 ano.

Dentro do PROMICT, tem-se o convênio da IES com o Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, em que são disponibilizadas 04 bolsas de PIBIT e 02 bolsas de PIBIC, no valor de R$ 400,00 mensais (12 x 400,00 = 4.800,00 anual).

Para o discente, que desenvolve projetos de IC ou IT com duração de 12 meses, podendo se estender por mais 12 meses de acordo com a necessidade e justificativa do projeto com acompanhamento do orientador (com nível de doutorado e coorientador com nível de mestrado), recebe bolsas do CNPq.

PIBIC

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

PIBITI

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ações acadêmico administrativas para a pesquisa, iniciação científica, inovação tecnológica

As ações previstas para a Pesquisa, Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica são:

Apoio financeiro a discentes e docentes para participação em eventos científicos promovidos por outras instituições ou organizações;

Apoio financeiro a docentes para publicação de livros e produção de materiais didático pedagógicos;

Realização do Congresso Científico, aberto a participação da comunidade acadêmica interna e externa, sobre temas emergentes;

Eventos culturais e artísticos, geridos pela Coordenação de Extensão;

Realização de Seminário de Iniciação Científica, por meio dos quais os alunos possam divulgar seus trabalhos científicos em anais;

Portal de Periódicos onde teremos revistas: para a publicação de artigos de docentes e discentes;

Apoio aos Grupos de Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica - GPEDI que contribuam para promoção da melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento regional.

Iniciação científica: Objetivando contribuir para a formação na área de pesquisa, oferecendo programa de iniciação científica com bolsas concedidas mediante a apresentação de projetos de pesquisa orientados por professores da área; (Cf. o manual de pesquisa). O curso estimula a iniciação científica por meio de:

Incentivar pesquisadores produtivos a envolverem os alunos de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição;

Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os alunos mediante suas participações em projetos de pesquisa;

Aprimorar o processo de formação dos alunos visando sua qualificação profissional para o setor produtivo e empreendedor;

Estímulo à formação de estudantes do ensino superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e informação;

Os professores e os alunos dos cursos de graduação vistos como agentes vitais das atividades de Iniciação Científica;

As atividades de Iniciação Científica desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa também de natureza extracurricular.

Coordenação de Pesquisa e Inovação é responsável pelo suporte ao desenvolvimento e estímulo de atividades de pesquisa e inovação da IES tendo como objetivo regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, critérios de avaliação e instrumentos de apoio à pesquisa.

Desta maneira, busca-se promover a pesquisa cientifica produzida pelo seu corpo acadêmico, baseado no saber local relevante a formação de uma sociedade sustentável com respeito aos princípios éticos e aprimoramento dos processos de ensino, aprendizagem e inovação.

4.2.5 Política de Extensão e Responsabilidade Social

A Extensão da IES é definida, como "prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da população". Isso sugere que a formação profissional só será completa com a aplicação do produto da aprendizagem na sociedade e permite supor que a extensão da IES é fundamental para diminuir as desigualdades sociais existentes, por ser uma associação de processo educativo com as ações culturais e científicas aplicadas à realidade encontrada.

A Política de Extensão da IES visa o processo de formação de pessoas e serviços na geração de conhecimentos entre a faculdade e a comunidade externa articulando ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social institucional por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, visitas técnicas e prestação de serviços extensionistas baseada nas diretrizes:

A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, visando à responsabilidade social;

A interação dialógica por meio do desenvolvimento de relações entre a faculdade e setores sociais em uma troca de saberes para superação de desigualdades e exclusão;

A busca pela transformação social, estando voltada aos interesses e necessidades da comunidade e para a implementação do desenvolvimento regional e de políticas públicas;

Extensão como processo educativo na formação de pessoas e de geração de conhecimento baseado na flexibilização da formação discente para uma formação cidadã em que o discente se reconhece agente da garantia de direitos e deveres e ao mesmo tempo técnica onde o aluno obtém competências necessárias e atuação profissional;

Extensão como processo interdisciplinar;

Extensão como processo solidário.

A indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;

Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico.

Caráter interdisciplinar das ações extensionistas.

A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter à tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade.

Compromisso social da IES na busca de solução dos problemas mais urgentes da maioria da população.

A extensão constitui-se em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a IES concebida como um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo;

Reconhecimento dos saberes tradicionais e da grande relevância das suas interações com o saber acadêmico.

As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação da IES. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora entre IES e sociedade;

Incentivo ao debate permanente em torno da realidade regional propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações locais.

O espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades impares de reflexão acerca da realidade sócio - ambiental da região, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades da região. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

4.2.6 Programas de Extensão

A política de extensão da IES se operacionaliza por meio dos seguintes programas:

PAPEERI Programa de Articulação Ensino Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social;

PAPREV Programa de Apoio a Participação e Realização de Eventos Internos e Externos e à produção Discente e Docente e da Publicação das revistas científicas da FAMETRO;

PEFC – Programa de Educação e Formação Continuada de docentes, discentes e técnicos administrativos.

4.2.7 Projetos de Extensão

Poderão ser encaminhados a coordenação de extensão da IES, propostas de ações de extensão nas modalidades descritas neste Guia de Orientação, em conformidade com as áreas de conhecimento, áreas temáticas e linhas de extensão.

Além desses quesitos, cada proponente deverá embasar sua decisão de encaminhamento nos seguintes aspectos, além de outros que julgar relevantes:

Coerência com a missão e valores institucionais;

Relevância acadêmica, manifestando relação de compromisso com as áreas constantes no projeto pedagógico do curso, bem como aos eixos temáticos de cada disciplina que compõem o currículo, contribuindo para estreitar a relação teoria/prática;

Relevância social, assegurando ações comprometidas com as expectativas sociais, com o desenvolvimento local e regional e com a consolidação das diferentes manifestações culturais;

Viabilidade econômica, sendo autossustentáveis ou com custos compatíveis com a disponibilidade de recursos da instituição e, quando possível, gerando receitas através da prestação de serviços;

Caráter globalizante sistemático (continuidade temporal);

Articulação com as linhas de pesquisa da graduação e pós-graduação;

Previsão de parcerias internas e externas de mecanismos de colaboração interinstitucional que assegurem a efetividade das ações, sendo que as parcerias externas devem ser formalizadas através de contrato de risco para ambas as partes;

Caráter interdisciplinar e/ ou multidisciplinar;

Relação entre a formação acadêmico-profissional do proponente da ação de extensão e a natureza/área de conhecimento da atividade proposta.

Tramitação das Propostas de Extensão

Para efeito de controle interno, as ações de Extensão poderão assumir as seguintes situações:

Em tramitação (TR);

Não iniciado (NI);

Em andamento (AN);

Interrompido temporariamente (IT);

Interrompido definitivamente (ID);

Encerrado (EN);

Concluído (CO);

Cancelado (CA).

Extensão do curso

A Resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/14, que regulamenta as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares. Este documento prevê a obrigatoriedade de no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. Desta maneira o curso de Enfermagem do Centro Universitário Fametro implementou o projeto de curricularização da extensão no semestre 2023/1.

Esta resolução foi editada na linha das estratégias delineadas no Plano Nacional da Educação (PNE) 2014-2024. Portanto, a curricularização da extensão é uma obrigação legal, destinada a aumentar o número de matrículas na educação superior. Os esforços de fomento à extensão possuem alcance e benefícios muito mais amplos, procuram situar o ensino como catalisador de mudança social, podem melhorar o engajamento dos alunos e servir de estratégia de marketing educacional.

A Curricularização da Extensão é um processo que inclui as atividades de extensão no currículo do Curso de Enfermagem do Centro Universitário - FAMETRO, considerando a indissociabilidade do ensino e da pesquisa. Também pode ser chamada de integralização da Extensão. Entre seus objetivos está a formação integral dos discentes para sua atuação profissional, bem como a promoção da transformação social.

A coordenação do curso junto com os professores facilitam o desenvolvimento dos projetos que são realizados pelos alunos na comunidade baseados nas premissas da Política de Extensão e Responsabilidade Social. Conforme quadro a seguir:

PERÍODO	DISCIPLINAS RESPONSAVEIS	CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO
1º	- Funções Biológicas -Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I	**Tema -** Educação em saúde: Fametro na Comunidade **Subtema do Projeto a ser realizado:** Interação ensino e comunidade na atenção primária.
2º	-Mecanismo de Agressão e Defesa -Práticas Profissionais em Saúde Coletiva II	**Tema -** Saúde para Todos: Políticas do Sistema Único de Saúde **Subtema do Projeto a ser realizado:** Interação ensino e comunidade: Demandas de Doenças Emergentes Regionais (doenças com maior índice de notificação).
3º	-Processo Saúde-Doença: Modelo de Interpretação e Intervenção - Fundamentos de Enfermagem	**Tema –** Amazônia: Fatores Ambientais e Saúde **Subtema do Projeto a ser realizado:** Processo Saúde Doença na Amazônia: Fatores Ambientais e o Surgimento de Doenças.

4º	-Políticas Organizacionais em Serviços de Saúde -Sistematização da Assistência de Enfermagem.	**Tema –** Saúde para Todos: Inclusão e Diversidade **Subtema do Projeto a ser realizado:** Políticas Organizacionais e Serviços do Sistema Único de Saúde para a População.
5º	-Enfermagem no Controle das Infecções Hospitalares -Enfermagem na Saúde do Adulto e do Idoso	**Tema -** Saúde na Melhor Idade **Subtema do Projeto a ser realizado:** Qualidade na Assistência.
6º	-Saúde das Populações Indígenas, -Ribeirinhas e Étnico - Raciais Enfermagem na Saúde da Mulher	**Temas –** Práticas Integrativas na Comunidade **Subtema do Projeto a ser realizado:** Saúde das Populações Amazônicas.
7º	-Enfermagem na Saúde do Trabalhador -Administração em Enfermagem	**Tema -** Doenças Emergentes e Reemergentes na Amazônia I **Subtema do Projeto a ser realizado:** Qualidade de Vida e a Saúde do Trabalhador.
8º	- Enfermagem em Saúde Mental - Enfermagem no Processo de Cuidar em Doenças Infecto - Parasitárias	**Tema - Doenças** Emergentes e Reemergentes na Amazônia II **Subtema do Projeto a ser realizado:** Endemias amazônicas.

4.2.8 Política Ambiental

A Política Ambiental da IES, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, a Política Ambiental da IES e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região Amazônica, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas os seguintes princípios:

Ação institucional visando assegurar o equilíbrio do meio ambiente, necessário à sadia qualidade de vida, tendo em vista o uso coletivo;

Planejamento e fiscalização do uso de recursos ambientais;

Controle de atividades com potencial ou efetivamente causadoras de significativa alteração ambiental;

Incentivo à pesquisa, ensino e extensão orientados para o uso racional dos recursos naturais, bem como compreensão da dinâmica socioambiental relacionada;

Educação ambiental crítica em todos os segmentos acadêmicos, inclusive numa perspectiva extensionista, tendo a comunidade como alvo.

Para alcançar os princípios norteadores da presente Política Ambiental, a IES e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos visarão, cotidiana e rotineiramente:

Compatibilizar as atividades institucionais com a manutenção do equilíbrio e da boa qualidade ambiental;

Estabelecer critérios e padrões, normativos e procedimentais, para utilização de recursos ambientais;

Estabelecer padrões e critérios, normativos e procedimentais, para o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, observado o disposto no texto da Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

Desenvolver pesquisa, ensino e extensão orientados para uso racional dos recursos naturais e resolução ou mitigação de questões e conflitos socioambientais;

Desenvolver programas e projetos de educação ambiental, numa perspectiva crítica e participativa, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente, observado o disposto no texto da Lei no 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Serão Instrumentos da Política Ambiental da IES:

1. O Dia Mundial do Meio Ambiente;
2. A Semana da Responsabilidade Social;
3. Cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;
4. Cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade;
5. Pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
6. A publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
7. Incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;
8. Incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;
9. Uso racional da impressão em papel;
10. Reutilização de papel para rascunho de documentos extra-oficias;
11. A coleta seletiva dos resíduos;
12. A utilização de lixeiras para coleta seletiva;
13. A criação de postos de coleta de pilhas e baterias;
14. A destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
15. O estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, de atividades institucionais causadoras de dano ambiental;
16. O tratamento e, quando compatível, o reuso da água.

A preocupação da sociedade com o meio ambiente passou a ser uma questão de sobrevivência para as empresas que estão inseridas nesse ambiente e depende dele para se manterem competitiva no mercado em que atual.

Com isso a IES por meio do curso irá desenvolver os seguintes projetos transversais de educação ambiental.

Tabela - Projetos Transversais de Educação Ambiental previstos para os primeiros anos do curso

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018.1	Fichamento de Artigos sobre o descarte correto de películas radiográficas	Nas atividades transversais voltadas a Educação Ambiental sempre será realizado a metodologia da problematização. Os alunos visitarão a comunidade pré-selecionada, verificarão os principais problemas relacionados ao tema, voltarão a sala de aula para o embasamento científico com o uso de dados epidemiológicos e artigos científicos. Farão a discussão e, por fim, retornarão à comunidade para palestras de Educação Ambiental e orientações de ações para mudança do cenário ou melhorias para o ambiente e sua comunidade.	Todos os períodos vigentes
2019.1	Mulheres Negras nas Organizações		
2020.1	Conscientização das Comunidade: Poluição dos Igarapés		
2021.1	Conhecendo as Etnias indígenas da Região Norte:Respeito as diferenças		
2022.1	Do lixo ao Luxo		
2023.1	Reciclagem Circular e o meio ambiente		

4.2.9 Política de Direitos Humanos

Vivemos em uma sociedade profundamente desigual que apresenta indicadores alarmantes de violência e violação de direitos. Os Mapas da Violência (2013, 2015 e 2016) apresentam dados de evolução dos homicídios por armas de fogo no país, dos homicídios de mulheres e revela indicadores gravíssimos de assassinatos de jovens negros.

Vários estudos brasileiros vêm sistematicamente denunciando essa situação, onde alguns elementos são persistentes: além das elevadas taxas de homicídios por armas de fogo e por violência de gênero (quase sempre doméstica, intrafamiliar e sexual) e racial, temos ainda elevadíssimos índices de mortes por acidentes de trânsito e as ocorrências continuadas de abusos, violências e maus tratos de crianças, jovens e idosos, travestis e transexuais, a violência agrária e contra indígenas, entre outras. Essa situação dramática, todavia, ocorre a partir de padrões históricos de opressão que revela a efetiva concentração destes eventos: na população jovem, negra e do sexo masculino, nas mulheres e nos pobres.

Sabemos também da complexidade e multideterminada que envolve esses fenômenos. Entre os principais fatores que caracterizam a violação de direitos no Brasil encontramos aspectos relacionados a fatores socioeconômicos, conjunturais e estruturais, a fraqueza e descrédito das instituições e a carência do Estado (que deveria ser o maior protetor da vida das pessoas e de seus direitos, mas é com frequência um dos maiores violadores e promotores de mais violência) para administrar a repressão e propiciar a prevenção.

Na dimensão microssocial e da vida cotidiana, é importante destacar a presença de uma cultura naturalizada da violação de direitos em nosso país que se reproduz por meio das formas arraigadas de opressão de populações e segmentos socialmente e historicamente estigmatizados.

Uma forma de intervir nessa situação se encontra nas políticas educacionais, no investimento ostensivo e efetivo em educação, o que exige a restauração da autoridade do Estado para, no mínimo, atenuar essa realidade.

O Estado, além de se constituir como protetor legítimo e como árbitro entre os conflitos que dividem os cidadãos ou os grupos privados tem a competência de fomentar e construir um sistema educacional capaz de disseminar uma cultura dos direitos humanos, dessa forma, fará parte da matriz curricular do curso a disciplina de Direitos Humanos, assim como o tema será trabalhado em Projetos Transversais previstos para os primeiros anos do curso.

4.2.10 Política de Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A Política de Internacionalização da IES consiste na inserção da IES no contexto internacional por meio da realização de convênios com instituições de ensino estrangeiras a fim de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas. A IES conta com convênio com o Santander Universidades, com a Universidade de Évora em Portugal, com a Universidade de Bologna na Itália e com a Universidade NihonnGakko para intercâmbio docente e discente.

O intercâmbio para a internacionalização será coordenado por uma comissão nomeada e regulamentada, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais e de atividades realizadas durante a mobilidade docente e discente.

A política de internacionalização da IES também consiste na oferta de disciplinas ministradas em língua estrangeira, a saber: disciplina de Inglês e disciplina de Direitos Humanos ofertadas em todas as matrizes curriculares da IES.

As ações para a internacionalização consistem na divulgação dos convênios com as universidades estrangeiras para docentes e discentes por meio de edital, e controle por meio dos formulários nos apêndices do PDI no regulamento de Internacionalização.

E compete à coordenação de ensino junto a Secretaria Acadêmica a responsabilidade de certificar que todas as matrizes constem a oferta das disciplinas em língua estrangeira.

4.2.11 Programa

A Política de Internacionalização e Mobilização Acadêmica da IES ocorre por meio do PROGRAMA DE MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO INTERNACIONAIS DA IES tem como objetivo oferecer oportunidade de estudo a discentes em universidades do exterior, permitir a atualização de conhecimento, interagindo com outras culturas e povos além de estimular iniciativas de internacionalização na IES.

A participação do aluno em atividades de mobilidade e intercâmbio acadêmico internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

O IME – INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA, com sede na AVENIDA CONSTANTINO NERY, 3.000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.817.341/0001-42, doravante denominada Instituição de Ensino Superior (IES), firmou convênio com o BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, instituição financeira com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2235, Bloco A, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ/MJ sob o nº 90.400.888/0001-42.

O referido Convênio tem como objetivo a viabilização da participação das IES mantidas pelo IME, no Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades, doravante PROGRAMA, de acordo com a fundamentação contida nos "Princípios Gerais do Programa de Bolsas Ibero-Americanas para Estudantes de Graduação Santander Universidades", devidamente registrados sob nº 5.314.648, junto ao 4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo/SP, que se regerá, ainda, pelas seguintes cláusulas e condições.

Liberar a realização no(s) campus (i) da IES de ao menos 04 (quatro) vezes ao ano, de ações de divulgação e apresentação de produtos e serviços bancários, inclusive distribuição de material proporcional, em local de grande fluxo de alunos, professores e funcionários, de acordo com o seguinte procedimento:

O SANTANDER enviará comunicado à IES informando a data em que a ação de divulgação será realizada;

A IES terá o prazo de 02 (dois) dias, contados do envio do comunicado pelo SANTANDER, para manifestar sua ciência e liberação quanto a realização da ação de divulgação no(s) campus(i).

Ao aderir a este PROGRAMA a IES se compromete a divulgar a logomarca do SANTANDER UNIVERSIDADES em espaço de destaque de sua *homepage,* durante a vigência deste contrato, com direcionamento automático *(link) ao site*www.santanderuniversidades.com.br.

Cumprir, rigorosamente, com o cronograma das atividades relativas ao PROGRAMA, em especial aos prazos estabelecidos no Edital deste convênio, sob pena de rescisão do presente instrumento e consequente cancelamento das bolsas ora concedidas.

Para acessar a plataforma disponibilizada pelo SANTANDER, mediante o uso de login e senha, e cumprir o disposto nos Princípios Gerais do Programa e no presente Convênio, a IES deverá indicar em até 5 (cinco) dias úteis após a data de assinatura do convênio, a pessoa que será responsável pelo PROGRAMA, encaminhando os dados (nome completo, CPF e e-mail) para a caixa universidades@santander.com.br. Após envio dos dados a pessoa indicada receberá via e-mail a notificação para acessar a plataforma e criar a senha.

A IES assegura o bom uso da senha e login de acesso e compromete-se a não divulgar ou emprestar a senha a terceiros, se responsabilizando por todos os dados inseridos no sistema e a devida adequação aos Princípios Gerais do Programa.

4.2.12 Políticas Institucionais e Ações de Estímulo Relacionadas à Difusão das Produções Acadêmicas: Científica, Didático-Pedagógico, Tecnológica, Artística e Cultural

A Política Institucional de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais envolve ações que serão executadas por meio de ações, o qual prevê auxílio financeiro em forma de ajuda de custo e bolsas a docente dos grupos de pesquisa institucionalizados, alunos e professores ligados ao PAPEERI - Programa de Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão e Responsabilidade Institucional mediante submissão e aprovação em editais anuais da coordenação de pesquisa e extensão.

O principal objetivo desta é: Ofertar ações de estímulo à difusão das produções acadêmicas tais como: as produções científicas, didático pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais que são executadas pela IES por meio Programa de apoio a participação e realização de eventos internos e externos e à produção discente e docente, no qual prevêem ações de auxílio financeiro, apoio institucional, patrocínio e subvenções a grupo de pesquisa, a publicação de alunos e professores, a participação de sujeitos da comunidade acadêmica em eventos relevantes em âmbito local, nacional e internacional.

A Política de estímulo à difusão das produções acadêmicas será divulgada para a comunidade acadêmica.

4.2.13 Políticas de Estímulo à Participação em Eventos

A IES prevê na vigência desde PDI, a implantação do Programa de apoio a realização de eventos, com o objetivo de apoiar a realização de eventos científicos no Estado do Distrito Federal, sob a responsabilidade de professores e pesquisadores da nossa IES. O Programa será coordenado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão mediante a publicação de um Edital anual interno para a seleção de propostas. O apoio previsto é destinado a pesquisadores e professores dos Cursos da IES, responsáveis pela organização de eventos científicos, de abrangência local, regional, nacional, ou internacional, a serem realizados no período especificado em edital. O apoio prevê a cobertura de despesas com aquisição de passagens aéreas nacionais, hospedagem, inscrição do evento, material de consumo e pagamento de pró-labore a professores convidados e aos discentes como forma de incentivo à produção científica.

Serão destinados às propostas selecionadas no âmbito da IES, valores a serem definidos posteriormente, mas que sejam adequados e suficientes para a realização de eventos de médio porte. E a apresentação de proposta deverá seguir rigorosamente as condições descritas por ocasião da publicação dos editais.

Poderão candidatar-se ao auxílio previsto no edital, pesquisadores e professores e coordenadores de curso em nível de graduação e pós-graduação, não sendo apoiados eventos que se configurem como reuniões, eventos profissionais, ou eventos de outra natureza, que não possuam as características de eventos científicos.

A avaliação das propostas será realizada por comissão designada pela Direção Geral, em fases que compreendem.

A análise técnica da proposta, observando-se a compatibilidade com as exigências do Edital, bem como a suficiência da documentação apresentada.

A abrangência do evento, duração e público estimado.

A relevância da Temática do Evento para o Desenvolvimento Científico e Cultural da Região.

4.2.14 Política de Acompanhamento de Egressos

A Política de acompanhamento de egressos consiste numa pesquisa de acompanhamento de egressos dividida em duas etapas: a primeira levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho ao ingressar na faculdade, e na segunda etapa, levanta dados sobre a condição dos alunos no mercado de trabalho na situação de egresso. Ao comparar os dados levantados poderemos avaliar de que forma os cursos de graduação da IES estão contribuindo para a empregabilidade, ascensão de carreira e remuneração de nossos egressos.

O **PROAE** – Programa de Acompanhamento do Egresso tem como objetivo geral o acompanhamento da condição do egresso dos cursos de bacharelado, licenciaturas e tecnológicos da IES como forma de demonstrar a importância da IES para a sociedade amazonense na qualificação da mão de obra para o desenvolvimento da região.

Tendo ainda como objetivos institucionais e educacionais: proporcionar sólida fundamentação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão, o programa de acompanhamento dos egressos dos respectivos cursos de graduação, licenciaturas e tecnológicos da IES será relevante uma vez que atenderá aos interesses do Ministério da Educação que recomenda este tipo de acompanhamento como forma de qualificar cada vez mais as IES privadas; para a própria IES que terá dados para avaliar seus cursos; para o mercado de trabalho local que poderá contar com uma IES preparando mão de obra alinhada com os requisitos atuais do mercado de trabalho e ainda; para os próprios acadêmicos que poderão ser beneficiados por meio de informações dos egressos que subsidiarão a melhoria contínua dos cursos oferecidos.

Afinal a IES entende que sua responsabilidade social é a contribuição com o desenvolvimento da região por meio não somente com a qualificação de mão de obra, mas com sua empregabilidade.

Atuação dos Egressos da IES no Ambiente Socioeconômico

A partir do acompanhamento do trabalho realizado com o acompanhamento do egresso, esperamos que os alunos formados por nossa instituição possam se inserir no mundo do trabalho de maneira crítica e consciente com dentro de princípios éticos e humanístico, com responsabilidade social, reconhecendo o valor das

entidades de classe que lhe representarão. Espera-se igualmente que a formação ofertada possa formar egressos com competências éticas, pessoais, profissionais, sócio afetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo em que vive, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade.

Portanto, é Requerida ao Egresso a Capacidade de:

Dominar conhecimentos que lhe favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional; possuir capacidade de trabalhar em equipe;

Desenvolver e praticar atitudes que possibilite aprender a aprender aprendendo;

Exercer com ética e proficiência as atribuições que lhes são prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;

Ter atitudes inovadoras e criativas;

Utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;

Saber intervir na realidade com consciência, espírito crítico positivo e autonomia, como indivíduo e como integrante de uma coletividade;

Integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;

Atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;

Compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado, inclusive nas relações de trabalho;

Compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e a prática da vida, do mundo e da profissão, de forma permanente e desenvolver meios ou integrar-se nos que lhe são oferecidos para aprender ao longo de toda vida;

Desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho na perspectiva de continuidade de sua formação;

Atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional.

4.2.15 PAPEERI – Programa de Articulação, Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal.

Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, igual importância e íntima unidade.

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, se ganha terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a - com frequência esquecida - articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas

articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, podemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino ou porque na pós-graduação acentuasse a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência é de que o estágio de docência na pós-graduação é uma excelente forma de investigação do conhecimento abordado em sala de aula.

A perspectiva de um conhecimento plural não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente, Santos (2004), a própria universidade renova-se nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária.

Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino.

Projetos de Responsabilidade Social Previstos para os Primeiros Anos do Curso

A proposta do Curso em promover as atividades de Extensão e Responsabilidade social é de integrar as atividades acadêmicas com a comunidade nas adjacências da Instituição na qual o aluno recebe orientações do docente para realizar as atividades extra institucionais e os atendimentos a comunidade.

Tabela - Ações de Responsabilidade Social Previstas para os Primeiros Anos do Curso

ANO	ATIVIDADE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018.1	Vila Amazonas	Todas as ações de responsabilidade social são realizadas em conjunto com os outros cursos da IES. Seleciona-se uma comunidade semestralmente e então os alunos realizam atendimento de enfermagem voltado ao tema selecionado. Esse serviço pode ser palestras, distribuição de informes, atividades lúdicas, atendimentos com ações de cuidados, dentre outros.	Todos os períodos vigentes
2018.2	Casa Vhida Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular		
2019.1	Ação H1N1		
2019.2	Étnicos Raciais na Comunidade Indígena – Aldeia Sahu-apé Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular		
2020.1	Saúde para Comunidade Indígena		
2020.2	1º Ação Social Multidisciplinar Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular		
2021.1	Ação casa do Idoso		
2021.2	2º Ação Social Multidisciplinar Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular		
2022.1	Liga Acadêmica na Comunidade		
2022.2	Setembro Amarelo: Visibilidade Social Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular		
2023.1			

	Ação Solidária aos Idosos com Hanseníase em abrigo		

Objetivos do PAPEERI

Objetivo geral

Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão)

Metodologia do PAPEERI

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEERI atendem a um edital anual específico e devem ter como princípio:

Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social: O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:

Relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;

Relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo.

4.2.16 Projeto do PAPEERI do curso de Enfermagem

Tendo como princípio os objetivos do PAPEERI da IES, o curso desenvolverá seus projetos da seguinte forma:

Projeto do PAPPERI do Curso:

NOME DO PROJETO DO PAPEERI DO CURSO	Enfermeiros como Agentes de Saúde e Educação na Comunidade

Metodologia de Desenvolvimento do PAPEERI

Utilizará metodologia ativa com base na pedagogia de projetos e no paradigma epistemológico socioconstrutivista com desenvolvimento de ações de intervenção na comunidade mediante a realidade local.

Etapas

Etapa 1 Ensino - diagnóstico da situação da comunidade a priori utilizando como base conteúdos curriculares aprendidos em sala de aula e laboratórios;

Etapa 2 Extensão - intervenção na comunidade com aplicação de ferramentas e metodologias de melhoria;

Etapa 3 Pesquisa - resumo expandido com fundamentação teórica e análise dos dados comparativos do antes e do depois da ação de intervenção na comunidade.

O projeto abordará inclusive as providências tomadas em âmbito institucional curricular, visando atender as Diretrizes Nacionais de Educação Étnico-raciais e de Educação Ambiental.

Atendendo o que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais da lei nº 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica, alterando a LDB nº 9.394/96 nos seus artigos 26A e 79B, que reconhece a temática como uma política curricular fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e por isso se propõem a introduzir a temática nos estabelecimentos de ensino afins, de maneira a sensibilizar educadores e educandos da importância social e dos fundamentos da lei, pautados na reeducação das relações étnico-raciais.

Acrescido ainda a Educação Ambiental que é um processo participativo, onde o educando assume o papel de elemento central do processo de ensino e aprendizagem pretendido. Participando ativamente dos problemas ambientais em busca soluções, através de uma conduta ética, condizente ao exercício da cidadania.

Para formalizar e institucionalizar tais ações a Coordenação e os professores do curso desenvolverá atividades que contemplem o espaço para o desenvolvimento das temáticas transversais nos dois temas em EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAIS E DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, envolvendo todos os períodos em suas disciplinas que precisam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual.

Estes projetos terão como objetivos geral desenvolver por meio de exposição de banners, trabalho em equipes de forma prática, desenvolvendo a comunicação e reflexão dispensando o plenário e a centralização do encontro em uma só pessoa de acordo com os temas de investigação e interpretação do estudo.

O projeto irá proporcionar inclusive aos acadêmicos do Curso, atividades interdisciplinares que promovam o diálogo entre as disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de garantir a formação integral para compreensão sistêmica e holística das relações entre diferentes conhecimentos que se comunicam na teoria e na prática.

Projetos Interdisciplinares previstos para os primeiros anos do curso (1º ano tecnológicos/ 1º e 2º ano bacharelados/licenciaturas)

O desenvolvimento dos Projetos Interdisciplinares adotará a metodologia ativa.

Metodologia Ativa com base na pedagogia de projetos - Requisitos de leituras e interpretação de livros clássicos e atividades integrando todas as disciplinas do período. Requisitos: leitura individual e participação em oficinas de leitura e interpretação.

O processo de ensino e aprendizagem se dará por meio do envolvimento de cada docente na elaboração das estratégias específicas e inerentes ao livro designado para leitura.

Na tabela a seguir constam as atividades interdisciplinares previstas para os primeiros anos do curso.

4.2.17 Projetos Interdisciplinar/Extensão do Curso Previstos para os Primeiros Anos do Curso

Tabela 10 – Atividades Interdisciplinares Previstas para os Primeiros Anos do Curso

SEMESTRE	ATIVIDADE INTER/EXTENSÃO	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018.1	Infecções Sexualmente Transmissíveis	Cada período contará com um subtema, de acordo com as disciplinas ministradas. O uso de informes epidemiológicos norteará a seleção das doenças a serem discutidas. Também serão utilizados artigos, para embasamento científico. A atividade finalizará com a visita na comunidade, levando palestras informativas e serviços enfermagem de acordo com a necessidade da comunidade selecionada. Os acadêmicos realizaram as atividades , de acordo com as disciplinas ministradas. O uso de plataformas de informações para auxílio será utilizado (DATASUS) norteará a seleção das principais doenças, para assim, buscarmos os tratamentos, direitos e organizações. Também serão utilizados artigos, para embasamento científico. A atividade finalizará com a visita na comunidade, levando palestras informativas e orientações sobre os temas citados aqui e outros conforme a necessidade do público.	Todos os períodos vigentes Todos os períodos vigentes
2018.2	Sarampo como Doença Emergente na Região Norte		
2019.1	Arbovirose - Dengue		
2019.2	Depressão		
2020.1	Corona vírus- Covid 19		
2020.2	Histórico do Corona Vírus – abordagem em meio ambiente, fatores étnicos raciais e direitos humanos		
2021.1	Saúde Mental em tempos de crise		
2021.2	Programa Nacional de Imunização: desenvolvimento,		

	acesso e valorização	Os período contará com um subtema, de acordo com as disciplinas ministradas. Será utilizado informações de plataformas e artigos, para embasamento científico. A atividade finalizará com a realização de palestra educativa para adolescentes em escolas públicas de ensino fundamental, médio e outros ambientes. Discutir sobre as políticas e direitos de saúde para todos os povos. Com o objetivo de garantir que todas as pessoas sejam representadas em todas as áreas, inclusive recebendo oportunidade de ensino e trabalho, e ainda tenham todos os seus direitos respeitados.	
2022.1	Doenças negligenciadas		
2022.2	Inserção dos Profissionais de Saúde em Formação no Contexto da Saúde Pública		
2023.1	Inserção dos Profissionais de Saúde em Formação no Contexto da Saúde Pública		

4.2.18 Projetos Transversais Previstos para os Primeiros Anos do Curso

A IES quer proporcionar aos acadêmicos do Curso, atividades transversais que promovam o a sensibilização para temáticas de Educação Ambiental e Educação Étnico racial como parte importante da formação do acadêmico.

O desenvolvimento dos projetos transversais adotará a metodologia ativa.

Metodologia: Ativa com base na pedagogia de projetos. Requisitos de leituras de artigos científicos de subtemas dos temas geradores Étnico racial e Educação Ambiental e atividades integrando todas as disciplinas do período. Para fins de desenvolvimento deste projeto, as seguintes disciplinas estão diretamente envolvidas, assim como seus respectivos professores. Projetos transversais sobre educação étnico racial e educação ambiental previstos para os primeiros anos do curso:

Tabela - Atividades Transversais do Curso: Educação Ambiental

SEMESTRE	ATIVIDADE TRANSVERSAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018.1	Fichamento de Artigos sobre o descarte correto de películas radiográficas	Nas atividades transversais voltadas a Educação Ambiental sempre será realizado a metodologia da problematização. Os alunos visitarão a comunidade pré-selecionada, verificarão os principais problemas relacionados ao tema, voltarão a sala de aula para o embasamento científico com o uso de dados epidemiológicos e artigos científicos. Farão a discussão e, por fim, retornarão à comunidade para palestras de Educação Ambiental e orientações de ações para mudança do cenário ou melhorias para o ambiente e sua comunidade.	Todos os períodos vigentes
2019.1	Mulheres Negras nas Organizações		
2020.1	Conscientização das Comunidade: Poluição dos Igarapés		
2021.1	Conhecendo as Etnias indígenas da Região Norte:Respeito as diferenças		
2022.1	Do lixo ao Luxo		
2023.1	Reciclagem Circular e o meio ambiente		

Tabela - Atividades Transversais do Curso: Educação Étnico-Racial

2018.2	Igualdade Racial no Atendimento	Nas atividades transversais étnico-raciais sempre discutido o tema dentro das salas de aula. O respeito entre as diferenças, o conhecimento da cultura, costumes e histórica de cada comunidade selecionada para o semestre. Além disso, o de dados epidemiológicos e artigos científicos para embasar a discussão. Por fim, visitarão, uma comunidade quilombolas ou indígenas das proximidades para troca de experiências e serviços de Enfermagem.	Todos os períodos
2019.2	Varal da saúde com ênfase para os fitoterapicos amazônicos		
2020.2	Conscientização da comunidade em relação ao meio ambiente		
2021.2	A miscigenação e crenças da senzala à casa grande		
2022.2	A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da várzea.		

4.2.19 Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica previstos para os primeiros anos do curso

O aluno será incentivado a realizar trabalhos científicos à medida que for ampliando o seu conhecimento teórico. O professor será corresponsável por este objetivo, inserindo artigos científicos e discussão de trabalhos e estando a disposição para orientar os alunos interessados a desenvolverem projetos acadêmicos.

Tabela - Atividades de I.C/I.T. Previstas para os Primeiros Anos do Curso

ANO	ATIVIDADE I.C./I.T.	AÇÕES DESENVOLVIDAS	ALUNO
2018	CONCIFA III	Apresentação do Trabalho de Conclusão do curso de Enfermagem (formandos dos anos, dentro do congresso cientifico da Fametro).	Alunos concluintes
2019	CONCIFA IV		Alunos concluintes
2020	CONCIFA V	Congresso Cientifico aberto para todos acadêmicos do curso de Enfermagem / IES para apresentação de artigos, resumos, relatos de experiências e outros.	Alunos que tenham interesse
2021	CONCIFA VI		Alunos que tenham interesse
2022	CONCIFA VII		Alunos que tenham interesse
2023	CONCIFA VIII		Alunos que tenham interesse

4.2.20 Projeto de Inovação Pedagógica do Curso

Tabela – Atividades de Inovação Pedagógica do Curso

ANO	INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018	"Implementação da utilização de softwares para o ensino de Morfologia"	✓ Ofertar ambiente informatizado com acesso a outras maneiras de aprender e acesso a materiais e inovações sobre as disciplinas. ✓ Acesso para os alunos de laboratório virtual, para treinamento e aprimoramento dos estudos do aluno fora do ambiente da faculdade. ✓ Desenvolver habilidades na prática e conduta do acadêmico de enfermagem na assistência ao paciente. ✓ Dinâmica com Quis através do Google Clasroom e outras plataformas.	Todos os períodos vigentes
2019	"Ambientes de Práticas Imersivas"		
2020	"Digital Fametro: Ambiente Virtual de Aprendizagem"		
2021	"A inserção de Laboratórios Virtuais na graduação"		
2022	"A Simulação Realística na Formação do Profissional de Saúde"		
2023	Implantação de games para aplicação de exercícios de fixação e treinamento		

4.2.21 Projetos de Extensão previstos para os primeiros anos do curso

A coordenação do curso junto com professores e alunos deverão apresentar e desenvolver projetos de Extensão baseados nas premissas da Política de Extensão e Responsabilidade Social.

Tabela - Atividades de Extensão Previstas para o Curso

ANO	ATIVIDADE DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018.1	Vila Amazonas	Todas as ações de responsabilidade social são realizadas em conjunto com os outros cursos da IES. Seleciona-se uma comunidade semestralmente e então os alunos realizam atendimento de enfermagem voltado ao tema selecionado. Esse serviço pode ser palestras, distribuição de informes, atividades lúdicas, atendimentos com ações de cuidados, dentre outros.	Todos os períodos vigentes
2018.2	Casa Vhida Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular		
2019.1	Ação H1N1		
2019.2	Étnicos Raciais na Comunidade Indígena – Aldeia Sahu-apé Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular		
2020.1	Saúde para Comunidade Indígena		
2020.2	1º Ação Social Multidisciplinar Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular		
2021.1	Ação casa do Idoso		
2021.2	2º Ação Social Multidisciplinar Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular		

2022.1	Liga Acadêmica na Comunidade		
2022.2	Setembro Amarelo: Visibilidade Social Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular		
2023.1	Ação Solidária aos Idosos com Hanseníase em abrigo		

4.2.22 Projetos de Atividades Complementares Previstos para os Primeiros Anos do Curso

A atividade complementar visa proporcionar a construção de um conhecimento globalizante, rompendo com as fronteiras das disciplinas, conteúdo obrigatório e complementador do perfil de egresso pretendido. Para isso, integrar conteúdos através de uma atitude que leve a postura interdisciplinar, atitude de busca, envolvimento, compromisso, reciprocidade diante do conhecimento é que se procura com estas atividades.

Atividades dinâmicas e voltadas a realidade em que o discente está inserido e com aderência ao curso. Percebe-se que são excelentes estimulantes para colocar em prática aquilo que aprendem com a teoria, dentro da sala de aula.

Tabela - Atividades Complementares Previstas para os Primeiros Anos do Curso

ANO	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018.1	10º Semana de Enfermagem - Fametro	Serão abordados temas emergentes e atuais, conforme temáticas sugeridas Associação Brasileira de Enfermagem e Conselhos COFEN/COREN e necessidades Regionais. Por meio de palestras, minicursos e oficinas.	Todos os períodos vigentes
2018.2	Workshop de Práticas Integrativas e complementares Workshop de Saúde Indígena Sala Temática		
2019.1	11º Semana de Enfermagem - Fametro		
2019.2	I Ação Multidisciplinar da Saúde da Fametro		
2020.1	12º Semana de Enfermagem - Fametro	Serão abordados temas emergentes e atuais por meio de palestras, minicursos e oficinas durante dois dias.	
2020.2	Outubro Rosa Novembro Azul		
2021.1	13º Semana de Enfermagem - Fametro	Informar sobre os agravos apresentados neste Boletim (Acidente de Trabalho, Acidente de Trabalho com Exposição a Material Biológico e Intoxicações Exógenas Relacionadas ao Trabalho) e ações que podem ser realizados.	Todos os períodos vigentes
2021.2	II Ação Multidisciplinar da Saúde da Fametro		

2022.1	14º Semana de Enfermagem - Fametro I Mostra de Engenharia e Saúde	Realizações e participação em todas as campanhas do calendários da IES e da cidade.	
2022.2	Vivendo Melhor Samu I Workshop de Segurança do Paciente		
2023.1	15º Semana de Enfermagem - Fametro Ação Abril Verde Ação Mao Amarelo Saúde para os Indígenas		

* demais atividades constam no Regulamento de Atividades Complementares.

4.2.23 Projetos de Atividades Extracurriculares Previstos para os Primeiros Anos do Curso

Tabela – Projetos de atividades Extracurriculares Previstos para os Primeiros Anos do Curso

SEMESTRE	ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018.1	Ajuri - Multirão Ambiental Transformando o futuro-Educação e Inclusão	As atividades extracurriculares são formuladas com o objetivo de formar habilidades e competências diferenciadas nos acadêmicos. Por meio delas, os alunos ampliam a bagagem de conhecimento e ganham diferenciais em diversos quesitos da vida seja profissional ou pessoal	Todos os períodos
2018.2	Workshop de Empregabilidade Feira Norte Natal Solidário		Todos os períodos
2019.1	Visita ao Teatro Amazonas		Todos os períodos
2019.2	Workshop de Empregabilidade Feira Norte Natal Solidário		Todos os períodos
2020.1	Parque Pedagógico		Todos os períodos
2020.2	Workshop de Empregabilidade Ações Multidisciplinar para minimizar os impactos da pandemias Natal Solidário		Todos os períodos
2021.1	Biomedicina Solidária		Todos os períodos
2021.2	Workshop de Empregabilidade Outubro Rosa Natal Solidário		Todos os períodos
2022.1	Jardim Botânico - Musa		Todos os períodos
2022.2	Workshop de Empregabilidade Natal Solidário		Todos os períodos
2023.1	Abril Verde Abril Azul		Todos os períodos

	Escola e Líderes Maio Amarelo Prevenção para Indígenas Ação Solidária aos Idosos com Hanseníase em abrigo		

4.2.24 Projeto de Atividades Artísticas Culturais do Curso

Tabela – Projetos de Atividades Artísticas Culturais do Curso

ANO	ATIVIDADES ARTÍSTICAS CULTURAIS	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018.1	Dança: Uma preservação da Amazônia	Convidar comunidades indígenas da região para realizar apresentação e exposição de suas danças, vestimenta, artes, cultura, comidas e produtos produzidos por eles em sua comunidade; Serão premiados os três alunos de cada turma do curso de Enfermagem com os maiores coeficientes de rendimento acadêmico - CRA, de cada semestre; Programar apresentação de danças regionais ou assistir as representações folclóricas da região; Realizar exposições de produtos regiões produzidas pelos próprios alunos ou comunidades convidadas para expor sua arte.	Todos os períodos vigentes
2018.2	Teatro de fantoches para preservação do meio ambiente		Todos os períodos vigentes
2019.1	Encenação teatral sobre a conscientização sobre o câncer do colo de útero		Todos os períodos vigentes
2019.2	Apresentação cultural na Aldeia Sahu-apé		Todos os períodos vigentes
2020.1	Live Fast Fametro		Todos os períodos vigentes
2020.2	1º Vitrine Gastronômica		Todos os períodos vigentes
2021.1	Live Fast Fametro		Todos os períodos vigentes
2021.2	Coral- Vozes da Fametro		Todos os períodos vigentes
2022.1	MUSA – Museu da Amazônia e sua importância histórica, cultural e ambiental Prêmio Floresce		Todos os períodos vigentes
2022.2	Povos indígenas - o resgate de um patrimônio cultural		Todos os períodos vigentes

2023.1	Feira das Cores		Todos os períodos vigentes

4.2.25 Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

Tabela – Práticas Exitosas ou Inovadoras do Curso

ANO	INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	AÇÕES DESENVOLVIDAS	TURMAS ENVOLVIDAS
2018	"Implementação da utilização de softwares para o ensino de Morfologia"	✓ Ofertar ambiente informatizado com acesso a outras maneiras de aprender e acesso a materiais e inovações sobre as disciplinas; ✓ Durante o semestre a realização de Palestras Informativas e Educativas com abordagem dos temas e conteúdos atuais da área da Saúde/Enfermagem e globais com especialistas e conhecedores das áreas e temáticas abordadas; ✓ Acesso para os alunos de laboratório virtual, para treinamento e aprimoramento dos estudos do aluno fora do ambiente da faculdade; ✓ Definir em programação e calendário acadêmico que nas últimas semanas dos semestres sejam destinadas para a realização de ciclos de Práticas /Simulação Realísticas interligando as disciplinas do semestre; ✓ Desenvolver habilidades na prática e conduta do acadêmico de enfermagem na assistência ao paciente. ✓ Dinâmica com Quis através do Google Clasroom e outras plataformas.	Todos os períodos vigentes
2019	"Ambientes de Práticas Imersivas"		
2020	"Digital Fametro: Ambiente Virtual de Aprendizagem"		
2021	"A inserção de Laboratórios Virtuais na graduação"		
2022	"A Simulação Realística na Formação do Profissional de Saúde"		
2023	Implantação de games para aplicação de exercícios de fixação e treinamento		

4.3 Objetivos do curso

4.3.1 Objetivo Geral

Formar enfermeiros capacitados a atuar, de forma cidadã com competências, habilidades e atitudes na promoção da saúde e preservação da vida, bem como no desenvolvimento de serviços de enfermagem que satisfaçam as necessidades humanas, em todos os ciclos da vida, tendo como ênfase o Sistema Único de Saúde e as especificidades epidemiológicas e culturais da região, em consonância com a Resolução CNE/CES Nº 3, DE 7 de novembro de 2001, instituidora das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.

4.3.2 Objetivos Específicos

Formar cidadãos e profissionais comprometidos com o interesse público, capazes de contribuir, com seus conhecimentos, capacidade e experiência, no planejamento, organização e funcionamento de serviços de saúde.

Preparar através de conhecimento técnico e científico com habilidade para elaborar projetos que levem em conta o aspecto ético e as necessidades humanas de conforto, higiene, segurança, bem-estar e qualidade de vida.

Capacitar Enfermeiros para o planejamento de ações e de serviços na enfermagem, bem como para os respectivos parâmetros que atendam aos requisitos de racionalidade, produtividade, eficiência, eficácia e de satisfação dos clientes.

Habilitar pessoal para atuação na rede pública e privada de saúde, desenvolvendo seu trabalho com competências, habilidade e atitudes de respeito às diferenciações e diversidades dos clientes e família.

Oferecer oportunidade aos alunos de, ainda como estudantes, colocarem em prática junto às comunidades (urbanas, periféricas, ribeirinhas e indígenas), os ensinamentos adquiridos em sala de aula, pela convivência diária com questões de saúde e doença.

Formar profissionais conscientes do seu papel social de compromisso permanente com os clientes/pacientes, grupos e/ou coletividades.

Sensibilizar os estudantes de enfermagem com respeito à busca e desenvolvimento das características inerentes à futura profissão: consciência ética/bioética; estudo constante; altruísmo; respeito aos direitos e interesses de terceiros: indivíduos, grupos e/ou à sociedade como um todo.

4.4 Perfil profissional do egresso

4.4.1 Perfil do egresso em consonância com as DCNs

De acordo com a Resolução CNE/CES Nº 3, DE 7 de novembro de 2001, instituidora das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem tem como perfil do formando egresso/profissional.

I- Enfermeiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio-psicosociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

II- Enfermeiro com Licenciatura em Enfermagem capacitado para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional em Enfermagem.

4.4.2 Competências e Habilidades Gerais

Para o desenho do perfil do egresso do Curso de Enfermagem do IME foram definidos princípios, fundamentos, condições e procedimentos necessários à conduta de Enfermeiros com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitados a atuar profissionalmente, pautado em princípios éticos, no processo de saúde-doença em seus diferentes níveis de atenção, com ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, recuperação e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

A formação do futuro Enfermeiro tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

Atenção à saúde: os profissionais da Enfermagem devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Esses profissionais terão por compromisso assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com

as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato Enfermeiro, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível pessoal como societário.

Tomada de decisões: o trabalho dos Enfermeiros deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando ao uso apropriado, eficácia e do custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para esse fim, eles devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências técnico-científicas.

Comunicação: os Enfermeiros devem ser acessíveis e manter a confidencialidade das informações a eles reveladas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral.

Liderança: sua atuação como líder a fim de direcionar a equipe de forma coesa.

Gestão e gerenciamento: os profissionais Enfermeiros devem estar aptos a tomar iniciativas, gerenciar tanto a força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores assim como líderes da equipe de saúde.

Educação Permanente: os profissionais da Enfermagem devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais.

Atuar profissionalmente compreendendo a natureza humana em suas diferentes expressões e fases evolutivas.

Incorporar a ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação de intervenção profissional.

Compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais do país.

4.4.3 Competências e Habilidades Específicas

Atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas.

Incorporar a ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação profissional.

Estabelecer novas relações com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões.

Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional.

Compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações.

Reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

Atuar nos programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso.

Ser capaz de diagnosticar e solucionar problemas de saúde, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança.

Reconhecer as relações de trabalho e sua influência na saúde.

Atuar como sujeito no processo de formação de recursos humanos.

Responder às especificidades regionais de saúde através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e das comunidades.

Reconhecer-se como coordenador do trabalho da equipe de enfermagem.

Assumir o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional em saúde.

Promover estilos de vida saudáveis, conciliando as necessidades tanto dos seus clientes/pacientes quanto às de sua comunidade, atuando como agente de transformação social.

Usar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação e comunicação, quanto de ponta para o cuidar de enfermagem.

Atuar nos diferentes cenários da prática profissional, considerando os pressupostos dos modelos clínico e epidemiológico.

Identificar as necessidades individuais e coletivas de saúde da população, seus condicionantes e determinantes.

Intervir no processo de saúde-doença, responsabilizando-se pela qualidade da assistência/cuidado de enfermagem em seus diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, proteção e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência.

Coordenar o processo de cuidar em enfermagem, considerando contextos e demandas de saúde.

Prestar cuidados de enfermagem compatíveis com as diferentes necessidades apresentadas pelo indivíduo, pela família e pelos diferentes grupos da comunidade.

Compatibilizar as características profissionais dos agentes da equipe de enfermagem às diferentes demandas dos usuários.

Integrar as ações de enfermagem às ações multiprofissionais.

Gerenciar o processo de trabalho em enfermagem com princípios de Ética e de Bioética, com resolutividade tanto em nível individual como coletivo em todos os âmbitos de atuação profissional.

Planejar, implementar e participar dos programas de formação e qualificação contínua dos trabalhadores de enfermagem e de saúde.

Planejar e implementar programas de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento.

Desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional.

Respeitar os princípios éticos, legais e humanísticos da profissão.

Interferir na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo.

Utilizar os instrumentos que garantam a qualidade do cuidado de enfermagem e da assistência à saúde.

Participar da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde.

Assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde; XXXII - cuidar da própria saúde física e mental e buscar seu bem-estar como cidadão e como enfermeiro.

Reconhecer o papel social do enfermeiro para atuar em atividades de política e planejamento em saúde levando em consideração as características locoregionais.

4.4.4 Planejamento para Ampliação do Perfil do Egresso para o Mundo do Trabalho

Nunca presenciamos em tão pouco tempo mudanças tão significativas na produção da vida material. Os modos de viver, de se comunicar, de estabelecer relações sociais, afetivas modificou-se de maneira substancial, com o advento de novas tecnologias que nos permitiram vencer distâncias sem sair do lugar.

Especialmente nas últimas duas décadas, toda essa mudança tem também alteraram de maneira bastante significativa as relações de trabalho e por consequentemente as maneiras de empregar a força de trabalho – o que chamamos de emprego ou empregabilidade foi aos poucos sendo substituído por uma nova terminologia, a saber - a trabalhabilidade. Estas mudanças contribuíram para alterar o mundo do trabalho, deslocando o foco do emprego para o trabalho, e os dados estatísticos não nos deixam fugir a essa realidade, cada vez mais observamos a diminuição dos índices de emprego em escala mundial.

Assim, o que temos visto é uma nova configuração do mercado de trabalho, onde o mesmo se torna cada vez mais competitivo, exigente, flexível, adotando critérios e padrões cada vez mais altos para a seleção de pessoas, este novo momento testemunhado por todos, traz inúmeros desafios as instituições de Ensino Superior, pois se duas décadas atrás bastava quase que um diploma de graduação para que o emprego estivesse garantido, hoje, o porte de um diploma não é suficiente para a estabilidade de um posto de trabalho.

Nesta nova onda de mudanças também conhecida como a “terceira revolução industrial”, outras capacidades além do conhecimento técnico são necessárias para o ingressar e permanecer empregado, são estas competências novas e habilidades diversificadas que devemos observar no processo de formação dos nossos futuros egressos em todas as áreas do conhecimento.

O acompanhamento do egresso e sua condição de inserção no mundo do trabalho deve ser planejado prevendo a aceitação do nosso egresso a partir da oferta de cursos de graduação orientados para a formação de competências, de processos de avaliação da aprendizagem que sejam de captar a progressiva consolidação das mesmas na consolidação do Perfil do Egresso.

Todo esse esforço deve está aliado com um projeto de formação continuada que seja capaz de oferecer constantes formas de aprimoramento profissional, por meio dos cursos de aperfeiçoamento profissionais disponibilizados, além é claro de oportunidades de participar de oportunidade de novas graduações (segunda graduação) além de obter titulação em modernos cursos de pós-graduação, os quais deve estar alinhado as exigências formativas do mundo do trabalho.

Desta maneira se estabelece um cenário onde a formação teve necessariamente articular conceitos, habilidades e atitudes numa perceptiva prospectiva, ou seja, que o processo de formação inicial seja capaz de criar perspectiva de criação e de autonomia para cenários cada vez mais mutáveis e incertos.

Assim para o planejamento institucional que visa uma coerência entre o perfil do egresso e as necessidades do mundo do trabalho em uma perspectiva de ampliação do mesmo em vista de novas necessidades emergentes, a instituição orienta que as atividades propostas no curso busquem:

Tratar de atributos futuros do formando de um curso de graduação, ou seja – os perfis correntes referem-se a características de pessoas existentes em cujo desempenho se deseja espelhar;

Observem os critérios de concretude, factibilidade e relevância, estabelecidos por MCLELLAND (1973) para que os descritores de comportamentos fossem realmente úteis ao mundo do trabalho;

Relacionar-se com as atividades pedagógicas formativas, mormente comunicar-se com a taxonomia dos objetivos instrucionais de Bloom; e

Descrever atributos complexos e flexíveis, exigência da competência intelectual da economia do conhecimento.

A partir destas orientações as atividades que serão planejadas deverão considerar:

Projetos de formação continuada que permitam o contínuo aperfeiçoamento e ajuste do perfil do egresso com as necessidades emergentes do mundo do trabalho;

Realização de pesquisas acerca da aderência dos nossos profissionais formados para identificar possíveis pontos de ajuste e/ou melhoria no perfil do egresso;

Promover a continua interação entre os profissionais atuantes e referência em suas áreas, assim como conselhos fiscais e reguladores da profissão para que tenhamos uma maior integração entre as temáticas abordadas e as projeções profissionais que estes realizam.

4.4.5 Estrutura Curricular (LIBRAS- obrigatória para licenciaturas e Fonoaudiologia)

Fundamentado em uma perspectiva mais abrangente e dinâmica de currículo, o Curso Superior pretende uma estrutura curricular onde em uma análise sistêmica e global estejam presentes os aspectos flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática.

A organização curricular dos cursos superiores contemplará o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético.

4.4.6 Elementos Inovadores da Estrutura Curricular

Quando falamos de elementos inovadores da estrutura curricular, estamos tratando sobretudo de currículo, e o currículo, na dimensão que assumimos, não representa apenas a sequência dos componentes curriculares, mas comumente chamados de disciplinas, dentro de uma organização hierarquizada de atendem ao

modelo disciplinar. Para falar de inovação ou de elementos inovadores da estrutura curricular é preciso falar de currículo como uma articulação de conhecimentos, saberes e competências que incluem também as experiências, vivências e valores apresentados de maneira integrada, orientada para a formação de competências previstas no perfil do egresso.

Nesta perspectiva um fator fundamental nesta dimensão de inovação curricular, é a construção de uma prática curricular, onde professores especialistas saiam de dentro dos muros da sala de aula e comecem a incluir em seus programas temáticas de estudo que estejam articuladas com a realidade do seu entorno, como por exemplo: as mudanças que estão se operando, as necessidades atuais da população, o mercado de trabalho e as novas exigências das carreiras profissionais, bem como as representações e os contatos com a realidade, principalmente por meio da curricularização da extensão.

Alguns avanços já foram produzidos em termos de inovação na estrutura curricular dos cursos de graduação do CeUni-FAMETRO, assim algumas propostas já estão sendo implantadas no âmbito de todos os cursos de graduação do nosso Centro universitário.

Inserção de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, como mediadora do processo ensino-aprendizagem, por meio do ambiente: digital@fametro.edu.br e Inserção de disciplinas ministradas a distância, além disso temos ofertado algumas disciplinas que abordam temáticas instrumentais e transversais na grade curricular, como por exemplo:

Ethics, Sustentabilityand RigthsHuman

Englishofthe Market Job

Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

Tópicos Especiais I

Tópicos Especiais II

Empreendedorismo e Inovação

Educação em Saúde e Processos Pedagógicos

Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade

Outros processos tem sido incluídos como estratégias inovadoras na estrutura Curricular dentre elas podemos citar ainda novas e diversificadas formas de aproveitamento de competências desenvolvidas em contexto externos a academia, além da presença cada vez maior de elementos virtualizados de ensino, o que confere maior flexibilidade de tempo além de conferir a possibilidade de ampliação das oportunidades educacionais com inúmeras possibilidades de ampliação das maneiras de se construir conhecimento.

Figura 1 – Princípios para a inovação curricular

Fonte: adaptado de Gesser e Ranghetti (2011).

Tomando como referência os estudos de Daniel Romão da Silva, em seu texto Currículos Inovadores no Ensino Superior (2019), a figura acima inspira os movimentos de inovação curricular por mós adotados, a saber:

Nesta perspectiva, a IES, algumas iniciativas de organização e trato da estrutura curricular vem sendo praticada, dentre elas destacamos:

A Interdisciplinaridade e a Transversalidade como proposta epistemológica a partir do desenvolvimento de projetos.

A inserção cada vez maior da interlocução dos conteúdos curriculares com o contexto profissional, de maneira precoce e permanente;

A pesquisa como princípio educativo, articulada ao ensino e a extensão ´

A articulação constante entre teoria e prática

A flexibilização curricular por meio da assimilação e novas formas de aproveitamento de competências adquiridas fora da instituição e também a articulação entre presencialidade e virtualização por meio de componentes curriculares a distância ou incorporação de atividades virtuais no currículo presencial.

Políticas de ensino de pós-graduação lato sensu

Sendo a pós-graduação que subsidia mais proximamente o desenvolvimento das pesquisas, que devem ser ampliadas, qualificadas e internacionalizadas, assim, é fundamental a ampliação do financiamento de suas atividades. Outro desafio é aumentar a inserção docente nos programas ofertados.

Os projetos pedagógicos dos cursos de pós-graduação Lato Sensu devem ser aprovados pelo Colegiado de Curso, e homologado pelo Conselho Maior da Instituição, garantindo aos Coordenadores de Curso e corpo docente a participação no planejamento da oferta de cursos de pós-graduação.

Na IES os cursos de pós-graduação apresentam-se articulados ao ensino de graduação, tendo em vista estabelecer a possibilidade de aprofundamento de estudos dos nossos alunos em diferentes níveis (especialização, mestrado e doutorado).

Depois de implantados os Cursos de pós-graduação são acompanhados e avaliados sistematicamente pela Coordenação de pós-graduação, a qual promoverá a avaliação dos currículos e a atualização da proposta pedagógica dos mesmos, para o alcance de padrões excelentes de qualidade.

A relação de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, bem como a programação de oferta na vigência do PDI, se encontra nos quadros apresentados a seguir, e seguirá a nota técnica 509/2015 e a resolução n. 1/2007.

A Política de Pós-Graduação Lato Sensu, deve ser executada por meio dos seguintes Programas:

PEFC: Programa de estimulo à formação contínua, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egresso (10%), ENADE (50% a 100%), mérito acadêmico (50%, 75% e 100% por curso e semestre), consanguíneo (10%), grupo IME (10%).

Programa de Qualidade de Ensino e Inovação Pedagógica: planejamento, atualização curricular, elaboração de material didático, avaliação formativa e somativa, acompanhamento e avaliação dos cursos, oferta de componentes curriculares à distância, oferta de pós-EAD.

Programa de Acompanhamento ao Egresso da Pós-graduação: Onde serão acompanhados os egressos da pós-graduação nas suas conquistas no mercado a partir de reuniões anuais, bem como incentivar na formação continuada em busca do mestrado e doutorado.

Programa de Apoio ao Discente da Pós-graduação: psicopedagógico, atividade extraclasse, representatividade discentes, apoio financeiro por meios de programas e descontos, internacionalização e mobilidade acadêmica, ouvidoria, portal acadêmico.

É objetivo da Pós-graduação Lato Sensu:

Aprofundar o conhecimento em áreas determinada ou em áreas afins do saber, proporcionando o desenvolvimento de competências e habilidades que venham a contribuir para a adequação profissional às necessidades do mercado de trabalho, consolidando assim os estudos realizados em nível de graduação.

Políticas de ensino de pós-graduação stricto sensu

No que compete à modalidade *stricto sensu* a IES pretende passar a ofertar primeiro por meio de convênio interinstitucional e depois por processos próprios, cursos de Mestrado e Doutorado nas áreas de:

Saúde;

Educação;

Gestão;

Tecnologia;

Humanas;

Biológicas;

Exatas.

Em acordo com o que determina a CAPES os Programas de Mestrado e Doutorado tem a sua importância apresentam como finalidades dos Programas de Pós-Graduação “stricto sensu”:

Proporcionar o aprimoramento em diferentes áreas do saber, visando a oferecer ao aluno elevado padrão técnico, científico e profissional;

Desenvolver um ambiente de incentivo à produção de conhecimento, através do ensino e da pesquisa no na IES;

Formar recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do ensino superior e da pesquisa.

Estes Programas devem ainda se apresentar articulados a graduação, tendo em vista a verticalização e o aprofundamento das áreas de conhecimento onde a IES atua. Os cursos de mestrado e doutorado da IES buscarão ser uma alternativa de aperfeiçoamento e de acadêmico do recém-graduado e dos próprios profissionais, haja vista a histórica escassez desse tipo de formação no norte do país.

Esta busca de ampliação de oportunidades de pós-graduação está, no nosso do Amazonas, ligada a criação de novos cursos stricto sensu para profissionais que demandam requalificação de alto nível, porque dela depende a manutenção do profissional no mercado, o desenvolvimento de todo um setor empresarial ou a prestação de melhores serviços ao segmento social correspondente à área do conhecimento.

O desafio de ter que atender ou buscar atender a uma demanda muito grande, que procura qualificação em Instituição de alto nível, envolve não apenas o profissional recém-formado, mas também o profissional que está atuando num mercado cada vez mais exigente. Esses profissionais sabem que precisam se qualificar para poder acompanhar as vertiginosas transformações da ciência e da tecnologia, o que nos faz acreditar que estaríamos dando uma grande contribuição para a nossa região ao nos lançarmos ao desafio de propor e ofertar este nível de formação.

Assim a Pós-Graduação *Stricto Sensu* da IES, tem como política, o fortalecimento da formação continuada por meio da pesquisa e aperfeiçoamento profissional, conforme as linhas de pesquisas institucionais, devendo ser operacionalizada mediante os seguintes programas:

Projeto:

PEFC: Projeto de Estimulo a Formação Continuada, por meio de bolsas e descontos: Funcionários, egresso, consanguíneo, Grupo IME.

É objetivo da Política de Ensino para Pós-Graduação Stricto Sensu:

Promover a formação continuada em nível de mestrado e doutorado acadêmico e profissional, para atuar na pesquisa e no ensino superior com finalidade didática, científica ou tecnológica, tendo em vista a produção, ampliação e difusão de conhecimentos por meio de parcerias acadêmicas e científicas com programas congêneres oferecidos por instituições de ensino superior brasileira e estrangeiras.

4.4.7 Matriz Curricular com Quadro de Optativas e Quadro Resumo do Curso

1º Período	CH	CH Teórica	CH Prática	CH de Extensão
ASPECTOS MORFOFUNCIONAIS	66	54	12	
BIOLOGIA TECIDUAL E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	66	57	9	
FUNÇÕES BIOLÓGICAS	66	39	6	21
LEITURA, INTERPRETAÇÃO E PRODUÇÃO DE TEXTOS (EAD)	88			

PRÁTICAS PROFISSIONAIS EM SAÚDE COLETIVA I	66	36		30

Total CH: 352

2º Período	CH	CH Teórica	CH Prática	CH de Extensão
FUNDAMENTOS DE BIOQUÍMICA E METABOLISMO	66	57	9	
MECANISMOS DE AGRESSÃO E DEFESA	66	39	6	21
METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO (EAD)	88			
PRÁTICAS PROFISSIONAIS EM SAÚDE COLETIVA II	66	36		30
PROCESSOS PATOLÓGICOS	66	48	9	

Total CH: 352

3º Período	CH	CH Teórica	CH Prática	CH de Extensão
FARMACOLOGIA	66	57	9	
FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM	66	33	12	21
PROCESSO SAÚDE-DOENÇA: MODELO DE INTERPRETAÇÃO E INTERVENÇÃO	66	36		30
SEMIOLOGIA E SEMIOTÉCNICA DE ENFERMAGEM	66	45	21	
SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA (EAD)	88			

Total CH: 352

4º Período	CH	CH Teórica	CH Prática	CH de Extensão
IMAGINOLOGIA E INTERPRETAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS	66	60	6	
NUTRIÇÃO APLICADA À ENFERMAGEM	66	60	6	
POLÍTICAS ORGANIZACIONAIS E GESTÃO EM SAÚDE	66	36		30
PSICOLOGIA EM SAÚDE (EAD)	88			
SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - SAE	66	39	6	21

Total CH: 352

5º Período	CH	CH Teórica	CH Prática	CH de Extensão
ENFERMAGEM EM CLINICA CIRÚRGICA	66	54	12	
ENFERMAGEM EM CLINICA MÉDICA	66	60	6	

ENFERMAGEM NA SAÚDE DO ADULTO E DO IDOSO	66	36		30
ENFERMAGEM NO CONTROLE DAS INFECÇÕES HOSPITALARES	66	39	6	21
EPIDEMIOLOGIA E BIOESTATISTICA (EAD)	88			

Total CH: 352

6º Período	CH	CH Teórica	CH Prática	CH de Extensão
ENFERMAGEM EM ONCOLOGIA	66	60	6	
ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER	66	36	9	21
ENFERMAGEM NA SEGURANÇA DO PACIENTE	66	60	6	
SAÚDE DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS, RIBEIRINHAS E ÉTNICO - RACIAIS	66	36		30
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (EAD)	88			

Total CH: 352

7º Período	CH	CH Teórica	CH Prática	CH de Extensão
ADMINISTRAÇÃO EM ENFERMAGEM	66	45		21
BIOÉTICA E ASPECTOS LEGAIS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL (EAD)	88			
ENFERMAGEM EM URGENCIA E EMERGENCIA	66	51	15	
ENFERMAGEM NA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	66	54	12	
ENFERMAGEM NA SAÚDE DO TRABALHADOR	66	36		30

Total CH: 352

8º Período	CH	CH Teórica	CH Prática	CH de Extensão
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM TERAPIA INTENSIVA	66	54	12	
ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL	66	45		21
ENFERMAGEM NO PROCESSO DE CUIDAR EM DOENÇAS INFECTO - PARASITÁRIAS	66	36		30
GESTÃO EM SAÚDE	88			

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	66	66		

Total CH: 352

9º Período	CH	CH Teórica	CH Prática	CH de Extensão
ENFERMAGEM BASEADA EM EVIDÊNCIAS	66	66		
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO I	396		396	
*OPTATIVA I	88	88		

Total CH: 550

10º Período	CH	CH Teórica	CH Prática	CH de Extensão
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO II	418		418	
*OPTATIVA II	88	88		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	66	66		

Total CH: 572

OPTATIVAS	CH
DIREITOS HUMANOS	88
EDUCAÇÃO EM SAÚDE E PROCESSOS PEDAGÓGICOS	88
EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	88
ENGLISH FOR THE JOB MARKET	88
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS	88
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	88
TÓPICOS ESPECIAIS I	88
TÓPICOS ESPECIAIS II	88

Atividades complementares: 120 horas

Extensão total: 408 horas

Total da Mariz: 4058 horas

4.4.8 Ementários e Bibliografias das Disciplinas Obrigatórias e Optativas

1º Período

Aspectos Morfofuncionais

Introdução à Anatomia Humana (morfologia, topografia das estruturas, planos e eixos). Nomeação e descrição as estruturas e órgãos das diversas regiões do corpo humano. Exploração do sistema locomotor (sistemas muscular, esquelético e articular) e da esplancnologia: sistema respiratório, circulatório, digestório supra diafragmático e infradiafragmático, urinário-genital. Abordagem sobre o circuito neural: sistema nervoso central e periférico, sistema tegumentar e endócrino. Fundamentação da biofísica dos fenômenos celulares e fisiologia dos sistemas orgânicos. Estudo funcional dos órgãos e sistemas do corpo humano: sistema circulatório; sistema respiratório; sistema excretor; sistema endócrino; sistema neuromuscular; sistema digestório. Abordagem sobre bioenergética, osmose, pressão osmótica, equilíbrio de Gibbs-Donnan. Estudo do transporte através de membranas, regulação ácido-base, radio biologia. Desenvolvimento de prática laboratorial.

Bibliografia Básica:

1.GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. Guyton & Hall: tratado de fisiologia médica. 14.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

2.PAULSEN, Friedrich.; WASCHKE, Jens. Sobotta - atlas de anatomia humana: anatomia geral e sistema muscular. v.1. 24.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

3.TORTORA, Gerald J.; DERRICKSON, Bryan. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. 10.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

Bibliografia Complementar:

1.ANDRADE, Sergio Luiz Ferreira. **Anatomia humana**. Curitiba: Intersaberes, 2019 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193182***

2.RUIZ, Cristiane Regina (Org.) **Anatomia humana básica**. 5.ed. São Paulo: Difusão, 2023 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/208540***

3.SALES, William Barbosa. **Anatomia humana**. São Paulo: Contentus, 2021 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192965***

4.NETTER, Frank H. **Atlas de anatomia humana**. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595150553/***

5.GOSLING, John A. *et al.* **Anatomia humana**: atlas colorido e texto. 6.ed. ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595150652/***

Biologia Tecidual e Desenvolvimento Humano

Estudo dos tecidos: epitelial de revestimento, nervoso, muscular, sanguíneo, ósseo e conjuntivo (células, fibras e gel). Estudo dos tecidos e dos principais órgãos que compõem o corpo humano. Correlação de sua organização com as funções por eles exercidas. Introdução à Embriologia Humana. Estudo da reprodução humana, sistema reprodutor e gametogênese, fecundação, clivagem e nidação, disco embrionário didérmico e tridérmico, organogênese, períodofetal, da placenta e membranas fetais.

Bibliografia Básica:

1.ZAHA, Arnaldo; FERREIRA, Henrique B.; PASSAGLIA, Luciane M. P. Biologia molecular básica. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014

2.DE ROBERTIS, Edward M.; HIB, José; ALLODI, Silvana. De Robertis biologia celular e molecular. 16.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

3.MOORE, Keith L.; PERSAUD, T. V. N.; TORCHIA, Mark G. Embriologia básica. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016

Bibliografia Complementar:

1.CESTARO, Débora Cristina. **Embriologia e histologia humana**: uma abordagem facilitadora. Curitiba: Intersaberes, 2020 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186538***

2.CORDEIRO, Clarice Foster. **Fundamentos de biologia molecular e celular**. Curitiba: Intersaberes, 2020 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185146***

3.GODEFROID, Rodrigo Santiago. **Biologia celular e histologia**. Curitiba: Contentus, 2020 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/188184***

4.ALBERTS, Bruce *et al*. **Biologia molecular da célula**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582714232/***

5.SADLER, T. W. **Langman - Embriologia médica**. 14.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527737289/***

Funções Biológicas

Conceito e definição de microscopia; métodos de estudo em citologia, membrana plasmática e organelas celulares; Fundamentação em genética humana, armazenamento de informação genética. Abordagem em genética e evolução, genética mendeliana, molecular e de populações. Exploração das anomalias cromossômicas, malformações congênitas e consequências, alterações genéticas, e herança poligenética.

Bibliografia Básica:

1.GRIFFITHS, Anthony J. F.; WESSLER, Susan R.; CARROLL, Sean B.; DOEBLEY, John. Introdução à genética. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

2.BORGES-OSÓRIO, Maria Regina; ROBINSON, Wanilce Miriam. Genética humana. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

3.CARNEIRO, José; JUNQUEIRA, Luiz C. Biologia Celular e Molecular. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Bibliografia Complementar:

1.PAOLI, Severo de (org.) **Citologia e embriologia**. São Paulo: Pearson, 2014. ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22143***

2.KUNZLER, Alice *et al*. **Citologia, histologia e genética**. Porto Alegre: SAGAH, 2018 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023178/***

3.MEDRADO, Leandro. **Citologia e histologia humana**: fundamentos de morfofisiologia celular e tecidual. São Paulo: Érica, 2014 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536520834/***

4.STRACHAN, Tom; READ, Andrew. **Genética molecular humana**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565852593/***

5.BECKER, Roberta O.; BARBOSA, Bárbara Lima Fonseca. Genética básica. Porto Alegre: SAGAH, 2018***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026384/***

Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I

Prática na atuação primária de atenção à saúde, individual e coletiva. Vivência prática da Organização de uma Unidade Sanitária, noções práticas de Epidemiologia, atenção básica no Serviço Público. Educação em saúde. Desenvolvimento de ações preventivas no âmbito comunitário e a inserção em domicílios e grupos organizados na comunidade ou instituições, com aspectos direcionados e relevantes da responsabilidade social. Abrangência da atuação junto a saúde da família (Saúde da Mulher, Criança e Adulto).

Bibliografia Básica:

1.CAMPOS, Carlos Wagner de Sousa. Tratado de saúde coletiva. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2017

2.ARMOND, Guilherme Augusto (Org.) Epidemiologia, prevenção e controle de infecções relacionadas à assistência à saúde. Belo Horizonte: Coopmed, 2013

3.PAIM, Jairnilson Silva. SUS – Sistema Único de Saúde: tudo o que você precisa saber. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

Bibliografia Complementar:

1. FERNANDES, Rosa Aurea Quintella; NARCHI, Nádia Zenon (Orgs.) **Enfermagem e saúde da mulher**. 2.ed. São Paulo: Manole, 2012 (Série Enfermagem) (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520451694/pageid/0

2.FLETCHER, Grant S. **Epidemiologia clínica:** elementos essenciais. Porto Alegre: Artmed, 2021 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558820161/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3DCapa.xhtml]!/4/2[page_i]/2%4051:1

3.MEDRONHO, Roberto A. **Epidemiologia.** 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2010 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185965

4.PINNO, Camila et.al. **Educação em saúde**. Porto Alegre: SAGAH, 2019 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595029910/pageid/0

5.SOLHA, Raphaela Karla de Toledo. **Sistema Único de Saúde**: componentes, diretrizes e políticas públicas. São Paulo: Érica, 2014 (Serie Eixos. Ambiente e Saúde) **(Acervo digital Minha Biblioteca)** https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536513232/pageid/0

Leitura, Interpretação e Produção de Texto

Estudo e revisão gramatical, da estrutura sintática e estruturação de frase. Produção de textos. Exploração de técnicas de redação, teoria e prática. Abordagem sobre os meios de comunicação nas organizações, comunicação interna e comunicação institucional.

Bibliografia Básica:

1.AZEVEDO, Roberta. **Português básico.** Porto Alegre: Penso, 2015

2.AIUB, Tânia (Org.) **Português:** práticas de leitura e escrita. Porto Alegre: Penso, 2015 (Série Tekne)

3.CARVALHO, José Augusto. **Gramática superior da língua portuguesa**. 2.ed. Brasília: Thesaurus, 2014.

Bibliografia Complementar:

1.BRASILEIRO, Ada Magaly. **Leitura e produção textual**. Porto Alegre: Penso, 2016 ***(Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584290611/***

2.ALMEIDA, Rita de Cássia Santos. **Práticas de leitura e produção de textos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015 ***(Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/114726***

3.CANO, Marcio Rogério de Oliveira. **Língua portuguesa**: sujeito, leitura e produção. São Paulo: Blucher, 2016 ***(Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521210467/***

4.COSTA, Antônio Henrique; BRODBECK, Jane Thompson; AGA, Vanessa Loureiro Correa. **Estratégias de leitura em língua portuguesa**. Curitiba: Intersaberes, 2012 ***(Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/128279***

5.KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti; PAVANI, Cinara Ferreira. **Prática textual**: atividades de leitura e escrita. 11.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015 ***(Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/149603***

2º PERÍODO

Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo

Fundamentos e aplicações de bioquímica metabólica. Introdução ao metabolismo celular. Respiração celular: via glicolítica, ciclo de Krebs, cadeia respiratória e fosforilação oxidativa. Metabolismo aeróbico e anaeróbico. Via das pentoses e gliconeogênese. Regulação do metabolismo da glicose e do glicogênio. Metabolismo dos lipídios, lipoproteínas e metabolismo do colesterol. Metabolismo dos aminoácidos e ciclo da uréia. Metabolismo dos ácidos nucléicos. Metabolismo do ferro, metabolismo do ácido fólico, hormônios da pituitária, hormônios da tireóide, bioquímica dos hormônios da adrenal, bioquímica dos hormônios das gônadas, metabolismo das porfirinas, regulação e integração metabólica. Aplicação do estudo do metabolismo na área de nutrição abrangendo ações interdisciplinares e transversais no âmbitoambiental e questões étnico-raciais.

Bibliografia Básica:

1.NELSON, David L.; COX, Michael M. Lehinger: princípios da bioquímica. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2018

2.MARSHALL, William J.; LAPSLEY, Marta. Bioquímica clínica: aspectos clínicos e metabólicos. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016

3.MARZZOCO, Anita; TORRES, Bayardo Baptista. Bioquímica básica. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

Bibliografia Complementar:

1.BASTOS DE MARIA, Carlos Alberto. **Bioquímica básica**. Curitiba: Interciência, 2014 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/49799***

2.CONN, Eric E.; STUMPF, P. K. **Introdução à bioquímica**. 4.ed. São Paulo: Blucher, 1980 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177711***

3.GALANTE, Fernanda; ARAÚJO, Marcus Vinícius Ferreira de (Orgs.) **Princípios da bioquímica para universitários, técnicos e profissionais da área de saúde**. São Paulo: Rideel, 2018 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174250***

4.FERRIER, Denise R. **Bioquímica ilustrada**. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2019 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582714867/***

5.MORAN, Laurence A.; HORTON, Robert H.; SCRIMGEOUR, K. Gray; PERRY, Marc D. **Bioquímica**. 5.ed. São Paulo: Pearson, 2013 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/4233***

Mecanismo de Agressão e Defesa

Fornecer ao aluno o conhecimento em: Introdução à Microbiologia; Bacteriologia (características gerais das Bactérias, cultivo bacteriano e métodos de controle de crescimento microbiano), Interações entre o homem e os micro-organismos; Virologia (características gerais dos Vírus, principais viroses); Micologia (noções gerais sobre os Fungos, principais micoses); Parasitologia (características gerais de Protozoários e Helmintos, principais parasitoses regionais); Imunologia: noções sobre respostas imunológicas inespecíficas e específicas, Imunidade humoral e celular, Imunidade aos micro-organismos.

Bibliografia Básica:

1.REY, Luiz. Parasitologia: parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos ocidentais. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019

2.SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo *et.al.* **Parasitologia:** fundamentos e prática clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020

3.TORTORA, Gerard J.; FUNKE, Berdell R.; CASE, Christine L. Microbiologia. 12.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017

Bibliografia Complementar:

1.ENGROFF, Paula *et al.* **Parasitologia clínica**. Porto Alegre: SAGAH, 2021 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901572/***

2.FERREIRA, Marcelo Urbano. **Parasitologia contemporânea**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527737166/***

3.GRANATO, Lais Moreira; GALDEANO, Diogo Manzano. **Microbiologia, parasitologia e imunologia**. Curitiba: Intersaberes, 2020 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186344***

4.SEHNEM, Nicole Teixeira. **Microbiologia e imunologia**. São Paulo: Pearson, 2015 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/26521***

5.SCUTTI, Jorge Augusto Borin (Org.) **Fundamentos da imunologia**. Rio de Janeiro: Rideel, 2016 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174251***

Processos Patológicos

Conhecer os mecanismos de infecção e evasão dos microrganismos patogênicos ao sistema de defesa, assim como o funcionamento do Sistema Imunológico frente a essas agressões. Compreensão dos processos inflamatórios, de Hipersensibilidade, Doenças autoimunes e dinâmica do processo saúde-doença. Assim como, a compreensão dos mecanismos imunológicos referente às alterações morfofuncionais das células, tecidos e interstícios, ocasionadas pela ação dos agentes exógenos ou distúrbios endógenos. Análise de processos regressivos, distúrbios da circulação, inflamação, neoplasias, desordens, carências. O aluno estará apto a compreender os mecanismos de defesa e sua aplicação na clínica, bem como, a compreensão dos processos

patológicos humanos, sua etiologia, sinais, sintomas e consequências para o organismo. Corroborando desta forma, para uma assistência sistematizada ao indivíduo, à família, à comunidade e a todos os níveis de atendimento de atenção à saúde. Bem como, sua atuação na saúde ambiental e aos grupos populacionais locais.

Bibliografia Básica:

1.MURPHY, Kenneth. Imunologia de Janeway. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014

2.DELVES, Peter; MARTIN, Seamus J.; BURTON, Dennis R.; ROITT, Ivan M. Fundamentos de imunologia. 13.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019

3.BRASILEIRO FILHO, Geraldo. Bogliolo: patologia geral. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

Bibliografia Complementar:

1.ANGELO, Isabele da Costa (org.) **Patologia geral**. São Paulo: Pearson, 2016 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35544***

2.SANTOS, Giane Favretto. **Patologia geral**. São Paulo: Contentus, 2020 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186575***

3.KUMAR, Vinay; ABBAS, Abul K.; ASTER, Jon C. **Robbins - patologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595151895/***

4.FELIN, Izabella Paz Danezi; FELIN, Carlos Roberto. **Patologia geral**: em mapas conceituais. Rio de Janeiro: Guabanara Koogan, 2016 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595151505/***

5.MORAES, Marcia de Souza. **Assistência de enfermagem em infectologia**. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2014 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197440***

Práticas Profissionais na Saúde Coletiva II

Prática na atuação primária de atenção à saúde, individual e coletiva. Vivência prática da Organização de uma Unidade Sanitária, noções práticas de Epidemiologia, atenção básica no Serviço Público. Educação em saúde. Desenvolvimento de ações de intervenção no âmbito comunitário e a inserção em domicílios e grupos organizados na comunidade ou instituições, com aspectos direcionados e relevantes da responsabilidade social. Abrangência da atuação junto a Grupos Especiais (Adolescentes, Idoso, Pessoas com Necessidades Especiais).

Bibliografia Básica:

1.ALMEIDA-FILHO, Naomar de; BARRETO, Mauricio L. Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014

2.ROTHMAN, Kenneth J.; GREENLAND, Sander; LASH, Timothy L. Epidemiologia moderna. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017

3.AGUIAR, Zenaide Neto. SUS – Sistema Único de Saúde: antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. 2.ed. São Paulo: Martinari, 2015.

Bibliografia Complementar:

1.BUSATO, Ivana Maria Saes. **Epidemiologia e processo saúde-doença**. Curitiba: Intersaberes, 2016 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/39129c***

2.CARDOSO, Angélica de Oliveira; DETTMER, Débora; EIZERICK, Débora Chedid (org.). **Contextos e condutas em atenção primária à saúde**. v.1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019 ***Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/180661***

3.ROCHA, Aristides Almeida; CESAR, Chester Luiz Galvão; RIBEIRO, Helena. **Saúde pública**: bases conceituais. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/179546***

4.ROCHA, Juan Stuardo Yazlle. **Manual de saúde pública e saúde coletiva no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017. ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/180673***

5.SCUSSIATO, Louise Aracema. **Humanização e atenção à saúde**. Curitiba: Contentus, 2021 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/193074***

Metodologia do Estudo Científico

Estudo da metodologia científica para a compreensão da ciência como método e técnica de pesquisa. Entendimento da estrutura básica do conhecimento humano em seus diferentes níveis, tais como, o senso comum, o mítico, o religioso, o filosófico e o científico. Organização do trabalho científico conforme as normas da ABNT. Exploração dobre a estrutura de um projeto de pesquisa, aplicação prática do mesmo na coleta, tratamento estatístico e análise dos dados.

Bibliografia Básica:

1.KAHLMEYER-MERTENS, Roberto S. **Como elaborar projetos de pesquisa:** linguagem e método. Rio de Janeiro: FGV, 2017

2.MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico.** (Projeto de pesquisa. Pesquisa bibliográfica. Teses de doutorado, disserações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso). 9.ed. São Paulo: Atlas, 2021

3.SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016

Bibliografia Complementar:

1.ALEXANDRE, Agripa Faria. **Metodologia científica**: princípios e fundamentos. 3.ed. São Paulo: Blucher, 2021 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555062236/***

2.CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.) **Construindo o saber**: metodologia científica - fundamentos e técnicas. São Paulo: Papirus, 2021 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/204107***

3.KALINKE, Luciana P. *et al.* **Metodologia da pesquisa em saúde**. 4.ed. São Paulo: Difusão, 2019 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177744***

4.LOZADA, Gisele; NUNES, Karina S. **Metodologia científica**. Porto Alegre: SAGAH, 2019 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/***

5.MARCELINO, Carla Andréia Alves da Silva. **Metodologia de pesquisa**. Curitiba: Contentus, 2020 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186505***

3º PERÍODO

Processo Saúde-Doença: Modelo de Interpretação e Intervenção

Abordagens conceituais do campo da Saúde Coletiva e Saúde Pública. Com foco nos modelos de interpretação do processo saúde-doença: uni – causal, multi- causal, determinação social do processo saúde-doença, que se constituíram historicamente. Ainda, são apresentados os modelos de intervenção que se remete a cada modelo de interpretação do processo saúde-doença. A determinação social do processo saúde-doença-cuidado é focada com ênfase de forma a compreender o Sistema Único de Saúde no Brasil e a concepção da saúde como direito de cidadania. Planejamento em saúde coletiva. Diagnostico e intervenção em problemas de saúde, planejamento, monitoramento e avaliação em saúde coletiva. Vigilância em Saúde. Ações programáticas em saúde estabelecida pelo Ministério da Saúde. Atenção Básica. Estratégia Saúde da Família. Educação em saúde. Atuação dos profissionais de enfermagem nos Programas Oficiais do Ministério da Saúde. Administração de Serviço de Enfermagem em unidades sanitárias. Práticas educativas em saúde coletiva e a realidade da população: visão holístico-ecológica. Perfil sócio epidemiológicos no contexto socioambiental da Região.

Bibliografia Básica:

1.CAMPOS, Gastão Wagner de S; MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Tratado de Saúde Coletiva. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

2.LEITE, Maria Madalena Januário; PRADO, Cláudia; PERES, Heloisa Helena C. Educação em saúde. São Paulo: Difusão, 2017

3.SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro de; HORTA, Natália de Cássia. Enfermagem em saúde coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

Bibliografia Complementar:

1.ARCHANJO, Daniela Resende; ARCHANJO, Léa Resende; SILVA, Lincoln Luciano da (orgs.) **Saúde da família na atenção primária**. Curitiba: Intersaberes, 2013 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6152***

2.BUSATO, Ivana Maria Saes. **Epidemiologia e processo saúde-doença**. Curitiba: Intersaberes, 2016 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/39129***

3.FERREIRA, Sandra Rejane Soares; PÉRICO, Lisiane Andréia Devinar; DIAS, Vilma Regina Freitas Gonçalves. **Atuação do enfermeiro na atenção primária à saúde**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/168920***

4.FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de; TONINI, Teresa (Orgs.) **SUS e saúde da família para a enfermagem**: práticas para o cuidado em saúde coletiva. São Paulo: Yendis, 2011 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/159364***

5.VILAR, Rosana Lúcia Alves de. **Humanização na estratégia saúde da família**. São Paulo: Yendis, 2014 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/159265***

Farmacologia

Análise dos conceitos básicos de farmacologia; farmacocinética, absorção, distribuição, metabolização e eliminação dos medicamentos no organismo; Estudo dos mecanismos de ação das drogas sob o organismo humano; Enfoque da farmacodinâmica, estudo e documentação do mecanismo terapêutico das drogas. Interação entre os sistemas biológicos e as substâncias químicas; Estudo da ação terapêuticas drogas nos sistemas: nervoso, respiratório, cardiovascular, digestivo, gênito-urinário, endócrino, hematopoiético; Reflexão sobre terapêutica medicamentosa dos grupos da droga; Abordagem sobreo manuseio e administração correta das drogas. Posologia, nomes comerciais, cuidados de enfermagem nas diversas fases da vida, indicação e contraindicação; Desenvolvimento da matemática aplicada à enfermagem, cálculos de dosagens de medicamento e gotejamento; Discussão da necessidade das ações positivas e da diminuição dos efeitos indesejáveis das drogas no contexto socioambiental da Região.

Bibliografia Básica:

1.BRUNTON, Laurence L.; HILAL-DANDAN, Randa; KNOLLMANN, Björn C. **Manual de farmacologia e terapêutica de Goodman & Gilman**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015

2.RITTER, James; FLOWER, Rod; HENDERSON, Graeme *et.al.* **Rang & Dale:** farmacologia. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020

3.KATZUNG, Bertram G.; TREVOR, Anthony J. **Farmacologia básica e clínica.** 13.ed. Porto Alegre: AMGH, 2017.

Bibliografia Complementar:

1.ALMEIDA, José Ricardo Chamhum. de; CRUCIOL, Joice Mara. **Farmacologia e terapêutica clínica para a equipe de enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 2014 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174667***

2.BRUM, Lucimar Filar da Silva; ROCKENBACH, Liliana; BELLICANTA, Patricia Lazzarotto. **Farmacologia básica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025271***

3.FORD, Susan M. **Farmacologia clínica**. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** ***https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527735681/***

4.PIVELLO, Vera Lúcia. **Farmacologia**: como agem os medicamentos. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2017 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/180677***

5.SILVA, Débora Galvão Coelho da; OLIVEIRA, Vinícius Bednarczuk de. **Fundamentos da farmacologia**: base dos fármacos aplicados à saúde. Curitiba: Intersaberes, 2021 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/195506***

Fundamentos de Enfermagem

Estudo a Enfermagem atual a partir de suas origens. A evolução histórica da Enfermagem: injunções sociais, econômicas e políticas. Fases evolutivas da Enfermagem. História da Enfermagem na Região Norte. Tendências e problemática atuais da enfermagem. Bioética, humanização e relações interpessoais. Biossegurança, segurança do paciente e saúde ambiental. Introdução a assepsia. Fisiologia e Técnica de sinais vitais. Antropometria.

Bibliografia Básica:

1.GEOVANINI, Telma.; MOREIRA, Almerinda; DORNELLES, Soraya; MACHADO, William C. A. História da enfermagem: versões e interpretações. 4.ed. São Paulo: Revinter, 2019.

2.NETTINA, Sandra M.; CRUZ, Isabel. Prática de enfermagem. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016

3.POTTER, Patrícia; PERRY, Anne Griffin; STOCKERT, Amy Hall. Fundamentos de enfermagem. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

Bibliografia Complementar:

1.BEZERRA, Daniele Ferreira; MATOS, Widson Davi Vaz de. **Enfermagem em evidência**: práticas desafiadoras e atitudes inovadoras. Belém: Neurus, 2020 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184674***

2.CHEREGATTI, Aline Laurenti; JERÔNIMO, Rosangela A. (org.) Sala. **Enfermagem**: técnicas e procedimentos. São Paulo: Rideel, 2011 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174243***

3.MUSSI, Nair Miyamoto. **Técnicas fundamentais de enfermagem**. 3.ed. São Paulo: Atheneu, 2013 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/168104***

4.PADILHA, Maria Itayara; BORENSTEIN, Mirian Süsskind; SANTOS, Iraci dos; BELLAGUARDA, Maria Ligia dos Reis (Orgs.) **Enfermagem**: história de uma profissão. 3.ed São Paulo: Difusão, 2020 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/164099***

5.PORTO, Fernando; AMORIM, Wellington (Org.) **História da enfermagem**: identidade, profissionalização e símbolos. 2.ed. São Paulo: Yendis, 2013 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/159267***

Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem

Desenvolvimento de habilidades técnicas, necessárias ao desempenho prático da profissão fundamentado na semiologia. Desenvolvimento de técnicas básicas de enfermagem, observando princípios científicos para promoção, proteção e recuperação da saúde. Introdução a assistência ao paciente hospitalizado. Equipe de saúde e de enfermagem. Estudo dos sinais e sintomas das patologias clínicas pela enfermagem, fundamentados no método científico. Estudo e compreensão do organismo sadio e patológico, bem como da dinâmica funcional do processo saúde-doença na fase adulta, estipulando-se, globalmente, as formas de abordagem assistencial do indivíduo na prevenção ou na cura da enfermidade no contexto sócio–ambiental da Região.

Bibliografia Básica:

1.BARROS, Alba Lúcia Bottura Leite de (Org.) Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

2.HINKLE, Janice L.; CHEEVER, Kerry H. Brunner & Suddarth: Tratado de enfermagem médico-cirúrgico. 4vs. 13.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018.

3.TANNURE, Meire Chucre; PINHEIRO, Ana Maria. Semiologia: bases clínicas para o processo de enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017

Bibliografia Complementar:

1.JESSEN, Sharon. **Semiologia para enfermagem:** conceitos e prática clinica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-277-2403-6/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover.xhtml]!/4/2/2%4051:1

2.MAYOR, Eliana Rodrigues Carlessi. **Manual de procedimentos e assistência de enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 2010 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185890***

3.MURTA, Genilda Ferreira. **Procedimentos básicos de enfermagem no cuidar**. São Paulo: Difusão, 2006 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177534***

4.MUSSI, Nair M. *et al.* **Técnicas fundamentais de enfermagem**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2016 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/168104***

5.STACCIARINI, Thaís Santos Guerra; CUNHA, Maria Hygina Ribeiro. **Procedimentos operacionais padrão em enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 2014 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/197524***

Sociologia e Antropologia

O Dialogo Teórico entre Antropologia e da Sociologia. Seus idealizadores e principais teóricos para a análise das organizações. O homem e a organização da sociedade. Diversidade Cultural e Multiculturalismo; A Cultura e Realidade Social: relações do trabalho, racismo, discriminação, preconceito, as questões de gêneros e étnico raciais. Direitos, cidadania, meio ambiente e movimentos sociais. A perspectivas da Antropologia e da Sociologia na contemporaneidade mundial e brasileira. Procedimentos administrativos e das teias simbólicas nos ambientes organizacionais. Comportamento organizacional, relações de poder e grupos de pressão.

Bibliografia Básica:

1.LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2019

2.MERCIER, Paul. História da antropologia. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2012

3.PLUMMER, Ken. Sociologia. São Paulo: Saraiva, 2015 (Coleção Homem, Cultura e Sociedade)

Bibliografia Complementar:

1.HERZFELD, Michael. **Antropologia**: prática teórica na cultura e na sociedade. Rio de Janeiro: Vozes, 2014 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/49066***

2.PINHEL, André Marega; ALVES, Benno Warken. **Sociologia brasileira**. Curitiba: Intersaberes, 2019 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177784***

3.GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia hiperdialética**. São Paulo: Contexto, 2011 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3453***

4.OLIVEIRA, Allan de Paula. **Antropologia**: questões, conceitos e histórias. Curitiba: Intersaberes, 2018 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/161681***

5.RUGERI, Talita Cristine. **Tópicos especiais**: sociologia brasileira. Curitiba: Contentus, 2021 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** ***https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/191646***

4º PERÍODO

Imaginologia e Interpretação de Exames Laboratoriais

Noções gerais sobre os principais tipos de exames: sangue, urina, fezes, líquor, escarro. Os valores de referência e suas correlações com processos patológicos. Interpretação dos resultados destacando a importância para o conhecimento do Enfermeiro. Aspectos relacionados à coleta, armazenagem e Biossegurança dos principais tipos de exames. Os métodos de imaginologia. Aspectos normais e fisiopatológicos das estruturas que compõem o organismo humano. Abordagem diferencial dos fenômenos fisiológicos e patológicos nos diferentes sistemas do corpo humano.

Bibliografia Básica:

1.FISCHBACH, Frances Talaska; FISCHDACH, Margaret A. Exames laboratoriais e diagnóstico em enfermagem: guia prático. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016

2.DOENGES, Marilynn E.; MOORHOUSE, Mary Frances; MURR, Alice C. Diagnóstico de Enfermagem. Guanabara, 2018

3.WILLIAMSON, Mary A. WALLACH: Interpretação de Exames Laboratoriais. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

Bibliografia Complementar:

1.CAMPOS, Letícia Dominguez. **Imaginologia e exames laboratoriais aplicados ao paciente crítico**. Londrina: Educacional S.A., 2021 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559031191/pageid/0

2.GROTTO, Helena Zerlotti Wolf. **Interpretação clínica do hemograma**. São Paulo: Atheneu, 2010 **(Biblioteca virtual** Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/192893

3.PAGANA, Kathleen Deska. Guia de exames laboratoriais & de imagem para enfermagem. 11.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595151611/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Da9788535269772_cover]!/4/2[Cover]/2%4051:2

4.SILVA, Paulo Henrique da. *et.al.* **Hematologia laboratorial:** teoria e procedimentos. Porto Alegre: Artmed, 2016 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582712603/pageid/0

5.NISCHIMURA, Lúcia Yurico; POTENZA, Marlene Marques; CESARETTI, Isabel Umbelina Ribeiro (Orgs.) Enfermagem em diagnóstico por imagem. São Paulo: Yendis, 2013 **(Biblioteca virtual Pearson)** https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/159247

Políticas Organizacionais em Serviço de Saúde

Histórico das políticas de saúde no Brasil. Reforma sanitária: o SUS em seus princípios. Redes de Atenção à Saúde. Modelos de Atenção à Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Educação em saúde. Organização do setor saúde no contexto atual - as políticas e as condições de saúde da sociedade brasileira contemporânea e especialmente na Região.

Bibliografia Básica:

1.SILVA, Silvio Fernandes da (Org.) **Redes de atenção à saúde:** desafios da regionalização no SUS. 2.ed. São Paulo: Saberes, 2013

2.SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro de; HORTA, Natália de Cássia. **Enfermagem em saúde coletiva:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

3.PAIM, Jairnilson Silva. **SUS - Sistema Único de Saúde:** tudo o que você precisa saber. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

Bibliografia Complementar:

1.BASSINELLO, Greice. Saúde coletiva. São Paulo: Pearson, 2015 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** *https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/26515*

2.CÓRDOBA, Elisabete. **SUS e ESF:** Sistema Único de Saúde e Estratégia Saúde da Família. São Paulo: RIDEEL, 2013 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** *https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182395*

3.FERREIRA, Sandra Rejane Soares; PÉRICO, Lisiane Andréia C.; DIAS, Vilma Regina Freitas Gonçalves. **Atuação do enfermeiro na atenção primária à saúde.** Rio de Janeiro: Atheneu, 2018 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/168920

4.SANTOS, Álvaro da Silva; CUBAS, Marcia Regina. **Saúde coletiva:** linhas de cuidado e consulta de enfermagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595151321/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Da9788535265415_cover]!/4/2/2%4051:2

5.ROCHA, Juan Stuardo Yazlle. **Manual de saúde pública e saúde coletiva no Brasil.** São Paulo: Atheneu, 2017 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** *https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/180673*

Sistematização da Assistência de Enfermagem

Reflexão crítica do Processo de Enfermagem embasado nas teorias de enfermagem. Aplicação da Sistematização da Assistência de Enfermagem de acordo com as necessidades humanas básicas, com revisão sistematizada do exame físico e anamnese/ histórico, diagnóstico, planejamento, prescrição e evolução. A disciplina consiste em proporcionar ao estudante conhecimento dos aspectos teóricos e práticos para

implementação da sistematização da assistência de enfermagem. Requer oferecer subsídios para o desenvolvimento do raciocínio critico através de situações de ensino.

Bibliografia Básica:

1.BARROS, Alba Lúcia Bottura Leite de (Org.) **Anamnese e exame físico:** avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015

2.DOENGES, Marilynn E.; MOORHOUSE, Mary Frances; MURR, Alice C. **Diagnóstico de Enfermagem**. Guanabara, 2018

3.FISCHBACH, Frances Talaska; FISCHDACH, Margaret A. **Exames laboratoriais e diagnóstico em enfermagem**: guia prático. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

Bibliografia Complementar:

1.COSTA, Ana Lucia Jezuino da; EUGÊNIO, Sonia Cristina Fonseca. **Cuidados de enfermagem**. Porto Alegre: Artmed, 2014 (Série Tekne. Eixo Ambiente e Saúde). **(Acervo digital Minha Biblioteca)** https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582710753/pageid/0

2.HARADA, Maria de Jesus Casto Sousa; PEDREIRA, Mavilde da Luz gonçalves; VIANA, Dirce Laplaca. **Promoção da saúde:** fundamentos e práticas. São Paulo: Yendis, 2013 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** *https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/159258*

3.MUSSI, Nair Miyamoto. *et.al.* **Técnicas fundamentais de enfermagem**. 3.ed. Rio de Janeiro: Athneu, 2016 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** *https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/168104*

4.NASCIMENTO, Alexandra Bulgarelli do. **Conhecimento e métodos do cuidar em enfermagem.** Porto Alegre: SAGAH, 2019 ***(Acervo digital Minha Biblioteca)*** https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595029729/pageid/0

5.RODRIGUES, Andrea Bezerra *et.al.* **Guia da enfermagem:** rotinas, práticas e cuidados fundamentados. 3 ed. São Paulo: Érica, 2020 (***Acervo digital Minha Biblioteca)*** https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536533544/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4051:1

Nutrição Aplicada à Enfermagem

Introdução à nutrição, conceitos básicos. Estudar sobre a Política Nacional de Alimentação e Nutrição no Brasil, discutir necessidades de ações para promoção de práticas alimentares na atenção primária em todas as fases da vida. Valor calórico dos alimentos: digestão, absorção, assimilação e excreção de lipídios, protídeos, vitaminas, minerais e água. Interação metabólica. Classificação, função, fonte e necessidades de vitaminas e sais minerais. Nutrição em todos os ciclos da vida. Carências nutricionais e conduta dietoterápica nas enfermidades dos aparelhos cardiovasculares, renal, digestivo e nas doenças metabólicas. Nutrição na doença e agravos à saúde. Processo saúde-doença, desnutrição e estudos epidemiológicos de carências específicas no contexto sócio–ambiental da Região.

Bibliografia Básica:

1.DOVERA, Themis Maria Dresch da Silveira. **Nutrição aplicada ao curso de enfermagem**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

2.GROPPER, Sareen; SMITH, Jack L.; GROFF, James L. N**utrição avançada e metabolismo**. 5.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011

3.TIRAPEGUI, Júlio. **Nutrição:** fundamentos e aspectos atuais. 3.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013.

Bibliografia Complementar:

1.CARDOSO, Marly A. **Nutrição em saúde coletiva**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013. ***(Biblioteca virtual)*** *https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185970*

2.LANHAM-NEW, Susan A. *et.al.* **Introdução à nutrição humana**. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788527738835/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4051:2

3.RODRIGUES, Viviane Belini (Org.) **Nutrição e desenvolvimento humano**. São Paulo: Pearson, 2016 ***(Biblioteca virtual Pearson)*** *https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/35540*

4.WAITZBERG, Dan L. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica. 5.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017. ***(Biblioteca virtual Pearson)*** *https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/169002*

5.WARDLAW, Gordon M.; SMITH, Anne M. **Nutrição contemporânea**. 8.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013 **(Acervo digital Minha Biblioteca)** https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580551891/pageid/0

Psicologia em Saúde

A psicologia como ciência do comportamento e dos processos mentais: objeto e método da pesquisa. Definição de psicologia. A relação da psicologia com outras ciências. Psicologia do desenvolvimento humano. A compreensão da complexidade humana; Personalidade: conceito e principais teorias. Fundamento biológicos e sociológicos do comportamento. A Psicologia hospitalar. A saúde mental da equipe multiprofissional. Estudos sobre a morte e o morrer. Humanização e o acolhimento. Emoções e sentimentos. Cuidados Paliativos e a enfermagem; Psicologia e diversidade sexual: desafios do profissional da área; A diferença entre Homossexuais, bissexuais e transexuais; Processos de formação social (inclusão/exclusão social); sujeitos históricos e as questões de gênero; ética, bioética, violência e gênero; Dimensões da prática dos profissionais de saúde nas questões de Gênero.

Bibliografia Básica:

1.ANGERAMI-CAMON, Waldemar Araújo (Org.) Psicologia da saúde: um novo significado para a prática clínica. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014 SANTA

2.BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassil. Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva Jur, s.d.

3.BRASIL, Marco Antonio Alves; CAMPOS, Eugenio Paes; AMARAL, Geraldo Francisco do; MEDEIROS, José Givaldo Mequiades de. Psicologia médica: a dimensão psicossocial da prática médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Bibliografia Complementar:

1.BAPTISTA, Makilim Nunes; DIAS, Rosana Righetto; BAPTISTA, Adriana Said Daher. Psicologia hospitalar: teoria, aplicações e casos clínicos. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788527733557/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4051:1

2.CAMPOS, Elisa Maria P. et.al. (Orgs) Psicologia da saúde - hospitalar: abordagem psicossomática. São Paulo: Manole, 2020 (Acervo digital Minha Biblioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520463536/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2/4[c1]/2%4052:1

3.FABRI, Adjuto de Eudes. Psicologia hospitalar. Curitiba: Contentus, 2020 (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186855

4.ISMAEL, Sílvia Maria Cury; SANTOS, Janaína Xavier de Andrade dos. Psicologia hospitalar: sobre o adoecimento... articulando conceitos com a prática clínica. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013. (Biblioteca virtual Pearson) https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/178019

5.RODRIGUES, Avelino Luiz (Edit.) Psicololgia da saúde-hospitalar: abordagem psicossomática. São Paulo: Manole, 2020 (Acervo digital minha Bibioteca) https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520463536/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2/4[c1]/2%4052:1

5º PERÍODO

Enfermagem em Clínica Médica

Estudo das necessidades de saúde do indivíduo no seu contexto social, econômico, cultural e epidemiológico. Aplicações dos princípios e da metodologia da assistência de enfermagem, numa visão holística, em situações clínicas geradas por afecções agudas, crônica e malignas dos diversos sistemas orgânicos, em nível

de promoção, prevenção e recuperação em saúde. Atuação de enfermagem em procedimentos e métodos diagnósticos. Organização e funcionamento de unidade de clínica geral.

Bibliografia Básica:

1.FISCHBACH, Frances Talaska; FISCHBACH, Margareth A. Exames laboratoriais e diagnósticos em enfermagem: guia prático. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

2.HERDMAN, t. Heather; KAMITSURU, Shigemi. Diagnóstico de enfermagem da NANDA – I: definições e classificações (2018-2020). 11.ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

3.PAGANA, Kathleen Deska; PAGANA, Timothy J. Guia de exames laboratoriais & de imagem para enfermagem. 11.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

Bibliografia Complementar:

1.ABBAS, Abul K.; KUMAR, Vinay; MITCHELL, Richard N. Robbins &Cotran: fundamentos de patologia. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

2.CONCEIÇÃO, Carlos Alberto da. Condutas em clínica médica. São Paulo: Atheneu, 2014.

3.CAVALCANTI, Euclides F. de A.; MARTINS, Herlon Saraiva. Clínica médica dos sinais e sintomas: ao diagnóstico e tratamento. São Paulo: Manole, 2007.

4.HINKLE, Janice L.; CHEEVER, Kerry H. Brunner&Suddarth – Tratado e enfermagem médico-cirúrgica. 13.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

5.PEDROSO, Enio Roberto Pietra; OLIVEIRA, Reinaldo Gomes de. Blackbook: clínica médica. Belo Horizonte: Blackbook, 2014.

Enfermagem em Clínica Cirúrgica

Complexo médico cirúrgico no contexto hospitalar, ambiente, estrutura e pessoal. Análise, planejamento e implementação da assistência de enfermagem no período pré-operatório. Atuação de enfermagem em cirurgias nos Centro Cirúrgicos e Centro de Esterilização de Materiais. Metodologia básica da montagem de sala de cirúrgica e o envolvimento do enfermeiro. Atuação do enfermeiro em sala de recuperação pós-anestésica. Metodologia da assistência de Enfermagem, estudo do cuidado geral, preventivo e curativo, prestado a pacientes e seus familiares no contexto do conhecimento, experiências e reflexão acerca do cuidado exclusivo e humanizado, mantendo a segurança do cuidado prevenção de eventos adversos e qualidade nas situações em Enfermagem Médico Cirúrgica no perioperatório. Equipe cirúrgica e o paciente. Fundamentação clínica e cirúrgica das afecções dos sistemas: cardiovascular, respiratório, gastrointestinal, otorrinolaringologia, neurocirurgia, aparelhos renais e musculoesqueléticos.

Bibliografia Básica:

1.HINKLE, Janice L.; CHEEVER, Kerry H. Brunner&Suddarth: manual de enfermagem médico-cirúrgica. 14.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.

2.LEWIS, Sharon L.; DIRKSEN, ShanonRuff; HEITKMPER, Margareth McLean; BUCHER, Linda; CAMERA, Ian. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica: avaliação e assistência dos problemas clínicos. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

3.SOUZA, Aspásia BasilesGesteira; CHAVES, Lucimara Duarte; SILVA, Maria Cláudia M. da. Enfermagem em clínica médico-cirúrgica: teoria e prática. 2vs. São Paulo: Martinari, 2014.

Bibliografia Complementar:

1.BONFIM, Isabel Miranda; MALLAGULTI, William. Enfermagem em centro cirúrgico: atualidades e perspectiva no ambiente cirúrgico. 2.ed. São Paulo: Martinari, 2011.

2.FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de; LEITE, Joséte Luzia; MACHADO, William César Alves (Orgs.) Centro cirúrgico: atuação, intervenção e cuidados de enfermagem. 2.ed. São Paulo: Yendis, 2011

3.HERDMAN, t. Heather; KAMITSURU, Shigemi. Diagnóstico de enfermagem da NANDA – I: definições e classificações (2018-2020). 11.ed. Porto Alegre: Artmed, 2018

4.MEEKER, Margareth Huth; ROTHROCK, Jane C. Alexander: cuidados de enfermagem ao paciente cirúrgico. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011

5.UENISHI, Eliza Kaori. Enfermagem médico-cirúrgica em unidade de terapia intensiva. 11.ed. São Paulo: Senac, s.d.

Enfermagem no Controle das Infecções Hospitalares

Infecção hospitalar e sua relação com a evolução das práticas de assistência à saúde. Classificação, formas de transmissão e cadeia epidemiológica da infecção hospitalar. Principais patologias ocasionadas pela infecção hospitalar. Programas de controle de infecção hospitalar. Educação em saúde. Ambiente e barreiras antimicrobianas. Sistematização de enfermagem no combate e controle de infecção hospitalar e suas consequências.

Bibliografia Básica:

1.CIMERMAN, Sérgio; CIMERMAN, Benjamin. Condutas em infectologia. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2011.

2.FOCACCIA, Roberto; VERONESI, Ricardo. Tratado de infectologia. 2vs. 5.ed. São Paulo: Atheneu, 2015.

3.SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Enfermagem na prevenção e controle da infecção hospitalar. 5.ed. São Paulo: Érica, 2016.

Bibliografia Complementar:

1.COLOMBRINI, Maria Rosa Ceccato. Enfermagem em infectologia: cuidados com o paciente internado. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2010.

2.COUTO, Renato Camargos; PEDROSA, Tânia Franca Araújo; CUNHA, Adriana Franca Araújo; AMARAL, Débora Borges do. Infecção hospitalar e outras complicações nãoinfecciosas da doença: epidemiologia, controle e tratamentos da doenç4.a. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

3.FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de. Ensinando a cuidar em saúde pública. 3.ed. São Paulo: Yendis, 2013.

4.LIMA, Márcia Valéria Rosa. Condutas em controle de infecção hospitalar: uma abordagem simplificada. São Paulo: Iátria, 2007.

5.OLIVEIRA, Adriana Cristina. Infecções hospitares: infectologia, prevenção e controle. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

Enfermagem na Saúde do Adulto e do Idoso

Estudo do contexto histórico e evolução das políticas públicas para a saúde do homem (PNAISH). Análise dos principais indicadores relacionados à saúde do homem brasileiro: indicadores demográficos, violência, população privada de liberdade, alcoolismo, tabagismo e população adolescente. Revisão dos aspectos anatômicos, fisiológicos, psicológicos e patológicos do homem. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idoso (PNSPI) e Estatuto do Idoso. Aspectos socioeconômicos, políticos e culturais relacionados ao processo do envelhecimento. Epidemiologia do Envelhecimento. Alterações fisiológicas do envelhecimento. Processo saúde/doença, Intervenções de enfermagem na equipe interdisciplinar aos usuários do Sistema Único de Saúde em situações crônico-degenerativas, focalizando o binômio idoso/família. Avaliação Geriátrica e Gerontológica em Enfermagem.

Bibliografia Básica:

1.HERDMAN, t. Heather; KAMITSURU, Shigemi. Diagnóstico de enfermagem da NANDA – I: definições e classificações (2018-2020). 11.ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

2.REIS, Anderson; PEREIRA, Álvaro. Saúde de homens: conceitos e práticas de cuidados. Rio de Janeiro: Águia Dourada, 2017.

3.FREITAS, Elizabete Viana de; PY, Lígia. Tratado de geriatria e gerontologia. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Bibliografia complementar:

1.GOLDMAN, Lee; SCHAFER, Andrew I. Cecil Medicina. v.1. 24.ed. Rio deJaneiro: Elsevier, 2014.

2.BRAGA, Cristina. Saúde do adulto e do idoso. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos. Ambiente e Saúde).

3.POPOV, Débora Cristina Silva. Gerontologia e geriatria: aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais do envelhecimento. São Paulo: Érica, 2014.

4.RAMOS, Luiz Roberto; CENDOROGLO, Maysa Seabra. Guia de geriatria e gerontologia. 2.ed. São Paulo: Manole, 2011.

5.FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de; TONINI, Teresa. Gerontologia: atuação da enfermagem no processo de envelhecimento. São Paulo: Yendis, 2012.

Epidemiologia e Bioestatística

Conceitos básicos de Estatística. Noções sobre técnicas estatísticas extensivamente usadas na área da saúde. Modelos probabilísticos e aplicações. Inferência estatística. História, usos e perspectivas da epidemiologia. Processo saúde-doença. Epidemiologia descritiva. Indicadores de saúde. Epidemiologia analítica. Desenhos de estudos epidemiológicos. Vigilância Epidemiológica. Sistemas de Informação em Saúde. Educação em saúde. Aspectos epidemiológicos das doenças e agravos relacionados ao meio ambiente e das doenças infecciosas e não infecciosas no país e especialmente na Região.

Bibliografia Básica:

1.ALMEIDA FILHO, Naomar de.; BARRETO, Maurício Lima (Org.) Epidemiologia & saúde: fundamentos, métodos e aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012

2.ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Epidemiologia e saúde. 7.ed. Rio de Janeiro: MedBooks, 2013

3.VIEIRA, Sônia. Introdução à bioestatística. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016

Bibliografia Complementar:

1.BUSATO, Ivana Maria Saes. Epidemiologia e processo saúde-doença. Curitiba: Intersaberes, 2016 (Série Princípios da Gestão Hospitalar) (Biblioteca Virtual. E-Book)

2.BONITA, R.; BEAGLEGOLE, R.; KJELLSTRÖM, T. Epidemiologia básica. 2.ed. São Paulo: Santos, 2011

3.BRASSEA, Tatiana Gabriela. Epidemiologia: indicadores de saúde e análise de dados. São Paulo: Saraiva, 2014.

4.GLANDTZ, Stanton A. Princípios de bioestatística. 7.ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2014

5.MALETTA, Carlos Henrique Mudado. Epidemiologia e Saúde Pública. 3.ed. Belo Horizonte: Coopmed, 2014.

6º PERÍODO

Saúde das Populações Indígenas, Ribeirinhas e Étnico Raciais

Política Nacional de Saúde dos Povos Indígenas. Subsistema de Saúde Indígena. Etnias amazônicas: suas organizações, hábitos, crenças e costumes. Conceitos básicos para compreensão da cultura e das práticas de saúde e cura dos povos indígenas e amazônicos. Morbimortalidade e transição epidemiológica. Práticas sanitárias dos profissionais de saúde. Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) no Amazonas. Gestão de sistemas locais de saúde e o trabalho da Enfermagem. Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Cultura afro-brasileira e indígena. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas. Trabalho, produtividade e diversidade cultural.

Bibliografia Básica:

1.BARROS, Sônia; CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; FERNANDES, João José Santos. Atenção à saúde das populações vulneráveis. São Paulo: Manole, 2014 (Série Enfermagem e Saúde).

2.PAIXÃO, Marcelo. 500 anos de solidão: ensaios sobre as desigualdades raciais no Brasil. Curitiba: Appris, 2013.

3.TEIXEIRA, Carla Costa; CARNEIRO, Luiza (Orgs.) Saúde indígena em perspectiva: explorando suas matrizes históricas e ideológicas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014.

Bibliografia Complementar:

1.BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Lei Arouca: a Funasa nos 10 anos de saúde indígena. Brasília: Funasa, 2009 http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/livro-lei-arouca-10anos.pdf

2.GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia. Saúde indígena: uma introdução ao tema. Brasília: MEC/SECADI, 2012. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_indigena_uma_introducao_tema.pdf

3.BRASIL. Política Nacional de atenção à saúde dos povos indígenas. 2.ed. Brasília: Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde, 2002 http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf

4.BATISTA, Luis Eduardo; WERNECK, Jurema; LOPES, Fernanda (Orgs.) Saúde da população negra. Rio de Janeiro: Depetrus, 2012.

5.SOUZA, Elias Brasilino de. Cidadania indígena, políticas públicas e desafios da sustentabilidade no Alto Rio Negro. Manaus: EDUA, 2012.

Enfermagem na Saúde da Mulher

Estudo do contexto histórico e evolução das políticas públicas para a mulher (PAISM_PNAISM_Rede Cegonha). Análise dos principais indicadores relacionados a saúde da mulher brasileira: mortalidade materna, violência contra a mulher e abortamento. Revisão dos aspectos anatômicos, fisiológicos, psicológicos e patológicos da mulher durante o seu ciclo vital (puberdade ao climatério). Assistência de enfermagem a nível primário: Saúde Sexual e Reprodutiva, Pré-Natal (Baixo Risco e Alto Risco). Preventivo e Abordagem Sindrômica. Fisiologia da Gestação: Nomenclatura Obstétrica, Mudanças do Organismo materno. Assistência da Equipe Multiprofissional durante o Trabalho de Parto: Violência Obstétrica, Boas Práticas no Parto e Nascimento (Diretriz Nacional de Assistência ao Parto Normal_CONITEC), Pré-Parto, Centros de Partos Normais e Casas de Partos. Cuidados ao recém-nascido (RN) dentro das boas práticas do nascimento. Assistência da Equipe Multiprofissional no Puerpério: Fisiologia Puerperal, Amamentação e Consulta Puerperal do sétimo dia.

Bibliografia Básica:

1.CUNNINGHAM, F. et al. Obstetrícia de Williams. 24. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

2.FERNANDES, Rosa Áurea Quintella; NARCHI, Nádia Zanon. (Orgs.) Enfermagem e saúde da mulher. 2.ed. São Paulo: Manole, 2013.

3.MONTENEGRO, Carlos Antonio Barbosa; REZENDE FILHO, Jorge de. Obstetrícia. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

Bibliografia Complementar:

1.BARACAT, Edmundo Chada; MELO, Nilson Roberto de. Ginecologia baseada em casos clínicos. São Paulo: Manole, 2013.

2.FREITAS, Fernando; MENKE, Carlos Henrique; RIVOIRE, Waldemar Augusto; PASSOS, Eduardo Pandolfi. Rotinas em ginecologia. 7.ed. Proto Alegre: Artmed, 2017.

3.RICCI, Susan Scott. Enfermagem materno-neonatal e saúde da mulher. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

4.SANTOS, Lannuze Gomes Andrade dos; ANDRETO, Luciana Marques; FIGUEIRA, Maria Cristina dos Santos; MORIMURA, Maria Celina Rocha. Enfermagem em ginecologia e obstetrícia. Rio de Janeiro: Medbook, 2010.

5.ZUGAIB, Marcelo; FRANCISCO, RossanaPulcineli Vieira. Zugaib: obstetrícia. 3.ed. São Paulo: Manole, 2012.

Enfermagem em Oncologia

Neoplasias malignas com identificação das manifestações clínicas, diagnóstico, tratamento, prevenção e diagnóstico precoce. Assistência de enfermagem integral ao ser humano doente e familiar, numa visão holística. Metodologia da Assistência de Enfermagem, estudo do cuidado geral, preventivo e curativo, prestado a pacientes e seus familiares no contexto do conhecimento, experiências e reflexão acerca do cuidado exclusivo e humanizado, mantendo a segurança do cuidado prevenção de eventos adversos e qualidade nas situações em Enfermagem nas afecções malignas dos diversos sistemas orgânicos.

Bibliografia Básica:

1.FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de; LEITE, Josete Luzia; MACHADO, William Alves; MOREIRA, Marlea Chagas; TONNINI, Teresa. Enfermagem oncológica: conceitos e práticas. São Paulo: Yendis, 2009

2.HOFF, Paulo Marcelo G. (Org.) Manual multiprofissional em oncologia: enfermagem. Rio de Janeiro: Atheneu, 2018

3.RODRIGUES, Andrea Bezerra; OLIVEIRA, Patrícia Peres de. Oncologia para enfermagem. São Paulo: Manole, 2016.

Bibliografia Complementar:

1.FERREIRA, Paulo Renato Figueiredo. Tratamento combinado em oncologia: quimioterapia, homonioterapia, radioterapia. Porto Alegre: Artmed, 2007

2.FIGUEIREDO, Eurídice; MONTEIRO, Mauro; FERREIRA, Alexandre. Tratado de oncologia. 2vs. São Paulo: Revinter, 2013

3.GATES, Rose A.; FINK, Regina M. Segredos em enfermagem oncológica: respostas necessárias ao dia-a-dia. 3.ed. Porto Alegre: Atmed, 2009

4.MALAGUTTI, William (Org) Oncologia pediátrica: uma abordagem multiprofissional. São Paulo: Martinari, 2011

5.MOURA, Verônica Torel de. MOC - Manual de Oncologia Clínica no Brasil: Enfermagem. São Paulo: Dendrix, 2017

Enfermagem na Segurança do Paciente

A disciplina tem como proposta discutir a temática relacionadas com a segurança e a qualidade na assistência à saúde nos diversos setores de atuação do Enfermeiro durante assistência ao usuário/paciente diante dos contextos internacionais com o nacional, estadual e local. Fundamentos e Estratégias para a Prática Segura em Enfermagem. Promover a Reflexão sobre Segurança, Prevenção e Controle das Infecções Relacionadas a Assistência à Saúde (IRAS). Educação em saúde. Discutir Temas que Auxiliam as Medidas de Prevenção, Promoção, Segurança, Diminuição dos Riscos e Danos que possam ocorrer por Eventos Adversos e Realização da Educação em Saúde.

Bibliografia Básica:

1.ARMOND, Guilherme. Segurança do paciente: como garantir qualidade nos serviços de saúde (estratégias para a prevenção dos eventos adversos). Rio de Janeiro: DOC Content, 2016

2.COUTO, Renato Camargo; PEDROSA, Tania Moreira Grillo; AMARAL, Telma Borges do. Segurança do paciente: infecção relacionada à assistência e outros eventos adversos não infecciosos (prevenção, controle e tratamento). Rio de Janeiro: Medbook, 2016

3.WACHTER, Robert M. Compreendendo a segurança do paciente. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, s.d.

Bibliografia Complementar:

1.HARADA, Maria de Jesus C. S.; PEDREIRA, Malvide da L. G.; PETERLINI, Maria Angélica S.; PEREIRA, Sonia Regina. O erro humano e a segurança do paciente. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2006

2.JEVON, Philip; EWENS, Berveley. Monitoramento do paciente crítico: habilidades fundamentais para enfermagem. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009

3.PADILHA, Kátia Grillo; VATTIMO, Maria de Fátima Fernandes; SILVA, Sandra Cristine da; KIMURA, Miako; WATANABE, Mirian (Orgs.) Enfermagem em UTI: cuidando do paciente crítico. 2.ed. São Paulo: Manole, 2016

4.PERRY, Anne Griffin.; POTTER, Patrícia A. Guia completo de procedimentos e competências de enfermagem. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015

5.PERRY, Anne Griffin.; POTTER, Patrícia A.; ELKIN, Martha Keene. Procedimentos e intervenções em enfermagem. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Tecnologia da Informação e Comunicação

Ciência, tecnologia e sociedade. Análise dos conceitos e ferramentas da tecnologia da informação e comunicação no contexto da Enfermagem. Aspectos sociais, éticos e legais. Aplicações da TIC na Enfermagem. Uso de softwares no contexto de trabalho do profissional de Enfermagem. Paradigmas e perspectivas das TIC; Segurança da informação. A conectividade. Recursos áudio visuais e da web para Enfermagem. Tecnologia da informação e comunicação sustentável.

Bibliografia Básica:

1.AKABANE, Getúlio K. Gestão estratégica da tecnologia da informação: conceitos, metodologias, planejamento e avaliações. São Paulo: Atlas, 2012

2.CRUZ, Tadeu. Sistemas de informações gerenciais: tecnologias da informação e as organizações do século XXI & introdução ao BPM & BPMS – introdução ao CMM-I. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2014

3.SILVA FILHO, Tecnologia da informação e gestão do conhecimento. 2.ed. São Paulo: Alínea, 2013.

Bibliografia Complementar:

1.CRISTO, Marco Antonio Pinheiro de. Tecnologias da informação e comunicação. Manaus: FUCAOI, 2007

2.CRUZ, Tadeu. Sistemas, organizações e métodos: estudo integrado das novas tecnologias de informação.3. ed. São Paulo: Atlas, 2010

3.FOINA, Paulo Araújo. Tecnologia da informação: planejamento e gestão. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013

4.MARCHIORI, Marlene (Org.) Comunicação e organização: reflexões, processos e práticas. São Paulo: Difusão, 2010

5.SFEZ, Lucien. A comunicação. São Paulo: Martins, 2007.

7º PERÍODO

Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente

Análise situacional do recém-nascido, da criança e do adolescente brasileiro. Aspecto anatomofisiológico e das patologias do recém-nascido. Estudo do crescimento, desenvolvimento e necessidades bio-psico-social-espiritual da criança e do adolescente. A intervenção do enfermeiro nas ações multidisciplinares, visando à promoção, prevenção e manutenção da saúde da criança e do adolescente no contexto familiar, escolar e comunitário. Assistência de enfermagem prestada à criança e ao adolescente no âmbito hospitalar a interdisciplinaridade. As necessidades da criança sadia, com ênfase ao lactente, pré-escolar, escolar e adolescente: enfoque na alimentação, higiene, vacinação e recreação. Principais doenças do recém-nascido, da infância e adolescência. Fundamentação clínica e cuidados específicos de enfermagem na infância e na adolescência no contexto socioambiental da região Amazônica.

Bibliografia Básica:

1.HOCKENBERRY, Marilyn J.; WILSON, David; RODGERS, Cheryl C. Fundamentos de enfermagem pediátrica. 10.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018

2.LOPES, Fábio Ancona; CAMPOS JUNIOR., Dioclécio. Tratado de pediatria. 2vs. 4.ed. São Paulo: Manole, 2014

3.CARVALHO, Silvana Denofre. O enfermeiro e o cuidar multidisciplinar na saúde da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Atheneu, 2012.

Bibliografia Complementar:

1.ALMEIDA, Fabiane de Amorim; SABATÉZ, Ana Llonch (Orgs.) Enfermagem pediátrica: a criança, o adolescente e sua família no hospital. São Paulo: Manole, 2008 (Série Enfermagem) (Biblioteca Virtual. E-book).

2.BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira; GONÇALVES, Emanoela. Saúde da criança e do adolescente. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos. Ambiente e Saúde).

3.BORGES, Ana Luíza Vilela; FUJIMORI, Elizabeth (Orgs.) Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica. São Paulo: Manole, 2009.

4.MARCONDES, Eduardo; VAZ, Flávio Adolfo Costa; RAMOS, José Lauro Araújo; OKAY, Yassuiko. Pediatria básica: pediatria clínica geral. Tomo 2. 9.ed. São Paulo: Sarvier, 2009.

5.SOUZA, Aspásia BasileGesteira (Org.) Enfermagem em neonatologia: temas relevantes. São Paulo: Martinari, 2010.

Enfermagem na Saúde do Trabalhador

Estudo da Enfermagem na saúde do trabalhador. Leis do trabalho e legislação complementar. Carga do trabalho de enfermagem. Desgaste do trabalhador de enfermagem. Morbidade dos trabalhadores. Doenças e acidentes de trabalho. Potenciais de riscos x potenciais de benefícios. Estratégias de saúde.

Bibliografia Básica:

1.BORGES, Isabel (Coord.) Enfermagem do trabalho: formação, investigação e estratégias de intervenção. São Paulo: LIDEL, 2018

2.CARVALHO, Geraldo Mota de. Enfermagem do trabalho. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014

3.SOUSA, Milena Nunes Alves de; ASSIS, Elizangela Vilar de; FEITOSA, A. do Nascimento Andrade (Orgs.) Saúde do trabalhador: abordagem em múltiplos contextos. Curitiba: CRV, 2014.

Bibliografia Complementar:

1.CORRÊA, Moura Juliana Maria; PINHEIRO, Tarcisio Márcio Magalhães; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Vigilância em saúde do trabalhador no sistema de saúde: teorias e práticas. Belo Horizonte: Coopmed, 2013.

2.DIAS, Elizabth Costa; SILVA, Thais Lacerda. Saúde do trabalhador na atenção primária á saúde: possibilidades, desafios e perspectivas. Belo Horizonte: Coopmed, 2013.

3.MENDES, René. Patologia do trabalho. 3.ed. 2vs. Rio de Janeiro: Atheneu, 2013/2015

4.RIBEIRO, Maria Celeste Soares (Org.) Enfermagem e trabalho: fundamentos para a atenção à saúde dos trabalhadores. 2.ed. São Paulo: Martinari, 2012

5.SZABO JÚNIOR, Adalberto Mohai. Manual de Segurança, higiene e medicina do trabalho. 9.ed. São Paulo: Rideel, 2015.

Enfermagem em Urgência e Emergência

Propagar o conhecimento na área de Enfermagem em Urgência e Emergência, capacitando os acadêmicos de enfermagem a atuarem com agilidade e abordagem humanizada no atendimento de pacientes adultos, pediátricos e idosos em situações de emergência e urgência, tanto no Atendimento Pré-Hospitalar (APH) quanto no intra-hospitalar. Por meio de aulas teóricas e práticas no Laboratório de Urgência e Emergência através do aprendizado dos protocolos de instituições renomadas nacionais e internacionais.

Bibliografia Básica:

1.LUONGO, Jussara. Tratado de primeiros socorros. São Paulo: Rideel, 2014.

2.MARTINS, Herlon Saraiva; BRANDÃO NETO, Rodrigo Antonio; VELASCO, Irineu Tadeu. Medicina de Emergência: abordagem prática. 12. ed. São Paulo: Manole, 2017.

3.TOBASE, Lúcia; TOMAZINI, EdenirAparecidadeSartorelli. Urgências e emergências em enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Bibliografia Complementar:

1.PIRES, Marco Túlio Baccarini; STARLING, Sizenando Vieira. Manual de urgências em pronto socorro. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

2.QULILICI, Ana Paula; TIMERMAN, Sergio. Suporte básico de vida: primeiro atendimento na emergência para profissionais de saúde. Barueri: Manole, 2011.

3.SANTOS, Nívea Cristina. Urgência e emergência para a enfermagem: do atendimento pré-hospitalar (APH) à sala de enfermagem. 6. ed. São Paulo: Iátria, 2012.

4.SOUZA, Lucila Medeiros Minichello de. Suporte básico à vida. São Paulo: Érica, 2014.

5._____. Primeiros socorros: condutas técnicas. São Paulo: Iátria, 2014.

Administração em Enfermagem

Teorias, técnicas e instrumentos administrativos e suas aplicações técnico- metodológicas no gerenciamento dos serviços e da assistência de Enfermagem. As organizações na visão sociológica e holística. A administração como processo e suas principais correntes de pensamento. Os sistemas referenciais: o hospital, unidade básica de saúde e o sistema de enfermagem. Planejamento, organização, direção, supervisão, liderança, controle e avaliação do trabalho de enfermagem com base nos recursos metodológicos, técnicos, científicos, clínicos e administrativos disponíveis para a melhoria da assistência individual e coletiva.

Bibliografia Básica:

1.CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 9.ed. São Paulo: Manole, 2014.

2.KURCGANT, Paulina. Gerenciamento em Enfermagem. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

3.MARQUIS, Bessi L.; HUSTON, Carol J. Administração e liderança em enfermagem. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Bibliografia Complementar:

1.BURMESTER, Haino. Manual de gestão hospitalar. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

2.GONÇALVES, Ernesto Lima. Gestão hospitalar: administrando o hospital moderno. São Paulo: Saraiva, 2011.

3.MALAGÓN-LONDOÑO, Gustavo; MOREIRA, Ricardo Galan; LAVERDE, Gabriel Ponton. Administração hospitalar. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

4.MOYSÉS FILHO, Jamil; KESTELMAN, Hélio Nahmen; BECKER JÚNIOR, Luiz Carlos [et.al.] Planejamento e gestão estratégica em organizações de saúde. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

5.VECINA NETO, Gonzalo; MALIK, Ana Maria. Gestão em saúde. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

Bioética e Aspectos Legais do Exercício Profissional

Conceito de ética versus moral. Ética e suas fontes: vida; sociedade e indivíduo. A consciência moral e a consciência intelectual. Ética, pensamento e reflexão. O Direito e a legislação: análise sociológica, antropológica, política, histórica e filosófica do comportamento da sociedade no contexto das experiências e reflexão de acordo com os direitos humanos, com abordagem livre de preconceito, contextualizando os direitos da pessoa à vida, à saúde, à liberdade, à igualdade, à segurança pessoal, à livre escolha, à dignidade e a ser tratada sem distinção de classe social, geração, etnia, cor, crença religiosa, cultura, incapacidade, deficiência, doença, identidade de gênero, orientação sexual, nacionalidade, convicção política, raça ou condição social. Respeito à cidadania de modo humanizado. O surgimento da bioética: ciência transdisciplinar e dinâmica. Bioética: fundamentação teórico-reflexiva da vida no planeta, temas emergentes e persistentes (clonagem, transgênicos), (aborto, eutanásia) biotecnologia e bioética, biossegurança. Educação em saúde. O poder, o dever e o saber. Legislação, e o direito. A legislação em enfermagem. Problemas jurídicos e a enfermagem. Relações entre ética, política, direito, ciência, tecnologia e a prática de enfermagem. Normas do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e do Conselho Regional de Enfermagem do Amazonas (COREN-AM). Questões jurídicas envolvendo o Código de Exercício Profissional de Enfermagem (CEPE). Adequações a nova Legislação de Enfermagem pelo desenvolvimento tecnológico. Parâmetros jurídicos nas ciências da saúde no contexto sócio–ambiental da Região Amazônica.

Bibliografia Básica:

1.GELAIN, Ivo. A ética, a bioética e os profissionais de enfermagem. 4.ed. São Paulo: EPU, 2010

2.OGUISSO, Taka. O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal. 3. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

3.OGUISSO, Taka; ZOBOLI, Elma. Ética e bioética: desafios para a enfermagem e saúde. 2.ed. São Paulo: Manole, 2017 (Série Enfermagem).

Bibliografia Complementar:

1.BONAMIGO, Élcio Luiz. Manual de bioética: teoria e prática. São Paulo: All Print, 2010

2.MORI SARTI, Flávia. Ética, pesquisa e políticas públicas. Rio de Janeiro: Rubio, 2010.

3.MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Curso de bioética e biodireito. Atlas, 2010.

4.NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 12.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015

5.RAMOS, Dalton Luiz de Paula. Bioética: pessoa e vida. São Paulo: Difusão, 2009.

8º Período

Trabalho de Conclusão de Curso I

Componentes do Projeto de Pesquisa. Normas Técnicas para elaboração de projeto de pesquisa e outras modalidades de produção do conhecimento científico. Procedimentos éticos na pesquisa. Referencial

bibliográfico. Fundamentação teórica quanto à coleta de dados, análise, discussão, apresentação e divulgação dos dados.

Bibliografia Básica:

1.MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017

2.SANTOS, Clóvis Roberto dos. Trabalho de conclusão de curso TCC: guia de elaboração passo a passo. São Paulo: Cengage Learning, 2012

3.SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

Bibliografia Complementar:

1.ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2010

2.BARROS, Aidil Jesus da Silveira. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Pearsn Prentice hall, 2008

3.AQUINO, Italo de Souza. Como escrever: artigos científicos. São Paulo: Saraiva, 2015

4.CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.

5.KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean von. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.

Enfermagem em Saúde Mental

O estudo da Saúde Mental. Fundamentos da relação pessoa-pessoa. Princípios do processo de comunicação. Preceitos éticos, legais e política de saúde mental com cuidados necessários aos indivíduos portadores de transtornos mentais enfatizando um trabalho preventivo, preservando potenciais com vistas à reabilitação e reinserção social. Noções básicas das funções psíquicas e de comunicação com a pessoa em crise baseadas na relação pessoa-pessoa e família. Teoria de enfermagem do relacionamento interpessoal no desenvolvimento de personalidade. Planejamento da assistência de Enfermagem e o estudo dos pressupostos clínicos, com base na sistematização da assistência em enfermagem (SAE) ao indivíduo com transtorno mental.

Bibliografia Básica:

1.SADOCK, Benjamin James. Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clinica. 11.ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

2.TOWSEND, Mary C. Enfermagem psiquiátrica: conceitos de cuidados na práticabaseada em evidências. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabra Koogan, 2014

3.VIDEBECK, Sheila L. Enfermagem em saúde mental e psiquiatria. 5.ED. Porto Alegre: Artmed, 2012.

Bibliografia Complementar:

1.CARVALHO, Marissol Bastos de. Psiquiatria para a enfermagem. São Paulo: rideel, 2012.

2.FUKUDA, Ilza Marlene; STEFANELLI, Maguida Costa; ARANTES, EvaldaCançado. Enfermagem psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. 2.ed. São Paulo: Manole, 2017.

3.MARCOLAN, João Fernando; CASTRO, Rosiani C. B. Ribeiro de. Enfermagem em saúde mental e psiquiátrica: desafios e possibilidades do novo contexto do cuidar. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

4.MASTROROSA, Fernanda Micheleti; PENHA, Luciana Góes. Enfermagem em clínica psiquiátrica. São Paulo: Érica, 2014. (Série Eixos. Ambiente e Saúde).

5.RODRIGUES, Antoni Regina Furegato. Enfermagem psiquiátrica: saúde mental prevenção e intervenção. São Paulo: EPU, 2008.

Assistência de Enfermagem em Terapia Intensiva

Assistência ao paciente crítico nas mais diversas situações. Valendo-se da metodologia da assistência de enfermagem aos clientes de alto risco sob cuidados específicos, intensivos e gerais, com falência de uma ou mais de suas funções vitais, para que o acadêmico possa realizar o cuidado integral, elaborando e executando cuidados de enfermagem, visando o restabelecimento da saúde e incluindo para isto a família e a comunidade.

Habilidades/competências no atendimento ao cliente em situação crítica, a partir do planejamento, execução e avaliação da assistência de enfermagem aos portadores de condições clínicas relevantes, como doenças cardiovasculares, respiratórias, metabólicas, infecciosas, neurológicas, estados de choque; submetidos a hemodiálise e diálise peritonial; avaliação clínica e indicações da ventilação mecânica e exames gasométricos; cuidados de enfermagem com intubação endotraqueal, aspiração endotraqueal, e do papel do enfermeiro nos cuidados com nutrição parenteral e enteral envolvento a elaboração do processo de enfermagem em todos os cuidados citados.

Bibliografia Básica:

1.SANTOS, Lia Cristina Galvão dos; DIAS, Ana Lúcia Pazos (Orgs.) Gerenciamento e sistematização dos cuidados de enfermagem em terapia intensiva. São Paulo: Phorte, 2013.

2.SCHETTINO, Guilherme; CARDOSO, Luiz Francisco; MATTAR JR., Jorge; GANEM, Fernando. Paciente crítico: diagnóstico e tratamento (Hospital Sírio Libanês). 2.ed. São Paulo: Manole, 2012.

3.VIANA, Renata Andréa Pietro Pereira; TORRE, Mariana. Enfermagem em terapia intensiva: práticas integrativas. São Paulo: Manole, 2016.

Bibliografia Complementar:

1.CALDEIRA FILHO, Milton; WESTPHAL, Glauco Adrieno. Manual prático de medicina intensiva. 9.ed. São Paulo: Segmento Farma, 2012.

2.FIGUEIREDO, Tony de Oliveira; JESUS, Rodrigo Francisco de; OLIVEIRA, Francimar Tinoco de [et.al.] Terapia intensiva: abordagens atuais do enfermeiro. Rio de Janeiro: Aheneu, 2017.

3.KNOBEL, Elias. Terapia intensiva: enfermagem. Rio de Janeiro: Atheneu, 2010.

4.VIANA, Renata Andrea Pietro Pereira. Enfermagem em terapia intensiva: práticas baseadas em evidências. Rio de Janeiro: Atheneu, 2011.

5.VIANA, Renata Andrea Pietro Pereira; WHITAKER, IvethYamaghuchi. Enfermagem em terapia intensiva: práticas e vivências. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Enfermagem no Processo de Cuidar em Doenças Infecto-Parasitarias

Estudo da relação entre os seres vivos, tipos de ciclos biológicos, tipos de hospedeiros e vetores e conceito de infecção. Estudo da epidemiologia e etiopatogenia das principais doenças infecciosas e parasitárias em seres humanos, no contexto sócio-econômico-cultural do País e do Norte. Educação em saúde. Assistência de enfermagem sistematizada afim de identificar, tratar e prescrever profilaxias das principais doenças infecciosas produzidas por protozoários, helmintos, bactérias e vírus ao indivíduo acometido de doença transmissível, à família, à comunidade e a todos os níveis de atendimento de atenção à saúde. Sistematização da assistência de enfermagem ao indivíduo acometido com doenças infectocontagiosas.

Bibliografia Básica:

1.COURA, José Rodrigues. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. 2vs. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

2.FOCACCIA, Roberto; VERONESI, Ricardo. Veronesi: tratado de Infectologia. v.1. 5.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2015

3.MORAES, Márcia de Souza. Assistência de enfermagem em infectologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2014.

Bibliografia Complementar:

1.AGUIAR, Zenaide Neto; RIBEIRO, Maria Celeste Soares. Vigilância e controle das doenças transmissíveis. 3.e.d São Paulo: Martinari, 2009

2.BEIGI, Richard H. Doenças sexualmente transmissíveis. Rio de Janeiro: Revinter, 2015

3.CIMERMAN, Sérgio; CIMERMAN, Benjamin. Condutas em infectologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2011

4.HERMANN, Hellma; PEGORARO, Aildes dos Santos. Enfermagem em doenças transmissíveis. São Paulo: EPU, 2009

5.REY, Luis. Bases da parasitologia médica. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

Gestão em Saúde

Gestão Básica, Teoria Geral da Administração, Noções de Marketing e Produção. Capacitar o aluno com Conhecimentos Básicos de Administração em Unidades Públicas ou Privadas de Saúde, objetivando situar o discente no real contexto de trabalho e empreendedorismo, dando-lhe subsídios para o exercício de sua autonomia profissional. A organização Hospitalar: Conceito, Interdependência e Elementos Necessários no Contexto Sócio- Ambiental da Região Norte. Avaliar as necessidades da Instituição, Gerenciar Processos e Programas. Criar e Aplicar Políticas e Garantir o Conforto e a Segurança dos Pacientes e Gerenciar Equipes como Atribuições da área de Gestão em Saúde. Conhecer os tipos de serviço que compõem os sistemas prestação de assistência à saúde e suas mudanças no decorrer da história. Conhecer e discutir as atividades de promoção da saúde, prevenção de doenças, assistência à saúde e reabilitação e as atividades de realizadas para manter os cidadãos saudáveis e aquelas utilizadas com o intuito de reduzir os custos da assistência médica. Conhecer os modelos da assistência nos diferentes locais e Conhecer e analisar as diferentes formas de organização da assistência.

Bibliografia básica:

1.SOLHA, Raphaela Karla de Toledo. Sistema Único de Saúde: componentes, diretrizes e políticas públicas. São Paulo: Erica, 2014.

2.SILVA, Silvio Fernandes da (Org.) Redes de atenção à saúde no SUS. 2.ed. São Paulo: Saberes, 2011

3.CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 9.ed. São Paulo: Manole, 2014.

Bibliografia complementar:

1.BURMESTER, Haino. Manual de gestão hospitalar. Rio de Janeiro: FGV, 2012

2.GONÇALVES, Ernesto Lima. Gestão hospitalar: administrando o hospital moderno. São Paulo: Saraiva, 2011.

3.MARRAS; Jean Pierre: Administração de recursos humanos do Operacional ao Estratégico: São Paulo. Saraiva 2012.

4.MALAGON- LONDONO, G; MOREIRA, R.G. Administração Hospitalar. 3º Ed. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 2010.

5.CHIAVENATO, Idalberto, Introdução à teoria geral da administração, 8º Ed. Rio de Janeiro: Elsevier,2011. Administração de Recursos Humanos: Fundamentos Básicos. São Paulo: Saraiva 2010.

9º PERÍODO

Enfermagem Baseada em Evidências

A Enfermagem Baseada em Evidência (EBE) caracteriza-se como a utilização das melhores evidências disponíveis na tomada das decisões clínicas na área da saúde, sobretudo, em enfermagem. Surge como uma possibilidade de tomada de decisão, na prática profissional do enfermeiro, a partir de dados pautados por meio de pesquisas científicas. Esses dados têm origem em várias fontes de informações, tais como: bases de dados disponíveis online, periódicos científicos, entre ouras. Dessa forma, a EBE, tem um papel fundamental, uma vez que visa estabelecer critérios para sistematizar e organizar tais dados para sua implementação na teoria e na prática. Nesse sentido, a realização de buscas sistemáticas nas bases de dados da literatura científica a fim de identificar a melhor evidência disponível, é ferramenta importante neste processo.

Bibliografia Básica:

1.BARBOSA, Dulce Aparecida; TAMINATO, Monica; FRAM, Dayana; BELASCO, Angélica. Enfermagem baseada em evidências. Rio de Janeiro: Atheneu, 2014.

2.LARRABE, June H. Nurse to nurse: prática baseada em evidências em enfermagem. Porto Alegre:McGraw Hill, 2011.

3.POLIT, Denise F.; BECK, Cherryl T. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para prática da enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2018.

Bibliografia Complementar:

1.CULLUM, Nick; CILISKA, Donna; HAYNES, R. Brian; MARKS, Susan. Enfermagem baseada em evidências: uma introdução. Porto Alegre: Artmed, 2010

2.NETTINA, Sandra M. Prática de enfermagem. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016

3.PEREIRA, Maurício Gomes; GALVÃO, Tais Freire; SILVA, Marcus Tolentino. Saúde baseada em evidências. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016

4.TANNURE, Meire Chucre; GONÇALVES, Ana Maria Pinheiro. SAE – Sistematização da Assistência de Enfermagem: guia prático. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010

5.VIANA, Renata Andrea Pietro Pereira. Enfermagem em terapia intensiva: práticas baseadas em evidências. Rio de Janeiro: Atheneu, 2011.

Estágio Supervisionado Obrigatório I

Prática de enfermagem em hospitais especializados da rede de saúde do estado que possibilitem o desenvolvimento de competências e habilidades gerais e específicas, técnico-científica, políticas, éticas e gerencias dos serviços de saúde no processo de cuidar através da sistematização da assistência de enfermagem nas diversas etapas do desenvolvimento humano e de gênero. Educação em saúde. Priorizando o atendimento em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente e Saúde Coletiva visando visitas domiciliares, ações educativas na comunidade, escolar e grupos organizados na zona urbana.

Bibliografia Básica:

1.HOCKENBERRY, Marilyn J.; WILSON, David; RODGERS, Cheryl C. Fundamentos de enfermagem pediátrica. 10.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018

2.CUNNINGHAM, F. et al. Obstetrícia de Williams. 24. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

3.MANSO, Maria Gonzalez; ALVES, Júlio César Magalhães. Manual de saúde coletiva e epidemiologia. São Paulo: Martinari, 2015.

Bibliografia Complementar:

1.CAMPOS, Gastão Wagner de S.; MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Tratado de Saúde Coletiva. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

2.FREITAS, Fernando; MENKE, Carlos Henrique; RIVOIRE, Waldemar Augusto; PASSOS, Eduardo Pandolfi. Rotinas em ginecologia. 7.ed. Proto Alegre: Artmed, 2017.

3.BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira; GONÇALVES, Emanoela. Saúde da criança e do adolescente. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos. Ambiente e Saúde).

4.LOPES, Fábio Ancona; CAMPOS JUNIOR., Dioclécio. Tratado de pediatria. 2vs. 4.ed. São Paulo: Manole, 2014

5.MONTENEGRO, Carlos Antonio Barbosa; REZENDE FILHO, Jorge de. Obstetrícia. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

10º PERÍODO

Trabalho de Conclusão de Curso II

Execução do Trabalho Final de Curso. Aperfeiçoamento da fundamentação teórica, análise e discussão dos resultados. Preparação de material de apresentação/defesa ou relatório científico das atividades percorridas durante o curso.

Bibliografia Básica:

1.CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.

2.KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean von. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014

3.SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24.ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2016

Bibliografia Complementar:

1.GIL, Como elaborar projetos de pesquisa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017

2.MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017

3.NASCIMENTO, Luiz Paulo do. Elaboração de projetos de pesquisa: monografia, tese e estudo de caso com base na metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2012

4.SANTOS, Clóvis Roberto dos. Trabalho de conclusão de curso TCC: guia de elaboração passo a passo. São Paulo: Cengage Learning, 2012

5.SANTOS, Izequias Estevam dos. Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

Estágio Supervisionado Obrigatório II

Práticas hospitalares. Educação em saúde. Desenvolvimento de competências e habilidades técnico-científica, políticas, éticas e de gestão em saúde e enfermagem; assim como no processo de cuidar das Clinicas Médicas, Cirúrgicas e Urgência e Emergência, com ênfase nos aspectos preventivos, terapêuticos e de reabilitação; observando os princípios e diretrizes do SUS nas Unidades de Internação Hospitalar.

Bibliografia Básica:

1.CHEREGATTI, Aline L. Enfermagem em clínica cirúrgica no pré e pós operatório. São Paulo: Martinari, 2012.

2.MARTINS, Herlon Saraiva; BRANDÃO NETO, Rodrigo Antonio; VELASCO, Irineu Tadeu. Medicina de Emergência: abordagem prática. 12. ed. São Paulo: Manole, 2017.

3.FISCHBACH, Frances Talaska; FISCHBACH, Margareth A. Exames laboratoriais e diagnósticos em enfermagem: guia prático. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

Bibliografia Complementar:

1.BONFIM, Isabel Miranda; MALLAGULTI, William. Enfermagem em centro cirúrgico: atualidades e perspectiva no ambiente cirúrgico. 2.ed. São Paulo: Martinari, 2011.

2.SCHETTINO, Guilherme; CARDOSO, Luiz Francisco; MATTAR JR., Jorge; GANEM, Fernando. Paciente crítico: diagnóstico e tratamento (Hospital Sírio Libanês). 2.ed. São Paulo: Manole, 2012.

3.SOUZA, Aspásia BasilesGesteira; CHAVES, Lucimara Duarte; SILVA, Maria Cláudia M. da. Enfermagem em clínica médico-cirúrgica: teoria e prática. 2vs. São Paulo: Martinari, 2014.

4.PIRES, Marco Túlio Baccarini; STARLING, Sizenando Vieira. Manual de urgências em pronto socorro. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

5.TOBASE, Lúcia; TOMAZINI, EdenirAparecidadeSartorelli. Urgências e emergências em enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

Disciplinas Optativas

Ethics, SustentabilityandHumanRights in Brazil (EAD):Principlesofclassicalethics. Modelsofethics. AppliedethicsandInterdisciplinarity. Bioethics, Health andEnvironment. Ethics in research. Globalizationandsustainability. Power andthe new technologies. Ethics, EducationandCulture. HumanrightsandHumandignity. Economicandpoliticsethics. Management andentrepreneurship.

Basic bibliography:

1.BENHABIB, Seyla. Dignity in adversity: humanrights in troubled times. Cambridge: Polity Press, 2011

2.BOERSEMA, David. Philosophyofhumanrights: theoryandpractice. Colorado: Westview Press, 2011

3.HARARI, Yuval Noah. Homo Deus: a briefhistoryoftomorrow. London: RandomHouse, 2017.

Complementarybibliography:

1.CLAPHAM, Andrew. Humanrights: a very short introduction. Oxford: Oxford Uk, 2007

2.DRESNER, Simon. Thiprinciplesofsustainability. New York: Routledge, 2008

3.HOLSTON, James. Insurgentcitizenship: disjunctionsofdemocracyandmodernity in Brazil. New Jersey: Princeton University Press, 2009

4.SANTOS, Boaventura de Sousa. Humanrights: a fragilehegemony. IN.: CREPEAU, FrançoisandeSheppard. Humanrightsanddiversesocieties: challengesandpossibilities. Newcastle: CambrigdeSchlarsPublishing, 2013

5.SHAFER-LANDAU, Russ. The fundamentalsethics. Oxford: OxforUk, 2011

English for theJob Market (EAD):Developmentof communication skills in Englishwithemphasison disciplines focusedontheworkmarket. Focus onthevocabularyofthearea. Coaching activities.

Basic bibliography:

1. MURPHY, Raymond. Essentialgrammar in use com respostas. (Gramática básica da língua inglesa). 2.ed. São Paulo: Martins, 2010.

2. SOUZA, Adriana Grade Fiori; ABSY, Conceição A.; COSTA, Gisele C. da. [et al.] Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. 2.ed. São Paulo: Disal, 2010.

3. SWICK, Ed. A prática leva à perfeição: gramática prática da língua inglesa para estudantes de inglês (nível básico). Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.

Complementarybibliography:

1. COLLINS, W & Son. Dicionário Português-Inglês / Inglês-Português. São Paulo: Siciliano, 2011.

2. DAVIES, Ben Parry. O ABC do inglês: nível intermediário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

3. IGREJA, José Roberto A. Como se diz em inglês? Termos coloquiais, expressões comuns e curiosidades da língua inglesa. São Paulo: Disal, 2010.

4. SANTOS, Denise. Ensino de língua inglesa: focos em estratégias. São Paulo: Disal, 2012.

5. SILVA, Andrea Stahel M. da. Passaporte: guia de conversação (inglês). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

Tópicos Especiais I:

Fundamentos de Enfermagem: metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho do Enfermeiro e da Enfermagem em nível individual e coletivo, incluindo: História da Enfermagem; Exercício de Enfermagem (Bioética. Ética Profissional e Legislação); Epidemiologia; Bioestatística; Informática; Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem. Conteúdos (teóricos e práticos) que compõem a assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo prestada à criança, ao adolescente, ao adulto, à mulher e ao idoso.

Bibliografia Básica:

1.JENSEN, Sharon; SOUZA, Sônia Regina de. Semiologia para enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013

2.MUSSI, Nair Miyamoto; OHNISHI, Mitsuko; UTYAMA, IwaKeikoAida; OLIVEIRA, Márcia Maria Benevenuto de. Técnicas fundamentais em enfermagem. 3.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2016

3.Paula, Maria de Fatima Correa; Santos, Eduarda Ribeiro dos; Silva, Myria Ribeiro da. Semiotécnica: fundamentos para a prática assistencial de enfermagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

Bibliografia Complementar:

1.GEOVANINI, Telma; MOREIRA, Almerinda; DORNELLES, Soraya; MACHADO, William Cesár Alves. História da enfermagem: versões e interpretações. 4.ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2018

2.HERDMAN, t. Heather; KAMITSURU, Shigemi. Diagnóstico de enfermagem da NANDA – I: definições e classificações (2018-2020). 11.ed. Porto Alegre: Artmed, 2018

3.OGUISSO, Taka; ZOBOLI, Elma. Ética e bioética: desafios para a enfermagem e saúde. 2.ed. São Paulo: Manole, 2017 (Série Enfermagem)

4.POLIT, Denise F.; BECK, Cherryl T. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para prática da enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2018.

5.TIMBY, Bárbara K. Conceitos e habilidades fundamentais no atendimento de enfermagem. 10.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Tópicos Especiais II:

Tópicos e conteúdo (teóricos e práticos) do processo de trabalho da enfermagem e da assistência de enfermagem em nível individual e coletivo com temas voltados para a saúde pública, saúde coletiva, doenças infectocontagiosas e administração em enfermagem.

Bibliografia Básica:

1.CHANES, Marcelo. SAE descomplicada: Sistematização da Assistência de Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018

2.KURCGANT, Paulina (Coord.) Gerenciamento em enfermagem. 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016

3.PHILIPPI, Maria Lúcia dos Santos; ARONE, Evanisa Maria. Enfermagem em doenças transmissíveis. 12.ed. São Paulo: Senac, 2012.

Bibliografia Complementar:

1.BELDA JUNIOR, Walter. Doenças sexualmente transmissíveis. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2009

2.KNODEL, Linda J. Nurse to nurse: administração em enfermagem. Porto Alegre: Artmed, 2011

3.MARQUIS, Bessi L.; HUSTON, Carol J. Administração e liderança em enfermagem: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2010

4.MORAES, Márcia de Souza. Assistência de enfermagem em infectologia. 2.ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2014

5.SANTOS, Álvaro da Silva; CUBAS, Marcia Regina. Saúde coletiva: linhas de cuidado e consulta em enfermagem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS:

Introdução: aspectos clínicos, educacionais e socioantropológicos da surdez. A Língua de Sinais brasileira – Libras: características básicas da fonologia. Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais; Noções de variação. Praticas Libras: desenvolver a expressão visual-espacial.

Bibliografia Básica:

1.GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

2.QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

3.PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; CHOI, Daniel; VIEIRA, Maria Inês; GASPAR, Priscila; [et al.]. Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

Bibliografia Complementar:

1.CARVALHO, RositaEdler. A nova LDB e a educação especial. 4.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

2.CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Alice Cristina L. Novo dicionário deit-Libras: sinais de A a Z. 2vols. 3.ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

3.HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais desvendando a comunicação usadas pelas pessoas com surdez. v.1. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

4._____. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais desvendando a comunicação usadas pelas pessoas com surdez. v.2. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

5.QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Educação em Saúde e Processo Pedagógico:

Concepção de educação em saúde e o processo de ensino-aprendizagem, a partir das perspectivas educacionais, tendo o enfermeiro como educador. Análise da evolução histórica da educação em saúde, seus modelos e práticas. Representações sociais e estratégicas educacionais para a promoção da saúde numa visão holística. O enfermeiro como agente de mudança no processo de educação em saúde. Técnicas e criatividades para promoção da educação em saúde no contexto socioambiental da Região Amazônica. Planejamento, demonstração e avaliação das técnicas de ensino aplicadas na enfermagem. Estratégias pedagógicas na execução das diversas técnicas de ensino e orientação. A internet como recurso para aprendizagem, por meio de redes sociais. Tecnologia e pesquisa científica: plataformas educacionais, portais de periódicos e bibliotecas digitais.

Bibliografias Básicas:

1.FIGUEIREDO, Nébia Maria Almeida de.Ensinando a cuidar em saúde pública. 3ºEd, 2009/2013.

2.LEITE, Maria Madalena Januário; PRADO, Claúdia; PERES, Heloisa Helena Ciqueto. Educação em saúde: desafios para uma prática inovadora. São Paulo: Difusão, 2017 (Série Educação em Saúde)

3. GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia complementar

1.GARCIA, Maria Lúcia Bueno. Manual de saúde da família. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015

2.POTTER, Patrícia; PERRY, Anne Griffin; STOCKERT, Amy Hall. Fundamentos de enfermagem. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

3.TAYLOR, Carol; LILIIS, Carol; LEMONE, Priscila [et.al.] Fundamentos de enfermagem: a arte e a ciência do cuidado de enfermagem. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

4.SALCI, Maria Aparecida; MURTA, Genilda (Org.) Saberes e práticas: guia para ensino e aprendizagem de enfermagem. 11.ed. São Paulo: Difusão, 2018.

5.ZABALA, Antoni; ARNAU, Laia; COLOMBER, Teresa [et.al.] Didática geral. São Paulo: Penso, 2016.

Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade:

Introdução e conceitos básicos; Ambientes Natural e Econômico Social; Paisagem Natural e Paisagem Construída; Meio ambiente no Gerenciamento Urbano; Conceito de impacto ambiental – IEA – RIMA; Planejamento Ambiental do território; Meio Ambiente e Desenvolvimento Integral; Conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Bibliografia Básica:

1.PAPINI, Solange. Vigilância em saúde ambiental: uma nova área da ecologia. Rio de Janeiro: Atheneu, 2012

2.PHILLIPI JR, Arlindo. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. 3. Ed. São Paulo: Manole, 2013

3.SOLHA, Raphaela Karla de toledo; CALLEGUILLOS, Tatiana Gabriela Brassea. Vigilância em saúde ambiental e sanitária. São Paulo: Érica, 2015 (Série Eixos. Ambiente e Saúde).

Bibliografia Complementar:

1.DIAS, Genebaldo. Educação ambiental: princípios e práticas. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2010

2.MIRANDA, Sonia Maria Rezende Camargo de; MALAGUTTI, Willian. Educação em saúde. São Paulo, 2010 TEMOS 15. JÁ ESTÁ NUMA BÁSICA.

3.MEDRONHO, Roberto Andrade. Epidemiologia. 2.ed. São Paulo: Atheneu, 2011.

4.PHILLIPI JR, Arlindo; PELICONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental e sustentabilidade. 2.ed. São Paulo: Manole, 2014

5.RICKLEFS, Robert E. A economia da natureza. 6.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012

Empreendedorismo e Inovação:

Características; oportunidades; desenvolvimento de atitudes empreendedoras. Novos paradigmas. Administração do crescimento da empresa. Prospecção Empresarial. Plano de Negócios. Inovação e Criatividade. Modelagem Organizacional. Pesquisa de Mercado. Técnicas de Vendas. Técnicas de Negociação. Qualidade. Formação de Preços. Ferramentas Gerenciais. Marco Legal de Empresas. Linhas de Financiamento. Empreendedorismo Sustentável.

Bibliografia Básica:

1.DORNELAS, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 5.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

2.DRUCKER, Peter Ferdinand. Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): práticas e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

3.OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Empreendedorismo: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

1.BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2010.

2.CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4.ed. São Paulo: Manole, 2012.

3.HASHIMOTO, Marcos. Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intra-empreendedorismo. São Paulo: Saraiva, 2006.

4.HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 9.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

5.SEIFFERT, Peter Quadros. Empreendendo novos negócios em corporações: estratégias, processo e melhores práticas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

English of the Job Market

Development of communication skills in English with emphasis on disciplines focused on the work market. Focus on the vocabulary of the area. Coaching activities.

BASIC BIBLIOGRAPHY

1. LARSON, Anthony; TEIGLAND, Robin. The digital transformation of labor: automation, the gig economy ando welfare. London: Routledge, 2019 https://doi.org/10.4324/9780429317866
2. McLEAN, Scott. Writing for sucess. Minnesota: University of Minnesota/Libraries Publishing, 2015 https://openresearchlibrary.org/content/283c8d1c-b84e-49d3-b0d6-5409beabff53
3. NOVIARISTANTI, Siska. Contemporary research on business and management. London: CRC Press, 2021 https://www.taylorfrancis.com/books/oa168edit/10.1201/9781003196013/contemporary-research-business-management-siskanoviaristanti

COMPLEMENTARY BIBLIOGRAPHY

1. ASHCRAFT, Lee; COOREN, François. The work of communication: relational perspectives on working and organizing in contemporany capitalism. New York: Routledge, 2019 https://openresearchlibrary.org/content/595f0aa6-5f0b-440eb6e0-ba31f764b96f
2. EAST, Martin. Foundational principles of task-based language teaching. New York: Routledge, 2021 https://www.taylorfrancis.com/books/oamono/10.4324/9781003039709/foundational-principles-oftask-based-languageteaching-martineast?context=ubx&refId=2de564ce-7049-45cf-99f2-e79705660682
3. KUHN, Timothy; JOHANNESSEN, Jon-Arild. The workplace of the future: the fourth industrial revolution, the precariat ande the death of hierarchies. London: Routledge, 2018 https://www.taylorfrancis.com/books/oa-mono/10.4324/9780429441219/workplace
4. LIBRARIES PUBLISHING. Writing for sucções. Minessota: University of Minnesota, 2011 https://openresearchlibrary.org/content/283c8d1c-b84e-49d3-b0d6-5409beabff53
5. TAJINO, Akira; STEWART, Tim; DALSKY, David. Team teaching and team learning in the language classroom. London: Routledge, 2015 https://www.taylorfrancis.com/books/oaedit/10.4324/9781315718507/teamteachingteam-learning-language-classroom-akira-tajino-tim-stewart-david-dalskyfuture-jon-arild-johannessen?context=ubx&refId=946907ba-546a4df3b7ed6a7beb9918fb

4.5 Conteúdos Curriculares

4.5.1 Relação das Disciplinas da Matriz com os Conteúdos Curriculares Exigidos nas DCNs.

De acordo com as DCNs o curso de Enfermagem deve ser organizado com base nos conhecimentos de:

I-Ciências Biológicas e da saúde- integram os conteúdos interdisciplinares, teóricos e práticos, de bases moleculares e celulares dos processos normais e alterados, da estrutura e função dos tecidos, órgãos, sistemas e aparelhos, bioquímicas, farmacológicas, parasitológicas e microbiológicas, além de bases epidemiológicas, suporte básico e avançado de vida, saúde mental, saúde ambiental/ecologia, práticas integrativas e complementares, aplicados às situações de desequilíbrio das necessidades sociais em saúde e necessidades singulares da pessoa ou coletivos decorrentes do processo saúde-doença no desenvolvimento da prática de Enfermagem.

Os conteúdos curriculares que irão contemplar os conhecimentos em Ciências Biológicas e da saúde na matriz do curso serão: Aspectos Morfofuncionais; Biologia Tecidual e do Desenvolvimento Humano; Funções

Biológicas; Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo; Mecanismos de Agressão e Defesa; Processos Patológicos; Processo Saúde-Doença: Modelo de Interpretação e Intervenção.

II-Ciências Humanas, Políticas e Sociais- incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/coletividade, contribuindo para a compreensão crítica dos determinantes socioculturais, políticos, antropológicos, históricos, filosóficos, espirituais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, que impactam no equilíbrio das necessidades sociais em saúde e necessidades singulares da pessoa ou coletivos do processo saúde-doença em seus múltiplos aspectos de determinação, ocorrência e intervenção.

Os conteúdos curriculares que irão contemplar os conhecimentos em Ciências Humanas, Políticas e Sociais na matriz do curso serão: Práticas Profissionais em saúde coletiva I; Práticas Profissionais em Saúde Coletiva II; Políticas Organizacionais em Serviços de Saúde; Sociologia e Antropologia - EAD; Psicologia em Saúde - EAD; Epidemiologia e Bioestatística - EAD; Bioética e Aspectos Legais do Exercício Profissional - EAD; Enfermagem na Segurança do Paciente; Educação em Saúde e Processos Pedagógicos; Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade.

III-Ciências Exatas e Naturais- incluem-se conteúdos referentes a diversas ciências exatas, como cálculos, conversão de medidas, planejamento de recursos humanos e materiais, dimensionamento de pessoal. Inclui também conteúdos como matemática, estatística e informática aplicada à enfermagem que permitam a digitalização e o armazenamento de dados textuais e numéricos, bem como registros em prontuários, análise e interpretação estatística.

Os conteúdos curriculares que irão contemplar os conhecimentos em Ciências Exatas e Naturais na matriz do curso serão: Tecnologia as Informação e Comunicação – EAD; Epidemiologia e Bioestatística - EAD; Gestão em Saúde; Metodologia do Trabalho Científico - EAD; Empreendedorismo e Inovação; Administração em Enfermagem; Farmacologia.

IV-Ciências da Enfermagem - - neste tópico de estudo, incluem-se:

a) Fundamentos de Enfermagem: conteúdos teóricos, técnicos e metodológicos que fundamentam a construção e aplicação dos instrumentos e tecnologias inerentes ao trabalho da/o Enfermeira/o e da Enfermagem em nível individual e coletivo. Incluem as teorias e concepções de enfermagem, a sistematização da assistência de enfermagem e o processo de enfermagem, história da enfermagem, da saúde e o cuidado profissional.

b) Processo de cuidar em Enfermagem: conteúdos teóricos, teórico-práticos, práticos e estágios desempenho clínico com base em evidências científicas, pensamento crítico e raciocínio clínico que compõem a assistência de Enfermagem com equidade em nível individual e coletivo prestada ao recém-nascido, à criança, ao adolescente, ao adulto, ao idoso, à pessoa de grupos populacionais socialmente diversos (mulheres, LGBTI, população negra, indígenas, ciganos), à pessoa com deficiência, incluindo a reabilitação da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e à pessoa com transtorno mental.

c) Gestão e Gerenciamento em enfermagem e saúde: conteúdos teóricos, teórico-práticos e práticos de administração, políticas de gestão e gerenciamento em saúde e enfermagem, para o planejamento, organização, implementação, avaliação e administração do processo de trabalho de enfermagem, prática de gestão de serviços de saúde e gerenciamento do cuidado de enfermagem.

Os conteúdos curriculares que irão contemplar os conhecimentos em Ciências da Enfermagem na matriz do curso serão: Fundamentos de Enfermagem; Semiologia e Semiotécnica de Enfermagem; Imaginologia e Interpretação de Exames Laboratoriais; Sistematização da Assistência de Enfermagem; Nutrição Aplicada à Enfermagem; Enfermagem em Clínica Médica; Enfermagem em Clínica Cirúrgica; Enfermagem no Controle das Infecções Hospitalares; Enfermagem na Saúde do Adulto e do Idoso; Saúde das Populações Indígenas e Étnicos Raciais; Enfermagem em Saúde da Mulher; Enfermagem em Oncologia; Enfermagem na saúde da Criança e do Adolescente; Enfermagem na Saúde do Trabalhador; Enfermagem em Urgência e Emergência; Administração em Enfermagem; Enfermagem em Saúde Mental; Assistência de Enfermagem em Terapia Intensiva; Enfermagem no Processo de Cuidar em Doenças Infecto- Parasitarias; Gestão em Saúde; Enfermagem Baseada em Evidências; Farmacologia; Leitura, Interpretação e Produção de Texto - EAD; Trabalho de Conclusão de Curso I; Estágio Supervisionado Obrigatório I; Trabalho de Conclusão de Curso II; Estágio Supervisionado Obrigatório II;Ethics, Sustentabilityand RigthsHuman;Englishofthe Market Job;Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; Tópicos Especiais I - Tópicos Especiais II.

Adotando o regime de semestralidade, a estrutura curricular compreendida como uma matriz de conhecimentos, aponta para três eixos articulados entre si:

I) Cuidado em Saúde;

II)Tecnologia e Inovação em Saúde;

III)Gestão em Saúde.

Vale ressaltar que esses três eixos e os conteúdos curriculares que os mesmos ensejam estão organizados na perspectiva da formação de uma unidade que se consolida ao final no perfil do egresso.

1º período	2° período	3º período	4º período	5º período	6º período	7º período	8º período	9° período	10° período
Aspectos Morfofuncionais	Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo	Farmacologia	Imaginologia e Interpretação de Exames Laboratoriais	Enfermagem em Clínica Médica	Enfermagem na Saúde da Mulher	Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente	Enfermagem em Saúde Mental	Enfermagem Baseada em Evidências	Trabalho de Conclusão de Curso II
Biologia Tecidual e do Desenvolvimento Humano	Mecanismo de Agressão e Defesa	Fundamentos de Enfermagem	Políticas Organizacionais em Serviços de saúde	Enfermagem em Clínica Cirúrgica	E nfermagem em Oncologia	Enfermagem em Urgência e Emergência	Enfermagem no Processo de Cuidar em Doenças Infecto-Parasitarias	Optativa I	Optativa II
Funções Biológicas	Processos Patológicos	Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem	Sistematização da Assistência de Enfermagem	Enfermagem no Controle das Infecções Hospitalares	Enfermagem na Segurança do Paciente	Enfermagem na Saúde do Trabalhador	Assistência de Enfermagem em Terapia Intensiva	Estágio Supervisionado Obrigatório I	Estágio Supervisionado Obrigatório- II
Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I	Práticas Profissionais em Saúde Coletiva II	Processo saúde- Doença: Modelo de Interpretação e Intervenção	Nutrição Básica	Enfermagem na Saúde do Adulto e do Idoso	Saúde das Populações Indígenas, Ribeirinhas e Étnico Raciais	Bioética e Aspectos Legais do Exercício Profissional	Trabalho de Conclusão de Curso		
Leitura, Interpretação e Produção 0Textual (EAD	Metodologia do Trabalho Científico (EAD)	Sociologia e A ntropologia	Psicologia em Saúde	Epidemiologia e Bioestatística	Tecnologia da Informação e Comunicação	Administração em Enfermagem	Gestão em Saúde		

Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas – especialistas da área, observando a pertinência da mesma e a adequada relação entre o que indica a ementa das unidades curriculares.

Ressaltamos que os conteúdos curriculares de educação ambiental, educação étnico-racial, de direitos humanos, artístico cultural, memória cultural e patrimônio cultural serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos a partir da integração das disciplinas.

Além dos componentes curriculares obrigatórios (disciplinas, atividades complementares e práticas profissionais), são ofertadas disciplinas optativas, atendendo à parte flexível do currículo, com o objetivo de possibilitar ao estudante selecionar disciplinas que atendam a seus interesses e ampliem os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia. Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

Perfil do egresso (Eixos de formação e os conteúdos curriculares da diretriz)	Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz)	Contexto educacional (demandas do curso)
EIXO I CUIDADO EM SAÚDE	Aspectos Morfofuncionais (66h), Funções Biológicas (66h), Biologia Tecidual e do Desenvolvimento Humano (66h), Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I (66h), Processos Patológicos (66h), Mecanismo de Agressão e Defesa (66h), Práticas Profissionais em Saúde Coletiva II (66h), Fundamentos de Bioquímica e Metabolismo (66h), Farmacológicas (66h), Psicologia em Saúde (66h),Epidemiologia e Saúde Pública (66h), Imaginologia e Interpretação de Exames Laboratoriais(66h), Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem (66h), Nutrição Aplicada a Enfermagem (66h), Assistência de Enfermagem em Terapia Intensiva (66h), Enfermagem em Saúde Mental (66h), Enfermagem no Processo de Cuidar em Doenças Infecto-Parasitarias (66h), Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente (66h), Enfermagem em Urgência e Emergência (66h), Saúde das Populações Indígenas, Ribeirinhas e Étnico Raciais (66h) e Enfermagem na Saúde do adulto e do Idoso (66h), Enfermagem na Saúde da Mulher (66h), Enfermagem em Oncologia (66h), Enfermagem na Saúde do Trabalhador (66h), Enfermagem na Segurança do Paciente (66h) Enfermagem em Clínica Médica (66h), Enfermagem em Clínica Cirúrgica (66h), Enfermagem no Controle das Infecções Hospitalares (66h) e Sistematização da Assistência de Enfermagem (66h).	O conjunto de ações e de serviços ofertados ao indivíduo, à família e à comunidade, que considera a autonomia do ser humano, a sua singularidade e o contexto real em que vive, sendo realizado por meio de atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde, além da prevenção de doenças, e que possibilite às pessoas viverem melhor.
EIXO II TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	Leitura, Interpretação e Produção Textual (66h), Metodologia do Trabalho Científico (66h), Tecnologia da Informação e Comunicação (EAD) (88h), Educação em Saúde e Processo Pedagógico (66h), Trabalho de Conclusão de Curso I (66h), Trabalho de Conclusão de Curso II (66h), Optativa I (66h) e Optativa II (66h), Enfermagem Baseada em Evidências (66h),	O conjunto organizado de todos os conhecimentos científicos, empíricos ou intuitivos, empregados na pesquisa, no desenvolvimento, na produção, na qualidade e na provisão de bens e serviços; a inovação em saúde, por sua vez, diz respeito à solução de problemas tecnológicos, compreendendo a introdução ou melhoria de processos, produtos, estratégias ou serviços, tendo repercussão positiva na saúde individual e coletiva.

Perfil do egresso (Eixos de formação e os conteúdos curriculares da diretriz)	Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz)	Contexto educacional (demandas do curso)
EIXO III GESTÃO EM SAÚDE	Políticas Organizacionais dos Serviços de saúde (66), Ética e Bioética (66h), Responsabilidade Social e Sustentabilidade (EAD) (88h) e Administração em Enfermagem (66h)	Processo técnico, político e social, capaz de integrar recursos e ações para a produção de resultados.
ESTÁGIOS	Estágio Supervisionado Obrigatório I (396h) e Estágio Supervisionado Obrigatório II (418h).	Alinhados com todo o processo de saúde-doença do indivíduo, da família e da comunidade; com a realidade epidemiológica, socioeconômica, cultural e profissional, proporcionando a integralidade das ações de Cuidado em Saúde, Tecnologia e Inovação em Saúde e Gestão em Saúde.

4.6 Metodologia

4.6.1 Metodologia de Ensino da Educação a Distância e sua Acessibilidade

A IES busca desenvolver os talentos e competências de seus estudantes para que se tornem profissionais éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com o desenvolvimento social e ambiental. Para que esse objetivo seja atingido, incorpora as premissas apontadas pela Unesco como norteadoras da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser e apoia-se no referencial cognitivista das teorias de aprendizagem para fundamentar suas ações pedagógicas. Os novos conhecimentos são, pois, construídos por meio da relação estabelecida entre o novo conhecimento e o pré-existente.

É esse movimento que torna a aprendizagem significativa. Quanto mais os novos conceitos se relacionam, de maneira substancial e não arbitrária, com aqueles que já estão na estrutura cognitiva do indivíduo, mais significativa é a aprendizagem. O que torna necessária a atenção do docente em relação ao levantamento de conhecimentos prévios, que são sempre o ponto de partida para a aprendizagem, já que as informações a que o estudante é exposto devem sempre adquirir significado para serem incorporadas a um repertório já existente.

Nesse contexto, a Educação a Distância – EaD surgiu como uma experiência de aprendizagem flexível, dinâmica e conectada, que permite utilizar multimeios de aprendizagem e recursos de interação, tratando-se de um aprendizado colaborativo e conectado com o conhecimento em rede. A concepção para modalidade EaD adotada pela Instituição é coerente com as bases legais, e encontra-se em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI), resultando da construção de um processo educativo fortemente baseado em novas tecnologias e metodologias apoiadas na modalidade web-based.

No modelo web-based o processo educativo é realizado com base na aprendizagem colaborativa e significativa mediada por docentes e tutores, por meio das TICs. O objetivo é proporcionar uma relação de aprendizagem que supere as dimensões de espaço/tempo e que desenvolva competências, habilidades e atitudes necessárias para a formação dos futuros profissionais. Com base nessa concepção foram estruturadas as metodologias de planejamento, design e acompanhamento de atividades de aprendizagem, tendo como valores essenciais a autonomia do estudante para estudar e o exercício constante de articulação entre teoria e prática, currículo e vida profissional.

É entendimento institucional que a melhor forma de garantir a qualidade dos processos pedagógicos depende de uma metodologia que sirva de referência para a construção paulatina de recursos de ensino e de

aprendizagem. Alinhada com esse pressuposto, na Instituição a modalidade a distância está alicerçada nos seguintes pilares pedagógicos:

Estudo Individualizado: apoiado no conjunto de materiais didáticos que permitem ao estudante ter acesso aos fundamentos necessários para pesquisar, estudar e resolver problemas com autonomia, tendo seu ritmo de aprendizagem respeitado;

Estudo Mediado: a interação entre estudantes, docentes e tutores auxilia no processo de aprendizagem com trocas síncronas e assíncronas; Estudo Colaborativo: a interação e socialização de conhecimentos construídos nas disciplinas permitem uma troca constante entre estudantes, docentes e tutores;

Estudo Mobile: dispositivos móveis ampliam as oportunidades de participação e interação na construção do conhecimento e, consequentemente, melhores resultados de aprendizagem e de pesquisa.

A metodologia apresentada ao estudante tem por característica principal a proximidade estrutural das disciplinas ofertadas no cotidiano presencial. Dessa feita, não há diversificação ou diferenças substanciais que possam causar estranheza por parte do estudante ao cursar tais disciplinas. O planejamento das atividades e experiências de aprendizagem que coloca o estudante no centro do processo de aprendizagem e utiliza a aprendizagem ativa não pode prescindir do uso de tecnologias. Nessa perspectiva são utilizadas inúmeras estratégias, adequadas ao desenvolvimento de profissionais das mais diferentes áreas, propiciando uma experiência segura e sobretudo, mais próxima da realidade.

A aprendizagem ativa implica ainda o desenvolvimento de atividades práticas realizadas nos laboratórios, oficinas, cozinhas e outros ambientes de experimentação, totalmente equipados com o que há de mais atual para cada curso. Neles os estudantes, com supervisão dos docentes especialistas, poderão desenvolver atividades práticas que garantam que os objetivos de aprendizagem sejam alcançados. Essas perspectivas teóricas sobre aprendizagem se concretizam a partir do desenho do currículo de cada curso, que começam sempre a partir de um conjunto de competências que os profissionais egressos devem apresentar. Uma vez definidos os objetivos de aprendizagem do curso, passa-se a desenvolver os objetivos de cada disciplina, alinhando-os sempre com as competências finais e exprimindo-os em comportamentos, habilidades e atitudes observáveis e mensuráveis.

Tendo-se clareza de onde se quer chegar, o momento seguinte é desenvolver as avaliações necessárias para verificar o domínio de conhecimentos e habilidades. As metodologias ativas combinadas a diferentes esforços de diferentes áreas e setores da Instituição, permitem que se garanta a acessibilidade em sua magnitude, compreendendo a eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas/metodológicas, atitudinais, comunicações e digitais.

Dentre as principais metodologias de ensino adotadas pela instituição destacamos: Estudo dirigido e exercícios de fixação; Mapas mentais e conceituais; Estudos de casos; Treino de Habilidades; Simulação; Práticas laboratoriais ativas com uso de estações de aprendizagem; Problematização; Aprendizagem baseada em problemas (ABP), dentre outras.

Tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação acadêmica, os estudantes participarão de experiências de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área em atividades laboratoriais desenvolvidas internamente e estendem-se para as atividades de visitas técnicas e oficinas pedagógicas, além de estágio curricular supervisionado em campo de atividade profissional.

As aulas práticas de laboratório, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, serão realizadas no pólo EAD sob tutoria e o estágio supervisionado, monitorado em campo por docentes e/ou supervisores que realizam o acompanhamento dos estudantes na realização das atividades e as orientações de Estágio e TCC ocorrerão no pólo EAD sob tutoria. Sendo, portanto, assim definidas:

Aulas Práticas de Laboratório: realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da IES e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas específicas do curso;

Visitas Técnicas: consistem no propósito de levar o estudante ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações;

Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por docentes capacitados ou profissionais convidados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais

para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Estágio Supervisionado: é considerado o momento em que as teorias aprendidas pelos acadêmicos são aliadas à prática bem como o momento em que o futuro profissional experimenta e atua efetivamente em seu campo de formação; TCC: um trabalho acadêmico para a avaliação final para contemplar os aspectos da formação universitária.

4.6.2 Metodologia das Atividades Presenciais Obrigatórias

Para a IES a aprendizagem está relacionada com a atividade de pesquisa tanto do aluno quanto do professor, e a aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. Acreditamos que o ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito cognoscente e o objeto do conhecimento, devem favorecer a aproximação desses dois polos, a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento, tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento.

Para garantir esse tipo de dinâmica, propomos a interdisciplinaridade e a transversalidade como modos de integração do conhecimento a partir de uma pedagogia de projetos.

A metodologia de ensino aprendizagem assim delineada deve buscar:

Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;

Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;

Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;

Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de multiplicação do saber.

Realizar a problematização para a elaboração dos projetos tendo em vista as temáticas de interesse do aluno e que estejam pertinentes ao momento da formação dos mesmos.

Há ainda que se considerar o trabalho com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental, que devem ser incorporadas ao dia a dia da sala de aula de modo permanente e contínuo como apregoa a legislação. Neste sentido é previsto que a abordagem desses temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos.

Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplada, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

Neste sentido, como já afirmamos a opção pela Pedagogia de Projetos deve-se à orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem, que coloquem o aluno como sujeito ativo do seu processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Neste sentido, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico possam se consolidar.

Assim está indicado que o professor assuma o conhecimento dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, que incorpore técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, que realize o planejamento de projetos que contenham situações didáticas que privilegiem o aluno como protagonista da construção do saber e que por fim demonstre a importância do papel social de todos na construção de uma sociedade mais justa a partir de uma inserção consciente e cidadã no mundo do trabalho.

Como técnicas de ensino, indicamos, dentre outros, o uso de:

Aulas Expositivas Dialogadas: a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor, mais do que expor um assunto numa perspectiva definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe, avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido

Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais: semelhante ao processo da aula expositiva está diferencia-se da primeira por incluir recursos audiovisuais na dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem ser desde o uso do Datashow com projeções de imagens ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas, manchetes de jornais, trechos de programas de televisão, telejornais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.

Atividades em grupo tais como seminário; painel integrado; grupos de observação e de verbalização: estas atividades além de favorecerem a construção do conhecimento e o aprendizado de conteúdos conceituais, são também excelentes fontes para o desenvolvimento de competências e conteúdos atitudinais, para que isso aconteça, estas devem ser muito bem preparadas, devendo ter seus objetivos e procedimentos claros e compartilhados com os alunos. Estas atividades conferem bastante dinamismo à sala de aula, além de serem excelente fonte de construção coletiva de conhecimento.

Estudos Dirigidos: os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um

texto ou conjunto de textos, localiza as informações pertentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento.

Exercícios de Fixação de Conteúdos: realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdos, ou treino de habilidades específicas

Estudos de Caso: realização de estudos como um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das informações expostas no estudo de caso, promove o raciocínio crítico e argumentativo dos alunos. Em função dessas características, o caso é considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.

Elaboração de projetos de ação ou de investigação: elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de temas relativos as disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.

Visitas Técnicas: visitas em espaços externos que promovam a integração entre conteúdos teóricos e práticos, possibilitando ao aluno a integração entre aquilo que se sabe sobre um determinado conhecimento e aquilo que se produz a partir desse conhecimento.

Atividades de extensão: atividades que proporcionem a execução de atividades na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação, favorece a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversa, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática

Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos: atividades de aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas em espaços externos à instituição.

Workshops ou oficinas pedagógicas: a partir de um conceito ou um problemas, o professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula, tendo em vista a elaboração de um produto. Este produto pode ser desde um produto material, quando um produto conceitual. O sentido do Workshop e das Oficinas pedagógicas e o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum.

Jogos; Gincanas; Feiras e Exposições Temáticas: realização das atividades em grupo que tenham como objetivo o exercício de algum conhecimento específico, o treino de uma habilidade ou a exposição do produto final de uma aprendizagem consolidada pelos alunos.

Minipalestras: integração dos alunos com profissionais da área no sentido de atualização do conhecimento a partir da abordagem de temas atuais pertinentes ao exercício da profissão. As mini palestras devem ser realizadas em sala de aula, e deve priorizar conhecimentos atuais e inovadores.

Círculo de debates ou discussões: atividades de sala de aula, orientadas e mediadas pelo professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, ou de qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos como fundamento. Nestas atividades os professores tem a excelente oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.

Elaboração de paper/artigos científicos; resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos: atividades que devem considerara a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.

Aulas Práticas em Laboratórios, tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação proporciona experiências acadêmicas de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da química, até aqueles referentes aos conhecimentos pertinentes ao exercício da docência, estas atividades aulas práticas são proporcionadas em espaços internos que são nossos laboratórios e estende-as as atividades de visita técnicas e oficinas pedagógicas além de estágio curricular utilizando instituições públicas e privadas conveniadas.

As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitorada em campo por professores e/ou preceptores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades em diferentes disciplinas do currículo. Sendo, portanto, assim definidas:

As aulas práticas: nos primeiros períodos do Curso realizam-se nos laboratórios de química, nas instalações da FAMETRO e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas básicas do curso. Nos laboratórios os alunos desenvolvem suas atividades acadêmicas deste as bases de teóricas e experimentais referentes aos conhecimentos específicos da área de química.

As Visitas Técnicas: consiste no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada a sua formação, para que o mesmo possa a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, aprofundar o mesmo através de estudo, análise e avaliação. A mesma não deve ser encarada como um passeio, mas sim, com uma atividade formal, a qual precisa de planejamento prévio. Durante a Visita, o registro e as anotações devem ser atividades prioritários. As visitas devem ser realizadas com objetivos didáticos, sendo orientada e operacionalizada com técnica e discutida previamente. Os professores, na oportunidade, estarão avaliando: postura, pontualidade, conhecimento técnico e respeito com os colegas. O relatório final deverá ser elaborado e entregue para que o professor possa avaliar a efetividade da atividade na aprendizagem dos alunos.

Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados.

Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Tanto as Aulas Práticas como os Estágios, ocorrem em instituições que possuam convênio ou termo de cooperação com a IES.

4.6.3 Metodologia das Atividades Interdisciplinares

No âmbito da FAMETRO, entendemos Interdisciplinaridade por uma abordagem de tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado. Na FAMETRO, a interdisciplinaridade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

Assim, o Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;

b) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;

c) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;

d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;

e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;

f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referência os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas, sempre com foco na articulação temática com as necessidades do mundo do trabalho.

Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto, sendo planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Já as atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso, para seu pleno desenvolvimento O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida, com descrição da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de aprendizagem em espaço reservado para este fim.

4.6.4 Metodologia das Atividades Transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial

Por Transversalidade a FAMETRO entende ser à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Assim, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período em duas áreas temáticas específicas, a saber:

a) Educação Ambiental

b) Relações Étnico-Raciais

O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela instituição.

O Projeto Transversal deve também contribuir para:

Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações; debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;

Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

Neste escopo a Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referência temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Este tema gerador, por sua vez, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos, nesta direção os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

Os projetos serão planejados ao início de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo, devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto, trazendo também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento. De caráter curricular o projeto transversal terá para sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, devem obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

4.6.5 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento

filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida crítica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema direito humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático Social de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001).

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigi-lo quando se trata de estudantes do ensino superior pois estes, em face de sua posição privilegiada na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito a IES, atendendo ao chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Direitos Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de 06/03/2012, em formato de uma disciplina “Educação e Direitos Humanos” em todas as matrizes curriculares dos cursos.

Ademais, a IES já vem desde 2017, trabalhará com a Temática das Relações étnico-raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da IES com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

4.6.6 Metodologia da Articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão

As orientações e estratégias para o Programa PAPEERI - PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL INSTITUCIONAL, seguem abaixo relacionadas:

MARCO LEGAL, METAS E ORIENTAÇÕES PARA CUMPRIMENTO:

Artigo 3º. da Resolução N 7/2018: "A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa".

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

MET 01-Conforme o estabelecido nos Artigos acima, devem ser inseridas nas matrizes dos cursos 10% do total da carga horária de cada disciplina para desenvolvimento de atividades do Projeto PAPEERI;

Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

IV - A articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - A contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

III - A promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - A promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - O incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

Art. 8º As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades:

I - Programas;

II - Projetos;

III - Cursos e oficinas;

IV - Eventos;

V - Prestação de serviços

META 02-A Extensão da IES deve ser caracterizada por:

I-PROGRAMAS: a IES possui o PAPEERI;

II-PROJETOS: os cursos desenvolvem projetos interdisciplinares, (ENVOLVENDO TODAS AS DISICIPLINAS DO PERÍODO) e multiprofissionais (COM PARTICIPAÇÃO DE OUTROS CURSOS/ÁREAS);

III-CURSOS E OFICINA: devem ser planejados e ministrados, na comunidade, por discentes acompanhados por docentes;

IV-EVENTOS: que devem ser planejados e realizados, na comunidade, por discentes acompanhados por docentes;

V-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: constituem as atividades desenvolvidas nos projetos dos cursos beneficiando a comunidade assistida.

Art. 11 A autoavaliação da extensão, prevista no artigo anterior, deve incluir:

I - A identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;

II - A contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;

III - A demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo Único. Compete às instituições explicitar os instrumentos e indicadores que serão utilizados na autoavaliação continuada da extensão.

META 03-A autoavaliação da IES será realizada através da Comissão Própria de Avaliação-CPA, com os objetivos

a) Melhoria contínua

b) Identificação do cumprimento das diretrizes junto ao discente.

Art. 12 Art. 12 A avaliação externa in loco institucional e de cursos, de responsabilidade do Instituto Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) deve considerar para efeito de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como para o credenciamento e recredenciamento das instituições de ensino superior, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), os seguintes fatores, entre outros que lhe couber:

I - A previsão institucional e o cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão tipificadas no Art. 8º desta Resolução, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

II - A articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino e pesquisa realizadas nas instituições de ensino superior;

Parágrafo único. Aos estudantes, deverá ser permitido participar de quaisquer atividades de extensão, mantidas pelas instituições de ensino superior, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes.

Art. 13 Para efeito do cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação (PNE), as instituições devem incluir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os seguintes termos, entre outros:

I - A concepção de extensão, que se ajuste aos princípios estabelecidos na presente Resolução, a ser aplicado na formulação dos projetos pedagógicos dos cursos superiores, quando necessários;

II - O planejamento E as atividades institucionais de extensão;

III - A forma de registro a ser aplicado nas instituições de ensino superior, descrevendo as modalidades de atividades de extensão que serão desenvolvidas;

IV - As estratégias de creditação curricular e de participação dos estudantes nas atividades de extensão;

V - A política de implantação do processo auto avaliativo da extensão, as estratégias e os indicadores que serão utilizados para o cumprimento das disposições constantes no art. 4º desta Resolução;

VI - A previsão as estratégias de financiamento das atividades de extensão.

META 04-METODOLOGIA DO PAPEERI

Os projetos do PAPEERI devem ter duração de um ano (1º. E 2º. Semestre de cada ano):

Atividade do projeto durante o 1º. Semestre:

I-CONTEXTUALIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Perfil étnico racial na comunidade.

Perfil de educação ambiental na comunidade.

Direitos humanos e educação indígena (quando for o caso).

II-LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADE DA COMUNIDADE

Com base em questionário previamente elaborado pelos cursos do envolvidos no projeto.

Atividade interdisciplinar com base em PESQUISA BIBLIOGRÁFICA relacionando os conteúdos das disciplinas a serem trabalhados no projeto e contemplando os eixos ÉTNICO RACIAL, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DIREITOS HUMANOS.

III-CONTIBUIÇÃO INTERDISCIPLINAR, na qual cada disciplina deve apresentar o conteúdo da ementa a ser trabalhado no projeto;

Cada disciplina tem que propor 1 objetivo específico para contribuir com o projeto E relacionar com os resultados a serem alcançados para atender ao objetivo proposto;

Atividade do projeto durante o 2º. Semestre:

I-INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE PELOS CURSOS ENVOLVIDOS NO PROJETO, RELACIONANDO TEORIA E REALIDADE.

-Responsável: colegiado dos cursos e coordenadores.

-Submissão do projeto e aprovação do Comitê de Ética.

II-INTERVENÇÃO

Aplicar a proposta do projeto na comunidade.

Responsáveis: Alunos e docentes (tutor).

III-PRODUTO FINAL DO PROJETO: ARTIGO

Deve ser elaborado pelos docentes tutores e mais os das outras disciplinas do período.

Apresentação dos resultados das atividades, explicitando os benefícios na comunidade e o sentimento do discente como agente transformador da teoria e da realidade no Seminário de Extensão e Iniciação Cientifica da IES.

Será organizada uma coletânea de todos os artigos do PAPEERI e publicados em e-book.

Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação.

META 05-As atividades de Extensão nos projetos devem ser informadas ao discente (NOTA E CARGA HORÁRIA) no início do período.

Art. 15 As atividades de extensão devem ter sua proposta, desenvolvimento e conclusão, devidamente registrados, documentados e analisados, de forma que seja possível organizar os planos de trabalho, as metodologias, os instrumentos e os conhecimentos gerados.

Parágrafo único. As atividades de extensão devem ser sistematizadas e acompanhadas, com o adequado assentamento, além de registradas, fomentadas e avaliadas por instâncias administrativas institucionais, devidamente estabelecidas, em regimento próprio.

META 06- Há a obrigatoriedade de registro no histórico do discente (NOTA E CARGA HORÁRIA).

Art. 17 As atividades de extensão podem ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes.

META 07-Os cursos podem fazer parcerias com outras IES e empresas para desenvolvimento das atividades de Extensão.

4.6.7 Metodologia de Avaliação do ensino Aprendizagem

Atividades Presenciais obrigatórias referentes às disciplinas ofertadas em EAD	Competências ou Habilidades do Perfil de Egresso abrangidas com as atividades presenciais	Local da atividade presencial obrigatória	Carga Horária destinada à atividade presencial
Avaliações N1 - Atividade Interdisciplinar (De acordo com a Política PAPERI - Projeto de Articulação entre Pesquisa, Ensino, Extensão e Responsabilidade Social Institucional – PAPEERI) Abordagem Interdisciplinar dos conteúdos das disciplinas aplicadas no contexto regional; Painel Integrado – Apresentações das discussões e apontamentos construídos no âmbito do desenvolvimento do trabalho acompanhado pelo tutor. N2- Atividade Interdisciplinar (De	- Cuidado em saúde, com atenção especial à gestão, à tecnologia e à inovação como elementos estruturais da formação; - Tomada de decisão com base na análise crítica e contextualizada das evidências científicas, da escuta ativa do indivíduo, da família e da comunidade; - Liderança, ética, empreendedorismo, respeito, compromisso, comprometimento, responsabilidade, empatia, gerenciamento e execução de	No Polo intermediada pelos tutores presenciais em Salas de tutoria	30h - (Carga horária distribuída em planejamento, construção, organização e apresentação)

acordo com a Política PAPERI - Projeto de Articulação entre Pesquisa, Ensino, Extensão e Responsabilidade Social Institucional – PAPEERI) Os alunos deverão participar de fórum na MODALIDADE PRESENCIAL apresentando as atividades interdisciplinares relacionadas ao conteúdo da disciplina, contexto regional e de acordo com o PAPEERI Produção de banner digital para entrega e discussão por intermédio da tutoria nos fóruns das disciplinas. A avaliação N2 de todas as disciplinas EAD também será presencial, onde o aluno agendará um horário para realizar a avaliação nos laboratórios de informática	ações, pautadas pela interação, participação e diálogo; - Pesquisar, desenvolver, inovar, fiscalizar, gerenciar e garantir a qualidade de tecnologias de processos e serviços aplicados à área da saúde;		
Aulas práticas de laboratório do curso	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Visitas Técnicas	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Tutoria presencial O tutor cumpre papel fundamental em todas as atividades do curso EaD, já que suas atribuições não se limitam ao acompanhamento das atividades dos alunos. Como parte da equipe acadêmica dos cursos, o tutor é aquela pessoa que o aluno toma como referência na condução do seu processo de aprendizagem, pois é ele que faz a mediação entre os conteúdos desenvolvidos pelos professores e as atividades realizadas pelos alunos, dando vida às propostas e princípios definidos nos projetos pedagógicos de curso. Elo importante entre a instituição e o aluno, o tutor tem como atribuição principal a orientação do aluno para que se conscientize de que estuda para seu próprio desenvolvimento profissional, por cujo sucesso é o principal responsável para isso, o tutor deve motivá-lo a agir de forma	- Cuidado em saúde, com atenção especial à gestão, à tecnologia e à inovação como elementos estruturais da formação; - Tomada de decisão com base na análise crítica e contextualizada das evidências científicas, da escuta ativa do indivíduo, da família e da comunidade; - Liderança, ética, empreendedorismo, respeito, compromisso, comprometimento, responsabilidade, empatia, gerenciamento e execução de ações, pautadas pela interação, participação e diálogo; - Pesquisar, desenvolver, inovar, fiscalizar, gerenciar e garantir a qualidade de tecnologias de processos e	No Polo intermediada pelos tutores presenciais em Salas de tutoria	Cada Atividade de Tutoria Presencial será realizada em 3 encontros de 4h. Tutoria 1 – 3 Encontros de 4h (12h) Tutoria 2 – 3 Encontros de 4h (12h) Tutoria 3 – 3 Encontros de 4h (12h)

responsável quanto às tarefas, prazos e tempo de dedicação ao estudo e pesquisa. A atividade presencial será acompanhada por tutores. O tutor presencial é responsável pela condução, mediação e orientação das atividades desenvolvidas nas oficinas presenciais e também pelo acompanhamento dos alunos nos plantões realizados nos polos de apoio presencial. O trabalho dos tutores presenciais será acompanhado pelo Supervisor dos Tutores, responsável pela orientação e supervisão das atividades: - Tutoria presencial 1. Momento tira dúvidas no acompanhamento das disciplinas em cada semestre. Com a presença de tutor de disciplina. - Tutoria presencial 2. Alinhamento das atividades interdisciplinares – N1, troca de ideias e momento tira dúvidas - Tutoria presencial 3. Alinhamento das atividades interdisciplinares– N2, troca de ideias e momento tira dúvidas	serviços aplicados à área da saúde;		
Estágio supervisionado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Defesa de TCC	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Carga horária total de atividades presenciais	Percentual de disciplinas EAD na carga horária do curso
66 h de atividades presenciais por disciplina	19,7%

4.7 Estágio curricular supervisionado

4.7.1 Determinação das DCNS para o estágio supervisionado

Na formação do Enfermeiro, conforme a Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001. Além dos conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos ao longo de sua formação, ficam os cursos obrigados a incluir no currículo o estágio supervisionado em hospitais gerais e especializados, ambulatórios, rede básica de serviços de saúde e comunidades. Na elaboração da programação e no processo de supervisão do aluno, em estágio supervisionado, pelo professor, será assegurada efetiva participação dos enfermeiros do serviço de saúde onde se desenvolve o referido estágio, de mínimo 814 horas, realizado nos dois últimos semestres do Curso de Graduação em Enfermagem.

Art. 1. Tendo em vista a consolidação do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Estágio Supervisionado é uma atividade de capacitação indispensável para a formação profissional, pois, objetiva a integração do conhecimento teórico com a realidade prática nas diversas áreas de atuação. Como importante instrumento da formação acadêmica deve possibilitar a articulação entre o pensar e o agir, da teoria e da prática, constituindo-se como um momento privilegiado do processo ensino e aprendizagem e de desenvolvimento profissional.

4.7.2 Áreas de Estágio, Período Forma de Integralização da Carga Horária, Critério de Avaliação e Produto do estágio

Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Enfermagem deve ser ofertado em Hospitais gerais e especializados, ambulatórios, rede básica de serviços de saúde e comunidades, no 9º e 10º período letivo do curso e corresponderá à carga horária total de 814 horas. Deverá ser observada, por parte do estagiário, a carga horária no Termo de Compromisso, documento obrigatório (Lei nº 11.788 de 25/09/2008), firmado entre a Coordenação de Estágio, Entidade Concessionária e o Estagiário, quando for o caso.

A divisão dos Estágios Curriculares na Matriz do Curso, segue a DCN que determina que o estágio seja executado nos dois últimos semestres do Curso de Graduação em Enfermagem.

9º Período: Enfermagem na Saúde da Mulher (132h), Enfermagem na Saúde da Criança e do Adolescente (132h) e Enfermagem em Saúde Coletiva (132h).

10º Período: Enfermagem em Clínica Médica (132h), Enfermagem em Clínica Cirúrgica (132h) e Enfermagem em Urgência e Emergência (154h).

4.7.3 Convênios Para Estágio Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deverá ser realizado em convênio com rede de saúde pública ou privada. Dessa forma, a IES possui convênio com as Secretarias Municipal e Estadual de saúde.

4.7.4 Forma de Orientação e Planejamento para Acompanhamento pelo Docente Orientado do Estágio Supervisionado

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: “planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano”.

A prática profissional é estabelecida para permitirão estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso. Nesse sentido, a prática profissional na IES pode ser realizada tanto no ambiente interno da Instituição, quanto na comunidade, mas de forma que estabeleça interação com essa comunidade.

Na Faculdade, a formação do Bacharel em Enfermagem incluirá como etapa integrante da graduação o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, deverá ser realizado em convênio com rede de saúde pública ou privada, e sob supervisão direta dos docentes da própria IES e/ou profissionais contratados como supervisores de Estágio. As atividades serão orientadas de forma planejada e programada conjuntamente com o(s) professor(es) da disciplina sendo submetidas a aprovação da Coordenação de Curso. A carga horária máxima do Estágio Curricular Supervisionado deverá atingir 814h.

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso de Bacharel em Enfermagem será realizado a partir do nono período até o décimo período, de forma a fazer com que o aluno-estagiário compreenda a prática profissional do enfermeiro, e realize a devida articulação entre teoria e prática tendo na vivência do estágio local privilegiado para a compreensão da dinâmica das relações entre ensino e aprendizagem.

O planejamento, supervisão e a avaliação das atividades de Estágio serão levadas a efeito por meio de professores do corpo docente, com a corresponsabilidade da IES, observado o nível de formação e a etapa do curso em que se encontra o estagiário. Na Faculdade, o Estágio Curricular Supervisionado para os Enfermeiros objetiva:

Integrar os alunos em espaços profissionais que se utilizem da aplicação do saber didático-científico na área de conhecimento, visando a elevar o nível do seu aprendizado dos nossos alunos;

Conscientizar os futuros profissionais da importância da qualidade nos serviços que haverão de prestar;

Melhorar o nível do ensino-aprendizagem dos processos, princípios, métodos e técnicas aplicados na área de conhecimento em questão;

Aperfeiçoar o aprendizado mediante um maior aprofundamento técnico científico no campo de estágio;

Oferecer ao aluno a oportunidades de conhecimento, in loco, das diferentes atividades próprias do exercício da profissão;

Oportunizar, mediante a observação e a intervenção na prática, a articulação das informações obtidas em diversas disciplinas que integram o currículo do Curso;

Promover o contato com pessoas, instituições e profissionais, a fim de que possa aquilatar, melhor, as necessidades e carências dos que buscam os serviços profissionais nas diversas áreas de conhecimento;

Desenvolver atividades de prática pré-profissional, em situações reais de trabalho.

O planejamento, a supervisão e a avaliação das atividades do estágio serão levadas a efeito sob a responsabilidade da IES, com a coparticipação da Instituição que oferecer o campo de estágio. Os campos de estágio para os alunos do Curso serão as Instituições que firmarem convênio para este fim.

São escolhidas, preferencialmente, para campos de estágio, instituições que compõem a rede pública e privada no campo da Saúde, que possuam condições estruturais e organizacionais compatíveis com as subáreas em que deverão se desenvolver as tarefas do estagiário. À medida que os resultados do estágio forem sendo verificadas, interpretadas e avaliadas, o estagiário tomará ciência do seu perfil na ocasião. Com isso, ele próprio poderá reconhecer a necessidade:

Da retificação da aprendizagem nos conteúdos em que revelar equívoco ou insegurança de domínio;

Da própria reprogramação da prática.

Com vistas ao mais elevado padrão de qualidade do processo ensino-aprendizagem, a Faculdade FAMETRO assegura, ao aluno/estagiário, essa reorientação e reprogramação teórico prática. Os estágios são coordenados pela Coordenação de Curso em conjunto com a Coordenação de Estágio e os docentes supervisores por ela designados. Os estágios obedecem às normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

No Curso de Graduação em Enfermagem o Estágio Curricular Supervisionado é cumprido pelo aluno a partir do oitavo período letivo do curso e corresponde à carga horária total de 814 horas. É observada, por parte do estagiário, a carga horária no Termo de Compromisso, documento obrigatório (Lei nº 11.788 de 25/09/2008), firmado entre a Coordenação de Estágio, Entidade Concessionária e o Estagiário, quando for o caso.

O estágio é realizado nas áreas definidas pela Diretriz Curricular do Curso de Enfermagem, Resolução n° 3, de 07 de novembro de 2001: Ciências biológicas e da saúde, ciências humanas e sociais e ciências da enfermagem, e especificidades institucionais e regionais.

E de acordo com a diretriz curricular nacional o estágio curricular poderá ser realizado na Instituição de Ensino Superior e/ou fora dela, em instituição/empresa credenciada, com orientação docente e supervisão local, devendo apresentar programação previamente definida em razão do processo de formação.

4.7.5 Forma de Supervisão do Estágio Supervisionado

Nessas disciplinas, o aluno observa e atua como profissional, sob supervisão do enfermeiro preceptor, permitindo que o aluno complete a sua formação generalista. Com vistas ao mais elevado padrão de qualidade do processo ensino-aprendizagem, a IES assegura, ao aluno/estagiário, essa reorientação e reprogramação teórico prática.

4.7.6 Forma de Coordenação do Estágio Supervisionado

Os estágios são coordenados pela Coordenação de Curso, respeitando normas Gerais dos Regimentos Interno e ao seu Regulamento próprio.

4.7.7 Práticas do Estágio e Estratégias para a Gestão da Integração entre o Ensino e o Mundo do Trabalho

Através das práticas do estágio o acadêmico tem a oportunidade de consolidar seu conhecimento teórico construindo crescimento profissional e pessoal. Sendo ferramenta fundamental para formação de um profissional crítico e reflexivo afim de garantir a construção de linhas de cuidado integral, a partir das necessidades dos usuários, em prol da transformação social, considerando contexto histórico e social. As práticas de estágio contemplam um rol de disciplinas gerais nas áreas biológicas e humanas, assim como aquelas específicas das áreas da saúde e enfermagem. As competências gerenciais presentes nas DCN são: liderança, tomada de decisão, comunicação e administração e gerenciamento dos serviços de saúde. A partir disso, as estratégias serão elaboradas através da educação problematizadora, onde o aluno deverá buscar soluções adequadas e resolução dos problemas. Para isso, o processo formativo deve ocorrer de forma articulada com o mundo do trabalho, visando a transformação e melhora das práticas assistenciais. Onde o docente supervisor de estágio será o mediador do processo de ensino-aprendizagem.

O docente será responsável pelo ato pedagógico, o qual buscará desenvolver a capacitação dos acadêmicos com competência, comprometendo-se, desta forma, com o próprio aprendizado, de forma a incentivar o aluno a dedicar-se ao processo de aprender. Nessa perspectiva, a introdução de estratégias pedagógicas inovadoras, que rompam com o paradigma tradicional. Destacando-se a gerência, por meio da realização de práticas de enfermagem junto a indivíduos, famílias, grupos e comunidade, vivenciando, dessa maneira, situações concretas do mundo do trabalho, interligadas às demandas da população e aos desafios e possibilidades dos serviços de saúde, planejar os recursos, orientar e acompanhar atividades que promovam situações que possibilitem uma aprendizagem significativa e crítica-reflexiva.

Art. 1. Tendo em vista a consolidação do perfil do egresso das Diretrizes Curriculares Nacionais, o Estágio Supervisionado é uma atividade de capacitação indispensável para a formação profissional, pois, objetiva a integração do conhecimento teórico com a realidade prática nas diversas áreas de atuação. Como importante instrumento da formação acadêmica deve possibilitar a articulação entre o pensar e o agir, da teoria e da prática, constituindo-se como um momento privilegiado do processo ensino e aprendizagem e de desenvolvimento profissional.

II - DA LEGISLAÇÃO

Art. 2. O presente instrumento tem como fundamento a legislação abaixo relacionada:

I) Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, publicada no DOU de 26.09.2008;

II) Lei 9.394 de 20 de 20 de dezembro de 1996 Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Artigo 82).

III) Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001, instituidora das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.

III - DA DEFINIÇÃO

Art. 3. Considera Estágio Curricular como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido em ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos estudantes que estejam frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, conforme Projeto Pedagógico do Curso.

IV- DA CARGA HORÁRIA

Art. 4. O estágio supervisionado curricular é cumprido pelo aluno com carga horária total de 814 (oitocentas) horas.

V - DOS OBJETIVOS

Art. 5. É definido como Objetivo Geral do estágio:

I) Proporcionar a experiência da atuação profissional com base nos conhecimentos teóricos fornecidos pelas disciplinas durante o ensino do curso de graduação.

Art. 6. Para o estágio são estabelecidos os seguintes Objetivos Específicos:

I) Promover a integração do aluno com o mercado de trabalho, propiciando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico;

II) Proporcionar aos alunos condições de desenvolver suas habilidades, analisar criticamente situações e propor mudanças no ambiente organizacional;

III) Promover a transição da passagem da vida profissional abrindo aos estagiários oportunidades de conhecer a tecnologia, diretrizes, organização e funcionamento das instituições;

IV) Possibilitar a aplicação das competências adquiridas ao longo do curso em situações reais;

V) Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando surgimento de profissionais empreendedores, capazes de implantar novas técnicas, métodos e processos inovadores;

VI) Consolidar o processo ensino-aprendizagem e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;

VII) Permitir ao aluno correlacionar conhecimentos teórico-práticos já construídos à realidade social;

VIII) Permitir ao aluno vivenciar o cotidiano das diversas instituições visando conhecer os problemas técnicos, científicos, econômicos, políticos e humanos existentes nestes ambientes;

IX) Favorecer a participação do aluno em atividades de pesquisa.

VI - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 7. A disciplina Estágio Supervisionado Obrigatório é oferecida para os acadêmicos do 9º e 10º, Semestres do Curso de Graduação em Enfermagem, subdivididos de acordo com a Resolução CNE/CES Nº 3, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001. Diretriz Curricular do Curso de Enfermagem.

O acadêmico estagiário deve, obrigatoriamente, cursar todos os ciclos previstos na disciplina, e avaliado em todas as suas etapas, sendo, ao final de cada uma, atribuída uma nota. Ao término desse processo, é obtida uma média final de todas as etapas cursadas, que deverá ser igual ou maior que 5,0 (cinco) para fim de aprovação na disciplina.

Os grupos são formados pela divisão aleatória do conjunto de alunos matriculados na disciplina, respeitando a relação de, no máximo 06 alunos por preceptor. A seguir, será designada uma área de concentração para cada grupo. No último dia de cada ciclo, haverá entrega de notas e rodízio entre os grupos, dando início a um novo ciclo. Ao final do Estágio, todos os grupos deverão passar por todas as áreas de concentração.

Art. 8. Os Estágios serão organizados sob a supervisão da Coordenação de Curso e orientação e supervisão do professor de estágio.

Art. 9. Fica a cargo da coordenação do curso a escolha da organização para realização do estágio.

Art. 10. Os estágios ocorrerão somente após convênios firmados entre as instituições privadas e/ou públicas e a FAMETRO.

Art. 11. O Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Bacharelado em Enfermagem será integralizado após o aluno/estagiário cumprir a carga horária em todas as áreas de concentração.

Não haverá prorrogação nem antecipação do Estágio Supervisionado Obrigatório, devendo o aluno/estagiário concluir a programação dentro do prazo estabelecido;

O aluno/estagiário que, por qualquer motivo, deixar de frequentar a uma área de atuação, não poderá concluir o curso enquanto não cumprir a carga horária da mesma.

Não será permitido ao aluno/estagiário a interrupção ou abreviamento do Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso.

Serão considerados feriados (dias sem atividades) somente os que constam do calendário oficial da IES.

Cada aluno/estagiário deverá, diariamente, por ocasião de sua entrada e saída, assinar o livro ponto de frequência que ficará sob a responsabilidade do Professor Supervisor da área de atuação.

Será dada uma tolerância de 10 (dez) minutos de atraso no registro da frequência diária. Após esse prazo, o aluno será considerado ausente para fins de registro de presença, acarretando em falta no 1◦ tempo de aula e perda de ponto no critério pontualidade.

Todo horário não cumprido (atraso, saída antes do término das atividades, falta justificada) deverá ser comunicado com antecedência, por escrito, ao Professor Supervisor da área de atuação.

A justificativa à falta só será aceita pelo Professor Supervisor, mediante abono de faltas segundo os critérios previstos em Lei.

A pontualidade, a assiduidade e a participação serão consideradas como fatores de avaliação do aluno/estagiário.

Para prevenção de diversas patologias, todos os alunos deverão atualizar suas carteiras de vacinação (tríplice do adulto, tétano, hepatite, febre amarela) e apresentá-las ao Professor Supervisor para conferência.

Art. 12. Para realização dos estágios o aluno deverá estar devidamente matriculado no curso.

Art. 13. O estágio curricular não estabelece vínculo de qualquer natureza devendo o estagiário estar segurado contra acidentes pessoais.

VII - DA REALIZAÇÃO

Art. 14. Os horários de estágio curricular obedecerão à dinâmica de funcionamento da Instituição onde estiverem ocorrendo, respeitando a carga horária diária.

Art. 15. Os estágios curriculares são considerados disciplinas componentes da grade curricular contendo frequência e avaliação devidamente regulamentada em cada curso.

VIII - DAS FUNÇÕES

Art. 16. Do Coordenador do curso:

Contatar as instituições potencialmente concedentes de estágio, escolhidas pela própria IES ou sugerida pelos alunos;

Solicitar os convênios com instituições públicas e/ou privadas para a realização dos estágios;

Realizar reuniões periódicas com os preceptores de estágio, com o objetivo de manter um processo contínuo de avaliação das atividades desenvolvidas;

Participar de decisões quanto a questões extra-normativas ocorridas no decorrer dos estágios curriculares do curso;

Receber ao final de cada semestre dos preceptores de estágio os processos individualizados de cada estagiário, que se constituem na documentação comprobatória da realização do estágio curricular;

Art. 17. Preceptor de estágio de Estágio:

Fornecer todos os formulários referentes ao estágio supervisionado aos alunos no início do semestre;

Supervisiona as atividades e frequências dos alunos do estágio supervisionado;

Realizar a escala de tarefas dos alunos regularmente;

Redimensionar a escala de atividades dos alunos quando julgar conveniente;

Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de normas;

Estimular a participação dos alunos para a avaliação das práticas realizadas;

Avaliar o desempenho do aluno nas atividades propostas pelo plano de ensino de estágio;

Participar das reuniões e atividades programadas pelo Coordenador do Curso;

Comunicar por escrito, imediatamente à coordenação do curso qualquer ocorrência que possa prejudicar o bom relacionamento entre a instituição conveniada e a FAMETRO;

Realizar o fechamento do diário com as notas e número de faltas dos estagiários ao final do semestre.

Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório final das atividades de estágio;

IX - DAS OBRIGAÇÕES

Art. 18. Da parte concedente:

Celebrar convênio e Termo de Compromisso de Estágio para realização do Estágio Curricular;

Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário, atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, para a função de Supervisor, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no transcurso do estágio, para orientar e acompanhar os estagiários, assim como assinar a documentação relativa à comprovação do estágio curricular;

Conceder vagas de estágio curricular sobre a forma de treinamento, dentro de suas possibilidades e limites, aos estagiários que estiverem em condições de estagiar, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhado pela IES;

Facilitar o acesso do coordenador e/ou professor orientador do IME aos locais destinados ao estágio;

Informar aos estagiários sobre os regulamentos internos da concedente informando os das sanções cabíveis, em caso de descumprimento;

Manter em seu arquivo toda a documentação comprobatória da concessão do campo de estágio para fins de fiscalização;

A jornada de atividades de estágio curricular deverá ser cumprida, conforme legislação vigente;

Aplicar ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho.

Art. 19. Do estagiário:

Cumprir, com eficiência e eficácia, as tarefas que lhe forem pertinentes, exercitando o espírito de equipe junto a Concedente;

Respeitar as normas regimentais e disciplinares estabelecidas no local de estágio;

Informar ao Preceptor de Estágio as dificuldades encontradas e os problemas relativos ao Estágio Supervisionado;

Comparecer, pontual e assiduamente, ao local de estágio;

Vestir-se adequadamente e usar os equipamentos de segurança e proteção necessários ao exercício das atividades de estágio;

Elaborar e entregar, dentro dos prazos fixados, os relatórios de avaliação de estágio.

Observar e cumprir com rigor o cronograma de atividades, as normas gerais e a carga horária pré-estabelecidas para a frequência

Zelar pelo patrimônio das instituições conveniadas;

Observar os princípios da ética profissional durante o desenvolvimento das atividades diárias;

Atuar com iniciativa, conhecimento e habilidade na resolução das atividades teóricas e práticas que se apresentarem;

Comunicar com antecedência, de no mínimo 24 horas, eventuais faltas decorrentes de situações previsíveis;

Participar efetivamente das reuniões de orientação e das entrevistas individuais ou coletivas;

Comunicar imediatamente, por escrito ao professor orientador qualquer ocorrência durante o desenvolvimento das atividades do estágio;

Assinar e fazer cumprir o termo de compromisso de estágio, obedecendo as suas cláusulas.

X - DAS AVALIAÇÕES

Art. 20. A avaliação será realizada através do acompanhamento sistemático do aluno pelo professor orientador, no desenvolvimento das ações técnicas; da apreciação dos relatórios de estágio; estudo de caso; prova individual da disciplina; avaliação da participação ativa e contínua do aluno nas reuniões e atividades individuais e em grupo.

Art. 21. A avaliação do desempenho do aluno será efetivada em todos os momentos do processo, considerando-se os critérios específicos de cada curso, conforme seus Projetos Pedagógicos.

Art. 22. Nenhum aluno pode ser dispensado do estágio, nem mesmo os beneficiados pelo Decreto Lei nº 1044/69 e a discente gestante, beneficiada pela Lei nº 6.202/65.

Art. 23. A falta do cumprimento do estágio ou reprovação da disciplina de estágio resultará na não obtenção do grau respectivo, devendo matricular-se e cursar novamente a disciplina no período seguinte.

XI - DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 24. São documentos necessários para registro das atividades de estágio e mesmo para avaliação e controle de frequência, os abaixo relacionados:

Termo de compromisso de estágio (Anexo I);

Controle de frequência e nota de estágio (Anexo II);

Relatório de atividades de estágio (Anexo III).

Art. 25. O Coordenador de Curso deverá receber ao final de cada semestre, do professor orientador de estágio, os processos individuais com toda documentação de estágio dos alunos.

Art. 26. O coordenador de curso deverá regular a forma e data para que tais documentos deem entrada nas suas coordenações, bem como efetuar seu controle e arquivamento.

XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27. O aluno deverá cumprir e comprovar o número de horas previstas para o Estágio Curricular, conforme Projeto Pedagógico do Curso. Caso não as cumpra no prazo máximo previsto para o estágio, deverá realizar o estágio novamente no período seguinte;

I) Somente após a conclusão do estágio, o aluno terá direito ao certificado ou diploma respectivo, mesmo que tenha sido aprovado em todos os componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso;

II) As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo educando, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no Projeto Pedagógico do Curso;

III) Em caso de acidente envolvendo o estagiário em campo de estágio, o responsável pelo acompanhamento do estagiário deverá encaminhá-lo a Unidade de Atendimento Público mais próxima e encaminhar a Gerência da Unidade relatório descritivo do fato, bem como encaminhar os documentos relacionados às providências tomadas.

XIII CUMPRIMENTO DAS NORMAS

Art. 28. Toda falta ao cumprimento das normas deverá ser notificada por escrito pelo Professor Supervisor que a encaminhará à Coordenação de Estágio;

Art. 29. O Professor Supervisor poderá fazer advertências por escrito ao aluno que cometer infrações às Normas do Estágio, sempre que julgar necessário;

Art. 30. Os casos omissos e extraordinários deste manual serão resolvidos pela Coordenação do Estágio, juntamente com a Coordenação do Curso de Enfermagem, obedecendo às resoluções e regimentos internos da IES e das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Enfermagem do MEC.

Parágrafo Único: O desrespeito às Normas de Estágio implicará em sanções previstas no Regimento Interno da FAMETRO.

4.7.8 Gestão de Insumos para Atualização das Práticas do Estágio

A Gestão de Insumos é deverás importante para que o discente possa ir a campo para cumprimento do estágio, e assim ter o resguardo de sua integridade física. Dentro os insumos de contenção individual, inerentes as atividades às práticas de estágio, pode-se citar os elementos abaixo:

a) Guarda-pó

É usado dentro da área técnica, mesmo quando não se esteja executando algum trabalho, e em todas as atividades que envolvam os riscos descritos acima, pois protegem tanto a pele como as roupas do indivíduo.

As mangas são longas, com elástico nas extremidades. O fechamento é frontal com botões, preferencialmente de pressão. O Guarda-pó é confeccionado em tecido de algodão ou misto, não inflamável, e tem comprimento abaixo dos joelhos. É usado permanentemente fechado.

b) Máscaras

São usadas as do tipo cirúrgico, sem sistemas de filtro, para proteção do aparelho respiratório no manuseio de material biológico, dependendo da sua classe de risco, assim como, para proteção do produto que está sendo manuseado.

Existem tipos de máscaras com maior ou menor capacidade de retenção de partículas. A seleção é feita considerando o agente biológico com o qual vai se trabalhar.

c) Pro pé

Recomendado para proteção dos calçados/pés, em áreas contaminadas ou para trabalhar em áreas estéreis.

d) Gorro descartável

É usado para proteger os cabelos de aerossóis e salpicos e o produto ou experimento de contaminação.

e) Luvas

Utilizadas para proteger as mãos. São de uso obrigatório na manipulação de qualquer material biológico ou produto químico. São fabricadas em diferentes materiais para atender as diversas atividades laboratoriais.

Termo de Compromisso do Estágio Curricular Obrigatório

Ano: _____ Semestre: _____

Eu, _____aluno (a) do curso de Enfermagem do Ceuni-Fametro do período _____, matrícula número _____, assumo o compromisso de exercer o estágio curricular da Disciplina de _____, no período de _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

Estou ciente e concordo que o exercício do estágio curricular exige:

Cumprir com Normas estabelecidas do Programa de Estágio Curricular;

Cumprir ( ) horas semanais de trabalho supervisionado;

Desenvolver o Plano de Supervisão de Estágio elaborado pelo Professor Supervisor;

Cumprir as disposições legais estatutárias e regimentais da IES e as constantes das Normas do Programa de Estágio Curricular do Curso.

Comparecer ao estágio curricular munido de material estabelecido pelo programa.

Com plena ciência de que a aludida atividade não constitui vínculo empregatício e, para firmar a validade do que aqui se estabelece, assino o presente TERMO DE COMPROMISSO, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, fazendo jus aos benefícios do aludido Programa somente enquanto nele permanecer na IES.

FAMETRO, ____ de _____ de 20___

_____ _____

Professor Supervisor Estagiário

_____

Coordenador (a) do Curso de Enfermagem

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO I/II

ALUNO		PERÍODO ESTÁGIO	
CURSO		TURMA	
DISCIPLINA		TURNO	
PRECEPTOR		LOCAL DO ESTÁGIO	

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL	**VALOR**	**PONTUAÇÃO**
1- Assiduidade e Pontualidade	0,5	
2- Relacionamento / Cooperação	0,5	
3 - Aplicabilidade do conteúdo teórico nas práticas	0,5	
4 - Levantamento e resolução de problemas encontrados	0,5	
5 - Registros e anotações claras e concisas	0,5	
6 - Apresentação Pessoal	0,5	
7 -Interesse / Comprometimento / Iniciativa / Responsabilidade	1,0	
8 - Comportamento Ético Profissional	0,5	
9 - Habilidade (Planejamento ; Organização ; Comunicação e Liderança)	0,5	
TOTAL DE PONTOS	5,00	
ESTUDO DE CASO	**VALOR**	**PONTUAÇÃO**
1-Domínio do Conteúdo	1,0	
2-Organização Didática da Apresentação	0,5	
3-Coerência entre a Teoria e a Prática	0,5	
4-Clareza e Objetividade	0,5	
5-Cumprimento do Horário	0,5	
6-Resumo do Estudo de Caso e Apresentação	2,0	
TOTAL DA AVALIAÇÃO	5,00	
RELATÓRIO	**VALOR**	**PONTUAÇÃO**
1- Organização e Desenvolvimento do Relatório	3,0	
2- Qualidade da Redação	2,0	
3- Atualidade das Informações e Referências	1,5	
4- Contribuição /Sugestão/Devolutiva para Unidade de Saúde	2,0	
5- Fotos/Anexos	1,5	
TOTAL DA AVALIAÇÃO	10,00	
PROVA ESCRITA	**VALOR**	**PONTUAÇÃO**
Prova escrita da Disciplinas e Práticas Realizadas	0,0 – 10,00	
Observação:		

TOTAL DAS AVALIAÇÕES				
Avaliação Individual 0,0 – 5,0	Estudo de Caso 0,0 – 5,0	Relatório do Estágio 0,0 - 10,0	Prova Escrita 0,0 - 10,0	Média Geral

_____ Estagiário

_____ Preceptor

LISTA DE FREQUÊNCIAS E MÉDIAS
ESTÁGIO CURRICULAR I / II

MAT	ACADÊMICOS																	

Local de Estágio:_____
Disciplina:_____
Professor:_____

LISTA DE FREQUÊNCIAS E MÉDIAS
ESTÁGIO CURRICULAR I / II

MAT	ACADÊMICOS										FALTAS	Média Final	ASSINATURA

Local de Estágio:_____
Disciplina:_____
Professor:_____

_____
Preceptor do Estágio

_____
Coordenação de Estágio de Enfermagem

Anexo VI

ITENS PARA CONFECÇÃO DO RELATÓRIO

O Relatório Final de Estágio é o resultado escrito de tudo o que foi desenvolvido no Estágio. Deverá ser composto das seguintes partes:

Capa – seguir modelo - (item II);

Folha de rosto – seguir modelo (item II);

Sumário;

Corpo do relatório – composto pelos seguintes itens, obrigatoriamente: Introdução (uma página), Objetivo geral, Objetivos específicos, Atividades realizadas e Conclusão;

Referências – nas normas ABNT;

Anexos (se necessário).

FORMATAÇÃO:

Capa e folha de rosto com fonte Arial e tamanho 14, em negrito. Texto com fonte Ariale tamanho 11. Títulos em fonte 12 e em negrito;

As folhas do trabalho devem ser contadas sequencialmente a partir da folha de rosto enumeradas a partir da introdução;

Espaçamento de linha 1.15.

4.8 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica

Não se aplica

4.9 Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática

Não se aplica

4.10 Atividades complementares

4.10.1 Carga Horária das Atividades Complementares do Curso

As atividades complementares são componente curricular obrigatório e terão por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno, uma trajetória diversificada, autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso. Elas serão sempre ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso, a qual tornará público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno. O estudante deve apresentar 120 horas de atividades complementares como requisito para a conclusão do curso de graduação.

As atividades complementares devem se converter em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

4.10.2 Forma de Aproveitamento das Atividades Complementares

A realização de atividades complementares, vem se tornado cada vez mais comum entre os estudantes de graduação, por permitir o desenvolvimento de habilidade específicas, em muitos casos não trabalhadas em sala de aula e que não pelo mercado de trabalho, em recintos escolares que são exigidas pelo

mercado de trabalho, tais como comunicação, criatividade, pro atividade, trabalho em equipe etc. Dentre essas atividades, as semanas acadêmicas possibilitam o crescimento profissional e pessoal de todas as partes envolvidas, desde a idealização até a sua concretização.

Nº	Atividade	Documento Requerido	Certificação Mínima	Certificação Máxima	Total Acumulado
1	Palestras relacionadas ao Curso	Certificado de participação	2h	20h	40h
2	Certificado de participação	Certificado de participação	2h	20h	40h
3	Minicursos online ou presenciais relacionados ao curso	Certificado de participação	2h	20h	40h
4	Monitoria em disciplina do Curso	Certificado de participação	2h	60h	60h
5	Participação em Pesquisas Institucionais	Declaração ou certificado de participação	2h	80h	80h
6	Atividades práticas relacionadas ao Curso	Declaração ou certificado de participação	2h	20h	40h
7	Artigos relacionados ao curso publicados em revistas acadêmicas indexadas ou como capítulos de livros	Artigo ou o capítulo publicado	10h	40h	40h
8	Apresentação em Eventos Científicos de Trabalhos relacionados ao Curso	Certificado de participação	2h	30h	30h
9	Membro de Diretoria de Associações Estudantis, Culturais e Esportivas (Associação atlética, Centro Acadêmico, Diretório Acadêmico, Comissão de formatura)	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	4h	4h	8h
10	Participação em Atividades Socioculturais, Artísticas e Esportivas (coral, música dança, bandas, vídeos, cinema, fotografia, cineclubes, teatro, campeonatos esportivos etc. (não curriculares)).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	8h	8h
11	Participação em Projetos Sociais, trabalho voluntário em entidades vinculadas a compromissos sóciopolíticos (OSIPS, ONGS, Projetos comunitários, Creches, Asilos etc).	Declaração, contendo o tipo de atividade e a carga horária desenvolvida, expedida, Instituição e ou Organização.	2h	12h	12h
12	Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	Declaração da realização ou termo de compromisso ou contrato	20h	100h	60h
13	Atividades realizadas como Agente Cívico.	Certificado de participação	30h	30h	30h
14	Disciplinas optativas e Estudos Dirigidos que constam nos Planos de Ensino realizadas de forma complementar.	Aprovação na disciplina	40h	80h	80h

15	Concursos de Monografias com trabalhos sobre temas da área de cada curso orientados por professores do curso.	Monografia elaborada e aprovada	4h	12h	12h
16	Cursos ou atividades de extensão.	Certificado de participação	2h	20h	40h
17	Seminários, Semana Acadêmica e Congressos.	Certificado de participação	2h	20h	40h
18	Realização de Estágios não computados na carga horária relativa ao Estágio Curricular Supervisionado nem nas Atividades Práticas vinculadas às disciplinas da matriz curricular do PPC.	Certificado de participação	20H	100H	60H
19	Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line.	Certificado de participação	2	20	40

Outras atividades previamente autorizadas pelo Colegiado do Curso como AC. Comprovante determinado pelo Colegiado do Curso. Cursos on-line limitados a 40 h.

4.10.3 Aderência das Atividades Complementares à Formação Geral e Específica do Discente

O Mundo no seu atual estágio de desenvolvimento nunca experimentou mudanças de maneira tão aceleradas, e de tanto impacto na vida das pessoas e das organizações. Novas abordagens técnicas, mídias e inovadoras formas de comunicação forçam o espírito humano a repensar suas práticas enquanto indivíduos membros da sociedade e como partícipes do mundo do trabalho. Nesta perspectiva, assim como mudam as relações humanas, se alteram também as relações organizacionais, tornando o mercado de trabalho um espaço muito mais dinâmico e flexível. O que outrora era mais duradouro, e podia se dá a partir de modelos fixos de formação está sendo substituído por formas mais flexíveis de caráter interdisciplinar e transversal.

Assim, embora as unidades curriculares de um curso ofereçam as bases teóricas e conceituais de uma formação e habilitem para o exercício da profissão, as atividades complementares ocupam uma significativa importância na direção de favorecer também a construção de itinerários próprios de formação que atendam os interesses, às necessidades e às vocações inerentes a cada aluno. Elas permitem a diversificação e ampliação do currículo formal por meio de experiências integradoras no âmbito da pesquisa, da extensão e formação cultural. Desse modo, considerando as habilidades previstas ao perfil do egresso dispostas no dispositivo legal das Diretrizes Curriculares, é fundamental ofertar este espaço ampliado de formação para além da sala de aula.

Os projetos pedagógicos dos Cursos de Graduação contemplarão atividades complementares criando diversos mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

A instituição fornecerá um conjunto significativo de oportunidades formativas, que ajude no conjunto do currículo a fortalecer o objetivo do curso e as competências e habilidades também previstas nas Diretrizes Curriculares, as quais estão detalhadas no Projeto Político Pedagógico do Curso. Trata-se, assim, de um esforço para ofertar as condições mais favoráveis para o desenvolvimento de competências, quer sejam aquelas necessárias hoje quer sejam aquelas que nasceram no futuro próximo, o domínio destas no contexto da trabalhabilidade futura.

4.10.4 Mecanismos Inovadores na Regulação, Gestão e Aproveitamento das Atividades Complementares.

As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação da Instituição, e devem ser desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico carga horária e ao longo dos semestres letivos, cabendo ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais.

Ressaltamos que estas poderão ser desenvolvidas na própria Instituição ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando a diversidade de enfoque e de espaços formativos para os alunos, quando ofertadas pela Instituição, devem ser ofertadas de modo a não comprometer a carga horária das atividades acadêmicas curriculares, não sendo, portanto, justificativa para faltas em outras disciplinas/componentes curriculares. Neste sentido para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Neste sentido para melhor organização delas, o Coordenador de Curso, o Colegiado de Curso e o Núcleo docente estruturante, possuem papel fundamental na identificação daquelas atividades promovidas pela instituição que contribuirão para o fortalecimento do perfil do egresso do curso.

Ao Coordenador do Curso compete:

I. coordenar a oferta e a divulgação das atividades complementares no âmbito de seu curso;

I. avaliar e realizar o registro de horas complementares dos alunos no âmbito do seu curso validando as mesmas;

II. supervisionar o desenvolvimento das atividades complementares quando organizadas pelo seu curso;

III. definir, ouvido o Colegiado de Curso, as atividades complementares que poderão ser ofertadas em calendário acadêmico do respectivo ano letivo.

IV. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da avaliação das Atividades Complementares, quando for o caso;

V. informar sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da Instituição que propiciem pontuações para atividades Complementares;

VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelos alunos, serão considerados:

A compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;

O total de horas dedicadas à atividade. As Atividades Complementares deverão possuir um importante portfólio de habilidades e competências que serão conquistadas pelos alunos do Curso de Graduação em consonância com as Diretrizes Curriculares no que compete ao perfil do egresso a ser construído.

4.10.5 Regulamento das Atividades Complementares

Art. 1º. As atividades complementares constituem atividades extracurriculares dos Cursos e compreendem uma carga horária de acordo com cada matriz curricular aprovada pelo Ministério da Educação, sendo desenvolvida no decorrer do curso.

Art. 2º. Os alunos podem realizar atividades complementares desde o 1º semestre do curso até o último semestre. Em virtude do sistema do e-MEC não disponibilizar um processo para as atividades complementares à parte, a carga do curso foram distribuídas nos semestres sem a obrigatoriedade de o aluno cursar as horas estabelecidas naquele semestre, mas durante o curso.

Art. 3º. Os alunos deverão cursar no mínimo 4 atividades diversificadas;

Art. 4º. As atividades complementares só serão contabilizadas a partir da entrada do aluno na IES.

Art. 5º. As atividades complementares têm como objetivos específicos: adquirir conhecimentos extracurriculares; participar ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de pesquisa, extensão e ensino; produz e/ou apresentar trabalhos acadêmicos próprios. Desenvolver atividades relacionadas com responsabilidade social, cultural, artística e esportiva.

Art. 6º. O aluno pode escolher quaisquer atividades complementares dentre as listadas no artigo abaixo.

Art. 7º. Ficam estabelecidas as seguintes exigências para o aproveitamento das atividades complementares:

Art. 8º. Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pelo Colegiado de Curso, com recurso, em instância final, da FAMETRO.

Art. 9º. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º - As Atividades Complementares se constituem em parte integrante o currículo dos cursos de Graduação.

§1º - As Atividades Complementares são desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatório para a graduação do aluno.

§2º - Caberá ao aluno participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritos neste Regulamento.

Art. 2º - As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando:

I. atividades de complementação da formação social, humana e cultural;

II. atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo;

III. atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na própria IES ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contra turno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

I. indicar à Gerência de Ensino e Pesquisa o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;

II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;

III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;

IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

V. validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II

DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

I. propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

II. propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

III. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III

DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;

II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;

III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às Atividades Complementares;

IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;

V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;

VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;

VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV

DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos da IES, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da IES que propiciem pontuações para Atividades Complementares;

II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;

III. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;

IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;

V. entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico; VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;

VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado. §3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula não será realizada.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizadas até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10 - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V

DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

I. a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;

II. o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

Atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;

Cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;

Participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;

Participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;

Participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando Inclusas:

I. participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;

II. participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;

III. participação em atividades beneficentes;

IV. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;

V. engajamento como docente não remunerado em cursos preparatórios e de reforço escolar;

VI. participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando inclusas:

participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;

participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;

participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;

participação como expositor em exposições técnico-científicas;

participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;

publicações em revistas técnicas;

publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;

estágio não obrigatório na área do curso;

trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;

trabalho como empreendedor na área do curso;

estágio acadêmico;

participação em visitas técnicas organizadas pela IES;

participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;

participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga

horária e registro de nota próprios.

§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

CAPÍTULO VI

DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16 - O aluno poderá integralizar:

I. no grupo 1 o máximo de 30 pontos;

II.no grupo 2 o máximo de 30 pontos;

III. no grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

4.11 Trabalho de Conclusão de Curso

4.11.1 Determinação das DCNS para o Trabalho de Conclusão do Curso - TCC

Os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender e ter responsabilidade e compromisso com a educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, não apenas transmitindo

conhecimentos, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços.

O Enfermeiro deve possuir, também, competências técnico-científicas, ético-políticas, socioeducativas contextualizadas que permitam:

Incorporar a ciência/arte do cuidar como instrumento de interpretação profissional;

Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;

Desenvolver, participar e aplicar pesquisas e/ou outras formas de produção de conhecimento que objetivem a qualificação da prática profissional;

Promovendo, gerando e difundindo conhecimentos por meio da pesquisa e outras formas de produção de conhecimentos que sustentem e aprimorem a prática.

Neste tópico de estudo, incluem-se os conteúdos técnicos, metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho em Epidemiologia; Bioestatística; Informática e Metodologia da Pesquisa.

Para conclusão do curso de graduação em Enfermagem, o aluno deverá elaborar um trabalho sob orientação docente.

4.11.2 Áreas, período, carga horária e produto do TCC

O desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso constará de produção relacionada a uma das áreas do currículo do curso de Enfermagem. Os discentes poderão realizar a pesquisa individualmente, em duplas ou em trio.

Este trabalho poderá ser:

Investigação científica de Campo (de acordo com disponibilidade do Orientador);

Estudo de caso;

Revisão de literatura (Integrativa e Narrativa);

Relato de Experiência;

Esses trabalhos poderão compor uma das seguintes áreas temáticas na coletânea do TCC II:

Saúde do Idoso

Saúde da Mulher

Clínica Médica

Saúde Pública

Saúde da Criança

Gestão em Saúde

Pacientes críticos e outros.

O TCC é disponibilizado em disciplinas integradas em dois períodos consecutivos. O TCC I é ofertado aos alunos no 8º período, com carga horária de 66h. E o TCC II é desenvolvido pelos alunos do 10º período, com carga horária de 66h.

4.11.3 Forma de Apresentação do TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se das seguintes etapas:

Elaboração do pré-projeto (TCC 1) segundo as normas da ABNT, contendo: capa, introdução, justificativa, objetivos, referencial teórico ou revisão de literatura, metodologia e referências;

Elaboração do projeto (TCC 2): capa, introdução, justificativa, objetivos, referencial teórico ou revisão de literatura, metodologia, resultados (coleta de dados), referências e anexos/apêndices (caso necessário). Obs.: A nota N1 será formada pela orientação individual (presença e cumprimento das datas e correções do orientador); E N2, será determinada pela entrega do artigo no formato estabelecido pela Comissão de TCC.

Elaboração do Artigo (TCC 2) segundo as normas de Vancouver, contendo: capa, folha de rosto introdução, justificativa, objetivo, referencial teórico ou revisão de literatura, metodologia, resultados, discussão, considerações finais, referências e anexos/apêndices (caso necessário). Obs.: ao final desta disciplina o aluno

deverá entregar o ARTIGO no formato da Revista Brasileira de Enfermagem (REBEN). A nota N1 será formada pela orientação individual (presença e cumprimento das datas e correções do orientador) e apresentação oral na "Mostra Científica de Enfermagem" (primeiro semestre) e CONCIFA (segundo semestre); A nota N2, será determinada pela entrega da versão final em capa dura.

O prazo de entrega da versão final do TCC, para a banca examinadora, será de 10 (dez) dias antes da data de defesa. Uma comissão para avaliar plágio será organizada antes da entrega dos artigos para os avaliadores da defesa.

Se o acadêmico não entregar a versão final do TCC para a banca examinadora no prazo estabelecido, só poderá fazê-lo no próximo semestre, efetuando nova matrícula na disciplina e respeitando a determinação da Comissão de TCC.

O desempenho na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso será verificado por uma única avaliação final, resultante da apreciação do trabalho realizado, considerando o conteúdo, a estrutura, a redação e a defesa (apresentação oral) do mesmo.

A avaliação dar-se-á por meio de planilha com notas de 0 (zero) a 10 (dez), onde constarão a avaliação do trabalho escrito e da apresentação oral (Anexo I).

A apresentação e a defesa do trabalho deverão ser feitas diante da banca examinadora, constituída por, no mínimo 2 (dois) membros, sob a presidência de um membro interno. É possível haver a composição da banca por membros externos (que não pertencem ao quadro de professores do referido Centro Universitário) de acordo com a área afim da realização do TCC.

A defesa do TCC constituirá na apresentação oral de uma síntese do trabalho desenvolvido em, no máximo, com 15 (quinze) minutos de duração. Após, o acadêmico ficará à disposição da banca examinadora para responder aos questionamentos formulados pelos membros. As notas da apresentação serão individuais, em caso de trabalhos compostos por mais de um pesquisador.

Em havendo sugestões de correções por parte dos membros da banca, fica a cargo do professor orientador a avaliação da implementação das correções. Caso o acadêmico não entregue a versão final do TCC com as correções sugeridas pelos membros da banca, o discente será reprovado.

Será considerado aprovado pela banca examinadora o acadêmico que atingir a Média final (soma das médias N1 e N2) igual ou superior a 5,0 (cinco pontos).

Será considerado reprovado o discente que não alcançar a média final (soma das médias N1 e N2) de 5,0 (cinco pontos). Em caso de flagrante de plágio ou qualquer outra má conduta em pesquisa, o discente será reprovado de forma imediata.

Em caso de não aprovação, não haverá possibilidade de avaliação final (exame) ou qualquer outro meio de recuperação de nota. Neste caso, o acadêmico deverá efetuar nova matrícula na disciplina e respeitar a determinação da comissão de TCC.

As avaliações finais se darão na Mostra Científica de Enfermagem (primeiro semestre), evento a ser promovido pela comissão de TCC, no formato de *banner* e CONCIFA – Congresso Científico da Fametro (segundo semestre).

Nesta oportunidade, o discente receberá declaração de participação em evento, na condição de congressista, publicação de seu trabalho em Anais de Evento, além disso, poderá concorrer ao prêmio que comtemplará os 3 (três) melhores trabalhos, recebendo, assim, a certificação de "Honra ao Mérito".

Com o objetivo de estimular e valorizar as pesquisas realizadas, serão premiados os melhores artigos do evento. Os artigos a serem premiados serão indicados pelos avaliadores e, posteriormente, julgados pela Comissão Científica do evento. Tal comitê científico decidirá premiar um ou mais artigos de acordo com seu mérito, ou nenhum, caso os mesmos não atendam os critérios de avaliação. A premiação se fundamentará nos critérios de avaliação dos trabalhos aprovados e publicados. Cada um dos avaliadores poderá indicar até dois trabalhos para a premiação em questão, dentre os trabalhos avaliados pelo mesmo.

Tal indicação será realizada no corpo da justificativa de avaliação do trabalho, conforme indicado.

Para a premiação em especial, serão priorizados os critérios a seguir:

Relevância prática para as organizações;

Originalidade do problema de pesquisa;

Consistência nos procedimentos metodológicos;

Pioneirismo da temática;

Inovação na abordagem à temática;

Contribuições do trabalho:

a) impacto social: relação da atividade de extensão com a comunidade;

b) impacto na formação do aluno: contribuição da atividade de extensão à formação acadêmica;

c) indissociabilidade e interdisciplinaridade: relação da atividade de extensão com o ensino, com a pesquisa e com outras áreas do conhecimento.

4.11.4 Forma de Orientação do TCC

Atribuições do orientador de TCC:

Orientar a ser desenvolvido;

Supervisionar e avaliar o desempenho do acadêmico de acordo com o projeto a ser desenvolvido no TCC;

Assessorar o acadêmico na elaboração do TCC;

Manter a comissão de TCC informada sobre o desenvolvimento das atividades do acadêmico;

Determinar a composição da banca examinadora do TCC de acordo com a norma de TCC.

Aprovar as versões para a banca examinadora e final da monografia do TCC;

Orientar a elaboração da versão final (capa dura), que deve ser elaborada em formato de coletânea, de acordo com a linha de pesquisa.

Atribuições do Discente:

Elaborar o projeto do TCC e encaminhar ao professor orientador para aprovação;

Estar presente em todas as orientações. Em caso de pesquisa com mais de dois componentes, esses devem estar presente a todas as orientações. O discente que não obtiver 75% de frequência será reprovado. O não comparecimento às orientações individuais resultará na perda gradativa de pontos a critério do orientador.

Entregar o TCC para o orientador no prazo estipulado por ele (o discente que não entregar o material para análise, no dia e horário pré-estabelecido pelo orientador, não poderá ser orientado na data seguinte, haja vista a impossibilidade de orientação uma vez que há uma fila de discentes aguardando sua vez);

Cumprir com as atividades definidas no projeto de TCC;

Enviar artigo final em 2 (duas) versões para o e-mail da Comissão de TCC a qual deve ser entregue com 10 dias de antecedência à data de apresentação, conforme cronograma de defesa elaborada pela comissão de TCC;

Entregar ao orientador a versão final do TCC, com as correções sugeridas pela banca em versão impressa, encadernada em capa dura, conforme padrão institucional.

Desenvolver a pesquisa de forma ética, livre de má conduta, plágios e má fé.

A não observação e cumprimentos dos itens acima poderão acarretar reprovação do discente na disciplina, conforme análise da Comissão de TCC.

A elaboração da pesquisa é de responsabilidade do discente. A participação na pesquisa garante aos discentes direitos autorais sobre o material desenvolvido. Sendo que, trabalhos realizados em dupla ou em trio, em caso de transferência de um dos discentes (de turno, turma ou instituição), o discente que solicitar a transferência abre mão da pesquisa, necessitando, desta forma, iniciar nova pesquisa ou juntar-se à alguma pesquisa em andamento na nova turma. É vedado aos discentes iniciar nova pesquisa o acadêmico na elaboração do projeto

Após prazo final de orientações, previamente determinado pelo orientador (a).

4.11.5 Forma de Coordenação do TCC

A Coordenação de Enfermagem em suas atribuições, com o objetivo de organizar e otimizar as ações na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cria a Comissão de TCC, que elabora este instrumento que

regulamenta a disciplina (TCC), do curso de Enfermagem da Faculdade Fametro, em relação à orientação, acompanhamento, execução do trabalho, elaboração da versão final, avaliação e defesa.

Das atribuições da comissão de TCC:

Coordenar todas as atividades inerentes ao desenvolvimento do Trabalho de

Conclusão de Curso dos acadêmicos do curso de Enfermagem;

Organizar o encontro preparatório aos trabalhos de conclusão do curso, para orientações legais, normativas e comportamentais referentes ao andamento do TCC;

Orientar os acadêmicos para realização das suas atividades conforme as normas de TCC vigentes;

Definir o período para as defesas, respeitando o calendário acadêmico;

Definir a forma e o local das apresentações orais (defesa) que devem ser apresentadas no formato de Banner, caso o acadêmico fique impossibilitado de apresentar, poderá defender no formato de banca tradicional;

Definir prazos de entrega de versões finais, em caso de TCC 3;

Executar as tarefas burocráticas inerentes à disciplina, como elaboração de formulários de acompanhamento de TCC, busca de plágios, entre outros.

Organizar comissão para avaliação de plágio;

O não cumprimento dos prazos pode acarretar reprovação do discente.

4.11.6 Forma de Divulgação de Manuais Atualizados de Apoio à Produção dos Trabalhos

O Manual de TCC é disponibilizado na íntegra (com as orientações para o desenvolvimento do TCC I e TCC II) aos alunos pela Comissão de TCC e pelos professores orientadores aos representantes das turmas para repassarem aos demais discentes. A atualização do manual poderá ocorrer anualmente, após reunião da Comissão e aprovação do colegiado e da coordenação do curso de enfermagem.

4.11.7 Forma de Disponibilização dos TCC's em Repositórios Institucionais

Após defesa e arguição da banca, o artigo final deve ser corrigido conforme sugestão dos professores, e entregue em capa dura (obrigatório), o qual posteriormente será direcionado à biblioteca da instituição para consulta pública.

A versão final e corrigida do TCC, após a sua defesa perante a Banca Examinadora, deverá ser entregue à Coordenação do Curso de Enfermagem uma via em formato impresso em capa dura (obrigatório) e outra via em mídia digital eletrônica (CD) salvo no formato de *.pdf, dentro dos padrões deste regulamento para posterior arquivamento, até 5 dias após a apresentação oral da mesma. Os trabalhos em mídia eletrônica e impressa são entregues e protocoladas na biblioteca da IES que fica responsável em transferir o conteúdo para a bibliotecal virtual. Ambos ficaram disponíveis para consulta pública.

4.11.8 Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

CAPÍTULO I – DO CONCEITO

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma atividade de integração curricular obrigatória do Curso de Enfermagem do FAMETRO. Conceitualmente, consistirá de um trabalho formal escrito, redigido com formatação normatizada nos moldes de artigo científico.

Art. 2º - Abordando temas correlatos às áreas de atuação do Enfermeiro definidas no Plano Pedagógico do Curso e a ser elaborado pelo aluno sob a orientação de um professor orientador, sendo ao término submetido à avaliação de Banca Examinadora, tudo segundo as normas deste regulamento e demais instrumentos normativos pertinentes.

Parágrafo Único – O TCC terá carga horária total de 66 horas, distribuídas no 8º e 10º período do Curso. Os alunos deverão proceder com a organização de ideias e a elaboração do artigo, sob responsabilidade do professor da disciplina e do professor/orientador.

Art. 3º - O TCC poderá ser um trabalho de revisão bibliográfica, uma pesquisa de campo, um trabalho experimental ou um relato de caso clínico, produzido pelo(s) aluno(s) com orientação docente e que atenda as normas constantes deste regulamento.

§ 1º - Não será permitida a orientação de TCC com o mesmo título ou objetivos, por um mesmo orientador, no mesmo período.

§ 2º - Caberá à Banca Examinadora do TCC o julgamento da coincidência de títulos ou objetivos de trabalhos e a reprovação na disciplina.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º O TCC é um trabalho científico que tem por finalidade propiciar ao aluno:

I - Estímulo à produção científica;

II - Aprofundamento teórico e/ou prático em uma área temática da profissão;

III-Conscientização do dinamismo e interdisciplinaridade das atividades laborais e científicas;

IV - Desenvolvimento de criatividade e capacidade de produção científica;

V - Realização e documentação de experiências laborais, de pesquisa e de extensão;

VI - Internalização da correlação entre teoria e prática e entre as áreas de atuação do Enfermeiro;

VII - Interação entre o Corpo Docente e Discente.

CAPÍTULO III – DA COORDENAÇÃO

Art. 5º - Da coordenação compete:

I - Divulgar as normas do TCC para todos os alunos a partir do 8º período do curso bem como avisar aos professores o início do planejamento do TCC;

II - Divulgar os nomes dos professores orientadores do TCC, no 8º período do curso, com suas respectivas disponibilidades de vagas para orientação e áreas de conhecimento;

III - Divulgar, caso seja pertinente, normas complementares que passarão a compor o TCC;

IV - Formalizar a escolha dos orientadores e seus respectivos orientados a partir do 8º período do curso;

V - Elaborar o calendário de TCC e da apresentação do trabalho final, compatível com o calendário acadêmico;

VI - Cuidar para que o calendário seja rigorosamente cumprido;

VII - Convocar, quando necessário, reunião com os professores orientadores e/ou orientandos;

VIII - Mediar se necessário, as relações entre orientador e orientando(s);

IX - Avaliar possíveis desistências de orientação;

X – Propor a formação das Bancas Examinadoras juntamente com o professor orientador e o aluno orientando;

XI – Excepcionalmente, dada à natureza do trabalho, analisar a indicação e a pertinência da participação, em Banca Examinadora, de profissional externo a IES;

XII - Receber as avaliações dos orientandos realizadas pelo orientador e os resultados da avaliação conduzida pela Banca Examinadora;

XIII - Receber o TCC em sua forma final e definitiva, para divulgação em internet e arquivamento no banco de dados da Coordenação do Curso de Enfermagem.

CAPITULO IV – DOS ITENS QUE COMPÕEM O TCC

Art. 7º - A estrutura da apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) deve possuir elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§ 1º - A Distribuição dos itens que compõe o TCC em forma de artigo científico em relação aos elementos da estrutura básica são:

Pré-textuais ou parte preliminar: Título; Sub-título (quando for o caso); Autor; Resumo; Palavras-chave, Abstract, Jey-words;

Textuais ou corpo do artigo: Introdução; Material e Métodos; Resultados e Discussões; Conclusão;

Pós-textuais ou referencial: agradecimentos; Suporte Financeiro (quando for o caso), referências bibliográficas.

Parágrafo Único - Cada um desses elementos, e seus respectivos componentes, são imprescindíveis na composição do TCC, apresentando informações e dados fundamentais para a compreensão do trabalho como um todo, sendo importante não os omitir.

CAPÍTULO V - DOS REQUISITOS GERAIS

Art. 8º - O TCC deverá ser desenvolvido individualmente.

Art. 9º - Para elaboração e defesa do TCC, o aluno deve estar regularmente matriculado nas disciplinas de TCC.

Art. 10º - O TCC compõe-se de:

I – Matrícula na disciplina de TCC;

II – Trabalho final redigido na forma de artigo científico, de acordo com as normas deste regulamento e de seus apêndices;

III – Formulário de avaliação do TCC, relativo à apresentação escrita;

IV – Apresentação pública do TCC perante uma Banca Examinadora;

V – Entrega da versão final do trabalho incorporando as alterações demandadas pela Banca Examinadora, se houver.

Art. 11º - O TCC poderá ser desenvolvido com a participação de um professor co-orientador, indicado pelo professor orientador, que o auxiliará nos aspectos relacionados com o desenvolvimento do trabalho.

CAPÍTULO VI - DA ORIENTAÇÃO

Art. 12º - Poderão ser orientadores de TCC os professores efetivos do curso de Enfermagem da IES e demais docentes da Instituição com experiência na temática a ser desenvolvida.

Art. 13º - Poderão ser coorientadores os docentes do IME ou de outras Instituições de Ensino Superior e de Instituições de Serviço de Saúde com experiência relacionada à temática e à metodologia do TCC.

Parágrafo Único - O coorientador externo o IME deverá preencher os seguintes requisitos:

I - Conhecer este regulamento e demais normas pertinentes da FAMETRO;

II –Apresentar *curriculum vitae*;

Art. 14º - Os professores do colegiado do curso de Enfermagem deverão orientar no máximo 06 (seis) TCC por período.

Parágrafo Único – O TCC deverá ser defendido individualmente.

Art. 15º - O professor/orientador e o coorientador, se houver, deverão assinar o termo de compromisso para cada orientação e coorientação.

Art. 16º - A desistência por parte do orientador/orientando deverá ser formalizada em documento elaborado pelo proponente, contendo declaração de ciência do pedido por parte dos demais envolvidos, dirigido à coordenação do Curso, especificando as razões da desistência.

Art. 17º - É de responsabilidade conjunta do professor/orientador e orientando(s) a sugestão de datas para apresentação do TCC perante a Banca Examinadora, de acordo com o calendário divulgado pela coordenação:

Parágrafo Único - É de inteira responsabilidade do aluno/orientando e seu professor/orientador a forma impressa do TCC que deverá ser entregue à Banca Examinadora com pelo menos 20 dias de antecedência em relação à data aceita para sua apresentação, sendo esta composta por três membros, e devendo ser entregue uma cópia para cada membro.

Art. 18º - As sessões de orientação ocorrerão a critério do orientador, de forma a cumprir os prazos determinados e promover uma orientação efetiva.

Art. 19º - São atribuições do orientador de TCC:

I - Atender seu(s) orientando(s) em horários previamente fixados;

II - Preencher e entregar à Coordenação o formulário de avaliação do TCC, relativo à apresentação escrita;

III - Participar das apresentações e defesas para as quais estiver designado;

IV - Preencher e assinar juntamente com os demais membros da Banca Examinadora, a Ata de apresentação do TCC e entregá-la à Coordenação ao final da sessão de apresentação;

V - Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

CAPÍTULO VII - DOS ALUNOS MATRICULADOS EM TCC

Art. 20º - O(s) aluno(s) em fase de desenvolvimento de TCC terá(ão) as seguintes atribuições específicas:

I - Comparecer às reuniões convocadas pelo seu orientador dias e horários estabelecidos;

II - Cumprir o calendário divulgado pela Coordenação para a entrega do TCC;

III - Elaborar o TCC na forma de artigo científico, de acordo com o presente regulamento e as instruções do orientador;

IV - Assinar a ficha de avaliação de TCC em sua defesa juntamente com o orientador;

V - Comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar seu TCC;

VI - Cumprir este regulamento.

CAPÍTULO VIII - DOS REQUISITOS DO TCC

Art. 21º - O TCC deverá ser entregue em 03 (três) vias encadernadas em espiral para a Banca Examinadora no prazo determinado, com no mínimo de 20 dias antecedentes à defesa pública.

Art. 22º - A apresentação pública oral e a defesa do TCC seguirão o calendário definido e divulgado pela Coordenação.

Art. 23º - O processo de apresentação oral e da defesa obedecerá às seguintes normas:

I – Atribuição de no máximo de vinte minutos ininterruptos para apresentação oral do TCC pelo orientando;

II – Atribuição de no máximo dez minutos a cada componente da Banca Examinadora para arguições e respostas do(s) orientando(s).

Art. 24º - No caso de impedimento devidamente justificado, o presidente da Banca Examinadora fixará nova data de apresentação, observando o prazo determinado pela Coordenação.

Art. 25º - No caso de ocorrências excepcionais no decorrer da apresentação do trabalho, o presidente da Banca Examinadora poderá suspender a sessão, fixando, se necessário, nova data para a apresentação, observando o prazo determinado pela Coordenação.

Art. 26º - Caso o aluno não entregue o TCC no prazo determinado, ou o trabalho seja reprovado pela Banca Examinadora na defesa, ele será considerado reprovado na disciplina e deverá refazer novamente a disciplina de TCC nos períodos seguintes, de acordo com a disponibilidade da mesma.

CAPÍTULO IX - DA BANCA EXAMINADORA

Art. 27º - A Banca Examinadora será proposta pelo aluno/orientando e o professor/orientador, sendo este último membro nato, dois outros membros titulares e um membro suplente escolhidos em uma lista proposta pelo orientador no formulário próprio.

§ 1º - Caso haja coorientador, este poderá ser indicado como componente da banca examinadora.

§ 2º - Somente um dos componentes da Banca Examinadora poderá ser externo a FAMETRO, desde que preencha os seguintes requisitos:

I - Ser graduado na área do conhecimento;

II - Ter conhecimento do regulamento do TCC do curso de Enfermagem da FAMETRO;

Art. 28º - O orientador presidirá a Banca Examinadora na sessão de apresentação e defesa do TCC.

Art. 29º - Ao final da apresentação e defesa do trabalho a Banca Examinadora, em reunião, avaliará e consolidará as avaliações de seus Membros em formulários próprios. Compete ao Presidente da Banca Examinadora consolidar as avaliações do TCC e emitir o parecer de aprovação ou de reprovação do orientando na disciplina de TCC.

Art. 30º - A Banca Examinadora comprovará a sua avaliação do TCC pela apresentação de ficha de avaliação própria devidamente preenchida.

CAPÍTULO X - DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 31º - No processo de avaliação do TCC serão consideradas as notas atribuídas pelo professor responsável pela disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

Parágrafo Único – O aluno deverá obter média igual ou superior a 5,0 para conseguir aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

CAPÍTULO XI - DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 32º - No processo de avaliação do TCC serão consideradas 04 (quatro) etapas de avaliações, de acordo com o cronograma de atividades pré-estabelecidas pela Coordenação.

§ 1º - Na 1ª avaliação será feita a apreciação do TCC na forma escrita exclusivamente pelo orientador sendo o resultado expresso em nota e obedecendo a uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, conforme formulário próprio. Em sua avaliação o orientador deverá observar o trabalho escrito quanto a:

I - Qualidade da apresentação gráfica, da redação, e a correção da linguagem;

II – Presença e a qualidade do resumo com todas as informações necessárias e adequadas à elucidação do trabalho;

III – Delimitação do tema, a formulação do problema, a hipótese e/ou suposição e se os objetivos estão claramente definidos;

IV - Fundamentação teórica e sua adequação ao trabalho;

V - Ideias arroladas com a devida autoria e citações coerentes, obedecendo às normas de forma e corretamente referenciadas;

VI - Metodologia adequada e coerente com os objetivos propostos;

VII - Discussão fundamentada em teoria e coerente com os objetivos propostos;

VIII - Conclusão estabelecida de forma clara e coerente com a proposição, resultados obtidos e discussão;

IX – Coerência e formatação normatizada da bibliografia.

§ 2º - A 2ª, 3ª e 4ª avaliações do TCC serão de responsabilidade da Banca Examinadora. A 2ª avaliação será de responsabilidade do presidente, a 3ª avaliação, do primeiro membro e a 4ª avaliação, do segundo membro da Banca Examinadora. Os resultados dessas avaliações serão expressos por notas, obedecendo a uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. A Banca Examinadora deverá observar a versão final e definitiva na sua forma escrita e oral, considerando os critérios a seguir:

I - Qualidade da apresentação gráfica, da redação, e a correção da linguagem;

II - Presença e a qualidade do resumo com todas as informações necessárias e adequadas à elucidação do trabalho;

III - Delimitação do tema, formulação do problema, hipótese e/ou suposição e objetivos claramente definidos;

IV - Fundamentação teórica adequada ao trabalho;

V - Ideias arroladas com a devida autoria e citações coerentes, obedecendo a formato adequado e corretamente referenciadas;

VI - Metodologia adequada e coerente com os objetivos propostos;

VII - Discussão fundamentada em teoria e coerente com os objetivos propostos;

VIII - Conclusão estabelecida de forma clara e coerente com a proposição, resultados obtidos e discussão;

IX - Coerência e formatação normatizada da bibliografia.

X - Qualidade do material didático apresentado e seu uso adequado;

XI - Capacidade de síntese;

XII - Apresentação de forma clara e consistente;

XIII - Utilização adequada do tempo de apresentação;

XIV - Respostas corretas e convincentes às arguições da Banca Examinadora.

§ 3º - Os componentes da Banca Examinadora utilizarão formulário próprio (anexo) para registrar a pontuação emitida para o TCC.

Art. 33º - A nota final do TCC será obtida pela média aritmética das notas das 4 (quatro) avaliações, sendo considerado aprovado o aluno que obtiver no mínimo 5,0 pontos.

Art. 34º - O aluno que não obtiver a pontuação mínima de 5,0 pontos e/ou não apresentar o TCC dentro do prazo estabelecido por motivo não justificado será considerado reprovado.

Art. 35º - A versão final e corrigida do TCC, após a sua defesa perante a Banca Examinadora, deverá ser entregue à Coordenação do Curso de Enfermagem, uma via em formato impresso e encadernado modelo capa dura e outra via em mídia digital eletrônica (CD) salvo no formato de *.pdf, dentro dos padrões deste regulamento para posterior arquivamento, até 15 dias após a apresentação oral da mesma.

Art. 36º - A aprovação do orientando será encaminhada somente após o cumprimento dos Artigos 34º e 35º.

CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37º - Este regulamento se aplica aos alunos do Curso de Enfermagem da IES e sua divulgação será feita pela Comissão do TCC.

Art. 38º - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Enfermagem.

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR

Eu,_____
docente do Ceuni-FAMETRO
Matrícula:_____CPF:_____RG:_____Professor orientador voluntário do
aluno da disciplina de TCC
_____

No Projeto: (tema do Trabalho de Conclusão de Curso):
_____
_____

Declaro estar ciente do regulamento que rege o TCC do curso de Enfermagem do IME, que as horas destinadas para orientação não serão remuneradas por esta IES, tendo em vista o aceite voluntário deste professor para orientação dos discentes vinculados ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

FAMETRO, _____ de _____ de _____

_____
Professor Orientador Voluntário

TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR COORIENTADOR

Eu, _____

docente do Ceuni - FAMETRO.

Matrícula: _____ CPF: _____RG: _____

Professor orientador voluntário do aluno da disciplina TCC _____

No Projeto: (tema da monografia do TCC):

_____

_____

Declaro estar ciente do regulamento que rege o TCC do Curso de Enfermagem do Centro Uiversitário - FAMETRO, que as horas destinadas para coorientação não serão remuneradas por esta IES, tendo em vista o aceite voluntário deste professor para orientação dos discentes vinculados ao Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

FAMETRO, ____ de _____ de _____

_____

Professor Coorientador Voluntário

AVALIAÇÃO TCC (N1)

TRABALHO ESCRITO = TOTAL 10,0		
ITEM AVALIADO	VALOR	NOTA
Relevância e Contribuição Acadêmica do Tema.	1,0	
Redação clara e organizada, boa pontuação e uso correto de termos técnicos.	3,0	
Critérios básicos de formatação.	1,0	
Referências e citações, adequadas e atuais.	1,0	
Introdução clara, objetivos e descrição dos capítulos.	1,0	
Fundamentação teórica coerente, consistente e atual.	1,0	
Metodologia apropriada, explicitada e organizada.	1,0	
Considerações finais coerentes com os objetivos.	1,0	

_____

Nome completo - Examinador(a)

_____

Assinatura

AVALIAÇÃO TCC (N2)

TRABALHO ESCRITO = TOTAL 4,0		
ITEM AVALIADO	VALOR	NOTA
Relevância e Contribuição Acadêmica do Tema.	0,5	
Redação clara e organizada, boa pontuação e uso correto de termos técnicos.	0,5	
Critérios básicos de formatação.	0,5	
Referências e citações, adequadas e atuais.	0,5	
Introdução clara, objetivos e descrição dos capítulos.	0,5	
Fundamentação teórica coerente, consistente e atual.	0,5	
Metodologia apropriada, explicitada e organizada.	0,5	
Considerações finais coerentes com os objetivos.	0,5	

APRESENTAÇÃO ORAL = TOTAL 6,0		
ITEM AVALIADO	VALOR	NOTA
Domínio do Conteúdo.	1,0	
Organização da Apresentação e do banner.	1,0	
Habilidade de Comunicação e Expressão.	1,0	
Capacidade de Argumentação e Inovação.	0,5	
Uso de Recursos Audiovisuais.	0,5	
Linguagem Corporal, Vestuário e Comportamento.	1,0	
Uso Adequado do Tempo.	1,0	

Nome completo - Examinador(a)

assinatura:_____

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO DE ENFERMAGEM

Às_____horas do dia_____ do mês de _____do ano de _____, na sala _____, compareceu para defesa pública do trabalho de conclusão de curso, como requisito obrigatório à Colação de Grau no Curso de Enfermagem a, o aluno(a):_____, tendo o trabalho o seguinte título: _____

Constituíram a Banca Examinadora os professores abaixo indicados. Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, ficou definido que o trabalho foi considerado _____ com nota_____, de acordo com os itens avaliados constantes de formulário anexo, que integra a presente ata para todos os feitos legais.

Eu,_____ (Presidente da banca Examinadora), lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca Examinadora:

_____

assinatura:_____

Nome completo - Examinador(a)

_____

assinatura:_____

Nome completo - Examinador(a)

_____

assinatura:_____

Nome completo - Examinador(a)

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E AUTORIZAÇÃO PARA INSERÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO NOS MEIOS ELETRÔNICOS E, OU, IMPRESSOS DE DIVULGAÇÃO DISPONIBILIZADOS E UTILIZADOS PELO INSTITUTO METROPLITANO DE ENSINO (IME)

Eu,_____,
_____ (RG), _____(CPF), aluno do Curso de Enfermagem, matriculado sob número _____, venho, por meio do presente, AUTORIZAR, em caso de aprovação na respectiva disciplina, a inserção do meu Trabalho de Conclusão do Curso intitulado "_____nos meios eletrônicos de divulgação disponibilizados e utilizados pela universidade, bem como em qualquer outro meio eletrônico ou impresso de divulgação utilizado pela Instituição, para os específicos fins educativos, técnicos e culturais de divulgação institucional e não-comerciais. DECLARO, dessa forma, que cedo, em caráter gratuito e por tempo indeterminado, o inteiro teor do meu Trabalho de Conclusão do Curso acima identificado, cuja cópia, por mim rubricada e firmada, segue em anexo, para que possa ser divulgada através do(s) meio(s) acima referido(s). DECLARO, ainda, que sou autor e único e exclusivo responsável pelo conteúdo do mencionado Trabalho de Conclusão do Curso. AUTORIZO, ainda, o Centro Universitário - FAMETRO a remover o referido Trabalho do(s) local(is) acima referido(s), a qualquer tempo e independentemente de motivo e/ou notificação prévia à minha pessoa.

FAMETRO, _____ de _____ de _____

_____
Aluno do curso de Enfermagem

CARTA DE ENCAMINHAMENTO DE ALUNO PARA BANCA DE DEFESA DE TCC

Eu, _____
docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário - FAMETRO, encaminho o aluno (a) _____,
para defender o seu Trabalho de Conclusão de Curso.

FICHA DE ORIENTAÇÃO DO ALUNO
1. IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO:

Curso: Enfermagem
Disciplina: TCC
Nome do Aluno (a):
Professor (a):
Carga horária: 66 Período: 10º Semestre: Turno:

Dia da Orientação	Conteúdo Tratado na Orientação	Assinatura do Aluno Confirmando sua Presença na Orientação. Caso esse não tenha comparecido, constará assinatura do Professor.

Local_____, ____ de _____ de _____.

5. POLÍTICA:

A Política de atendimento aos estudantes consiste no suporte acadêmico que a IES oferece por meio de uma gama de serviços como: acolhimento ao ingressante; atendimento extraclasse; nivelamento; monitoria; estímulo à representatividade discente; diretório acadêmico; ouvidoria; portal acadêmico; formação de escola de líderes; formação de empreendedores; apoio psicopedagógico e de acessibilidade; acompanhamento de egressos; internacionalização; e apoio financeiro.

E por meio do atendimento proporcionado aos discentes pelos núcleos: NAPA- Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade responsável pelo atendimento de demandas espontâneas e dirigidas de alunos com dificuldade de aprendizagem, relacionamento ou psicológica na qual o NAPA atende, orienta e acompanha, e ainda promove palestras sobre temáticas ligadas a questões como: suicídio, drogadição, respeito à diversidade, gênero entre outros, e do NADI- Núcleo de atendimento ao discente responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos.

PROGRAMA:

A política de atendimento aos estudantes se dá por meio dos programas (regulamento em anexo):

PAD – Programa de Apoio ao Discente,

PROACESSO – Programa de Acessibilidade e Inclusão Social

AÇÕES:

Tais programas ofertam melhores condições de continuidade acadêmica aos alunos de nossa instituição, a saber:

Programas de Bolsas e Financiamento Estudantil (NADI)

Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob a orientação docente. Atualmente, a IES disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

a. Bolsa Desconto de Iniciação Científica: A IES, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica –oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. É um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.

b. Política de desconto: A IES mantém uma política de desconto de 10% para o vencimento e 10% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 50%. Convênios Empresa por Contratos.

Financiamento Estudantil:

Programas Governo Federal: FIES E PROUNI;

Programa Municipal: Bolsa Universidade

Participação nos Programas: Quero Bolsa e Educa mais Brasil.

5.1 Acolhimento ao Ingressante

Para a chegada dos novos alunos, propomos ações de acolhida aos calouros, que vão desde as visitas guiadas às instalações da IES, palestras de esclarecimento sobre a vida acadêmica e serviços da IES, minicursos para orientação aos estudos, distribuição do manual do aluno e programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico.

5.2 Controle de Evasão

O NADI - Núcleo de Apoio ao discente é o setor responsável por captação de vagas de emprego e estágio não obrigatório, bem como pela promoção de palestras de formação para o mercado de trabalho, e ainda, por ações de reversão, no caso de alunos que eventualmente tenham intenção de desistir dos estudos, como forma de controlar a evasão. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este documento.

As coordenações de curso também fazem acompanhamento da evasão e encaminham alunos para o NADI quando levantadas questões como necessidade de apoio financeiro ou de falta de adaptação ao curso para que o discente seja encaminhado para vagas de emprego ou estágio, setor de bolsa, ou para teste vocacional possibilitando a transferência interna para outro curso, e ainda, se tratando de alguma questão como conflitos interpessoais com colegas de classe ou docente a intervenção é feita via NAPA- Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

5.3 Acessibilidade Metodológica e Instrumental

Outro aspecto relevante no campo metodológico está a acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da Acessibilidade. O aumento crescente de estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandado das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão. Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento *REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES),* publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior.

Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

> […] a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a IES, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos;

Adequação nos mobiliários e equipamentos;

Adequação de objetivos;

Adequação de conteúdos;

Adequação de métodos e didática;

Adequação nas avaliações;

Adequação de tempo.

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto n° 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência. E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004.

Para a IES, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade acadêmica deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

Altas habilidades e superdotação;

Deficientes físicos, intelectuais, sensoriais e múltiplos;

Transtornos mentais, distúrbios de humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;

Transtornos globais;

Alterações orgânicas como insuficiências.

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando,

Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados;

Orientação pedagógica aos coordenadores de cursos e professores;

Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas;

Encaminhamento de adequações de materiais didáticos;

Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação de funcionários e docentes;

Trabalho colaborativo com outros profissionais por meio de convênio com entidades e/ou associações que possam contribuir com o desenvolvimento de práticas de acessibilidade;

Os estudantes e funcionários surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS;

Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala;

Formação em Libras para funcionários, alunos e professores.

5.4 Intermediação e Acompanhamento do Estágio Não Obrigatório

O NADI- é o setor responsável pela intermediação e acompanhamento do estágio não obrigatório para os alunos dos cursos da IES. O NADI faz a captação das vagas, prepara os alunos para o processo seletivo e acompanha estatisticamente os alunos com estágio não obrigatório.

5.5 Apoio psicopedagógico e de acessibilidade- NAPA

O apoio psicopedagógico na IES dar-se-á por meio de uma estrutura pedagógico-administrativa denominada Núcleo e Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade. Neste espaço a partir da intersecção da pedagogia com outras áreas de conhecimento, a IES realiza ações de prevenção e de apoio aos alunos com problemas, distúrbios, dificuldades de aprendizagem e ainda aqueles com necessidades educativas especiais específicas de natureza permanente.

O NAPA tem como objetivo geral de promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem e inclusão do aluno para seu pleno desenvolvimento. O Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico e Acessibilidade se encontra apensado a este.

5.6 Nivelamento

Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes da IES oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

5.7 Representatividade Discente e Diretório Acadêmico

A IES compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de

maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.

A IES ofertará infraestrutura para o funcionamento de seu Diretório Acadêmico e incentiva a organização estudantil, conforme prevê o seu Regimento Interno.

5. 8 Internacionalização e Mobilidade Acadêmica

A IES mantém convênio com instituições de ensino estrangeiras a fim de disponibilizar o intercâmbio e a troca de experiências entre diferentes culturas, bem como a oferta de disciplinas em língua estrangeira.

5.9 Ações Inovadoras

5.9.1 Projeto de Formação de Líderes e Formação de Empreendedores

Escola de Líderes: Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de lideranças em especial para a qualificação da representatividade discente.

Formação de Empreendedores: Oficinas de formação ofertadas gratuitamente e vinculadas à extensão para a formação de empreendedores em especial para a qualificação da representatividade discente.

5.9.2 Workshop de Empregabilidade

A Instituição é rica também em virtude de seus paradoxos, que a fazem ao mesmo tempo criar o germe da mudança e resistir a mesmo. Por outro lado, pode assumir um papel importante na nova realidade econômica mundial em que empresas de conhecimento se transformam em uma das principais forças do desenvolvimento econômico (DOLABELA, 1999c).

O Programa da Escola de Empreendedor, que tem como objetivo incentivar o empreendedorismo no âmbito do Ensino Superior da IES, o Programa será ofertado a todos os alunos dos cursos de graduação e tecnológicos, beneficiando muitos alunos que tem o interesse em abrir seu próprio negócio.

O Programa visa à educação empreendedora na universidade que surge em um momento muito importante tanto para a empregabilidade quanto para o desenvolvimento do Estado e municípios. As universidades estão diante de um desafio que é a adoção de uma nova postura pedagógica para formar empreendedores. “Esse projeto é grandioso, porque atingirá alunos de todos os cursos de graduação e tecnológicos ofertados pela IES.

A IES, através do ensino do empreendedorismo, busca a geração de riquezas por meio da capacitação dos seus alunos para a aquisição do conhecimento, da comunicação e da criatividade, podendo conscientizar os seus alunos sobre a riqueza na forma de bens e na forma de capital (humano, social, intelectual, monetário, entre outros). Essa construção passa, evidentemente, pelos processos de produção, concentração, distribuição e ampliação desses capitais (VOLKER, 2001).

O papel da universidade na formação de empreendedores ganha cada vez mais relevância no contexto do ensino formal. É necessário preparar o estudante para participar de um novo mundo do trabalho no qual a capacidade de iniciativa, flexibilidade e adaptação às mudanças são fundamentais para o êxito profissional.

Além disso, o conhecimento produzido na instituição se transforma mais rapidamente em benefício para a sociedade se empreendedores o transformam em serviços e bens disponíveis.

O desafio é inserir o empreendedorismo como conteúdo complementar da maioria dos cursos superiores oferecidos. Diante dele, o Programa da Escola de Empreendedores da IES pretende adotar no ensino superior de modo permanente, o ensino do empreendedorismo em suas práticas pedagógicas.

5.9.3 Monitoria

Para o estímulo da atividade acadêmica e docente a IES, oferece o programa de Monitoria, como parte integrante de sua política de Ensino. Após a abertura do edital há uma seleção dos discentes interessados

e os selecionados realizam a monitoria semestral tutoriados pelos docentes. O Manual de Monitoria se encontra apensado a este documento.

5.10 Gestão do curso e as ações decorrentes dos processos de avaliação interna e externa do curso

O Projeto de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional:

a) Conscientização e adesão voluntária - a avaliação deve ser algo conquistado e não imposto, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário, faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo;

b) Avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimentos de todos os seus colaboradores;

c) Unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação, é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional;

d) Competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a autoavaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características:

Processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados;

Contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional;

Flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos;

Incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante;

Ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e de autoavaliação institucional das comunidades interna e externa à instituição;

Sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Nesta perspectiva, o processo avaliativo se constitui em uma oportunidade ímpar para a comunidade acadêmica refletir sobre suas ações e a possibilidade de conhecer e analisar de forma crítica a instituição com vista à qualidade das ações empreendidas acontecendo em dois momentos distintos, ou seja, no âmbito do próprio curso e no âmbito da Instituição, por meio da CPA - Comissão Própria de Avaliação.

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos, considerando, também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação *in loco* e no ENADE.

5.10.1 Objetivos do Processo de Auto Avaliação Institucional e de Curso

Objetivo Geral:

Promover a Cultura da autoavaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

Objetivos Específicos:

Realizar autoavaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Realizar autoavaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

5.10.2 Planejamento da Avaliação Institucional e do Curso

O processo de autoavaliação é assumido dentro de duas dimensões:

a) A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco), o processo de avaliação desses índices é realizado a partir da ampla divulgação dos resultados e da análise detalhada dos indicadores aferidos pelos membros da CPA e do Conselho Maior da Instituição. Os relatórios emitidos pelos organismos oficiais de avaliação são também objeto de análise das instâncias colegiadas (NDE e Colegiado de Curso), os quais por meio de convocação extraordinária analisam, debatem e propõem soluções de melhoria que serão viabilizadas, por meio de ações previstas, planejadas e executadas nos Planos Acadêmicos Administrativos (semestrais) e Plano de Gestão (anual) da IES;

b) A segunda se define como avaliação interna, está dimensão se desdobra em dois níveis, a saber: O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica e a sociedade civil avaliam os determinantes macro-institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

A avaliação Interna é composta por duas avaliações:

Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

1ª Missão Institucional

2ª Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão

3ª Responsabilidade Social

4ª A Comunicação com a Sociedade

5ª Política de Pessoal

6ª Gestão Institucional

7ª Infraestrutura

8ª Planejamento e Avaliação

9ª Atendimento ao Estudante

10ª Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucional e protagonizada pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos, colaboradores e sociedade organizada percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela IES. Desta avaliação é gerado o plano de gestão Institucional, o qual possui os seguintes eixos:

Eixo 1 - Políticas de Gestão:

1.1 Políticas de Pessoal;

1.2 Organização e Gestão da Instituição;

1.3 Sustentabilidade Financeira.

Eixo 2. Infraestrutura Física:

2.1 Melhorias das Instalações Físicas;

2.2 Equipamentos; Máquinas;

2.3 Plano de Manutenção.

Eixo 3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino;

3.2 Ações de Estímulo a Extensão;

3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica;

3.4 Ações de Apoio ao Discente;

3.5 Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna.

Este plano é elaborado mediante a análise e discussões dos indicadores obtidos pela IES, sendo elaboradas medidas corretivas e de melhorias dos aspectos críticos e estratégicos da IES. Com vigência de 12 meses essas medidas tomadas são reavaliadas em função de sua efetividade na obtenção de melhores resultados e podem ser revistas, ampliadas e ou substituídas por outras de maior eficácia.

b) Segundo Nível: Avaliação de Curso

A Avaliação de Curso será feita regularmente anualmente sempre no início do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações prevêem as seguintes etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo.

Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da IES e um específico para a autoavaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa.

Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.

Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa: visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo. Este processo de sensibilização se dá também por meio da divulgação no site institucional, nas páginas oficiais das redes sociais e nos blogs´s dos cursos de maneira sistemática. É também realizado um calendário de atendimento aos cursos nos nossos laboratórios de informática, com um monitor disponível para orientações, a fim de garantir os meios de preenchimento online para alunos que não possuem acesso a equipamentos e informática.

Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: a comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que está propõe. São objetivos do Plano:

Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre;

Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas;

Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso;

Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

5.10.3 Relatório Analítico do Resultado da Avaliação de Curso

O coordenador de curso receberá o resultado da autoavaliação de curso realizada pela CPA e elabora um relatório analisando os principais pontos positivos e negativos do curso com base na avaliação.

O relatório de autoavaliação apresentará resultados, análises, reflexões e proposições de forma excelente para subsidiar planejamento e ações. Ele constitui-se em um importante instrumento para a revisão das ações institucionais. Nesse sentido, deverá ser elaborado obedecendo à legislação vigente, incluindo a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N°. 065, a qual prevê um roteiro a ser seguido. Sendo assim, o Relatório será composto de:

Introdução - onde deve constar os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação. Deverão ser informados o ano e o período ao qual o relatório se refere. Deve ser também informado se o relatório é parcial ou integral.

Metodologia - deverão ser descritos os instrumentos utilizados para coletar os dados, os segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil, consultados e as técnicas utilizadas para a análise dos dados.

Desenvolvimento - nesse campo devem ser apresentados os dados e as informações relativas a cada eixo/dimensão, de acordo com o PDI e a identidade da instituição.

Análise dos dados e das informações - devem ser apresentados os dados conclusivos obtidos no conjunto das avaliações, apontando para as medidas que serão tomadas com relação a eles.

Ações previstas com base na análise dos dados - deverá ser apresentado o planejamento das ações, no sentido de conferir sempre maior qualidade aos processos de gestão acadêmica, infraestruturas e de ensino da nossa instituição.

5.10.4 Plano de Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na auto avaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.

Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.

Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.

Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou

dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da IES, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo, considerada como atividades complementares.

Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Atividades de Incentivo à Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo à produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

Plano Acadêmico Administrativo na documentação anexa.

5.10.5 Plano de Ação de Melhoria de Gestão Institucional

O Plano de Melhoria de Gestão Institucional é um instrumento decorrente do processo de auto avaliação institucional e que serve de planejamento de ação interno de gestão da IES, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na auto avaliação de curso. Após receber os resultados da autoavaliação institucional a direção da IES elabora o Plano de Melhoria de Gestão Institucional que tem como eixos de ação:

1.1. Políticas de Pessoal

1.2 Organização e Gestão da Instituição

1.3 Sustentabilidade Financeira

2. Infraestrutura Física:

2.1 Melhorias das Instalações Físicas

2.2 Equipamentos; Máquinas

2.3 Plano de Manutenção

3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino

3.2 Ações de Estímulo a Extensão

3.3 Ações de Estímulo à Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

5.10.6 Divulgação dos Resultados para a Comunidade a Acadêmica

A divulgação dos resultados da autoavaliação conduzida pela CPA ocorre por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

5.11 Atividades de tutoria

A comunicação com os estudantes envolve todos os atores partícipes do modelo pedagógico EaD adotado pela IES, porém, a assistência direta aos estudantes depende da boa mediação pedagógica, que ocorre com o apoio permanente de docentes, tutores EaD e tutores presenciais (tecnológicos).

O docente é responsável pelo planejamento e desenvolvimento das disciplinas, precisa criar estratégias de mediação pedagógica que sejam significativas para o estudante, responsabilizando-se por acompanhar o andamento dos estudantes, intervir quando necessário, contribuir, incentivar e somar esforços em prol da construção da aprendizagem, em consonância com a coordenação do curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD.

Nesse contexto os tutores EaD colaboram com as discussões no AVA, publicam os avisos, acompanham o programa de qualidade e estimulam a participação dos estudantes.

As atividades de tutoria garantem que o estudante tenha um acompanhamento permanente, auxiliado por meio de encontros midiatizados ao longo do processo educativo. A tutoria EaD garante a efetividade da interação, do atendimento, do suporte aos estudantes e do estímulo ao aprendizado, estabelecendo-se uma relação de proximidade aos docentes no que compete ao planejamento e à condução das disciplinas.

Para apresentação dos materiais instrucionais, organizados em referenciais e complementares, o docente e o tutor trabalham juntos na composição das trilhas de aprendizagem. Aos tutores EaD cabe apoiar a estruturação das trilhas de aprendizagem de acordo com o planejamento e orientação conferida pelo docente. Da mesma forma ocorre no desenvolvimento e compilação de materiais complementares convergentes aos materiais referenciais. Além disso, o tutor EaD apoia o docente nos eventos síncronos e assíncronos, mantém os estudantes informados sobre os eventos da disciplina e faz o acompanhamento dos fóruns e de outras atividades.

Conta-se ainda com a participação do tutor presencial, que é um interlocutor acadêmico presencial a quem cabe organizar, desenvolver e manter o devido registro das atividades de acompanhamento pedagógico, dos encontros presenciais e das atividades que promovem a interação entre os estudantes.

O tutor EaD tem como atribuições:

Prestar informações, sanar dúvidas dos estudantes, e registrá-las;

Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas dos estudantes;

Incentivar os estudantes a participarem dos encontros presenciais, dos eventos síncronos (*web* conferências), dos fóruns e das demais atividades;

Auxiliar os estudantes na interlocução com o docente da disciplina;

Mediar os recursos de interação, seguindo as orientações fornecidas pelo docente da disciplina;

Alertar os estudantes sobre o cumprimento do cronograma de realização e sobre a entrega das atividades de aprendizagem;

Orientar os estudantes na realização das atividades de estudo, de interação e de avaliação;

Ter uma atitude proativa de estímulo à aprendizagem, ao sucesso escolar e à permanência;

Ter participação ativa nas ações direcionadas ao sucesso acadêmico, à permanência acadêmica e à contenção da evasão;

Sob orientação dos docentes, auxiliar na correção de avaliações e de outros materiais instrucionais quando solicitado.

O tutor presencial tem como atribuições:

Organizar e desenvolver atividades e encontros presenciais, registrando-as;

Planejar, desenvolver e orientar ações pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento acadêmico;

Encaminhar ao setor competente os pedidos, as solicitações de informação e as dúvidas apresentadas pelos estudantes;

Aplicar as avaliações presenciais;

Dar suporte aos estudantes nas dúvidas de utilização do AVA e de seus recursos de aprendizagem.

5.11.1 Mediação Pedagógica junto aos Discentes em Momentos Online

A mediação pedagógica na EAD é feita a distância, presencialmente e por meio dos materiais didáticos. A distância, essas mediações ocorrem através do uso das ferramentas do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e de ferramentas de interação *online* fora do AVA apropriadas para chats. São interações diárias, sistemáticas e de extrema importância para o desenvolvimento de uma consciência crítica e social em relação à formação pessoal e profissional.

Na EaD, a mediação pedagógica adquiriu papel de suma importância uma vez que o distanciamento físico sempre esteve a exigir recursos, estratégias, habilidades, competências e atitudes diferentes dos

convencionais – pautados na exposição oral e no contato face a face. Com a inserção das tecnologias digitais de comunicação na EaD e o desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem, a função mediadora tomou um forte impulso, pelas possibilidades e também pelas exigências da configuração desse novo "espaço". Em ambientes virtuais de aprendizagem, a mediação ocorre por meio de diversos dispositivos que viabilizam a comunicação, tanto síncrona como assíncrona, possibilitando a criação de diversas estratégias para favorecer o diálogo e a participação ativa dos estudantes.

A utilização dos dispositivos de comunicação implica tanto na aquisição de habilidades e competências comunicativas por parte de todos, docentes e discentes, quanto uma preocupação maior com a criação de momentos de interação e de possibilidades concretas da execução de trabalhos colaborativos, com os quais a aprendizagem ocorre de modo participativo. Para isso, o tutor conta com dispositivos de comunicação, como chats, fóruns, entre outros, e necessita planejar como cada um deles e em que momento serão utilizados e preparar-se para atuar conforme as características e peculiaridades de cada dispositivo para que a mediação aconteça. Cada um destes dispositivos exige habilidades mediadoras diferenciadas e propiciam diferentes estratégias pedagógicas, que exigem participação em tempo real ou diferida, possibilitando a expressão, a intervenção e a colaboração para a construção coletiva do conhecimento.

5.11.2 Mediação Pedagógica em Momento Presencial

A EaD caracteriza-se por ser um processo composto por duas mediações: a mediação humana e a mediação tecnológica, imbricadas uma na outra. A primeira pelo sistema de tutoria, a segunda pelo sistema de comunicação que está a serviço da primeira para viabilizar a mediação pedagógica. A mediação pedagógica, resultante da concepção planejada entre estas duas mediações, é potencializada pela convergência digital que disponibiliza acesso e portabilidade por meio de dispositivos de comunicação síncrona e assíncrona cada vez mais integrados, velozes e potentes. As tecnologias da comunicação utilizadas na EaD oferecem diversas linguagens que favorecem a aprendizagem. As linguagens oral, escrita, audiovisual e multimídica fazem-se presente de modo a facilitar a aprendizagem, tornando o processo mais desafiador, por um lado, e, por outro, sintonizado com a base sociotécnica de nossa sociedade, o que ativa matrizes culturais e abre perspectivas para a EaD. Além das perspectivas, impõe desafios que colocam a odos os atores envolvidos nesse processo em frente a diversas questões relativas à qualidade do ensino, às perspectivas dos alunos quanto à modalidade educativa que estão conhecendo e de novas possibilidades pedagógicas para a prática docente.

A mediação pedagógica em momento presencial, deverá ocorrer de forma planejada e sistemática para e provisionada para o apoio pedagógico necessário às atividades práticas do curso, a fim de se ampliar o papel pedagógico e formativo de tais atividades. Além disso será utilizado para ampliar as fontes de materiais e metodologias disponíveis aos alunos, além de propiciar sua interação e troca de experiências.

A mediação pedagógica em momento presencial, favorecerá um modo de interação entre o mundo interior e o exterior do sujeito de forma que esse indivíduo possa desenvolver e ampliar suas capacidades. O tutor presencial, nesse processo, será o propositor de atividades que agregam diferentes instrumentos, saberes culturais e ambientes diferenciados oferecendo uma possibilidade de maior desenvolvimento humano. A ele é dada a tarefa de, através da interação em sala de aula, despertar no aluno o interesse de resolver os desafios de cada nova etapa de seu aprendizado e ir aproximando-se cada vez mais de um nível mais elevado de aculturamento.

Essas considerações nos levam a refletir sobre a importância de uma ação pedagógica consistente devendo ser bem fundamentada teoricamente, na qual, o tutor possa exercer de forma mais satisfatória seu papel de mediador do conhecimento propondo indagações, questionamentos e desafios por meio de uma prática contextualizada rumo a uma aprendizagem significativa.

5.11.3 Domínio de Conteúdo, de Recursos e dos Materiais Didáticos

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional é necessário a este conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office,

conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD, tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;

Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;

Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;

Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;

Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;

Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria ou em áreas afins e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor. Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores

Todo o material didático da disciplina é disponibilizado com antecedência ao Tutor para que este possa se apropriar do conhecimento, dirimir suas dúvidas e fazer propostas de estudos, assim como o conhecimento dos recursos e ferramentas necessários às suas atividades na tutoria.

À tutoria ainda são evidenciados todos os fluxos de produção das referidas disciplinas.

O ponto de partida para a elaboração dos materiais instrucionais são os Planos de Ensino das disciplinas, alinhados ao projeto pedagógico do curso. A partir deles, uma equipe multidisciplinar, composta pelo(s) docente(s) autor(es) do Plano de Ensino, NDE do curso e equipe técnica de produção EaD (designers e profissionais de tecnologia de informação) definem os elementos basilares dos materiais referenciais e os validam, considerando uma linguagem inclusiva, área de abrangência, coerência teórica e, acessibilidade metodológica e instrumental, além das orientações e indicações para a organização dos materiais complementares disponibilizados aos estudantes.

De maneira objetiva o material didático institucional é composto de material referencial e complementar.

O material referencial é composto pelo conteúdo de referência da disciplina, desenvolvido por um Professor Autor (Professor Conteudista) com titulação e aderência especializado na área de conhecimento das disciplinas e disponibilizado em formato de livro eletrônico e objetos de aprendizagem.

A organização dos *E-books* respeita os conteúdos previstos nas ementas das disciplinas e seu respectivo Plano de Ensino, com adequação das bibliografias do material didático às exigências de formação, em consonância com o projeto pedagógico do curso. Eles podem ser impressos ou visualizados em meios eletrônicos, e em sua elaboração predominam a linguagem dialógica e a concepção andragógica e significativa, relacionando os conteúdos ao cotidiano a partir de exemplos, exercícios e práticas.

Os objetos de aprendizagem destacam conceitos, reforçando ideias contidas no livro eletrônico. Eles podem ser apresentados em forma de ilustração, animação, vídeo, arquivo sonoro, e têm como objetivo principal proporcionar a interação.

O material complementar é composto por conteúdos criados ou selecionados pelos docentes e tutores para auxiliar os estudantes na compreensão do material referencial.

Trata-se de uma seleção de materiais de apoio, em diferentes formatos, reunindo sugestões de leituras complementares, arquivos sonoros, vídeos, softwares, ilustrações, entrevistas, indicações de sites, sugestões de filmes e softwares. Seu principal objetivo é contextualizar o tema de estudo, e estimular o aprofundamento no tema.

A elaboração de materiais é feita por docente com titulação na área de conhecimento. O docente além da parte escrita dos conteúdos e das vídeoaulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que será utilizado como exercício e avaliação. O material para ser inserido no AVA precisa passar pela aprovação de um revisor de conteúdo e gramatical, estar dentro dos padrões solicitados para materiais instrucionais em EAD, estar com todas as etapas concluídas e ter sido ajustado quando solicitado pelo revisor. Após passar por essas etapas, o material então é validado e inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo vêm acompanhados do plano de aprendizagem da disciplina, onde o estudante tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os estudantes têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O docente conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

5.11.4 Acompanhamento dos Discentes no Processo Formativo

O engajamento do aluno é de extrema importância para sua formação acadêmica. Esse engajamento é possível de ser acompanhado por meio da verificação dos acessos aos materiais didáticos, participação nos fóruns de debates, participação às vídeo conferências e em alguns momentos presencialmente por meio de agendamento com os tutores. Isso ocorre para que o aluno esteja sempre em comunicação com tutores e professores para melhor envolvimento e compreensão do que está sendo estudado.

O processo avaliativo, por meio de provas e outras atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, é uma maneira tanto dos tutores, como dos professores e dos alunos, verificarem o aproveitamento e o desenvolvimento em relação a sua aprendizagem. Serve como um parâmetro para perceber se precisa retomar o estudo de algum conteúdo e aprimorar a questão da prática em relação a esse conteúdo e para que tutores e professores revejam suas práticas e busquem diferentes processos didáticos que possibilitem ao aluno, sanar as lacunas que existirem em relação ao seu aprendizado.

A avaliação é composta por atividades de aprendizagem que são desenvolvidas em cada unidade e são formuladas em questões de múltipla escolha, relacionamento, lacunas, verdadeiro/falso, correspondência, ordenação;

Para o acompanhamento do processo educativo são utilizados os seguintes recursos: Acompanhamento das atividades do estudante: conjunto de recursos disponíveis no AVA que permitem acompanhar a evolução do estudante e auxiliam docentes e tutores a fazerem orientações pontuais; Avaliação do processo pedagógico: recursos oriundos do *Analytics* que permitem fazer o acompanhamento processual dos indicadores de sucesso acadêmico, da permanência, da evasão, do êxito e do fracasso escolar.

5.11.5 Planejamento de Avaliação Periódica por Estudantes e Equipe Pedagógica do Curso e Ações Corretivas e de Aperfeiçoamento das Atividades

Todos os Componentes Curriculares voltados para a modalidade de EAD, assim como as avaliações, são trabalhados tendo como foco principal o aluno e sua aprendizagem. O planejamento pedagógico é elaborado tendo como base os parâmetros específicos da modalidade, atendendo as diretrizes curriculares, o perfil do aluno que irá fazer parte do curso e ao desenvolvimento das habilidades e competências destes. Uma das características da EAD é o acompanhamento sistemático ao aluno e o uso de instrumentos de avaliação que possibilitem a verificação do desenvolvimento do aluno periodicamente, com a finalidade de perceber as deficiências de aprendizagem e com isso fazer uso de outras estratégias que contribuam para que o aluno se sinta seguro em relação à sua formação acadêmica. Os tutores fazem o acompanhamento individual dos alunos, verificando seu desenvolvimento, atendendo às suas dificuldades que muitas vezes são expressas por meio dos chats, verificando o rendimento desses alunos de forma a detectar os níveis de aprovação e reprovação e assim ter um parâmetro que mostre o nível em que este aluno se encontra individualmente e em relação à turma.

Tendo como base esse acompanhamento e esses parâmetros, é feito um trabalho pela equipe pedagógica no sentido de buscar novas estratégias que atuem sobre as deficiências encontradas, com melhorias das atividades, com novas ferramentas se for o caso, mas que seja possibilitado a esse aluno ter suas deficiências supridas e sua aprendizagem efetivada. Os tutores, através das ferramentas síncronas e assíncronas buscam realizar o atendimento sistematizado aos alunos com o objetivo de acompanhar e desenvolver nestes as habilidades e competências necessárias à sua formação.

5.11.6 Atividades Presenciais Obrigatórias

As disciplinas ofertadas em EaD têm um grande diferencial no qual o aluno não precisa comparecer à instituição física para estudar e assistir as suas aulas, assim como para tirar as suas dúvidas. Mas há momentos, como para realizar avaliações, defender trabalhos de conclusão de curso, estágios curriculares, visitas técnicas e aulas práticas que o estudante deve comparecer à IES. As atividades presenciais devem ser provisionadas no calendário acadêmico e divulgadas amplamente à toda comunidade acadêmica para que estes possam se preparar para os encontros presenciais. O corpo tutorial precisa planejar as atividades para realizar a mediação pedagógica com objetivo de desenvolver as habilidades e competências dos alunos, estimular nestes a autonomia acadêmica e sobretudo assegurar a qualidade da relação ensino-aprendizagem.

5.12 Conhecimentos, habilidades e atitudes dos tutores

5.12.1 Adequação dos Conhecimentos, Habilidades e Atitudes dos Tutores para as Ações Alinhados ao PPC, às Demandas Comunicacionais e às Tecnologias Previstas no Curso

Para atuar como tutor na modalidade de Educação a Distância, é necessário que o profissional tenha titulações em programas de Pós-graduação. É necessário conhecer os fundamentos, estruturas, metodologias em EAD assim como o PPC dos cursos, ter experiência em docência, conhecimento em relação ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, habilidade em tecnologia, principalmente no que diz respeito à informática básica e uso de planilhas e documentos office, conhecimento básico sobre a disciplina e sobre o curso, habilidade para comunicação oral ou escrita, conhecimentos das rotinas de trabalho na modalidade de EAD, tem que ser proativo, ter equilíbrio emocional e habilidade para lidar com as dificuldades de entendimento dos alunos e assim trabalhar com a interação e valorização dos aprendizes, ter organização e planejamento em relação às suas atribuições, ser assíduo, ter comprometimento e saber trabalhar em equipe.

Os tutores, presenciais e a distância, devem apresentar, em seu perfil, as seguintes competências:

Atuar como mediador: conhecer a realidade de seus alunos em todas as dimensões, pessoal, social, familiar, escolar etc.;

Oferecer a possibilidade permanente de diálogo, saber ouvir, ter empatia e manter uma atitude de cooperação, assim como proporcionar experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;

Possuir conhecimento dos fundamentos, metodologias e estrutura da educação a distância, a fim de sustentar as bases pedagógicas da aprendizagem;

Possuir habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal, liderança, dinamismo, iniciativa, entusiasmo, criatividade e capacidade para trabalhar em equipes;

Oferecer experiências de melhoria de qualidade de vida aos alunos;

Saber lidar com os ritmos diferentes, individuais de cada aluno.

Os tutores deverão ter a titulação mínima de Especialista, em curso de Pós-graduação lato sensu, com carga horária mínima de 360 horas, e serão selecionados por meio de um processo de análise curricular, entrevista, testes no ambiente virtual e dinâmicas de grupo. É pré-requisito para a contratação ter participado e ter sido aprovado na Oficina de Tutores oferecida e coordenada pelo NEAD.

No caso do tutor a distância, deverá ter formação em curso no qual exercerá a tutoria e, preferencialmente, com experiência em EaD, como aluno ou professor. Os tutores serão incentivados a participar de congressos, fóruns, workshops e poderão receber bolsa parcial em curso ou programa de pós-graduação na área de EaD. Receberão contínuo treinamento interno para melhoria de desempenho e para eventuais adequações na forma de condução do trabalho, que será avaliado semestralmente por alunos, professores e coordenadores.

5.12.2 Planejamento de Avaliações Periódicas de Identificação de Necessidade de Capacitação de Tutores

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de sejam verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados. Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais através de sites voltados à EAD assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, a define algumas características e perfis profissionais fundamentais para processo labutar do tutor. Para a garantia de cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES políticas para a formação continuada de tutores são estas que fomentam as políticas de capacitação e formação continuada para tutores.

São elas:

POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TUTORES			
Meta	Ações	2023	2024
Ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação; formação e capacitação docente.	Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.		
	Promover Formação Continuada didático-pedagogicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.		
	Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;		
	Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.		
	Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.		
	Disponibilizar cursos de extensão realizados pela IES sem custo aos docentes.		
	Disponibilizar cursos de pós-graduação com descontos de 50% para atualização.		
	Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.		
Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD.	Disponibilizar BLOGS e outras ferramentas sociais para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso. Criação de fanpage (FACEBOOK) por disciplina.		
	Promover Formação específica para criação de vide e audioaulas por meio digital.		
	Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.		

5.12.3 Apoio Institucional para Adoção de Práticas Criativas e Inovadoras para Permanência e Êxito dos Discentes

Para que haja a inserção de disciplinas e cursos na modalidade de EAD, há a realização de planejamento com a finalidade de organizar todo o desenvolvimento do curso. O desenvolvimento das habilidades e atitudes dos alunos é um dos pontos principais. A instituição atua dentro de um modelo pedagógico que é voltado para a prática por meio das metodologias ativas. As atividades que são desenvolvidas pelos professores fazem a relação entre a teoria e situações reais do cotidiano do aluno e do mercado de trabalho dentro da formação que o discente está recebendo.

A Instituição entende que teoria não alinhada com a prática não forma pessoas e não constrói profissionais capacitados. As atividades aplicadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem são elaboradas tendo sempre como ponto principal a aprendizagem do aluno e para isso, essas atividades têm o perfil voltado para o dinamismo, para atividades que desenvolvam a criatividade do aluno e que desafiem esse aluno à pesquisa e à inovação.

5.13 Tecnologias de informação e comunicação (tic) no processo ensino aprendizagem

5.13.1 TICs Planejadas para o Processo de Ensino Aprendizagem

Entende-se por tecnologia da Informação os recursos tecnológicos utilizados para mediar a comunicação e mediar os processos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, as ferramentas tecnológicas desenvolvidas para a EAD pela Instituição, tem uma característica, recursos voltados para o aprender a aprender e o aprender a fazer. São ferramentas que possuem uma característica intuitiva, de fácil manuseio, que permitem aos discentes utilizar sem dificuldade por meio do Ambiente Virtual Moodle, de todos os materiais didáticos disponibilizados para estudo assim como interagir com atividades, com professores e com tutores.

Por meio dessas ferramentas, o aluno tem acesso aos seus materiais didáticos e às suas atividades de fixação da aprendizagem. Todos os recursos utilizados por meio do AVA foram pensados com o objetivo de viabilizar aos alunos que o estudo por meio da modalidade de EAD ocorra de maneira tranquila e seja eficiente, que o aluno sinta segurança ao acessar seu ambiente de estudo.

5.13.2 Viabilização Acessibilidade Digital e Comunicacional por meio das TICs

Atualmente os Ambientes Virtuais de Aprendizagem vem preparados para ser ferramentas de aprendizagem capazes de diminuir as barreiras e atender as necessidades de quem o utiliza como meio de estudo.

São ambientes que estão em constante atualização, facilitando o cesso a todas a pessoas, com ou sem deficiência. O Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela Instituição de Ensino, o Moodle possibilita aos discentes acessos a ferramentas diversificadas que permitem o elo entre a tecnologia e a aprendizagem, adotando formas inovadoras de relacionamento e interação.

5.13.3 Interatividades entre Discente, Docentes e Tutores e Acesso a Materiais e Recursos Didáticos por meio das TICs a quaisquer horas e lugar

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, a interação entre docentes, discentes e tutores é facilitado, tornado possível um elo entre todos os polos da Instituição que atuam com EAD. É um diferencial por possibilitar a troca de experiências, de informação e de práticas, que dão solidez na construção do conhecimento. Para a Região Amazônica que tem problemas de logística entre seus municípios, as TICs oportunizam acesso ao conhecimento e à formação acadêmica, abrindo assim, novas possibilidades a seus educandos, ao mercado de trabalho. É esse elo de comunicação que existe entre os educandos, os tutores e docentes que fortalece toda a prática pedagógica que o EAD possibilita, apesar da distância física existente.

O aluno que estuda por meio da modalidade de EAD na Instituição, tem acesso a materiais e recursos didáticos que estão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Esses materiais podem ser utilizados para estudo no próprio AVA assim como possibilita ao aluno a impressão, para que ele possa fazer uso físico dos materiais. É uma forma flexível de viabilizar ao aluno estudar da maneira que melhor se adeque ao seu modo de aprendizagem.

Para ter acesso a esses materiais e aos recursos tecnológicos possibilitados pelo AVA, o aluno precisa acessar com o uso de um login e senha. Após esse acesso, o aluno passa a ter a sua disposição todos os recursos didáticos como material escrito, atividades de fixação da aprendizagem, avaliações, jogos, fóruns de debates, chats de interação, vídeo aulas, slides e caderno de anotações. Todos esses recursos didáticos são elaborados e disponibilizados aos alunos com o objetivo de atuar na sua formação acadêmica e profissional.

5.13.4 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem Baseadas no uso das TICs

As ferramentas de Tecnologia da Informação e do Comunicação, possibilita aos alunos da IES, a troca de experiência, ideias, visões diversificadas, dentre os diversos polos que a Instituição possui e os diversos cursos. Para a aprendizagem do aluno, é uma forma de fazer a relação entre o conteúdo estudado e todas essas interações, possibilitando uma reflexão que o leve a aplicar esses conhecimentos à sua realidade de vida e à sua formação profissional. Dentre os diferenciais oferecidos pela IES por meio das TICs temos os momentos das videoconferências que possibilitam aos alunos um contato síncrono e ao vivo com os tutores, dando a eles a oportunidade de sanar dúvida e trocar informações e experiências.

5.14 Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

5.14.1 Materiais, Recursos e Tecnologias do AVA para a Cooperação e Reflexão sobre Conteúdos entre Tutores, Discentes e Docentes

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), que é utilizado pela IES, foi preparado para receber materiais didáticos e recursos de aprendizagem adequados aos projetos pedagógicos dos cursos e à qualidade de ensino pela qual a Instituição preza. São materiais diversificados, escritos, de áudio, de vídeo, além dos recursos de interação, que possibilitam ao educando todo o suporte pedagógico necessário para sua aprendizagem.

O AVA implantado possui as seguintes características gerais, conforme os desenvolvedores e distribuidores da ferramenta:

Promove uma pedagogia socioconstrucionista (colaboração, atividades, reflexão crítica, etc.);

Adequado para aulas 100% on-line assim como complementando a aprendizagem face-a-face;

Simples, leve, eficiente, compatível, interface baseada em navegadores de tecnologia simples;

Fácil de instalar em qualquer plataforma que suporte o PHP. Exige apenas uma base de dados (e pode compartilhá-la);

Independência total da base de dados suporta todas as principais marcas de base de dados (exceto pela definição na tabela inicial);

A lista de cursos mostra as descrições de cada curso existente no servidor, incluindo acessibilidade para convidados;

Cursos podem ser categorizados e pesquisados – um site Moodle pode suportar milhares de cursos;

Ênfase em total segurança o tempo todo. Os formulários são todos checados, os dados validados, os cookies codificados, etc;

A maioria das áreas de entrada de texto (recursos, postagens nos fóruns, etc.) podem ser editadas usando um editor HTML WYSIWYG incorporado.

5.14.2 Acessibilidade Metodológica, Instrumental e Comunicacional no AVA

O Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle é uma ferramenta de aprendizagem utilizado por meio das TICs, de fácil manuseio. A metodologia aplicada pela IES, que é uma metodologia voltada para a construção do conhecimento, é facilmente percebida por meio dos materiais didáticos disponibilizados e das ferramentas de interação e interatividade. Todos os recursos são disponibilizados de maneira clara com o objetivo de não apresentar nenhum obstáculo ao aluno em relação aos seus estudos.

Alguns módulos usados em nossa ferramenta são: Módulo Tarefa, Módulo Chat, Módulo Pesquisa de Opinião, Módulo Fórum, Módulo Questionário, Módulo Recursos, Módulo Pesquisa de Avaliação e Módulo Laboratório de avaliação.

FERRAMENTAS SÍNCRONAS:

São ferramentas cuja principal característica é que todos os participantes iniciem e terminem suas atividades em datas e horários específicos simultaneamente. No AVA da IES as ferramentas síncronas disponibilizadas são:

CHAT de suporte;

CHAT de tutoria;

VIDEOAULA Live com canal de retorno;

Avaliação online.

Todas as atividades realizadas sob o aspecto síncrono quando se tratar de mídias digitais serão disponibilizadas em modo assíncrono no AVA e postadas no BLOG da disciplina.

FERRAMENTAS ASSÍNCRONAS:

Neste cenário as atividades são completadas de acordo com a disponibilidade do estudante. No AVA da IES as ferramentas assíncronas disponibilizadas são:

Fóruns de curso;

Fóruns de temas;

Questionários online;

Videoaula.

5.14.3 Avaliação Periódica do AVA documentadas e Ações de Melhoria Contínua

O Ambiente Virtual *Moodle*, é um software que passa por constantes atualizações, trazendo sempre inovações que facilitam cada vez mais o processo educacional. A Instituição, sistematicamente, atua na atualização de seus recursos didáticos e ferramentas para AVA que possibilitem ao aluno uma visão sempre atualizada de todos os mecanismos de aprendizagem. Um dos critérios utilizados como fonte dessas atualizações, é o resultado das pesquisas de satisfação que são aplicadas no decorrer do semestre letivo que possibilitam à IES entender as necessidades e dificuldades dos alunos e buscar então a solução e as atualizações e os pontos positivos apontados por eles em relação ao AVA. A IES realiza avaliação disponibilizada no AVA de forma periódica junto aos alunos e tutores com o propósito de oportunizar a estes atores a possibilidade de colaborar com a melhoria do espaço comum entre estes e sobretudo atuar nas fragilidades e potencializar os fortes apontados como fortes.

5.15 Material didático institucional

5.15.1 Planejamento da Elaboração e Validação pela Equipe Multidisciplinar do EAD do Material Didático das Disciplinas EAD, em termos de Abrangência, Coerência, Acessibilidade Adequação de Bibliografia, Linguagem Inclusiva e Recursos Inovadores

A elaboração de materiais é feita por professor da área de conhecimento, selecionado pela coordenação do curso, com título de mestre. É feita uma orientação em relação a todo o processo da parte escrita dos materiais e da gravação das vídeo aulas. Os materiais são elaborados dentro de 5 temas e cada tema em duas partes, para facilitar a organização dos alunos nos momentos de estudo. Para cada parte existe uma videoaula com as respectivas explicações.

O professor além da parte escrita dos conteúdos e das vídeo aulas, é responsável também pela elaboração do banco de questões que serão utilizadas como exercícios e avaliações. O material para ser inserido no AVA precisa passar pela aprovação de um revisor de conteúdo e gramatical, estar dentro dos padrões solicitados para materiais instrucionais em EAD, estar com todas as etapas concluídas e ter sido ajustado quando solicitado pelo revisor. Após passar por essas etapas, o material então é validado e inserido no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Os materiais didáticos elaborados para as disciplinas/cursos em EAD são elaborados com base na Ementa que compõe o PPC de cada curso. As ementas são elaboradas de acordo com as DCNs e os objetivos

de formação profissional do curso. Todo o material didático precisa estar de acordo com o que propõe o Projeto do curso.

Os materiais disponibilizados no AVA para estudo, vem acompanhado do plano de ensino da disciplina, onde o aluno tem a possibilidade de verificar os objetivos do curso e da disciplina, a metodologia utilizada para o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Os alunos têm acesso ao material no próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, assim como das atividades de desenvolvimento pedagógico e fisicamente, baixando a versão em PDF para impressão.

O professor conteudista é orientado a utilizar como base bibliográfica para a elaboração dos materiais, fontes atualizadas e que estejam de acordo com o que pede a ementa e o PPC do curso. A estruturação do material é voltada para a interdisciplinaridade e com isso, para a formação profissional que o curso propõe.

O curso produz material didático próprio para as disciplinas oferecidas na modalidade EAD. A produção do conteúdo ou cadernos de estudo segue regras de qualidade bem especificas para a garantia de qualidade e rastreabilidade de erros. Além de possuir design instrucional planejado de forma a garantir o cumprimento do contexto processual da aprendizagem.

Após a criação todo o material será exportado a um revisor que fará as devidas considerações quando à estrutura gramatical e normas pertinentes, assim como a verificação da coerência do material produzido frente à proposta didático-pedagógica da IES. E se houverem alterações serão realizadas pelo próprio produtor.

A etapa seguinte é a validação por parte da COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA para que sejam realizadas as devidas considerações em consonância com as diretrizes acadêmicas da IES.

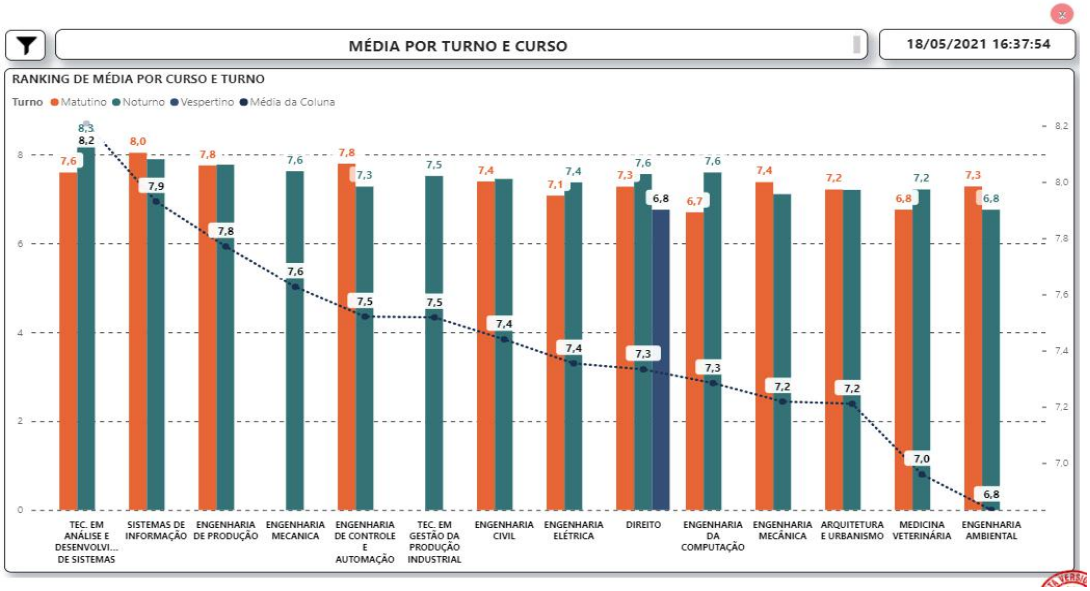
Após o processo de validação pedagógica o conteúdo é diagramado e postado nos devidos repositórios digitais para compartilhamento e distribuição no ambiente virtual e para os alunos.

Quando ao material produzido em estúdio, as videoaulas e audioaulas, após a sua produção e edição, realizada pela EQUIPE DE PRODUÇÃO, passa por um processo de validação de qualidade realizado pela EQUIPE DE APOIO DO NEAD. São verificados itens como qualidade de vídeo, qualidade de áudio, caracteres, edição entre outros indicadores. Após aprovação os arquivos de mídia são postados nos repositórios em nuvem para integração com o ambiente virtual de aprendizagem e disponibilização aos alunos.

5.16 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

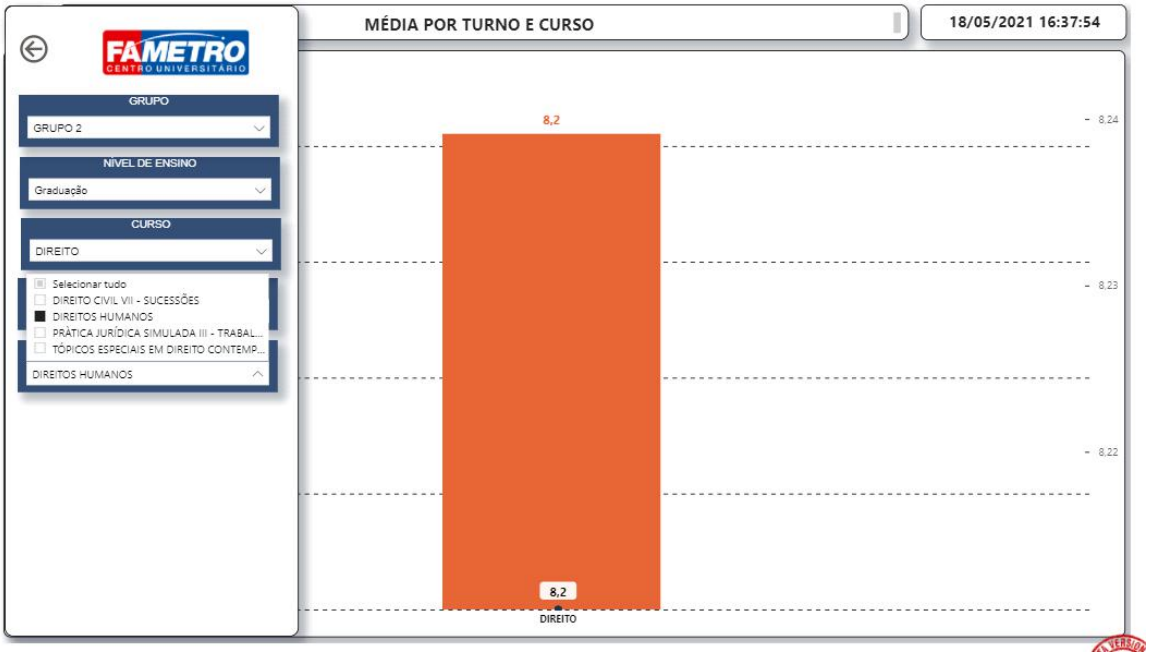
5.16.1 Atendimento do Acompanhamento e de Avaliação para a Concepção do Curso

As avaliações da aprendizagem são entendidas como ferramentas de interpretação e análise das condições de oferta dos cursos. Por meio dos resultados avaliativos implantados pelo curso o Coordenador e os professores poderão realizar quase que em tempo real os resultados através do acesso ao Portal de Serviços da Fametro, neste ambiente os coordenadores tem a visão completa das notas alcançadas pelos alunos com a visão do rendimento acadêmico por turma, por disciplina e por professor. Esta ferramenta, desenvolvida pelos especialistas em TI da instituição, ofertam indicadores que devem ser objeto de análise do colegiado de curso.

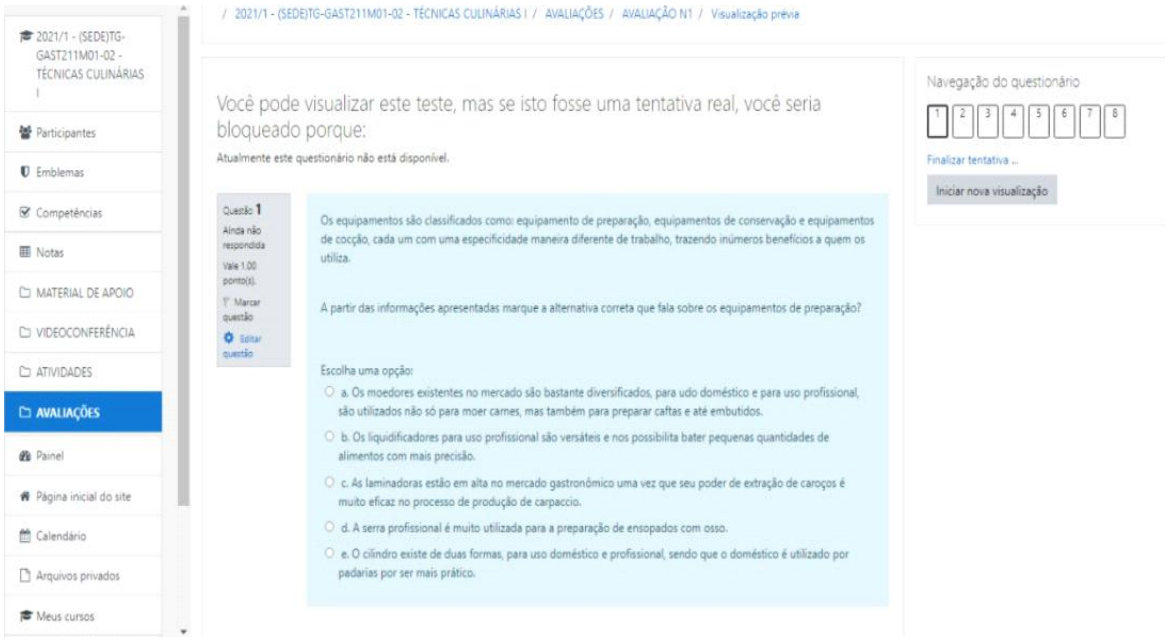


Exemplo: Gráfico de Rendimento Turno/Curso

Exemplo: Gráfico de Rendimento Disciplina/Curso



Outra estratégia de acompanhamento se dá pelo acesso ao *imput* de questões da avaliação institucional no ambiente digital, o coordenador de curso pode ajustar o nível dos itens avaliativos solicitados aos alunos, para que os mesmos contribuam no processo de formação visando o alcance do objetivo do curso, o perfil do egresso com as competências preditas no Projeto Pedagógico de Curso.



5.16.2 Avaliação do Ensino Aprendizagem e Autonomia Discente

A avaliação tem um significado muito profundo, à medida que oportuniza a todos os envolvidos no processo educativo momentos de reflexão sobre a própria prática. Através dela, direciona o trabalho, privilegiando o aluno como um todo, como um ser social com suas necessidades próprias e também possuidor de experiências que devem ser valorizadas na escola. Devem ser oportunizados aos alunos os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade.

Nesse sentido, faz-se necessário redimensionar a prática de avaliação no contexto escolar, onde o professor e o aluno, estão mutuamente implicados, portanto o acesso aos resultados de seu desempenho proporcionará um maior engajamento nas atividades formativas.

Isto posto é recomendável aos professores que procedam junto aos alunos um momento de reflexão acerca dos erros e também acerca do próprio desempenho ao final do semestre. Neste sentido o professor pode utilizar uma ferramenta de autoavaliação aberta onde se recomenda a abordagem dos seguintes pontos pelos alunos:

Determine uma periodicidade.

Liste seus pontos fortes e fracos.

Identifique como você reflete os pontos fortes listados.

Potencialize seus pontos fortes no dia a dia.

Compreenda seus pontos fracos.

Encontre meios para utilizar os pontos fracos a seu favor.

Saiba aonde você quer chegar.

Ou ainda utilizar um instrumento com questões fechadas com um foco mais determinado em certas competências que sejam essenciais ao desenvolvimento do aluno, contudo, tanto em questões abertas, quanto em questões fechadas é fundamental compreender que esse processo de autoavaliação deverá ser incorporado as práticas pedagógicas, mostrando claramente as implicações positivas desse processo não só para a formação, como para a vida profissional em curso, ou futura.

5.16.3 Avaliação Diagnóstica

A avaliação diagnóstica é utilizada para melhor desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem, com objetivo de compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o discente para ajustar e adequar o processo a realidade de cada turma. Se dá por meio de enquetes, questões ou testes realizados pelos docentes no início de cada semestre.

5.16.4 Avaliação Formativa

A avaliação formativa se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.

5.16.5 Avaliação Somativa

A avaliação somativa tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da autoavaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem. A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo:

Apuração de frequência às atividades escolares;

Avaliação do aproveitamento escolar.

O rendimento escolar será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica.

A avaliação do aproveitamento escolar deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver:

Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático-pedagógicas programadas em cada componente curricular;

Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco);

Aos componentes curriculares semestrais serão atribuídas 2 notas com no mínimo 2 atividades de avaliação. No final de cada semestre letivo, o aluno que obtiver média inferior a 5 (cinco) estará reprovado.

A média final em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

$$\frac{M\ (N1 + N2) + PF}{2} = \geq 5$$

Onde:

M = Média

N1 e N2 = nota

PF = Prova Final

N1 = média da N1 e AV1 (média de 2 atividades avaliativas)

N2 = média da N2 e AV2 (média de 2 atividades avaliativas)

5.16.6 Disponibilização dos Resultados das Avaliações de Ensino Aprendizagem

Fica assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será vedado a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram à progressão parcial.

A avaliação adotada em sala de aula tem impacto direto e indireto no processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, a IES busca um aperfeiçoamento constante de novas técnicas e metodologias mais eficientes e eficazes através do melhor planejamento e implementação cuidadosa.

Outro aspecto de extrema importância é a utilização constante de outros processos intelectuais de extrema relevância na formação profissional e acadêmica, como, por exemplo, debates, seminários, palestras e outros, que fornecem os mecanismos necessários para o raciocínio crítico, resolução de problemas e facilidade na transformação de informação em conhecimento. Além disso, a avaliação está aliada a um processo crítico e construtivo a serviço da aprendizagem dos alunos, no que diz respeito às suas capacidades cognitivas e sociais.

A avaliação integra as diversas práticas utilizadas como base do sistema de avaliação institucional. A disponibilização e analise dos resultados dos métodos avaliativos garantem o melhor caminho para garantir a evolução dos alunos. Assim podemos perceber uma ampla discussão sobre os resultados da avaliação, que se dá pela avaliação diagnóstica, formativa e somativa, podendo vir a ser transformada, para uma educação mais libertadora que tem em sua essência alguns pontos positivos e a partir de velhos elementos, fazer emergir novos, que contribuam, de fato, para a formação do educando de modo coerente com as exigências do atual contexto histórico.

5.16.7 Planejamento de Ações para Melhoria da Aprendizagem

O rendimento acadêmico será monitorado pelo Coordenador de Curso por meio dos relatórios de notas expedidos pelo sistema acadêmico, a partir daí o Coordenador poderá acompanhar o desenvolvimento das turmas e localizar problemas importantes que podem ser mitigados por uma ação preventiva e em tempo hábil. O rendimento das turmas deve ser objeto de discussão em Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante, este último para corrigir possíveis distorções no projeto Pedagógico do Curso, a análise do rendimento acadêmico deve contar também com apoio da CPA.

Por outro lado, a cultura da IES será a do reconhecimento do Mérito Acadêmico, assim uma vez ao ano a IES celebra em Cerimônia oficial o maior coeficiente acadêmico por curso e turno, colocando em relevo o esforço e a superação de nossos alunos. Para o acompanhamento, o aluno responde por aplicativo um questionário de percepção acerca da avaliação, o qual se encontra em anexo a este documento.

Em caso mais graves na questão do desempenho de turmas ou individual dos alunos, o Coordenador deve buscar elaborar um trabalho com NAPA, (Núcleo de Apoio Psicopedagógico Acessibilidade e Inclusão) para atendimento individual ou da turma.

5.17 Número de vagas e formas de acesso ao curso

5.17.1 Número de Vagas Pleiteado

O Curso ofertará 400 vagas anuais, sendo:

Matutino	Vespertino	Noturno
150 vagas	100	150 vagas.

5.17.2 Estudo Qualitativo e Quantitativo de Adequação do Número de Vagas e Adequação à Dimensão do Corpo Docente e à Infraestrutura Física e Tecnológica

Em acordo com o instrumento de avaliação para atos autorizativos o número de vagas para o curso deve estar fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente além de considerar as condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa.

Neste sentido, é importante destacar que o número de vagas solicitado pela IES, se apresenta consubstanciado em alguns aspectos relevantes, a saber:

Cenário loco-regional da oferta de saúde a população local;

Oferta local de espaços de formação e demanda por serviços de saúde na Região.

Cenário loco-regional da oferta de saúde a população local.

O Estado do Amazonas é um estado com características geográficas bastante peculiares, com seus 62 municípios, formado pelo encontro de várias culturas. Entre as regiões brasileiras, a Região Norte é a mais extensa, com uma área de 3.869.637km², correspondendo a 42,27% do território brasileiro, sendo formada por sete Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Grande parte do Estado do Amazonas é ocupada pela Floresta Amazônica, extensa, variada e densa floresta, um importante ecossistema para o planeta. O Estado também é cortado por um grande número de rios de grande dimensão e a presença de vasta quantidade de água caracteriza o estado por uma grande população ribeirinha, o trânsito de pessoas, materiais e serviços, à região é feito por via fluvial ou aérea. Ainda assim, o Estado do Amazonas apresenta um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado do Amazonas é de 06 a 0,7 que caracteriza um avanço em seu desenvolvimento (BRASIL, 2011a).

Manaus é naturalmente, pelo cenário apresentado o local para onde convergem todas essas demandas de saúde apresentadas, a cidade contribui com 79% do PIB do Estado do Amazonas, se constituindo no centro de referência dos serviços de educação e principalmente de saúde do Estado, razão pela qual seus aparelhos públicos e privados de serviços de saúde são constantemente demandados por questões não só relativas a cidade de Manaus, mas também aos demais municípios do Estado e da região metropolitana, formada por 8 municípios (incluindo Manaus), e sua área é de 101.474 km² se constituindo como a maior área metropolitana brasileira. É superior à área de alguns estados brasileiros como Pernambuco, Santa Catarina e Rio de Janeiro. A metrópole sozinha, representa 60% da população do estado do Amazonas e cerca de 14,4% da população de toda a Região Norte do Brasil, colocando enormes desafios para a rede de atenção em saúde nas suas dimensões primárias, segundarias e terciárias.

A necessidade de profissionais de saúde capacitados vem atrelada a proposta governamental de ampliação e implementação de serviços em prol da Saúde Brasileira dentro do SUS, sob a lógica da universalidade de direitos, da integralidade e da integração entre redes e níveis de complexidade de ações e serviços, intenção confirmada pelo Plano Estadual de Saúde 2016-2019, o qual prevê onze objetivos estratégicos que demandam para a sua pena realização, a formação de profissionais em todas as áreas da saúde, dentre os quais destacamos a qualificação do quadro já existente, a partir da educação permanente e continuada, além é claro na formação de novos quadros que possam contribuir para reverter o quadro de

atendimento em saúde no Amazonas, elevando os padrões de qualidade do que se tem ofertado a população até então.

Oferta local de espaços de formação e demanda por serviços de saúde na região.

São inúmeros os desafios que se apresentam para os profissionais de saúde numa região marcada por desigualdades sociais e de tamanha diversidade no campo da natureza e da sociedade, as inúmeras transformações operadas no campo da ciência e da pesquisa, impulsionadas pelo desenvolvimento tecnológico sem precedentes, tem feito sentir seus efeitos em todos os campos da vida em sociedade.

Além disso, o desenvolvimento e implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida da população, e o entendimento consolidado pelo conjunto legal brasileiro que coloca a saúde e a educação como um direito inalienável de todos, evidenciam que formar recursos humanos para a saúde (perspectiva consolidada pelas DCN´s de Enfermagem), colocam também desafios importantes aos espaços acadêmicos, tradicionalmente responsável pela formação de profissionais em todas as áreas do conhecimento, incluindo aqui os novos enfermeiros, os quais devem estar preparados para o desempenho hábil dos serviços tradicionais em saúde, mas sobretudo para novos campos profissionais que se abrem com a mudança do perfil epidemiológico e social experimentadas pelo Brasil e sobretudo para as novas demandas do mundo do trabalho.

Trata-se de um proposta fundamentada em um modelo metodológico, baseado em metodologias ativas, na permanente articulação entre ensino, pesquisa e extensão, na inserção precoce do profissional nos cenários de prática simulados e reais, proporcionado pelas aulas práticas dos componentes curriculares, em um modelo de avaliação de aprendizagem que de fato promove a avaliação diagnóstica e formativa, e por fim, pela inserção de novas propostas de componentes curriculares que se pretendem pensar, a inovação, a pesquisa na área de saúde, o tratamento da enfermagem com base em evidências, além é claro de uma infraestrutura diferenciada, número de alunos limitado por turma - o que permite maior interação professor-aluno - além de todo o suporte do Programa de Atendimento ao Discente já apresentado neste projeto.

Este conjunto de diferenciais, aliado a um corpo docente altamente qualificado, com experiência docente e profissional fora do magistério, em quantidade proporcional ao número de alunos, garantirá uma formação com aspectos distintos do que se observa no cenário educacional local.

5.17.3 Formas de Acesso ao Curso

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pelo IMEse dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo.

O ingresso em um curso de graduação se dará através de:

Processo Seletivo;

Transferência;

Transferência ex officio

Portador de Diploma de Curso Superior;

Reopção;

ENEM.

5.17.4 Do Processo Seletivo

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação dos candidatos aprovados obedece a ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrados no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano ao qual se destina, será realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade do Diretor Acadêmico.

Processo Seletivo Continuo

O Processo Seletivo Contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação.

O Processo Seletivo Contínuo, aberto por edital, só terá validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1ª, 2ª e 3ª ano do ensino médio e terá validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio.

A média final do aluno que se submeter ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior.

A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior.

O Processo Seletivo contínuo será planejado e coordenado pelo Diretor Acadêmico.

5.17.5 Da Transferência Externa

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra Instituição de Ensino Superior – IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva guia de transferência acompanhada da seguinte documentação:

Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;

Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;

Regime ou critério de aprovação.

5.17.6 Transferência ex officio

A Transferência *ex officio* a que se refere o Parágrafo Único do Art.49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 se opera independente de época e disponibilidade de vaga sendo assegurada aos servidores públicos efetivos federais e estaduais, civis e militares e/ou seu(s) dependente(s) estudante(s) que sejam removidos ou transferidos compulsoriamente implicando em mudança de domicílio. A Transferência deverá ser concedida para curso idêntico ao de origem, ou na inexistência deste, para curso afim.

O interessado deverá solicitar à SECAD, por meio de requerimento junto ao Setor de Protocolo Geral da IES, acompanhado dos seguintes documentos:

a – Histórico Escolar completo e atualizado, constando as notas do vestibular (doc. Original);

b – Declaração de regularidade de matrícula na IES – Instituição de Ensino Superior de origem, no período letivo em exercício; (doc. Original)

c – Programas das disciplinas cursadas; (doc. Original)

d – Declaração de Reconhecimento do Curso pelo MEC e/ou Conselho Estadual de Educação, no caso de Instituição Estadual de Ensino Superior, onde conste o número do Decreto ou Portaria e data de publicação no Diário Oficial da União ou do Estado; (doc. Original)

e – Portaria de remoção ou equivalente, de publicação em Boletim, Diário Oficial;

f – Comprovação de dependência, quando for o caso; (Certidão de Nascimento, Casamento, Sentença Judicial ou Declaração de IR.)

g – Documento comprobatório que indique a mudança de domicílio para a área de atuação da IES.

Após a conclusão do processo e aprovada a transferência compulsória, caso o período letivo regular da FAMETRO já tenha iniciado, a matrícula em componentes curriculares será autorizada.

A SECAD encaminhará o processo à coordenação do curso que deverá definir, conforme o aproveitamento de estudos, em qual período letivo o (a) requerente deverá ser matriculado (a)

A matrícula somente poderá ser efetivada após a confirmação do recebimento da Guia de Transferência do (a) requerente por parte da SECAD- Secretaria Acadêmica da IES.

5.17.7 Do Portador de Diploma de Curso Superior

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A IES, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva Guia de Transferência acompanhada da seguinte documentação:

Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;

Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;

Regime ou critério de aprovação.

5.17.8 Da Reopção

Reopção é transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma área permitida a alunos regulares da FAMETRO, através de seleção. Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de re-opção são:

Existência de vaga no curso pretendido;

Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e

Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

5.17.9 Do Enem

Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (QUATROCENTOS E CINQUENTA PONTOS).

5.17.10 Matrícula

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao Curso a FAMETRO.

Por ocasião do cadastramento o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.

A matrícula institucional é feita pela secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior.

A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do direito a vaga.

A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:

Certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;

II - Histórico escolar do ensino médio;

III - Diploma do ensino superior;

IV - Título de eleitor;

V - Comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens;

VI - Uma foto ¾.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior.

A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado.

5.18 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO (Licenciaturas)

5.18.1 Convênios e ações previstas para integração com a rede pública de ensino

Não se aplica

5.18.2 Ações e uso de tecnologias educacionais de desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas

Não se aplica

5.18.3 Forma de documentação das experiências na rede pública de ensino

Não se aplica

5.18.4 Resultados esperados/atingidos para discentes e para rede pública de escolas de educação básica

Não se aplica

5.18.5 Planejamento/execução de ações inovadoras na integração com a rede pública de escolas de educação básica

Não se aplica

5.19 Integração do curso com o sistema local e regional de saúde – SUS

5.19.1 Convênios e Integração com o Sistema Local e Regional de Saúde

O Convênio e parceria com a Secretaria de Saúde de Municipal e Estadual prevê medidas que mantenham a promoção da atenção contínua, coordenada, compartilhada e integral, respeitando-se a relação aluno-usuário de serviço de saúde, de modo a evitar a descontinuidade do atendimento, a superlotação do serviço e prejuízos a atenção à saúde ao usuário do SUS.

Os alunos deverão promover a realização de ações, focado na melhoria da saúde das pessoas, a partir de diretrizes e de normas técnicas para a realização de processos e procedimentos com vistas à qualidade e segurança do usuário do SUS fundamentado em princípios éticos e contribuir de maneira corresponsável com os profissionais dos serviços, gestores e usuários.

5.19.2 Formação Discentes em Serviço e sua Inserção em Equipes Multidisciplinares e Multiprofissionais nos Diferentes Cenários do Sistema e Diferentes Níveis de Complexidade

A organização curricular foi desenvolvida de forma a acompanhar o processo de trabalho nos vários pontos que compõem a rede de saúde, na perspectiva da continuidade do cuidado de saúde, ou seja, o estudante estará inserido em uma Equipe de Saúde que tem um território adscrito e a partir da necessidade de saúde, o mesmo percorrerá o sistema de saúde municipal em todos os pontos da rede que for necessário, sendo estimulado a exercer sua capacidade de compreensão, estruturação dos problemas e busca por soluções.

A vivência com os usuários e sua família permitirá a construção do olhar crítico sobre a realidade, atuando com o professor como facilitador para que o aprendizado se dê em articulação com a equipe de saúde e seus colegas de curso. A inserção do estudante na atenção primária, secundária e terciária de saúde favorece lidar com diferentes aspectos da vida e seus ciclos, na sua complexidade clínica e cultural.

O aluno atuará na promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais com uma equipe multiprofissional, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Os critérios e tapas estão definidos de acordo com o amadurecimento do discente ao longo

dos semestres, proporcionando níveis de complexidade de acordo com sua experiência acadêmica, apreendidas pelos conteúdos ministrados. Sendo assim, segue a tabela abaixo:

Disciplina	Período	Nível de complexidade	Cenários envolvidos	Profissionais envolvidos
Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I	1º	Baixo	Prática na atuação primária, secundária e terciária de atenção à saúde. Atenção básica no Serviço Público em Centro de Idosos, Escolas, Centros Social Comunitário	Biomédicos; Enfermeiros; Farmacêuticos; Fisioterapeutas; Fonoaudiólogos; Nutricionistas.
Prática Profissionais em Saúde Coletiva II	2º		Prática na atuação primária, secundária e terciária de atenção à saúde. Atenção básica no Serviço Público em Centro de Idosos, Escolas, Centros Social Comunitário	Biomédicos; Enfermeiros; Farmacêuticos; Fisioterapeutas; Fonoaudiólogos; Nutricionistas.
Farmacologia Epidemiologia e Saúde Pública	3º		Disciplina que envolve a farmácia hospitalar nos três níveis de complexidade da atenção básica. Farmacovigilância, Controle de Infecção Hospitalar, Armazenamento e Controle de Estoque. RENAME. Estudo dos principais indicadores epidemiológicos e sua importância no planejamento de ações de saúde em todos os níveis de atenção.	Enfermeiros; Farmacêuticos; Médicos. Biomédicos; Enfermeiros; Farmacêuticos; Fisioterapeutas; Fonoaudiólogos; Nutricionistas.
Educação em Saúde	4º	Médio	Práticas, orientações na atuação primária, secundária e terciária de Educação em Saúde. Atenção básica no Serviço Público, Centro de Idosos, Escolas, Centros Social Comunitário.	Biomédicos; Enfermeiros; Farmacêuticos; Fisioterapeutas; Fonoaudiólogos; Nutricionistas.
Estágio Supervisionado Obrigatório I	9º		Estágio em Saúde Pública nas redes de atenção básica no Sistema Único de Saúde – SUS. Desenvolvimento das atividades de práticas em serviços de saúde através de acompanhamento de pacientes com hipertensão auxiliando no controle da pressão arterial, realização de seminários e desenvolvimento de palestras. Visitas técnicas em instituições de pesquisa, hospitais, unidades públicas de saúde, entidades de classe e conselho.	Enfermeiros; Farmacêuticos; Fisioterapeutas.
Estágio Supervisionado Obrigatório II	10º		Estágio em Urgência e Emergência nas Unidades de Média e Alta Complexidade no Sistema Único de Saúde – SUS. Desenvolvimento das atividades de práticas em serviços de saúde através de acompanhamento de pacientes graves e	Enfermeiros; Farmacêuticos; Médicos; Fisioterapeuta

			realização de seminários e desenvolvimento de palestras. Visitas técnicas em instituições de pesquisa, hospitais, unidades públicas de saúde, entidades de classe e conselho.	

5.20 Atividades práticas de ensino para áreas de saúde

O Curso de Graduação em Enfermagem, bacharelado, deve ser estruturado em três eixos de formação, contemplando atividades teóricas, práticas, estágios curriculares obrigatórios, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares, articulando a formação acadêmica à atuação profissional, de forma contextualizada e problematizada. Dessa forma, as atividades práticas de ensino estão voltadas a ciências da saúde, ciências biológicas, dentro dos estágios supervisionados obrigatórios (inclusive envolvendo o SUS) sempre contando com a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, articulando ensino, pesquisa e extensão.

Tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação acadêmica, os alunos participam de experiências de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área em atividades laboratoriais desenvolvidas internamente e estendem-se para as atividades de visitas técnicas e oficinas pedagógicas, além de estágio curricular supervisionado em campo de atividade profissional.

As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitoradas em campo por professores e/ou supervisores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades. Sendo, portanto, assim definidas:

a. As Aulas Práticas: realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da IES e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas específicas do curso.

b. As Visitas Técnicas: consistem no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa aprofundar sua percepção sobre as rotinas profissionais a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, desenvolvendo estudos, análises e avaliações.

c. Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados ou profissionais convidados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

5.20.1 Atividades Práticas de Ensino da Saúde em Conformidade com as DCNs.

Período	Atividades Práticas	Competências da DCN (vide Perfil do Egresso)	Contexto Regional de Saúde
1°	-Noções de formatação; -Referências Bibliográficas; -Produção de trabalho de acordo com as normas da ABNT.	Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional	As disciplinas de base são essenciais para dar alicerce a desenvolvimento de trabalhos no decorrer da graduação em Enfermagem.
2º	-Microscopia óptica; -Leitura e interpretação de lâmina; -Microscopia de divisão celular; -Extração de DNA; -Fases do desenvolvimento embrionário;	Atuar nos diferentes cenários da prática profissional considerando os pressupostos dos modelos clínico e epidemiológico	O docente tem o papel de contextualizar o conteúdo com aspectos regionais, levando em conta as doenças emergentes e doenças regionais sempre voltado ao âmbito da saúde pública.

3º	Microscopia dos tecidos patológicos e não patológicos; -Identificação de Leucócitos; -Visualização de bactérias gram-positivas e gram-negativas (coloração de gram); -Estrutura e Morfologia microscópica de fungos; -Conhecimento de vidrarias da área química; -Cálculo de medicações; Administração de medicamentos.	Ser capaz de diagnosticar e solucionar problemas de saúde, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança.	Disciplinas que proporcionarão ao acadêmico identificação de células e processos patológicos, que serão aplicados não somente na sua vida acadêmica, mas também após formação. Assim como, diluição e administração de medicamentos, que são fundamentais para assistência ao paciente.
4º	-Visualização e interpretação de exames laboratoriais; -Modelos de interpretação e intervenção.	Responder às especificidades regionais de saúde através de intervenções planejadas estrategicamente, em níveis de promoção, prevenção e reabilitação à saúde, dando atenção integral à saúde dos indivíduos, das famílias e das comunidades	Capacitação para atuação na promoção, prevenção e reabilitação.

Regulação para a Orientação, Supervisão e Responsabilidade Docentes para a Inserção nos Cenários do SUS e Outros Ambientes Profissionais

Os Convênios e parcerias com as Secretarias de Saúde preveem medidas que mantenham a promoção da atenção contínua, coordenada, compartilhada e integral, respeitando-se a relação aluno-usuário de serviço de saúde, de modo a evitar a descontinuidade do atendimento, a superlotação do serviço e prejuízos à atenção à saúde ao usuário do SUS. Os alunos deverão promover a realização de ações, focado na melhoria da saúde das pessoas, a partir de diretrizes e de normas técnicas para a realização de processos e procedimentos com vistas à qualidade e segurança do usuário do SUS fundamentado em princípios éticos e contribuir de maneira corresponsável com os profissionais dos serviços, gestores e usuários.

O Sistema Municipal de Saúde está integrado ao SUS, preconiza a regionalização na prestação dos serviços de saúde e a hierarquização das atribuições, onde cada esfera governamental deve cumprir funções e competências específicas, porém articuladas entre si.

O PPC foi elaborado de forma que expresse integração com ensino-serviço, assim, a organização curricular foi desenvolvida de forma a acompanhar o processo de trabalho nos vários pontos que compõem a rede de saúde, na perspectiva da continuidade do cuidado de saúde, ou seja, o estudante estará inserido em uma Equipe de Saúde que tem um território adscrito e a partir da necessidade de saúde, o mesmo percorrerá o sistema de saúde municipal em todos os pontos da rede que for necessário, sendo estimulado a exercer sua capacidade de compreensão, estruturação dos problemas e busca por soluções.

A vivência com os usuários e sua família permitirá a construção do olhar crítico sobre a realidade, atuando com o professor como facilitador para que o aprendizado se dê em articulação com a equipe de saúde e seus colegas de curso.

O estudante terá a possibilidade de vivenciar ações de promoção à saúde, prevenção de doenças, diagnóstico e tratamento dos agravos mais prevalentes à saúde do indivíduo, família e comunidade. A inserção do estudante na atenção primária a saúde favorece lidar com diferentes aspectos da vida e seus ciclos, na sua complexidade clínica e cultural.

E esta atuação a partir da atenção primária em saúde procurará se produzir a articulação dos conhecimentos na saúde coletiva, na clínica ampliada e no conceito de saúde. O estudante vivenciará o processo de trabalho na atenção primaria e sua equipe multiprofissional, atenção programática para crianças,

adolescentes, mulheres, homens, idosos e agravos de grande frequência. Participará de visitas domiciliares para acamados, gestantes, situações de risco e faltosos. Participará em atividades de Educação em Saúde na unidade e na comunidade como escolas, creches e outros. Acompanhará ações em gestão do cuidado em saúde, monitoramento e acompanhamento de prioridades em saúde.

O curso de Enfermagem da IES está pautado pela superação da dicotomia entre a teoria e a prática, e com o objetivo de inserir o estudante no Sistema Único de Saúde desde o início da formação e em cooperação com o município possibilitará aos estudantes vivenciar todos os âmbitos da atenção à saúde. Os estudantes serão inseridos nos territórios adscritos de cada Unidade de Saúde. A proposta do curso prevê a valorização do trabalho articulado com os serviços de saúde e atuação no SUS na esfera municipal, estadual e federal.

5.20.3 Desenvolvimento de Competências Específicas da Profissão relacionadas ao Contexto de Saúde da Região

Em consonância com as diretrizes curriculares, a qual preconiza que a formação deve levar em consideração os aspectos da região, alinhado ao perfil do egresso com o desenvolvimento de competências especificas, o qual é tratado com afinco nas atividades transversais de Educação Ambiental e Educação Étnico Racial. Ainda, na concepção do curso foi articulado disciplinas que possam abranger e dotar os discentes de tais competências, dentre os quais podemos citar as disciplinas de:

Responsabilidade Socioambiental e Sustentabilidade;

Práticas Profissionais em Saúde Coletiva I e II;

Saúde das Populações Indígenas, Ribeirinhas e Étnico - Raciais

Enfermagem no Processo de Cuidar em Doenças Infecto - Parasitárias

5.20 Atividades práticas de ensino para licenciaturas

5.20.1 Relação das atividades práticas de ensino da licenciatura com as DCNs da Educação Básica, da formação de formação de professores e da área de conhecimento da licenciatura

Não se aplica

5.20.2 Distribuição das Atividades Práticas de Ensino para a Licenciatura Relacionando Teoria e Prática de Forma Reflexiva ao Longo de Todo o Curso

Não se aplica

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E TUTORIAL

5.21 Núcleo Docente Estruturante – NDE

As normas do NDE compreendem os seguintes itens:

O NDE de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso;

O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso;

São atribuições do NDE: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação;

A IES, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores

pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso;

O NDE constituído deverá se reunir no mínimo 2 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico;

Caso haja necessidade de outras reuniões o Presidente do NDE, poderá convocar reuniões extraordinárias;

As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser registradas em ata aprovada por todos os membros;

O presidente nato do NDE é o Coordenador de Curso de Graduação;

O NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem submetidas aos Colegiados de Curso.

5.21.1 Composição do NDE

Seguindo as novas diretrizes do MEC, em resposta ao novo instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial, a Direção da IES designou os professores relacionados no quadro a seguir para, sob coordenação do curso, constituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pela formação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso e outras atividades pertinentes ao curso, que constam em regulamento próprio.

5.21.2 Atribuições do NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso, os mesmos possuem formação *stricto sensu* e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso.

5.21.3 Planejamento dos Estudos e Avaliação Periódica o PPC pelo NDE

Semestralmente serão realizadas ao mínimo duas reuniões do NDE para debate e discussão de melhorias do curso, assim como avaliação e adequação (se necessário) do PPC, o qual será levado para discussão e deliberação por parte do colegiado do curso.

5.21 Equipe multidisciplinar

A equipe multidisciplinar atua na relação entre a coordenação do Curso e o Núcleo de Educação a Distância (NeaD), que é a unidade institucional responsável pela gestão dos processos acadêmicos e pedagógicos de cursos e atividades educacionais na modalidade a distância, o que inclui: organizar, implantar e gerenciar as atividades a distância nos cursos, inclusive orientando e supervisionando os docentes envolvidos nessa modalidade de ensino.

O NeaD é composto por um grupo de profissionais com grande experiência acadêmica e tecnológica na área, com passagem por renomadas instituições de ensino, que trabalham de forma sistêmica e colaborativa. O NeaD tem regimento próprio (Regimento da Graduação Modalidade a Distância), com *status* de uma Unidade com autonomia para gerir suas ações, bem como para garantir a implantação, implementação, e desenvolvimento do processo educativo utilizando a modalidade a distância, por meio de ações didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas.

Coordenação Pedagógica

Responsável pelo desenvolvimento dos projetos pedagógicos, manuais e regulamentos junto com os coordenadores de cursos, revisão, controle e acompanhamento do ambiente virtual do aluno; organização,

planejamento e controle dos tutores e conteudistas. Tem conhecimento na área pedagógica, incluindo didática e metodologias, gestão educacional, técnicas de ensino-aprendizagem, docência e uso de mídias e tecnologias.

Composição:

01 Revisor: com conhecimento e formação na área de Língua Portuguesa;

01 Supervisor de Tutores: com formação e experiência na área de supervisão:

Tutores (20 h) presencial (de polo): com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por acompanhar os alunos no polo, preparar a sala de aula, passar as dúvidas dos alunos para os professores, via chat, aplicar as provas e as encaminhar ao Núcleo de Educação a Distância e auxiliar o aluno na utilização do AVA;

Tutores (20 h) à distância: com formação de nível superior e atua na área de conhecimento de sua formação. Responsável por dar suporte às atividades dos docentes;

01 Psicopedagogo: com formação em Psicologia para atendimento aos alunos:

01 Professor por disciplina: 06 horas semanais.

Supervisor de Tutores

Tem como atribuições:

Receber e emitir parecer sobre propostas de cursos de graduação, modalidade a distância, e enviá-los ao CONSUP da IES;

Exercer a supervisão pedagógica dos cursos de graduação, modalidade EaD, observando as normas e desenho curricular do Projeto Pedagógico Institucional do NeaD;

Supervisionar a observância das normas e qualidade exigida na produção dos materiais didáticos a serem elaborados pelos professores;

Revisar os elementos que irão compor o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

Acompanhar o desempenho dos coordenadores e supervisionar o cumprimento de suas atribuições;

Quando solicitado, representar o curso perante as instâncias superiores institucionais e órgãos avaliadores do Ministério da Educação.

Coordenação de Mídias e Tecnologias

Tem como atividades a escolha das tecnologias e mídias a serem utilizadas nas atividades e nos cursos oferecidos pelo NeaD e a operacionalização da construção do material didático.

Composição:

01 Analista de Sistema: esse profissional deve ter formação em análise de sistema e experiência técnica comprovada;

01 Analista Designer Web: esse profissional deve ter ótimos conhecimentos sobre softwares para design de recursos e páginas web; 01 Analista de Ambiente Virtual de Aprendizagem: o profissional dessa área deve ter ótimos conhecimentos nas áreas de programação e, em especial, sobre as especificidades do software escolhido para hospedar os cursos e as atividades;

02 Assistentes de Produção: acompanhamento das gravações das videoaulas, agendamento com os professores, controle e organização dos estúdios.

Tem como atribuições:

Apresentar mídias e tecnologias apropriadas para atender à sociedade;

Coordenar todos os processos que visam ao funcionamento do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

Coordenar a operacionalização dos materiais didáticos, o design institucional do AVA, o design institucional dos estúdios de gravações; o design dos materiais didáticos.

Coordenação de Produção

Setor responsável pela produção, gerenciamento e orientação aos docentes no processo de produção e gravação das videoaulas com vistas a garantir a qualidade técnica e pedagógica desse recurso didático.

Tem como atribuições:

Produzir recursos para as videoaulas;

Gerenciar demandas relativas às videoaulas;

Gerenciar demandas da agenda dos estúdios;

Produzir locais para gravações externas e entrevistas;

Orientar professores quanto ao conteúdo das videoaulas e sua relação com o conteúdo escrito.

Orientar professores quanto à estrutura e recursos para a gravação das videoaulas;

Recepcionar e dar apoio aos docentes durante sua estada no Núcleo de Educação a Distância;

Acompanhar gravações;

Acompanhar produção da locução e da tradução da Língua de Sinais;

Criar, implantar e otimizar processos referentes às videoaulas e suas demandas; e

Produzir relatórios sobre o andamento das gravações.

Secretaria Acadêmica (SeaD):

Setor responsável por todos os processos, registros e controles acadêmicos, e pelo relacionamento com alunos e com os polos de apoio presencial.

Sua composição inclui:

04 Assistentes administrativos acadêmicos para a secretaria: atendimento on-line e por telefone aos alunos;

01 Assistente administrativo acadêmico para logística: controle materiais didáticos e documentos;

02 Assistentes administrativos acadêmicos para apoio ao aluno: atendimento on-line e por telefone aos alunos;

01 Ouvidor: atendimento on-line e por telefone aos alunos.

5.22 Regime de trabalho do coordenador do curso

5.22.1 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso.

O coordenador tem regime integral (40h) com carga horária dividida:

- 34h de Coordenação
- 03h de Núcleo Docente Estruturante
- 03h de sala de aula

5.22.2 Atribuições do Coordenador de Curso

A IES entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

O perfil de atuação do coordenador que se deseja é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover as alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo capaz de transformar, diariamente, conhecimento em competência.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

Reconhecer as necessidades da área em que atua;

Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;

Atender as exigências legais do Ministério da Educação;

Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;

Operar novas tecnologias;

Avaliar o trabalho dos docentes;

Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;

Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;

Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;

Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança.

Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivo e cognitivo.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

5.22.3 Relação do Coordenador com Docentes, Discentes, Tutores

O coordenador de curso, dentro das suas atribuições e de acordo com o regime de trabalho no qual atua, possui dentro da sua organização de trabalho, a disponibilidade necessária para dar suporte e atendimento aos seus discentes. Sua atuação é voltada para a formação dos discentes em relação a importância da modalidade em EAD relacionada à sua formação profissional e acadêmica, quanto aos conhecimentos do Ambiente Virtual de Aprendizagem, para o esclarecimento de dúvidas voltadas ao componente curricular em estudo.

Para que sua atuação seja eficaz, possui amplo conhecimento sobre a modalidade de EAD e conta com a participação dos docentes em momentos destinados à sua atuação. Essa parceria é de grande importância, uma vez que estes são os especialistas nos componentes curriculares e após também ter passado por formação, estão aptos a junto com os tutores, atuar como construtores e mediadores da aprendizagem. Esse elo entre a coordenação do curso e seu corpo de professores e de tutores é o que permite que o aluno por meio da modalidade e do componente curricular em estudo, tenha segurança em relação à sua aprendizagem e veja no seu coordenador, o suporte necessário para que seu desenvolvimento e sua relação com o copo docente e de tutores, ocorra sem dificuldades. Toda a atuação da coordenação está pautada no PCC do curso e nas suas atribuições enquanto coordenador.

5.22.4 Representatividade do Coordenador nos Colegiados Superiores

Em acordo com a política institucional que promove a participação dos setores da instituição nos órgãos colegiados, os coordenadores dos cursos de graduação participam efetivamente do colegiado de curso do NDE do Comitê de Qualidade de Ensino e possui uma representatividade no Conselho Superior a partir de membro eleito pelos seus pares.

5.22.5 Plano Acadêmico Administrativo de Gestão do Curso sua Documentação e Compartilhamento

O Plano de Gestão Acadêmico Administrativo é um instrumento decorrente do processo de autoavaliação de curso e que serve de plano de ação interno de gestão da do curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES com base na autoavaliação de curso, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:

Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.

Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.

Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.

Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao início do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar

um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria contínua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter à apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FAMETRO, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

i) Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidades específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividades extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.

ii) Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como princípio o diálogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

iii) Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção dos nossos alunos no mundo do trabalho.

iv) Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.

v) Autoavaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.

vi) Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

vii) Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.

viii) Atividades de Incentivo a Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo a produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.

ix) Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos

x) Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

Plano Acadêmico Administrativo segue como documentação anexa.

5.22.6 Indicadores de Desempenho do Coordenador e sua Publicação

Para a definição dos indicadores, realiza-se um simples ciclo de especificação, implementação, acompanhamento e avaliação. A parte final (avaliação) é realizada por meio de observação e entrevista do coordenador. Por fim, é utilizado uma ficha padrão, que possibilite a clara avaliação do desempenho do coordenador.

A seguir, estão os indicadores para avaliação do desempenho do coordenador que são realizados semestralmente:

ESFERA 1 – ACADÊMICA		
ITEM	PARECER (SIM/NÃO)	OBSERVAÇÃO
O número de disciplinas com alto grau de reprovação é de acordo com a média?		
Realiza feedback com o corpo docente durante e ao final de cada semestre?		
Realiza e/ou disponibiliza treinamento para o seu corpo docente?		
Possui estratégias pedagógicas para minimizar a evasão de alunos?		
Possui boa relação com seu corpo docente?		
Possui boa relação com seu corpo discente?		
É pontual?		
Possui um alto índice de resolubilidade de protocolos?		
Detém um alto rendimento em avaliações de alta escala externa?		
ESFERA 2 – AVALIAÇÃO INTERNA		

Para as esferas 2 e 3, realizar parecer de acordo com a Escala Likert:		
PARECER	LEGENDA	
1	Discordo totalmente	
2	Discordo parcialmente	
3	Não concordo, nem discordo	
4	Concordo parcialmente	
5	Concordo totalmente	
ITEM	PARECER (1 a 5)	OBSERVAÇÃO
Média do curso de satisfação por disciplina básica;		
Média do curso satisfação por disciplina específica;		
Média de satisfação por docente em relação ao aluno;		
Quantidade de aulas práticas por semestre;		
Quantidade de visitas técnicas por semestre;		
Quantidade de atividades extensionistas do Curso;		
ESFERA 3 – AVALIAÇÃO EXTERNA		
Titulação docente;		
Estimulação ao corpo docente para educação continuada: cursos, palestras, congressos e treinamentos;		
Publicações do corpo docente em revistas científicas indexadas.		

5.22.7 Planejamento da Administração do Corpo Docente

O corpo docente dos cursos de graduação do Centro Universitário Fametro encontra-se ligado hierarquicamente à Coordenação do curso. Esta, a partir de calendário interno e plano acadêmico administrativo, realiza o planejamento e administração das ações do corpo docente no âmbito do curso semestralmente. Este planejamento é revisto sistematicamente, tendo em vista os resultados alcançados no período anterior e a prospecção de ações futuras que possam colocar o corpo docente, de maneira mais eficiente, alinhado aos objetivos do curso ao perfil profissional do egresso.

5.23 Corpo docente

O Corpo Docente é constituído por professores com titulação no mínimo de especialização e que tenham sido admitidos após banca de seleção de docentes organizada pela Coordenação de Ensino.

O Centro Universitário tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos. Quanto à titulação dos docentes da IES incluem:

Doutores;

II- Mestres;

III- Especialistas

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Plano de Cargos e Salários homologado no Ministério do Trabalho.

O processo seletivo de docentes incluiu os seguintes passos:

Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na “banca de currículos” da IES ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;

Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;

Entrevista com o candidato;

Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

5.23.1 Relação do Corpo com a Respectiva Titulação

Os professores que atuarão no curso foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:

Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na “banca de currículos” da IES e ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;

Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;

Entrevista com o candidato;

Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

A IES tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos.

Os professores previstos para o curso estão elencados no quadro em anexo na pasta da dimensão 2.

5.23.2 Relação da titulação dos docentes com seu desempenho em sala de aula, capacidade de analisar conteúdos curriculares e fomentar o raciocínio crítico e relevância para atuação profissional e acadêmica.

Entendendo que a análise crítica da realidade existente é imprescindível para sua transformação o nosso quadro de docentes analisam as competências dos componentes curriculares na fomentação do raciocínio crítico, reflexivo e dialógico. O conhecimento acadêmico do corpo docente traz contribuições para o alargamento da consciência crítica dos educandos nas práticas institucionais concretamente situadas na construção da democracia social e educacional.

A coordenação irá inserir o relatório na pasta da dimensão 2 do curso.

5.24 Regime de trabalho do corpo docente

5.24.1 Relação do Corpo Docente com o Respectivo Regime de Trabalho

O regime de trabalho do corpo docente possibilita o atendimento integral da demanda, considerando a docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem, os documentos comprobatórios encontram-se no anexo na pasta da dimensão 2.

5.24.2 Atribuição dos Docentes e Forma de Registro das Atribuições Individuais Considerando a Carga Horaria por Atividade

Os professores horistas exclusivamente às atividades de sala de aula. Os professores que trabalham em regime parcial contratados para atuar com 12h ou mais horas semanais reservam ao menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes. E os docentes contratados em regime integral atuam 40h semanais na IES, sendo destas 20h semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação.

5.25 Experiência profissional do docente

5.25.1 Relação do corpo docente com as respectivas experiências profissionais FORA do magistério superior.

A IES considera a importância da relação entre a experiência profissional do corpo docente visto que tal conhecimento reflete diretamente no desempenho em sala de aula. Segue em anexo na pasta da dimensão 2, a relação dos docentes e as respectivas experiencias profissionais fora do magistério superior.

5.25.2 Relação da experiência do corpo docente previsto e seu desempenho fora do magistério superior.

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC traça um relatório evidenciando a importância da experiência profissional do corpo docente para o bom desempenho em sala de aula ao aplicar, analisar e exemplificar de forma contextualizada, problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional.

O referido relatório está em anexo na pasta da dimensão 2 do curso.

5.26 Experiência no exercício da docência na educação básica

Não se aplica.

5.26.1 Estudo que Demonstra e justifica a Relação entre a Experiência no Exercício da Educação Básica do Corpo Docente

Não se aplica

5.27 Experiência profissional do docente na docência superior

5.27.1 Relação do Corpo Docente com as Respectivas Experiências no Magistério Superior

Considerando o perfil do egresso a IES ressignifica a relação entre a experiência no exercício da docência superior do corpo docente e seu desempenho em sala de aula, neste contexto as ações que permitem identificar as dificuldades dos alunos, expor o conteúdo em linguagem adequada e apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, além de promover avaliações coerentes com os objetivos da aprendizagem.

A tabela com os docentes e as respectivas experiências no ensino superior serão apresentadas em anexo na pasta da dimensão 2.

5.28 Experiência no exercício da docência na educação a distância

5.28.1 Estudo que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiencia no Exercício da Docência na Educação a Distância do Corpo Docente e seu Desempenho na Identificação das Dificuldades de Aprendizagem, Contextualização dos Conteúdos, Avaliação diagnóstica, formativa e somativa, Liderança e Produção reconhecida.

Abordar sobre saberes docentes é uma tarefa difícil devido à complexidade desta análise, uma vez que os saberes nascem de conhecimentos e experiências no decorrer de sua práxis educativa.

Tardif (2014), em seus estudos, considera dois importantes aspectos relacionados aos professores: o saber em seu trabalho e o saber em sua formação. Para o autor, não há como estudar o saber do docente sem fazer a relação com o contexto e com os condicionantes em que os professores estão inseridos. Portanto, os saberes só possuem sentido quando estão relacionados com o trabalho dos docentes. Tudo aquilo que já foi vivenciado como processo educativo faz parte e fará parte da prática profissional do docente, seja de forma positiva ou não. Quando o docente se deparar com as necessidades é quando ele fará sua atuação de fato.

> O saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola, etc. Por isso, é necessário estudá-lo

> relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente (TARDIF, 2014, p. 11)

A função do docente não está dissociada do saber docente. Todavia não há como dissociar estes papéis. Embora haja uma rotina de trabalho diferenciado na modalidade a distância, o trabalho acontece da mesma forma, de forma colaborativa e coletiva.

As experiências vivenciadas pelos docentes nas salas de aulas de cursos presenciais, no que diz respeito aos processos metodológicos, técnicas inovadoras, processos avaliativos serão de suma importância para aquele docente que vai atuar no ensino a distância, uma vez que o mesmo se depara com todas essas situações, seja através de um ambiente virtual, ou mesmo de encontros semipresenciais.

Para isso, é preciso que o docente além destas experiências desenvolva competências e habilidades inerentes a função de um docente EAD. Sobre esse contexto, afirma Masetto (2015, p.143):

> (...) compreende-se melhor a função docente do professor, "colocando-o na contingência de conhecer novos recursos tecnológicos, adaptar-se a eles, usá-los e compreendê-los em prol de um processo de aprendizagem mais dinâmico e motivador para seus alunos".

Para Belloni (2015, p. 89), é crucial a redefinição do papel do docente para que ocorra o sucesso dos processos educacionais, tanto presencial como a distância. A atuação desse profissional na EaD passará do [...] monólogo sábio da sala de aula para o diálogo dinâmico dos laboratórios, salas de meios, e-mail, telefone e outros meios de interação mediatizada; do monopólio do saber à construção coletiva do conhecimento, por meio da pesquisa; do isolamento individual ao trabalho em equipes interdisciplinares e complexas; da autoridade à parceria no processo de educação para a cidadania.

Para Tenório, Santos e Tenório (2016), as competências impostas ao professor na modalidade presencial, igualmente, são imprescindíveis ao tutor na educação a distância, devendo ser adaptadas de acordo com as especificidades da modalidade. Com isso, percebe-se que as duas figuras, compartilham das mesmas competências, mesmo que com funções diferentes.

Desta forma, é possível perceber que é de suma importância os saberes e experiências dos docentes adquiridos durante sua trajetória, mas também é muito mais importante que ele inove e se renove a cada dia, principalmente no que diz respeito aos recursos tecnológicos.

Estudo que demonstra e justifica a relação entre as experiências de tutores em educação a distância e seu desempenho na Identificação de dificuldades de aprendizagem, exposição do conteúdo em linguagem aderente, contextualização dos conteúdos, adoção de práticas exitosas ou inovadoras.

No que se refere ao trabalho do docente tutor Mill (2014, p. 26) o define como polidocência. "O termo [...] não é necessariamente novo e [...] poderia ser definido como uma docência coletiva, isto é, onde cada parte é realizada por um trabalhador distinto". Nesta concepção, uma nova situação acontece no processo de ensino e de aprendizagem, sobretudo na educação a distância: o uso das TDIC. Para Masetto (2015), o desenvolvimento das TDIC impactou na educação, a partir do uso de computadores e da internet; do acesso em tempo real e imediato às informações, às experiências, ao conhecimento e projetos transformadores. Fica evidente que não é suficiente apenas conhecer as ferramentas, cabendo ao docente saber utilizá-los na prática.

Com o desenvolvimento da cultura digital, a mediação pedagógica, baseada no uso das TDIC, entra em discussão. Masetto (2015) entende por mediação pedagógica a atitude do professor que se posiciona como um facilitador, um motivador ou um incentivador da aprendizagem. Para o autor, esse comportamento se apresenta como uma ponte entre a aprendizagem e seu aprendiz, colaborando ativamente para o alcance dos objetivos do aluno. Suas experiências docentes, seja de saberes (conhecimentos), técnicas e metodologias diferenciadas, bem como suas experiências como um tutor, mediador e um "professor digital", contribui significativamente para sua atuação enquanto tutor, na interação com os estudantes, na exposição de conteúdos e consequentemente resultando em práticas exitosas e inovadoras para o processo de ensino e aprendizagem.

Contudo, muitos tutores encontram algumas dificuldades no desenvolvimento de seu fazer pedagógico. Oliveira e Santos (2013) verificaram em seus estudos, que muitos profissionais que atuam na EaD não possuem experiências nessa modalidade em sua formação. Configura-se, então, um ambiente de novos desafios e descobertas, porém com o enfrentamento de certas dificuldades. Cabe a Instituição, deixar claro o papel do tutor EAD, bem como do seu fazer pedagógico, promovendo reuniões periódicas para deixá-los a par de orientações gerais, bem como de alteração em documentos legais relacionados ao EAD e promovendo formações continuadas que desenvolvam habilidades no seu corpo docente.

> Quando o tutor possui habilidades desenvolvidas para a mediação pedagógica possibilita vivenciar aspectos que surgem do e no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), gerando situações em que o estudante seja capaz de realizar conexões entre os conhecimentos construídos e os conteúdos do curso, de modo que a aprendizagem seja realmente incorporada em diversos contextos, aponta Schlunzenet al. (2016).

Nessa perspectiva, fica evidente a necessidade de conhecer e entender as competências de um tutor. Por competência, Perrenoud (2000, p. 35) entende ser "[...] a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades, informações etc.), para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações". Sobre as competências necessárias ao tutor, conforme os estudos de Maggio (2001, p. 41) aponta uma série de conhecimento necessários como: conhecimento de conteúdo e pedagógico, conhecimento do contexto educacional, bem como de valores educativos de suas raízes históricas e filosóficas.

Desta forma, para se desenvolver competências para a tutoria são necessárias situações e experiências que demonstrem a precisão de mobilizar o saber e executá-lo. Ao considerar o tutor como a figura fundamental na educação a distância, torna-se necessário falar sobre a sua capacitação e sua formação para atuar nos vários cursos disponibilizados pelas instituições. De acordo com Belloni (2015, p. 92) a formação inicial objetiva "[...] prepará-los para a inovação tecnológica e suas consequências pedagógicas e também para a formação continuada, numa perspectiva de formação ao longo da vida".

No anexo da pasta da dimensão 2 do curso está disposto a relação comprobatória da experiencia do corpo docente na educação à distância.

5.29 Experiência no exercício da tutoria na educação a distância

5.29.1 Relação da experiência no exercício da tutoria na educação à distância do corpo tutorial e a capacidade de fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com docentes, incrementar processos de ensino aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares.

A capacitação e preparação do tutor continuamente é primordial para o desenvolvimento de suas funções. Mesmo possuindo todos os pré-requisitos necessários para atuar com a tutoria, esse profissional passa por constante avaliação a fim de sejam verificados os pontos positivos de sua atuação e àqueles pontos que precisam ser trabalhados para que sua atuação mediante a aprendizagem do aluno, leve aos resultados e objetivos traçados. Essas atualizações são feitas por meio de treinamentos virtuais através de sites voltados à EAD assim como presencialmente em momentos com a coordenação pedagógica, por meio de estudos de casos, análise de artigos e reflexão sobre as ações e desenvolvimento de habilidades e atitudes e estudo do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Para garantir a formação do corpo de tutores com o objetivo de formatar as atitudes e habilidades dentro das funções relacionadas, é necessário estabelecer características e perfis profissionais fundamentais para processo labutar do tutor. Para assegurar o cumprimento da qualidade e excelência já conhecidos desta IES são realizadas formações continuadas ao corpo tutorial.

Nessa perspectiva, para ter o seu corpo de tutoria atendidos com projetos de qualificação a IES busca promover;

Ampliar os incentivos para participação em eventos científicos/técnicos e culturais.

Promover Formação Continuada didático-pedagogicamente, no início de cada semestre com oficinas, palestras etc.

Valorizar a titulação acadêmica, experiência na tutoria e fora dela, produção científica e tecnológica como critério de seleção para admissão de tutores;

Valorizar a produção científica como critério de ascensão horizontal para níveis sucessivos das categorias docentes.

Disponibilizar acervo bibliográfico online aos tutores.

Criar programa de Inter formação entre os tutores EAD e professores da graduação presencial.

Garantir expansão de domínio dos tutores de novas tecnologias e ferramentas para uso na modalidade EAD

Disponibilizar ferramentas para aumento de interação com os alunos com a devida formação dos tutores para uso.

Promover Formação específica por meio digital.

Valorizar e capacitar o uso de ferramentas móveis para complemento do ambiente virtual de aprendizagem.

É importante ainda destacar que a IES busca correlacionar todas as experiências no exercício da tutoria para que estes profissionais se sintam valorizados e sobretudo aptos a desenvolver todas as atividades inerentes ao seu respectivo papel no processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, assegurando a estes o pleno desenvolvimento de suas competências e habilidades necessárias à sua formação. Nesse escopo, realizar mediação pedagógica, relacionar-se com Docentes, incrementar processos de ensino-aprendizagem, orientar e sugerir atividades e leituras complementares.

No anexo da pasta da dimensão 2 do curso está disposto a relação comprobatória da experiencia do corpo docente na educação à distância.

5.30 Atuação do colegiado de curso

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

Coordenador, que o preside;

Corpo docente do curso;

Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

Aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;

Aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;

Acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;

Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;

Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;

Exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso.

O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso.

5.30.1 Institucionalização do Colegiado com Representatividade dos Segmentos e Periodicidade e Registro das Reuniões.

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da IES, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade do curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

Coordenador, que o preside;

Corpo docente do curso;

Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

I. aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo NDE;

II. aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo NDE;

III. acompanhar os resultados da autoavaliação do curso realizado pela CPA;

IV. colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;

V. articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;

VI. exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do NDE, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso. Os conteúdo das reuniões são registrados em ata.

5.30.2 Fluxo para Encaminhamentos das Decisões, Encaminhamento e Execução.

Após o registro das reuniões em ata, os pleitos devem ser encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso, e assim responder também por meio de Comunicação Interna a decisão para execução por parte da coordenação e do colegiado.

5.30.3 Avaliação Periódica do Desempenho das Decisões Colegiadas para Implementação ou Ajuste de Práticas de Gestão

A avaliação periódica das decisões colegiadas e a implementação dos ajustes de práticas de gestão, dar-se-ão mediante os resultados apontados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pela autoavaliação do curso a partir de práticas democráticas de discussão e reflexão acerca dos resultados alcançados no período de um semestre. Essa avaliação alicerça a possibilidade de planejamento de ações futuras e ajusta a prática de gestão, sempre em busca da melhoria da qualidade de ensino e demais ações praticadas no interior do curso.

5.31 Titulação e formação do corpo de tutores presenciais e tutores a distância

5.31.1 Demonstração que todos os Tutores são Graduados na Área da Disciplina e da Titulação da sua Maioria

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo na pasta da dimensão 2, a relação do corpo de tutores presenciais e a distância com suas respectivas titulações e formação.

5.32 Experiência do corpo de tutores

5.32.1 Estudos que Demonstra e Justifica a Relação entre a Experiência dos Tutores em Educação a Distância e seu Desempenho na Identificação de Dificuldades de Aprendizagem, Exposição do Conteúdo em Linguagem Aderente, Contextualização dos Conteúdos, Adoção de Práticas Exitosas ou Inovadoras

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo na pasta da dimensão 2, a relação das experiências dos tutores a distância e seu desempenho na identificação de dificuldades de aprendizagem.

5.33 Interação entre tutores, docentes e coordenador de curso

A interação entre os tutores presenciais, tutores a distância, docentes e coordenador de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCNs do curso.

As tutorias *online* e as tutorias presenciais tem atribuições distintas com o objetivo de melhor apoiar o estudante no processo de ensino-aprendizagem. Contudo, ambas formas de tutorias são amparadas e estão sob responsabilidade de um professor denominado aqui, como docente responsável. Todos esses atores, envolvidos nesse processo são definidos de forma conjunta entre coordenador de curso e coordenação acadêmica e pedagógica do NEaD. A interação entre os tutores presenciais, tutores a distância, docentes e coordenadores de curso, ocorre de forma sistemática e programada tanto presencialmente quanto no AVA, com o objetivo de desenvolver estratégias e implementar ações que contribuam para o melhor andamento das disciplinas e conforme as DCNs do curso.

A interação com o Estudante é potencializada de diversas formas, seja de forma presencial, via contato telefônico, e-mails e pelo uso criativo dos recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem. A proposta pedagógica do Ensino a distância da IES utiliza a Plataforma Moodle para gerenciar seu ambiente virtual de aprendizagem. O AVA é estruturado para atender os estudantes de forma que se sintam em uma sala de aula. Utiliza ferramentas síncronas e assíncronas. Cada participante desse cenário e que faz parte do processo de aprendizagem utiliza canais específicos de comunicação.

Os tutores EAD são responsáveis pelo gerenciamento da disciplina, pelo acompanhamento das atividades realizadas pelos estudantes no AVA, cria fóruns de discussão e interage nestes fóruns, aplica atividades avaliativas, interage com o estudante através de comunicação síncrona e assíncrona, orienta e tira dúvidas de forma *online* e presencial e realiza encontros presenciais. Estão divididos entre Tutores EAD e presenciais, interagindo de forma diferenciada.

5.33.1 Planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso

Por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela IES, é possível a cooperação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso o que possibilita um trabalho em equipe, com a finalidade de atingir a um objetivo comum. Academicamente essa cooperação é importante, porque tem o aluno como o objetivo principal de todo o processo ensino e aprendizagem.

Segundo a proposta da IES, o coordenador de curso é o responsável pelo acompanhamento das disciplinas quanto à adequação ao projeto pedagógico do curso. A interação entre coordenador de curso e tutores ocorre em vários momentos e de formas diferentes. A primeira forma a ser citada é através de reuniões presenciais para relato de problemas e soluções, assim como compartilhamento de experiências entre tutores.

O planejamento da Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador de Curso ocorre de forma sistematizada e sempre voltado para a melhoria dos resultados e otimização dos processos em que esses atores atuam.

De forma síncrona, o meio de reuniões através de ferramentas específicas para tal, a exemplo do *meet* e do *jitsi*. Entretanto, para otimizar o fluxo de comunicação e oportunizar uma maior interação entre esses atores, a solução adotada foi a criação no *Moodle* de uma sala chamada “Sala Multidisciplinar”. Nesta sala estão inseridos tanto o coordenador do curso, coordenação acadêmica e pedagógica, tutores presenciais e de tutores EaD. Com base na atuação dos tutores na Sala Multidisciplinar, através da criação de fóruns e o registro das discussões, o processo de gestão das várias disciplinas e principalmente o acompanhamento das dificuldades enfrentadas pelos tutores presenciais e a distância, conseguem ser identificadas e sanadas a contento evitando maiores prejuízos para o aluno e garantindo a qualidade do acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. Na Sala Multidisciplinar são disponibilizados além de fóruns outros recursos como arquivos para download, enquetes, questionários de avaliação, entre outros. A garantia da disponibilidade de material em um local único e a possibilidade de estabelecer troca de informações e compartilhar problemas e soluções é de grande valia como uma forma de garantir o alinhamento das informações, estabelecer um fluxo de comunicação e acompanhar as etapas do processo de ensino-aprendizagem do aluno.

5.33.2 Avaliação Periódica para Incremento na Interação entre os Interlocutores

Na contextualização da interação entre professores e tutores presenciais e a distância, são realizadas por meio de comunicação de grupos de estudos, sistema de comunicação interna, distribuição de materiais entre os mesmos sempre prezando pela qualidade de ensino em EAD. Neste sentido, a gestão do ensino a distância, é responsável pela promoção de planejamento de interação que possibilite condições de mediação e articulação entre tutores, docentes e coordenação do curso, considerando uma análise sobre a interação para encaminhamento de questões de gestão acadêmica do curso.

A interação garante a mediação e a articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso, para a realização de avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento na interação entre os interlocutores. Os mecanismos de interações dos alunos com os docentes e tutores são pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sala multiprofissional virtual e de forma oportuna, presencialmente. Nesses ambientes são criados links para facilitar os processos de comunicação multimídia em tempo real e off-line. Esses mecanismos permitem processos de interação com os professores e tutores em grupo e individual. Além disso, o serviço de tutoria acessa os mecanismos de interação periodicamente para realizar atendimento ao aluno. Os tutores têm a função de mediação pedagógica entre os alunos e os conteúdos com atendimento periódicos das demandas dos alunos em horário de trabalho pré-definido pela coordenação do curso. O serviço de tutoria também tem a função de animação pedagógica dos alunos com monitoria permanente para saber se estão participando ou afastados das atividades pedagógicas de ensino e aprendizagem.

5.34 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

5.34.1 Relação do Corpo Docente Previsto e suas Respectivas Produções

A IES considerando o perfil do egresso constante no PPC, apresenta em anexo na pasta da dimensão 2, a relação do corpo docente e suas respectivas produções.

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

5.35 Espaço de trabalho para docentes em tempo integral

O curso oferece gabinetes de trabalho equipados, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica. Esses gabinetes encontram-se equipados com internet, terminais de computador para livre acesso dos docentes e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

5.36 Espaço de trabalho para o coordenador

A coordenação possui uma sala própria com condições adequadas em termo de dimensão, equipamentos e conservação para comportar o gabinete individual do coordenador e o gabinete para a funcionária auxiliar. A sala dispõe de arquivos e prateleiras para a organização da documentação do curso. O coordenador e a funcionária possuem acesso a impressora na própria sala e a internet irrestrita. As acomodações do espaço permitem o atendimento individualizado de discentes e docentes tanto pelo coordenador como pela funcionária que auxilia nos processos administrativos do setor.

5.37 Sala coletiva de professores

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade como mesas, cadeiras, sofás, bebedouro, necessária à atividade proposta.

5.38 Salas de aula

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta e contém uma média de 50 cadeiras estofadas com braço, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa de professore recursos pedagógicos à disposição.

5.39 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática

A IES possui laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso à internet para o uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento. Nos laboratórios os alunos contam com suporte de um técnico de informática que assessora a utilização dos mesmos.

Laboratório de Informática

LABORATÓRIO INFORMÁTICA MÓVEL		
Relação de Equipamentos		
Equipamento	Quant.	Local
Armário em aço inox escovado para acondicionamento Notebook	1	UNIDADE III
Carrinho de transporte	1	UNIDADE III
Notebook Positivo Master N170I	48	UNIDADE III
Suporte para notebook em madeira	48	UNIDADE III
Teclado em braille para PC adaptado com USB	1	UNIDADE III

5.40 Bibliografia básica por unidade curricular

A IES possui acervo físico e virtual por meio de contrato com número de acessos que atendem à demanda do curso.

A bibliografia básica do curso é homologada pelo NDE em relatório específico com adequação à DCN, número de vagas e número de títulos. São 03 títulos por unidade curricular com exemplares na proporção de 01 exemplar para cada 09 vagas, atualizados e tombados junto ao patrimônio da IES. O acervo é gerenciado com plano de contingência para garantia de acesso e do serviço.

5.41 Bibliografia complementar por unidade curricular

A IES possui acervo físico e virtual por meio de contrato com número de acessos que atendem à demanda do curso.

A bibliografia complementar do curso é homologada pelo NDE em relatório específico com adequação à DCN, número de vagas e número de títulos. São 05 títulos por unidade curricular, com no mínimo 02 exemplares de cada título disponível, estando tombados e cadastrados junto ao patrimônio da IES e ao sistema da biblioteca. O acervo é gerenciado com plano de contingência para garantia de acesso e do serviço.

1. REVISTA ENFERMAGEM BRASIL (Assinatura digital)

Periódicos online acesso livre do Curso de Enfermagem

1. Revista Nursing (Edição Brasileira)
https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/about
2. Revista Hospitais Brasil
https://portalhospitaisbrasil.com.br/revista-digital/
3. Revista de Saúde Coletiva
https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva
4 - Epidemiologia e Serviços de Saúde da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (Ministério da Saúde do Brasil)
https://www.scielo.br/j/ress/
5 - Revista de Enfermagem da Escola Brasileira Anna Nery
http://eean.edu.br/
5 - Revista Brasileira de Enfermagem
https://www.scielo.br/j/reben/
7 - Revista Brasileira de Terapia Intensiva da Associação de Medicina Intensiva Brasileira - AMIB
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-507X&lng=en&nrm=iso
8 - Revista Eletrônica de Enfermagem
https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v17/n2/v17n2.html

9 - Revista Gaúcha de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
https://www.scielo.br/j/rgenf/
10 - Revista Paulista de Pediatria da Sociedade de Pediatria de São Paulo
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-0582&lng=en&nrm=iso
11 - Revista Mineira de Enfermagem - REME (UFMG)
http://www.reme.org.br/Home
12 - Texto & Contexto – Enfermagem (Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós graduação em Enfermagem)

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-0707&lng=pt&nrm=iso

13 - Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil (Brazilian Journal of Mother and Child Health) do Insituto de Medicina Integral Prof. Fernando Figueira
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1519-3829&lng=en&nrm=iso
14 - Revista Brasileira em Promoção da Saúde da Universidade Federal de Fortaleza
https://periodicos.unifor.br/rbps
15 - Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/enfer
16 - Revista Baiana de Enfermagem
http://www.portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem
17 - Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1809-9823&lng=en&nrm=iso
18 - Revista Científica de Enfermagem (RECIEN)

https://www.recien.com.br/index.php/Recien

19. Revista Enfermagem Atual In Derme

https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/issue/archive

20 - Revista de Enfermagem da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem

5.41 Laboratórios didáticos de formação básica

5.41.1 Laboratórios Básicos do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura)

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos e especializados, locais em que a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regula disciplina e confere as normas de segurança para as atividades a serem realizadas. Essas informações estão à disposição em regulamento acessível para alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação técnica para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

Os laboratórios abaixo estão vinculados as seguintes disciplinas de formação básica:

LABORATÓRIO	DISCIPLINAS
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR I	- ASPECTOS MORFOFUNCIONAIS
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR II	- FUNÇÕES BIOLÓGICAS; -BIOLOGIA TECIDUAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO; - PROCESSOS PATOLÓGICOS; - MECANISMO DE AGRESSÃO E DEFESA; - PROCESSOS BIOLÓGICOS; - PARASITOLOGIA;
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR III	- FUNDAMENTOS DE BIOQUÍMICA E METABOLISMO; - FARMACOLOGIA;

5.41.2 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança

NORMAS GERAIS PARA DOCENTES E DISCENTES DURANTE AS AULAS PRÁTICAS NA ÁREA DA SAÚDE E TECNOLÓGICO.

Todos os laboratórios da área da saúde da IES, mesmo que sejam voltados para áreas específicas, deverão seguir estas normas gerais, uma vez que estas envolvem responsabilidade, compromisso e disciplina. São elas:

A reserva de laboratórios e solicitação de materiais para aulas práticas deverá ser feita com 48 h de antecedência no apoio técnico com a presença do professor solicitante. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência;

No início da aula prática, o professor solicitante pegará a chave do laboratório no apoio técnico, e o mesmo ficará responsável pelo laboratório. Ao término da aula fechar o laboratório e devolver a chave no apoio técnico;

É permitida a entrada somente de pessoas autorizadas (alunos, professores e funcionários do setor) nos laboratórios ou salas de preparo, NÃO sendo autorizada a entrada ou permanência de parentes, cônjuge, filho, namorado, amigo, alunos de outras instituições etc;

É obrigatória a utilização de *BLUSA, CALÇA e TÊNIS BRANCO* para que proporcione maior segurança;

Usar JALECOBRANCO DE MANGAS LONGAS sempre que estiver dentro de um laboratório, mesmo que não esteja realizando algum procedimento laboratorial;

Utilizar os EPI's (equipamento de proteção individual): luvas, máscara, óculos e touca de acordo com a orientação do professor, técnico ou auxiliar técnico;

Não será permitida a entrada de alunos nos laboratórios trajando shorts, minissaias, camiseta tipo regata, chinelos e bonés;

Não será permitido beber, comer ou fumar dentro do laboratório, em decorrência do alto risco de contaminação;

Não será permitido o uso de aparelhos celulares dentro dos laboratórios, como também, fotos ou filmagens;

Não utilizar produtos químicos ou qualquer equipamento sem o auxílio e autorização do professor, técnico ou monitor;

Cabe ao Professor e ao aluno serem responsáveis pelos materiais usados durante as aulas práticas, portanto, ao término de cada aula, tudo o que foi usado deverá ser limpo e guardado em seus respectivos lugares;

Em casos de extravios, quebras ou danos de materiais ou aparelhos dos laboratórios os responsáveis deverão ressarcir o material à instituição;

Não deixar sobre a bancada vidrarias quentes e frascos abertos;

Não trabalhar com vidrarias que tenham bordas cortantes;

O material disponível no laboratório é de uso exclusivo para as aulas práticas, portanto, não realize brincadeiras com os mesmos;

Em caso de dúvidas ou se algo anormal estiver acontecendo no laboratório, chame imediatamente o professor responsável, técnico ou monitor;

Não é permitido o acesso de alunos com caneta, pincel, lápis, nos laboratórios de simulação.

É obrigatório a utilização de luvas de procedimento no manuseio dos simuladores.

Laboratório é local de estudo e trabalho sério, portanto, desenvolva a aula prática com responsabilidade e profissionalismo;

OBS: O não cumprimento destas normas poderá acarretar punição.

DAS POSTURAS E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

Os usuários do Laboratório devem, obrigatoriamente, observar os procedimentos de segurança que são:

Usar os Equipamentos de Segurança Individual: jaleco, batas, luvas e demais equipamentos que se façam necessários no interior dos laboratórios.

Tomar os devidos cuidados com os cabelos, mantendo-os presos.

Abster-se de trabalhar com patógenos humanos, se estiver com corte recente, com lesão na pele ou com ferida aberta.

Usar os equipamentos e/ou reagentes do laboratório apenas para seu propósito designado.

Conhecer a localização e o uso correto dos equipamentos de segurança disponíveis.

Evitar perturbar ou distrair quem esteja realizando algum trabalho no laboratório.

Desligar, por motivos de segurança, todos os equipamentos eletrônicos dos laboratórios (microscópios, estufas, autoclave etc.), após o uso.

Evitar retirar, deslocar ou arrastar os equipamentos (microscópios, autoclaves, estufas etc.) das posições originais, pois o ato danifica o equipamento e traz problemas relacionados ao bom funcionamento.

Assegurar-se que todos os agentes que ofereçam algum risco estejam rotulados e estocados corretamente;

Consultar os dados de segurança existentes antes de utilizar reagentes químicos com os quais não esteja familiarizado e seguir os procedimentos apropriados ao manusear ou manipular agentes perigosos;

Utilizaras lixeiras conforme a sua destinação (lixo comum e lixo contaminado);

Não descartar resíduo infectante dentro da pia ou rede de esgoto comum;

Nunca pipetar ou sugar diretamente com a boca: água, materiais biológicos perigosos, cáusticos, tóxicos, radioativos ou cancerígenos. Usar sempre um pipetador;

Seguir os procedimentos de descarte adequados para cada reagente ou material de laboratório;

Evitar a exposição a gases, vapores e aerossóis. Utilizar sempre uma capela ou fluxo laminar ou de exaustão para manusear esse tipo de material;

Após o término das atividades, recolher o lixo espalhado nos laboratórios, eliminar os materiais perfuro cortantes no descarpack, descartar as luvas na lixeira específica, retirar o jaleco e lavar bem as mãos;

Lavar as mãos antes e após a realização de qualquer procedimento laboratorial, bem como antes de sair do laboratório ao final das práticas, para minimizar o risco de contaminação pessoal, bem como de outras pessoas e ambientes.

Não consumir alimentos e bebidas no interior dos laboratórios (com exceção dos laboratórios de Gastronomia e Nutrição).

É expressamente proibido fumar dentro do laboratório.

Guardar nas prateleiras bolsas, mochilas, pastas, sacolas e qualquer outro tipo de objeto pessoal.

Evitar o uso de EPI fora dos Laboratórios.

Devem ser resguardadas as posturas e procedimentos de segurança diferenciada para os laboratórios e clínicas com especificidades inerentes a sua utilidade.

DA PERMANÊNCIA NO LABORATÓRIO

A permanência no laboratório é permitida para realização de aulas práticas previstas nos horários designados com roteiro previamente informado; caso o professor queira utilizar um laboratório diferente do designado, será permitido através de agendamento.

Por razões de segurança, o aluno não deve permanecer sozinho no laboratório.

O professor que permanecer no laboratório sozinho deverá comunicar a coordenação de apoio técnico dos laboratórios.

Quando o laboratório estiver vazio, deve permanecer trancado. Isto se aplica não somente ao período noturno, mas também durante o dia, quando não houver nenhum técnico ou professor responsável no seu interior.

BIOSSEGURANÇA

As áreas de trabalho devem estar limpas e livres de obstruções;

As áreas de circulação e passagem dos laboratórios devem ser mantidas limpas;

Os acessos aos equipamentos e saídas de emergência nunca devem estar bloqueados;

Os equipamentos e os reagentes químicos devem ser estocados de forma apropriada;

Reagentes derramados devem ser limpos imediatamente de maneira segura;

Os materiais descartados devem ser colocados nos locais adequados e etiquetados;

Materiais não identificados não serão mantidos nos laboratórios e terão como destino o descarte.

São considerados equipamentos comuns de segurança e emergência: Extintor de incêndio, kit de primeiros socorros, chuveiro de emergência com lava olhos e saída de emergência.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO

Os equipamentos de laboratório devem ser inspecionados e mantidos por pessoas qualificadas.

A frequência de inspeção depende do risco que o equipamento possui, das instruções do fabricante ou quando necessário pela utilização.

Os registros contendo inspeções, manutenções e revisões dos equipamentos, devem ser guardados e arquivados pelo técnico responsável pelo laboratório.

Todos os equipamentos devem ser guardados e identificados adequadamente para prevenir quebras ou perda de componentes do mesmo.

Os materiais e equipamentos dos laboratórios devem ser mantidos limpos para preservação e manutenção dos mesmos.

DO EMPRÉSTIMO DE MATERIAL PARA OS DOCENTES

Se o empréstimo for para o ambiente interno da IES, o material só será liberado mediante a assinatura de um TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR. Se o empréstimo for para o ambiente externo da IES o material só será liberado mediante a assinatura de uma CAUTELA.

DO AGENDAMENTO DE LABORATÓRIO

O fluxo laboratorial é controlado através de um calendário de agendamento de aulas práticas, este calendário fica sob responsabilidade do apoio técnico dos laboratórios. Os docentes procuram o setor e através da disponibilidade das datas marcam suas aulas práticas. Assim que é feito o agendamento, os técnicos ou estagiários do setor entregam uma lista de solicitação do material da aula prática para o professor solicitante, e esta lista deve ser entregue ao apoio técnico em até 48 horas de antecedência, preenchida com os respectivos materiais que irão ser utilizados na aula prática. Sem a entrega desta solicitação, a aula prática não será preparada com antecedência. Além disso, o docente irá assinar o Termo de Responsabilidade 2onde se responsabiliza pelos patrimônios e biossegurança dos alunos durante as aulas práticas nos laboratórios.

A reserva de laboratórios e solicitação de materiais para aulas práticas deverá ser feita no apoio técnico com a presença do professor solicitante para assinatura de confirmação, com antecedência de 48h. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência.

As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser anuladas pela Coordenação do Laboratório, Coordenação de ensino e Pró-reitora. As normas deste regulamento se aplicam, a todas as pessoas da comunidade acadêmica.

5.42 Laboratórios didáticos de formação específica

5.42.1 Laboratórios Especializados do 1º Ano do Curso (CST) ou 1º e 2º Ano (Bacharelados e Licenciatura)

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos, locais em que a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regula disciplina e confere as normas de segurança para as atividades a serem realizadas. Essas informações estão à disposição em regulamento acessível para alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação técnica para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

5.42.2 Normas de Funcionamento, Utilização e Segurança

NORMAS GERAIS PARA DOCENTES E DISCENTES DURANTE AS AULAS PRÁTICAS NA ÁREA DA SAÚDE E TECNOLÓGICO.

Todos os laboratórios da área da saúde da IES, mesmo que sejam voltados para áreas específicas, deverão seguir estas normas gerais, uma vez que estas envolvem responsabilidade, compromisso e disciplina. São elas:

A reserva de laboratórios e solicitação de materiais para aulas práticas deverá ser feita com 48 h de antecedência no apoio técnico com a presença do professor solicitante. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência;

No início da aula prática, o professor solicitante pegará a chave do laboratório no apoio técnico, e o mesmo ficará responsável pelo laboratório. Ao término da aula fechar o laboratório e devolver a chave no apoio técnico;

É permitida a entrada somente de pessoas autorizadas (alunos, professores e funcionários do setor) nos laboratórios ou salas de preparo, NÃO sendo autorizada a entrada ou permanência de parentes, cônjuge, filho, namorado, amigo, alunos de outras instituições etc;

É obrigatória a utilização de *BLUSA, CALÇA e TÊNIS BRANCO* para que proporcione maior segurança;

Usar JALECOBRANCO DE MANGAS LONGAS sempre que estiver dentro de um laboratório, mesmo que não esteja realizando algum procedimento laboratorial;

Utilizar os EPI's (equipamento de proteção individual): luvas, máscara, óculos e touca de acordo com a orientação do professor, técnico ou auxiliar técnico;

Não será permitida a entrada de alunos nos laboratórios trajando shorts, minissaias, camiseta tipo regata, chinelos e bonés;

Não será permitido beber, comer ou fumar dentro do laboratório, em decorrência do alto risco de contaminação;

Não será permitido o uso de aparelhos celulares dentro dos laboratórios, como também, fotos ou filmagens;

Não utilizar produtos químicos ou qualquer equipamento sem o auxílio e autorização do professor, técnico ou monitor;

Cabe ao Professor e ao aluno serem responsáveis pelos materiais usados durante as aulas práticas, portanto, ao término de cada aula, tudo o que foi usado deverá ser limpo e guardado em seus respectivos lugares;

Em casos de extravios, quebras ou danos de materiais ou aparelhos dos laboratórios os responsáveis deverão ressarcir o material à instituição;

Não deixar sobre a bancada vidrarias quentes e frascos abertos;

Não trabalhar com vidrarias que tenham bordas cortantes;

O material disponível no laboratório é de uso exclusivo para as aulas práticas, portanto, não realize brincadeiras com os mesmos;

Em caso de dúvidas ou se algo anormal estiver acontecendo no laboratório, chame imediatamente o professor responsável, técnico ou monitor;

Não é permitido o acesso de alunos com caneta, pincel, lápis, nos laboratórios de simulação.

É obrigatório a utilização de luvas de procedimento no manuseio dos simuladores.

Laboratório é local de estudo e trabalho sério, portanto, desenvolva a aula prática com responsabilidade e profissionalismo;

OBS: O não cumprimento destas normas poderá acarretar punição.

DAS POSTURAS E PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

Os usuários do Laboratório devem, obrigatoriamente, observar os procedimentos de segurança que são:

Usar os Equipamentos de Segurança Individual: jaleco, batas, luvas e demais equipamentos que se façam necessários no interior dos laboratórios.

Tomar os devidos cuidados com os cabelos, mantendo-os presos.

Abster-se de trabalhar com patógenos humanos, se estiver com corte recente, com lesão na pele ou com ferida aberta.

Usar os equipamentos e/ou reagentes do laboratório apenas para seu propósito designado.

Conhecer a localização e o uso correto dos equipamentos de segurança disponíveis.

Evitar perturbar ou distrair quem esteja realizando algum trabalho no laboratório.

Desligar, por motivos de segurança, todos os equipamentos eletrônicos dos laboratórios (microscópios, estufas, autoclave etc.), após o uso.

Evitar retirar, deslocar ou arrastar os equipamentos (microscópios, autoclaves, estufas etc.) das posições originais, pois o ato danifica o equipamento e traz problemas relacionados ao bom funcionamento.

Assegurar-se que todos os agentes que ofereçam algum risco estejam rotulados e estocados corretamente;

Consultar os dados de segurança existentes antes de utilizar reagentes químicos com os quais não esteja familiarizado e seguir os procedimentos apropriados ao manusear ou manipular agentes perigosos;

Utilizaras lixeiras conforme a sua destinação (lixo comum e lixo contaminado);

Não descartar resíduo infectante dentro da pia ou rede de esgoto comum;

Nunca pipetar ou sugar diretamente com a boca: água, materiais biológicos perigosos, cáusticos, tóxicos, radioativos ou cancerígenos. Usar sempre um pipetador;

Seguir os procedimentos de descarte adequados para cada reagente ou material de laboratório;

Evitar a exposição a gases, vapores e aerossóis. Utilizar sempre uma capela ou fluxo laminar ou de exaustão para manusear esse tipo de material;

Após o término das atividades, recolher o lixo espalhado nos laboratórios, eliminar os materiais perfuro cortantes no descarpack, descartar as luvas na lixeira específica, retirar o jaleco e lavar bem as mãos;

Lavar as mãos antes e após a realização de qualquer procedimento laboratorial, bem como antes de sair do laboratório ao final das práticas, para minimizar o risco de contaminação pessoal, bem como de outras pessoas e ambientes.

Não consumir alimentos e bebidas no interior dos laboratórios (com exceção dos laboratórios de Gastronomia e Nutrição).

É expressamente proibido fumar dentro do laboratório.

Guardar nas prateleiras bolsas, mochilas, pastas, sacolas e qualquer outro tipo de objeto pessoal.

Evitar o uso de EPI fora dos Laboratórios.

Devem ser resguardadas as posturas e procedimentos de segurança diferenciada para os laboratórios e clínicas com especificidades inerentes a sua utilidade.

DA PERMANÊNCIA NO LABORATÓRIO

A permanência no laboratório é permitida para realização de aulas práticas previstas nos horários designados com roteiro previamente informado; caso o professor queira utilizar um laboratório diferente do designado, será permitido através de agendamento.

Por razões de segurança, o aluno não deve permanecer sozinho no laboratório.

O professor que permanecer no laboratório sozinho deverá comunicar a coordenação de apoio técnico dos laboratórios.

Quando o laboratório estiver vazio, deve permanecer trancado. Isto se aplica não somente ao período noturno, mas também durante o dia, quando não houver nenhum técnico ou professor responsável no seu interior.

BIOSSEGURANÇA

As áreas de trabalho devem estar limpas e livres de obstruções;

As áreas de circulação e passagem dos laboratórios devem ser mantidas limpas;

Os acessos aos equipamentos e saídas de emergência nunca devem estar bloqueados;

Os equipamentos e os reagentes químicos devem ser estocados de forma apropriada;

Reagentes derramados devem ser limpos imediatamente de maneira segura;

Os materiais descartados devem ser colocados nos locais adequados e etiquetados;

Materiais não identificados não serão mantidos nos laboratórios e terão como destino o descarte.

São considerados equipamentos comuns de segurança e emergência: Extintor de incêndio, kit de primeiros socorros, chuveiro de emergência com lava olhos e saída de emergência.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO

Os equipamentos de laboratório devem ser inspecionados e mantidos por pessoas qualificadas.

A frequência de inspeção depende do risco que o equipamento possui, das instruções do fabricante ou quando necessário pela utilização.

Os registros contendo inspeções, manutenções e revisões dos equipamentos, devem ser guardados e arquivados pelo técnico responsável pelo laboratório.

Todos os equipamentos devem ser guardados e identificados adequadamente para prevenir quebras ou perda de componentes do mesmo.

Os materiais e equipamentos dos laboratórios devem ser mantidos limpos para preservação e manutenção dos mesmos.

DO EMPRÉSTIMO DE MATERIAL PARA OS DOCENTES

Se o empréstimo for para o ambiente interno da IES, o material só será liberado mediante a assinatura de um TERMO DE RESPONSABILIDADE DO PROFESSOR. Se o empréstimo for para o ambiente externo da IES o material só será liberado mediante a assinatura de uma CAUTELA.

DO AGENDAMENTO DE LABORATÓRIO

O fluxo laboratorial é controlado através de um calendário de agendamento de aulas práticas, este calendário fica sob responsabilidade do apoio técnico dos laboratórios. Os docentes procuram o setor e através da disponibilidade das datas marcam suas aulas práticas. Assim que é feito o agendamento, os técnicos ou estagiários do setor entregam uma lista de solicitação do material da aula prática para o professor solicitante, e esta lista deve ser entregue ao apoio técnico em até 48 horas de antecedência, preenchida com os respectivos materiais que irão ser utilizados na aula prática. Sem a entrega desta solicitação, a aula prática não será preparada com antecedência. Além disso, o docente irá assinar o Termo de Responsabilidade 2 onde se responsabiliza pelos patrimônios e biossegurança dos alunos durante as aulas práticas nos laboratórios.

A reserva de laboratórios e solicitação de materiais para aulas práticas deverá ser feita no apoio técnico com a presença do professor solicitante para assinatura de confirmação, com antecedência de 48h. Em caso de cancelamento, o apoio técnico deverá ser informado com antecedência.

As situações omissas ou de interpretação duvidosas surgidas da aplicação das normas deste Regulamento, deverão ser anuladas pela Coordenação do Laboratório, Coordenação de ensino e Pró-reitora. As normas deste regulamento se aplicam, a todas as pessoas da comunidade acadêmica.

5.43 Laboratórios de ensino para a área de saúde

5.43.1 Laboratório Específicos e Multidisciplinares em Conformidade com as DCNs

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratórios básicos, locais em que a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regula disciplina e confere as normas de segurança para as atividades a serem realizadas. Essas informações estão à disposição em regulamento acessível para alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação técnica para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

Os laboratórios abaixo estão vinculados as seguintes disciplinas de formação básica:

LABORATÓRIO	DISCIPLINAS
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR I	- ASPECTOS MORFOFUNCIONAIS
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR II	- FUNÇÕES BIOLÓGICAS; -BIOLOGIA TECIDUAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO; - PROCESSOS PATOLÓGICOS; - MECANISMO DE AGRESSÃO E DEFESA; - PROCESSOS BIOLÓGICOS; - PARASITOLOGIA;
LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR III	- FUNDAMENTOS DE BIOQUÍMICA E METABOLISMO; -FARMACOLOGIA;

5.44 Laboratórios de habilidades

5.44.1 Laboratório de Habilidades da Atividade Médica ou de Saúde

Para o desenvolvimento de atividades práticas a unidade onde está localizado o curso conta com laboratório especifico, onde a partir das disciplinas ministradas, os alunos podem realizar atividades acadêmicas de natureza prática. Estes laboratórios estão disponíveis à comunidade acadêmica e atendem aos alunos de Graduação a partir de agendamento de horários, respeitando o limite de capacidade dos mesmos, garantindo que todos os alunos possam ter acesso equipamentos de maneira qualitativa.

Os referidos laboratórios possuem normatização própria que regulam, normatizam e conferem as normas de segurança para as atividades a serem realizadas, estão à disposição de alunos e professores nos respectivos laboratórios.

Para a organização e manutenção dos laboratórios estão alocados técnicos com formação para junto com os professores prever as atividades que ali serão realizadas e manter o pleno funcionamento dos mesmos.

Caso tenha que haver divisão da turma, deverá simultaneamente ter docente para sala de aula e para o laboratório, devendo ser professores distintos.

Para o Curso de Enfermagem, está disponível o laboratório específico para utilização a partir do 3º período do curso:

LABORATÓRIO	DISCIPLINAS
LABORATÓRIO DE HABILIDADES BÁSICAS	3º PERIODO- FUNDAMENTOS DE ENFERMAGEM 4ºPERÍODO- SEMIOLOGIA E SEMIOTECNICA EM ENFERMAGEM

	5ºPERÍODO- ENFERMAGEM EM CLÍNICA MÉDICA 5ºPERÍODO- ENFERMAGEM EM CLÍNICA CIRÚRGICA 6ºPERÍODO- ENFERMAGEM NA SAÚDE DA MULHER 7ºPERÍODO-ENFERMAGEM NA SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 7ºPERÍODO- ENFERMAGEM EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA 8ºPERÍODO- ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM TERAPIA INTENSIVA.

5.44.2 Capacitação dos Discentes nas Diversas Competências nas Diferentes Fazes do Curso

Os alunos do curso de graduação em Enfermagem receberão apoio nas diversas fases de desenvolvimento de sua formação profissional futura. Podemos destacar, como suporte à formação e desenvolvimento de competências, o acesso a atividades curriculares complementares e atividades extracurriculares. Neste sentido, a capacitação do discentes deverá se dar em diferentes contextos educativos, com diferentes metodologias e variados suportes tecnológicos a fim de que seu perfil profissional seja plenamente alcançado.

5.45 Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniados

5.45.1 Unidades Hospitalares Conveniadas em Condições para a Formação dos Estudantes

As unidades hospitalares que serão utilizadas pelo Curso de Enfermagem estarão associadas ao convênio com as Secretarias Municipal e Estadual.

5.45.2 Sistema de Referência e Contrarreferência

O elevado número de pessoas atendidas, a imprevisibilidade dos atendimentos, a área física reduzida, entre outros fatores, faz com que os serviços de urgência e emergência se tornem locais com extrema dificuldade para a organização do trabalho. Sabe-se que esses serviços são caracterizados pelo atendimento a pacientes que se encontram em risco de morte ou sofrimento intenso. E, de acordo com o artigo nº196 da Constituição Federal de 19882, a saúde é direito de todos, cabendo ao estado o dever de garantir as melhores respostas aos cidadãos em matéria de saúde. Nesse sentido, percebe-se que para que a estruturação do Sistema Único de Saúde (SUS) se torne possível, é necessário que ocorra o referenciamento dos usuários nos seus diversos níveis de atenção à saúde.

O Sistema de Referência e Contrarreferência caracteriza-se por uma tentativa de organizar os serviços de forma a possibilitar o acesso pelas pessoas que procuram os serviços de saúde. De acordo com tal sistema, o usuário atendido na unidade básica, quando necessário, é "referenciado" (encaminhado) para uma unidade de maior complexidade, a fim de receber o atendimento de que necessita. Quando finalizado o atendimento dessa necessidade especializada, o mesmo deve ser "contrarreferenciado", ou seja, o profissional deve encaminhar o usuário para a unidade de origem para que a continuidade do atendimento seja feita. A referência e contrarreferencia devem ser feitas em formulário próprio da instituição, preenchido pelo profissional de nível superior responsável.

Esse sistema vem, então, para otimizar o funcionamento do sistema de saúde, proporcionando ao usuário adequado atendimento a partir do conhecimento pregresso do seu estado de saúde e tratamentos passados. Assim, um serviço de saúde informará ao outro a respeito dos procedimentos realizados e as possíveis condutas a serem seguidas.

Percebe-se que, apesar da existência de um sistema de referenciamento, os serviços de emergência estão cada vez mais funcionando como porta de entrada do sistema de saúde, recebendo todos os tipos de pacientes desde os realmente graves até os casos mais simples, que poderiam e deveriam ser resolvidos na atenção primária à saúde (APS).

Partindo desse pressuposto, vê-se que o sistema de referência e contrarreferência deve funcionar de maneira hierarquizada, a fim de adequar o fluxo dos usuários aos níveis de complexidade de atendimento, tendo o setor primário como a porta de entrada no sistema e sucessivamente o secundário e terciário, quando

necessário ao usuário. E, desta maneira, o paciente grave deve procurar como porta de entrada o setor terciário, adequado ao seu estado de saúde.

Os serviços da Atenção Primária à Saúde (APS) estão estruturados para atender as pessoas que necessitam de ações preventivas e programadas. Entretanto, tais serviços não têm conseguido resolver os problemas apresentados pelas pessoas que, muitas vezes, demandam cuidados de baixa complexidade. Os usuários acabam superlotando as unidades de Pronto-Socorro (PS), na tentativa de receberem atendimento mais resolutivo. Nestas, em geral, as pessoas recebem tratamento para resolver apenas os problemas ou sintomas de forma imediata. Isso gera grandes prejuízos a todo o sistema de saúde, pois reproduz o modelo assistencial centrado na doença e resulta, por vezes, em prejuízos no acompanhamento clínico de pessoas com doenças crônicas.

Dessa maneira, a rede de referência e contrarreferência é um sistema que se desenvolve em quatro componentes que funcionam de maneira integrada, sendo a APS que coordena a rede, que vincula a população; atenção secundária, os ambulatórios especializados e os hospitais de média e alta complexidade; os sistemas logísticos, regulação, transporte sanitário, registro eletrônico em saúde; e os de apoio, assistência farmacêutica, apoio diagnóstico terapêutico.

Na tentativa de organizar o serviço de urgência e emergência o governo do estado implantou o Sistema de Triagem de Manchester (STM) como instrumento norteador para a triagem de pacientes.

O Protocolo de Manchester é método que auxilia na identificação rápida das pessoas que procuram o serviço de urgência e tem por objetivo ser um dos instrumentos para melhor organizar o fluxo de pacientes que procuram atendimento de saúde, possibilitando atendimento prioritário aos casos de mais gravidade, excluindo o atendimento por ordem de chegada. Pelo STM existem cinco níveis de prioridade clínica. A cada nível é atribuído uma cor, nome e tempo máximo aceitável até o atendimento médio (vermelho - emergente-atendimento imediato; laranja - muito urgente-atendimento em até 10 minutos; amarelo - urgente-atendimento em até 60 minutos; verde - pouco urgente-atendimento em até 120 minutos, azul - não urgente-atendimento em até 240 minutos10; e branco - para classificar pacientes com eventos ou situações/queixas não compatíveis com o serviço de urgência, como, por exemplo, pacientes admitidos para procedimentos eletivos, retornos, atestados, entre outros).

Considera-se importante conhecer a demanda de atendimentos classificados por cor em diferentes níveis de prioridade clínica dos municípios brasileiros, para avaliar o quanto está estruturada a rede de referência e contrarreferência dos mesmos, o quanto precisa ser estruturada para diminuir a superlotação nos Prontos Socorros e facilitar a articulação dos três níveis de atenção à saúde.

5.45.3 Práticas Interdisciplinares e Interprofissionais na Atenção à Saúde

São inegáveis os avanços conquistados pela implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) ao longo das últimas décadas. No entanto, há evidências de que o setor de saúde brasileiro se encontra em um cenário de crise no que se refere à sua forma de cuidar, devido a práticas ainda baseadas predominantemente na abordagem biologicista (Malta e Merhy, 2010).

Tal panorama representa uma importante fragilidade para consolidar a mudança do modelo assistencial almejada pelos ideários da Reforma Sanitária Brasileira.

No Brasil, atenção primária à saúde (APS), considerada o principal mecanismo de reorganização do sistema de saúde, é preferencialmente representada pela Estratégia Saúde da Família (ESF), à qual se atribui o desafio de romper com a lógica tradicional de assistência à saúde para que o cuidado seja baseado na família e no contexto social, por meio de uma atenção com base interdisciplinar (Costa et al., 2009) e atuação interprofissional.

No contexto atual do setor saúde há um debate crescente acerca do trabalho interprofissional e da necessidade de se fazer uma distinção entre interdisciplinaridade e interprofissionalidade. Sendo que tal debate sugere que o termo interdisciplinaridade se refere à integração de saberes, e interprofissionalidade à integração de práticas mediante a articulação intencional e colaborativa entre distintas profissões (Costa et al., 2015).

5.46 Biotérios

Não se aplica.

5.47 Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático

O processo de produção de conteúdo e seu controle é realizado pela Gestão do NEAD seguindo os seguintes procedimentos operacionais:

PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO DE MÍDIAS;

PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE ARMAZENAGEM DE CONTEÚDO;

PROCEDIMENTO OPERACIONAL DE CONSTRUÇÃO DE DISCIPLINAS.

O processo de produção segue quatro fases distintas para seu desenvolvimento:

1) Planejamento;

2) Produção;

3) Validação;

4) Conclusão.

Em um total de 21 etapas entre a concepção da ideia até sua conclusão.

Fase	Etapa	Processo
PLANEJAMENTO	1	Demanda para desenvolvimento de uma nova disciplina
	2	A DIREÇÃO ACADÊMICA EÇÃO ACADÊMICA recebe a demanda e discute com a COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA e NEAD o desenvolvimento do projeto.
	3	A DIREÇÃO ACADÊMICA e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA selecionam o professor para a produção do conteúdo.
	4	A DIREÇÃO ACADÊMICA solicita ao NEAD o início da produção do conteúdo.
	5	A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA se reúne com a COORDENAÇÃO DE CURSO, PROFESSOR e GESTOR DO NEAD para um breafing sobre o novo produto.
	6	O PROFESSOR recebe a capacitação necessária para a produção do material do NEAD.
	7	O EQUIPE DE APOIO DO NEAD libera acesso ao SYSEAD para acompanhamento da produção.
	8	A EQUIPE DE APOIO DO NEAD realiza o agendamento das gravações em estúdio junto à EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD.
	9	O GESTOR DO NEAD reúne EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD e PROFESSOR para iniciar processo AGILE.
PRODUÇÃO	10	O PROFESSOR elabora os OBJETOS ACADÊMICOS com apoio do COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, com supervisão do COORDENAÇÃO DE CURSO e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.
	11	O PROFESSOR elabora os OBJETOS ACADÊMICOS com supervisão do COORDENAÇÃO DE CURSO e COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.
	12	Se houver a necessidade de adicionar objeto pedagógico complementar audiovisual.
	13	Validação do material pelo REVISOR.
	14	Finalizando o processo, a EQUIPE DE PRODUÇÃO DO NEAD encaminha o material para a diagramação.
	15	Finalizada a diagramação, o material é enviado para o programador web trabalha-lo e inseri-lo no AVA.
	16	A EQUIPE DE APOIO DO NEAD realiza testes e validação do material (qualidade final)
VALIDAÇÃO	17	Um teste piloto funcional é realizado no AVA e no conteúdo.
	18	Após conclusão dos testes relatórios são apresentados ao NEAD.
	19	Última validação é realizada pela COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA e DIREÇÃO ACADÊMICA.
CONCLUSÃO	20	Agendamento e liberação da sala de aula no AVA.
	21	Disponibilização do AVA para acesso dos TUTORES e ALUNOS.

Todo o processo é controlado de forma eletrônica pelo SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DO NEAD – SYSEAD. Esta ferramenta foi desenvolvida para realizar o acompanhamento de produção e manutenção do processo de produção de mídias e conteúdo acadêmico para a modalidade EAD.

DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

A distribuição do material didático se dará em duas modalidades: impressa e digital.

Na modalidade impressa o aluno deverá solicitar junto ao NEAD, via sistema de suporte, a produção do "kit" didático da disciplina em curso. Neste material o aluno receberá o livro-texto, caderno de exercícios, apresentações (slides) e as anotações da disciplina de forma impressa. Além das impressões haverá um pen-drive personalizado com todo o material em mídia digital, 5 DVD´s com as videoaulas gravadas e 1 CD com as audioaulas gravadas. Esta modalidade tem por finalidade garantir o acesso ao material didático ao aluno mesmo que este esteja impossibilitado de ter acesso ao ambiente virtual de aprendizagem por motivos técnicos ou por não cobertura momentânea de redes de acesso.

A modalidade digital consiste na disponibilização do material didático em nuvem para acesso restrito aos discentes. A nuvem utilizada é a disponibilizada pelo GSUITE da GOOGLE. Todo o material é disposto em pastas organizadas com a possibilidade de leitura online ou para download. Devido à forte integração entre as soluções disponibilizadas e os equipamentos móveis, o discente poderá dispor de forma rápida e segura todo o seu curso em qualquer dispositivo eletrônico com capacidade de acesso digital a estas redes sem a necessidade de instalação de aplicativos ou recursos além dos já disponíveis em seus equipamentos. Desta forma garante-se a disponibilidade sem custos adicionais ou preocupações com versões ou atualizações.

Sob o mesmo conceito de distribuição na modalidade digital as videoaulas são disponibilizadas utilizando as ferramentas em nuvem do pacote GSUITE, garantindo acessibilidade e segurança, assim como adaptabilidade e acessibilidade ao aluno. Disponibilizando o conteúdo em ferramentas comuns e de fácil acesso evita-se a necessidade de capacitação para uso ou equipamentos específicos, melhorando a experiência e usabilidade.

Os alunos terão total acesso ao conteúdo para uso acadêmico com permissões de download e compartilhamento. O objetivo desta garantia é que o conteúdo se torne de fácil acesso e uso sem barreiras digitais que possam dificultar sua compreensão ou manipulação.

5.48 Núcleo de práticas jurídicas: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais

5.48.1 Regulamento do NPJ destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e de arbitragem, negociação, conciliação, mediação, atividades jurídicas reais e oferta de visitas orientadas buscando interdisciplinaridade das matérias legais.

Não se aplica.

5.48.2 Processo de avaliação periódica quanto ao atendimento da demanda do curso pelo NPJ em suas atividades básicas

Não se aplica.

5.48.3 Atividades Jurídicas Reais

Não se aplica

5.48.4 Visita Orientadas

Não se aplica

5.48.5 Interdisciplinaridade das Matérias Legais

Não se aplica

5.48.6 Avaliação Periódica do Atendimento da Demanda

Não se aplica

5.49 Ambientes profissionais vinculados ao curso

5.49.1 Ambientes Profissionais Vinculados ao Curso

A IES possui plataforma EAD que é um sistema de gestão de aprendizagem desenvolvido a partir de uma metodologia pedagógica para promover o ensino online de forma eficiente e bem estruturada, foi desenvolvida para oferecer toda uma estrutura necessária para a criação de cursos online. Esta plataforma EAD é possível criar cursos ou disciplinas online, para cursos 100% ou com até 40% em EaD, personalizados de acordo com o interesse da IES em potencial, além de fazer uma gestão pedagógica, acadêmica, financeira completa e eficiente do ensino da instituição.

Na IES contamos com a plataforma do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) um software que proporciona ao desenvolvimento e distribuição de conteúdo diversos para cursos e disciplinas online para discentes. Trata-se de um ambiente virtual desenvolvido com o objetivo de auxiliar os docentes e tutores no gerenciamento disciplinas, projetos para os seus discentes e na gestão completa. Este ambiente, é possível acompanhar o processo de aprendizagem dos discentes, além de gerar relatórios sobre performance e progresso do curso online. Portanto, é possível trabalhar de forma assertiva em cima de possíveis problemas que possam ocorrer garantindo a eficácia do processo e do ambiente virtual de aprendizagem como um todo. Além disso, é em um plataforma EAD que o discente será apresentado a toda a estrutura de cursos, bem como os conteúdos, aulas, módulos e avaliações.

O AVA será usado como ferramenta para EAD (educação a distância), e em alguns casos para complementar aulas presenciais com conteúdo virtuais.

Nesta modalidade o discente terá seus componentes curriculares oferecidos em plataforma digital totalmente online denominada AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) em formato modular do tipo carrossel.

Na IES iremos utilizar o formato modular carrossel que consistira na oferta e componentes curriculares agrupados em blocos, ou seja, um bloco após o outro seguindo sequência pré-definida.

Na modalidade EaD 100% online, o discente terá obrigatoriamente apenas os encontros presenciais relacionados às atividades avaliativas, conforme previsto na legislação proposta pelo MEC (Ministério da Educação), que são elas:

Avaliações de estudantes;

Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

Defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e

Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Os materiais didáticos, assim como todas as mídias referentes aos estudos, ficam disponíveis para o discente em seu AVA com possibilidade de Downloads ou impressão.

Neste formato existirão as aulas online em cursos presenciais cujo discentes poderão interagir com seus colegas de cursos, professores e tutores. Nas aulas presenciais serão aplicadas metodologias ativas, aulas de laboratório, visitas técnicas ou outras atividades cuja presença do acadêmico seja imprescindível.

5.49.2 Atendimentos aos Objetivos do PPC para Complementação de Práticas Laboratoriais e/ou Profissionais

O AVA será usado como ferramenta para EAD (educação a distância), e em alguns casos para complementares aulas presenciais com conteúdos virtuais. Nesta modalidade o discente terá seus componentes curriculares oferecidos em plataforma digital totalmente online denominada AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) em formato modular do tipo carrossel.

Na modalidade EaD 100% online, o discente terá obrigatoriamente apenas os encontros presenciais relacionados às atividades avaliativas, conforme previsto na legislação proposta pelo MEC (Ministério da Educação), que são elas:

a) Avaliações de estudantes;

b) Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;

c) Defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e

d) Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

5.49.3 Experiências Diferenciadas de Aprendizagem

Na IES utilizaremos o formato modular carrossel que consistira na oferta e componentes curriculares agrupados em blocos, ou seja, um bloco após o outro seguindo sequência pré-definida.

Os materiais didáticos, assim como todas as mídias referentes aos estudos, ficam disponíveis para o discente em seu AVA com possibilidade de Downloads ou impressão. Neste formato existirão as aulas online em cursos presenciais cujo discente poderão interagir com seus colegas de cursos, professores e tutores. Nas aulas presenciais serão aplicadas metodologias ativas, aulas de laboratório, visitas técnicas ou outras atividades cuja presença do acadêmico seja imprescindível.

5.49.4 Avaliação Periódica Documentada e Ações de Melhoria

A plataforma do AVA (AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM) proporciona o desenvolvimento e distribuição de conteúdo diversos para cursos e disciplinas online para discentes. Trata-se de um ambiente virtual desenvolvido com o objetivo de auxiliar os docentes e tutores no gerenciamento disciplinas, projetos para os seus discentes e na gestão completa. Este ambiente, é possível acompanhar o processo de aprendizagem dos discentes, além de gerar relatórios sobre performance e progresso do curso online. Portanto, é possível trabalhar de forma assertiva em cima de possíveis problemas que possam ocorrer garantindo a eficácia do processo e do ambiente virtual de aprendizagem como um todo.

APÊNDICES DO PPC - TOMO II DO PPC

Apêndice I – Infraestrutura

EIXO 5 - INFRAESTRUTURA FÍSICA

5.1 Instalações Administrativas

As instalações administrativas prevista para o funcionamento da IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial e a proposição de recursos tecnológicos específico para cada funcionalidade administrativa e acadêmica da IES. Os setores administrativos dispõem de estações de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software específico, arquivo, armário, telefone.

5.2 Salas de Aula

As salas de aula da IES possuem capacidade para atender grupos de 30 a 50 alunos, as mesmas atendem as necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano

de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos. Todas as salas têm a sua disposição kit multimídia, quadro branco e Datashow.

5.3 Auditório

Para reunião de grupo e atividades acadêmicas de caráter solene, a IES tem a sua disposição miniauditório, equipado com projetor multimídia e aparelhagem de som compatível com o tamanho do ambiente e acesso à internet por rede wifi. Já consta no seu plano de expansão a construção a expansão do auditório.

5.4 Sala de Professores

A IES oferece salas de professores, com gabinetes e/ou estações de trabalho para os professores integrais da IES. A sala atende de maneira excelente as demandas institucionais considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de recursos tecnológicos. A sala dos professores dispõe de estações de trabalho individual com computadores ligados a rede de internet banda larga, mesa de reunião e mesas para trabalho em equipe, área de conforto e copa.

5.5 Espaços Para Atendimento dos Alunos

Para o atendimento aos alunos, a IES oferece uma secretaria acadêmica com diversos serviços acadêmicos e financeiro, a qual atende de maneira excelente as demandas institucionais, considerando a sua adequação as atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, e a proposição de implementação de variadas formas de atendimento. A Unidade contém recepções, sala de atendimento individualizado, sala de multimeios, lanchonetes e reprografia.

5.6 Espaço de Convivência e de Alimentação

Os espaços de convivência e de alimentação existentes na IES, atendem de maneira excelente as demandas institucionais, considerando os aspectos de quantidade, dimensão, limpeza, conservação, iluminação, acústica, climatização, segurança, acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento de manutenção patrimonial. As áreas de convivências e de alimentação dispõe de assentos, jogos de mesa e espaço para exposição cultural.

5.7 Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas

A infraestrutura física dos laboratórios da IES, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, a sua adequação as atividades, os equipamentos disponíveis em cada laboratório acessibilidade, climatização, as normas de segurança, o plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados. A IES dispõe de inúmeros laboratórios divididos em fixos e volantes, garantindo assim a qualidade das aulas práticas em acordo com o curso, matriz curricular e número de alunos. Anexo a este documento encontram-se a relação detalhada de infraestrutura.

5.8 Infraestrutura Física e Tecnológica Destinada à CPA

A IES dispõe de um espaço de trabalho de uso privativo da CPA, que atendem as necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para os membros, as condições físicas e tecnologia da informação para a futura coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação de metodologias escolhida para o processo de autoavaliação. A sala da CPA contém estação de trabalho, computadores ligados a internet banda larga, software específico, arquivos, armários e telefone.

5.9 Biblioteca

A Biblioteca da IES tem como missão atender a comunidade acadêmica, identificando-se com as suas necessidades, sendo responsável pelo provimento de informações, procurando manter-se atualizada, visando o aprimoramento dos serviços, disponibilizando novas técnicas, capacitando intelectualmente os usuários de forma

a torna-los sujeitos independentes e críticos em suas pesquisas, atuando como instrumento de apoio dinâmico no processo de ensino/aprendizagem e, por fim, estimulando o estudo, a pesquisa e a cultura. Dentro de suas possibilidades, como extensão de suas atribuições, a biblioteca atende, também, a comunidade externa. É de fundamental importância o bom atendimento aos usuários, por isso a cada ano procura-se inovar nos serviços buscando sempre os mais variados recursos para garantir a satisfação total no processo de busca pela informação.

Para atender às necessidades de informação, estudo, pesquisa e extensão dos seus usuários, a Biblioteca dispõe de infraestrutura de mesas para estudo coletivos e individuais, sofás, poltronas energizadas e conta com acervo físico e virtual e periódicos disponíveis online de livre acesso, voltados para as áreas de interesses específicos dos cursos oferecidos presencial e a distância, composto a partir de listas de indicações de títulos fornecidas pelos professores e coordenadores dos cursos. Com objetivo de proporcionar aos usuários/alunos acesso à informação de interesse da sua área de formação específica e/ou áreas afins. O sistema de biblioteca conta com informatização do acervo que possibilita os usuários consultar, reservar e renovar o empréstimo de obras através do portal institucional de forma remota.

5.10 Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo está baseada nas necessidades dos cursos, seguindo as indicações de aquisição de bibliografia do corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção e funcionários, com base na bibliografia básica e complementar das disciplinas que integram a matriz curricular dos cursos.

A aquisição do material bibliográfico ocorre de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da equipe da biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

A biblioteca solicita, semestralmente, ao corpo docente, discente, coordenações de cursos, direção, e funcionários, indicação de publicações e materiais especiais, para atualização e expansão do acervo. Os professores recebem um impresso com dados a serem preenchidos, indicando a bibliografia básica e complementar a ser adotada durante o semestre letivo seguinte, em conformidade com os programas previstos. A equipe da biblioteca atualiza, também, o acervo através de consultas em catálogos de editoras, sites de livrarias e editoras, visitas em livrarias e bibliotecas, com finalidade de conhecer os novos lançamentos do mercado nas diversas áreas de especialidade do acervo.

A biblioteca conta com acervo físico e virtual.

5.11 Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente

A infraestrutura das salas de TI, assim como os laboratórios de informática atendem as necessidades institucionais, considerando as estações de trabalho, meios de comunicação com as demais áreas, os equipamentos, a estrutura de rede cabeado e wifi com internet banda larga, as normas de segurança da informação, as políticas de acesso aos sistemas, acessibilidade, plano de atualização dos softwares, as normas de segurança, suporte técnico e recursos tecnológicos inovadores.

5.12 Instalações Sanitárias

As instalações sanitárias atendem, de maneira excelente, às necessidades institucionais, considerando a sua adequação as atividades, as condições de limpeza e segurança, acessibilidade, o plano de avaliação periódica do material, espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial, dispõe de banheiro familiar com fraldário.

5.14 Infraestrutura Tecnológica

A IES é dotada de meios tecnológicos que atende as necessidades institucionais, considerando a adequação as atividades acadêmicas e administrativas, possui infraestrutura de rede logica cabeada e via wifi, máquinas e equipamentos compatível para o melhor desempenho das suas ações. Periodicamente toda a infraestrutura no que tange ao parque de máquinas, as licenças, os softwares e as políticas de uso e segurança na informação passam por atualização em acordo com as normas exigidas. O parque tecnológico possui um plano de contingência, considerando a capacidade e a estabilidade da energia elétrica e a rede logica em acordo

com o nível de serviços oferecidos. Os equipamentos, normas de segurança, contratos com fornecedores, atualização de software e plano de manutenção encontram-se detalhadas na relação de infraestrutura anexa a este PDI.

5.15. Infraestrutura de Execução e Suporte.

O Departamento de Tecnologia da Informação – DTI, possui infraestrutura de execução e suporte técnico capacitado para atender de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços previstos e meios apropriados para sua oferta, atender as demandas administrativas e acadêmicas, bem como implementar soluções de processos para redução de operações manual e minimizar erros de execuções. O DTI institucional recebe as demandas por chamadas telefônicas e GLPI, atendendo conforme ordem de abertura de chamado ou prioridade de urgência setorial, o DTI possui um plano de contingência, redundância e expansão da área, em acordo com o que preconiza os indicadores de qualidade oficiais.

5.16. Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos.

A IES possui no seu plano de expansão todo o planejamento e a previsão de ações que assegurem a expansão tecnológica dos serviços educacionais ofertados na modalidade Presencial e a Distância. Neste sentido, a aquisição, manutenção e ampliação do parque tecnológico da faculdade, acompanha as metas e objetivos previstos para a IES, em consonância com os indicadores de desempenho apurados. O plano de expansão e atualização de equipamentos faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional da IES.

5.17 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

A IES conta com recursos de tecnologias de informação e comunicação para atender de maneira excelente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, corpo técnico, estudantes e a sociedade civil.

5.18 Ambiente Virtual da Aprendizagem AVA.

Para atender as disciplinas na modalidade Ensino a Distância, a FAMETRO adota o sistema Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. A plataforma atende de maneira excelente as necessidades da comunidade acadêmica da instituição, o sistema foi customizado de modo a disponibilizar os recursos necessários para a qualificação do processo de ensino e aprendizado dos usuários e está totalmente integrado ao RM sistema acadêmico institucional, seu acesso se dá pelo endereço eletrônico digital.fametro.edu.br ou pelo portal RM do aluno.

Apêndice II – Planilha de Docentes do Curso de Enfermagem

DOCENTES - CEUNI DO CURSO DE ENFERMAGEM			
Nº	**Docente**	**Titulação Máxima**	**Regime de trabalho**
1	Alex Bezerra Da Silva Maciel	Mestrado	Parcial
2	Angela Maria Comapa Barros	Mestrado	Parcial
3	David Jorge Gomes Rezende	Especialização	Parcial
4	Driely Almeida De Lima	Especialização	Integral
5	Dulcilene Pereira Martins	Mestrado	Parcial
6	Erika Oliveira Da Silva - **NDE**	Doutorado	Parcial
7	Fabiane Veloso Soares	Doutorado	Integral
8	Fernando Cercena Leventi	Mestrado	Parcial
9	Francimeire Gomes Pinheiro	Doutorado	Parcial
10	Graciana de Sousa Lopes - **NDE**	Mestrado	Parcial
11	Júlia Mônica Marcelino Benevides - **NDE**	Mestrado	Parcial
12	Karine Garcez Mc Comb - **NDE**	Especialização	Integral
13	Keillah Mara do Nascimento Barbosa	Doutorado	Parcial
14	Kim Vinicius Amaral Machado	Mestrado	Parcial
15	Loren Rebeca Anselmo do Nascimento - **NDE**	Mestrado	Integral
16	Luciano de Pinho Martins	Mestrado	Integral
17	Marcílio da Costa Carvalho	Especialização	Parcial
18	Michelle Gomes De Lima	Mestrado	Parcial
19	Mirelia Rodrigues de Araujo	Mestrado	Integral

20	Paula Figliuolo Da Cruz Borges	Doutorado	Parcial
21	Rayner Augusto Liborio Dos Santos Monteiro	Mestrado	Parcial
22	Valeria Cristina Alves De Castro	Mestrado	Integral
23	Valeria da Rocha Breves de Sousa	Mestrado	Parcial
24	Zaida Maria Marques Tavares	Especialização	Parcial

Apêndice III – Perfil do(a) Coordenador (a)

PERFIL DO(A) COORDENADOR(A)	
Nome	Karine Garcez Mc Comb
Formação	Bacharelado em Enfermagem
Titulação	Especialista
Experiencia dentro do magistério superior	7 anos e 5 meses
Experiencia fora do magistério superior	4 anos e 6 meses
Tempo de gestão do curso de graduação	5 anos

Apêndice IV – Núcleo Docente Estruturante (NDE)

NDE	
Docentes	Titulação
Erika Oliveira da Silva	Doutorado
Graciana de Sousa Lopes	Mestrado
Júlia Mônica Marcelino Benevides	Mestrado
Loren Rebeca Anselmo do Nascimento	Mestrado
Karine Garcez Mc Comb	Especialista

Apêndice V – Equipe Multidisciplinar

Nº	NOME	FUNÇÃO
1.	**Amanda Carolina Pereira Rocha**	Designer
2.	**Ana Augusta de Oliveira Simas**	Professora Supervisora de Material Didático
3.	**Ana Maria Oliveira de Araújo**	Coordenadora Pedagógica
4.	**Gabriel Colares Gomes**	Auxiliar de Procuradoria Educacional Institucional
5.	**Ilmara Pereira de Almeida Araujo**	Material Didático
6.	**Jéssica Nogueira da Silva**	Analista de Tecnologias Educacionais EaD
7.	**Joel Santos de Souza**	Analista de Tecnologias Educacionais EaD
8.	**Kelen Priscila Oliveira Buraslan Marcião**	Coordenação Pedagógica
9.	**Leonardo Florêncio da Silva**	Gestor do EAD
10.	**Liene Silva da Costa**	Revisora de Material Didático
11.	**Márcia Mello da Costa**	Suporte ao Aluno e aos Polos
12.	**Meg Rocha da Cunha Serra**	Docente EaD
13.	**Milrak Pereira Pessoa**	Coordenador de TI
14.	**Raymundo Thury Barbosa**	Professor Ensino Superior - Laboratório de Informática
15.	**Rebeca Bruna Oliveira Reis**	Assistente Pedagógico EaD
16.	**Victor da Silva Almeida**	Docente EaD